

MANUAL DA IGREJA

ADVENTISTA DO SÉTIMO DIA



21ª EDIÇÃO
REVISÃO 2025

MANUAL DA IGREJA

ADVENTISTA DO SÉTIMO DIA®



21ª EDIÇÃO
REVISÃO 2025

Título Original: *Seventh-Day Adventist Church Manual*
(21st Edition, Revised 2025)

Título em Português: *Manual da Igreja Adventista do Sétimo Dia*

*Original English edition copyright ©
by the General Conference Corporation® of Seventh-day Adventists.*

Editado em Portugal por:

União Portuguesa dos Adventistas do Sétimo Dia

Publicado e distribuído em Portugal por:

PUBLICADORA SERVIR, S. A.

Rua da Serra, 1

Sabugo

2715-398 ALMARGEM DO BISPO

Tel.: 21 962 62 00

www.pservir.pt

publicadora@pservir.pt

Diretor-Geral: António Carvalho

Diretora de Redação: Lara Figueiredo

Tradução: João Belo dos Santos e Corpo Redatorial da Publicadora SerVir

Revisão da Tradução: Corpo Redatorial da Publicadora SerVir

Revisão e Edição de Texto: Corpo Redatorial da Publicadora SerVir

Diagramação e Capa: Joana Areosa

© O texto do presente Manual da Igreja é propriedade intelectual da Conferência Geral dos Adventistas do Sétimo Dia, pertencendo à União Portuguesa dos Adventistas do Sétimo Dia a propriedade relativa à tradução para português de Portugal, nos termos definidos pelo Código do Direito de Autor e dos Direitos Conexos, instituído pelo Decreto-Lei nº 63/85, de 14 de março, na sua redação atual.

A reprodução, total ou parcial do texto, designadamente em suporte impresso ou digital, está sujeita às disposições legais relativas aos direitos de autor e tradução, encontrando-se formalmente proibida, sem autorização prévia dos detentores dos direitos de propriedade do texto traduzido para português de Portugal.

A reprodução parcial para uso interno das igrejas locais, exclusivamente no âmbito administrativo e de formação, é autorizada, desde que não implique alteração do conteúdo e respeite integralmente a legislação em vigor nos termos definidos no Código do Direito de Autor e dos Direitos Conexos.

Edição: fevereiro 2026

ÍNDICE

CAPÍTULO 1

Porquê um <i>Manual da Igreja</i>?	17
Autoridade e Função do <i>Manual da Igreja</i>	19
Fazer Alterações	19
Onde Obter Aconselhamento	21
Termos Usados no <i>Manual da Igreja</i>	21
<i>Igreja</i>	21
<i>Associação, Missão, Secção, Delegação, Campo, União de Igrejas</i>	21
<i>Pastor e Ministro</i>	22
<i>Citações da Escritura</i>	22

CAPÍTULO 2

A Igreja do Deus Vivo	23
Nenhuma Parede de Separação	23
Objeto da Suprema Atenção de Cristo	24
Perfeita em Cristo	25

5

CAPÍTULO 3

Organização e Autoridade	27
Base Bíblica da Organização	27
Importância da Organização	28
Propósitos Missionários da Organização	29
Modelo do Novo Testamento	31
Organização da Igreja Hoje.	31
Esboço da Organização Denominacional.	32
1. <i>Igreja Local</i>	32
2. <i>Associação Local</i>	32
3. <i>União de Igrejas</i>	33
4. <i>União/Missão</i>	33
5. <i>Conferência Geral e Suas Divisões</i>	33
Papel das Instituições.	33
Autoridade na Igreja Primitiva.	34
A Conferência Geral como a mais Alta Autoridade	34

CAPÍTULO 4

Pastores e Outros Funcionários da Igreja	37
Um Ministério Divinamente Designado	37

<i>Presidente da Associação</i>	40
<i>Diretores Departamentais da Associação</i>	41
<i>Pastores Ordenados</i>	41
<i>Pastores Autorizados</i>	42
<i>Instrutores Bíblicos</i>	43
<i>A Associação Dirige os Funcionários da Igreja</i>	44
Credenciais e Autorizações	44
<i>Credenciais e Autorizações Caducadas</i>	45
<i>Funcionários Reformados</i>	45
<i>Antigos Pastores sem Credenciais</i>	45

CAPÍTULO 5

Organização, União e Dissolução de Igrejas e Grupos	47
Organização de uma Igreja	47
Organização de um Grupo	49
União de Igrejas	50
Dissolução ou Expulsão de Igrejas	51
1. <i>Perda de Membros</i>	52
2. <i>Disciplina</i>	53
Cuidados a Ter com Membros, Registos e Fundos	54

CAPÍTULO 6

Fazer Discípulos	57
O que É um Discípulo?	58
O Crescimento de um Discípulo	59
Passos Práticos	61
Amor, a Marca Definidora de um Discípulo	62

CAPÍTULO 7

Membros da Igreja	63
Batismo	63
<i>Um Pré-requisito da Condição de Membro</i>	63
<i>O Modo de Batismo</i>	64
<i>Instrução Cuidadosa e Exame Público antes do Batismo</i>	64
Voto e Compromisso Batismal	65
<i>Voto Batismal</i>	65
<i>Voto</i>	65
<i>Voto Alternativo</i>	67
<i>Aliança Batismal</i>	67
<i>Compromisso</i>	67
<i>Votação de Aceitação Dependente do Batismo</i>	69

Receção de Membros Desconhecidos	69
Preparativos para o Batismo	69
Rebatismo	69
Indivíduos Vindos de Outras Denominações Cristãs	70
Apostasia e Rebatismo	70
Rebatismo Inadequado	71
Profissão de Fé	71
Transferência de Membros	72
Método de Concessão de Cartas de Transferência	73
O Secretário Prepara a Carta	74
Carta Válida por Seis Meses	74
Método Alternativo para a Transferência de Membros	74
Condição de Membro durante a Transferência	74
Receção de Membros sob Condições Díficeis	74
Contagem em Relatórios Estatísticos	75
Se o Membro Não For Aceite	75
Cartas Concedidas Só Àqueles que Estão em Situação Regular	75
Nenhuma Carta É Passada sem Aprovação do Membro	76
O Conselho de Igreja Não Pode Passar Cartas	76
Registo de Membros	77
Registo de Membros	77
Múltiplos Registos de Membros	77
Condição de Membro na Igreja da Associação	77
Revisão Redentora da Lista de Membros	78
Recursos	79

CAPÍTULO 8

Disciplina	81
Princípios Gerais	81
Tratar com Membros em Transgressão	81
O Plano de Deus	82
A Autoridade da Igreja	83
A Responsabilidade da Igreja	84
Os Não-Consagrados Opõem-se à Disciplina	84
Proteger a Unidade da Igreja	84
Reconciliação de Divergências	85
Resolução de Queixas de Membros contra a Igreja	87
Resolução de Queixas da Igreja contra Membros	87
Razões para Disciplina	88
Processo de Disciplina	89
Disciplina por Censura	89

<i>Disciplina por Exclusão do Membro</i>	90
<i>Sem Outros Testes Adicionais de Membresia</i>	90
<i>A Ocasão para a Disciplina</i>	91
<i>Prudência em Julgar o Caráter e a Motivação</i>	91
<i>Em Reunião Devidamente Convocada</i>	91
<i>Por Voto da Maioria</i>	92
<i>O Conselho de Igreja Não Pode Excluir Membros.</i>	92
<i>Direitos Fundamentais dos Membros</i>	92
<i>Os Membros Não Podem Ser Representados por Advogados</i>	92
<i>Transferência de Membros sob Censura</i>	93
<i>Os Membros Não Devem Ser Excluídos por Falta de Frequência</i>	93
<i>Membros que Mudam de Residência sem o Comunicar.</i>	93
<i>Os Membros Não Devem Ser Excluídos por Razões Pecuniárias.</i>	94
<i>Exclusão de Membros a Seu Pedido</i>	94
<i>Notificação aos Membros Excluídos</i>	94
<i>Reintegração de Membros Anteriormente Excluídos</i>	94
<i>Direito de Apelo à Reintegração</i>	95

CAPÍTULO 9

Oficiais e Organizações da Igreja Local	97
Qualificações Gerais.	97
<i>Aptidão Moral e Religiosa</i>	97
<i>Alimentar e Proteger a Igreja</i>	98
<i>Respeito por Pastores e Oficiais.</i>	98
<i>Não Postos Demasiado Depressa em Cargos</i>	99
<i>Opositores à Unidade São Inaptos para Cargos.</i>	99
<i>O Perigo de Escolher Quem se Recusa a Cooperar</i>	100
<i>Membros Locais.</i>	100
<i>Dar Exemplo no Dízimo e nas Ofertas.</i>	100
<i>Não São Delegados Ex Officio.</i>	101
<i>Distribuição de Responsabilidades</i>	101
<i>Exclusão e Readmissão</i>	101
Duração de Funções.	101
Anciãos	101
<i>Dirigentes Religiosos da Igreja</i>	101
<i>Conselho de Anciãos</i>	102
<i>Ordenação de Anciãos</i>	102
<i>Relacionamento com o Pastor</i>	103
<i>A Atividade dos Anciãos É Local</i>	104
<i>Direção dos Serviços Religiosos da Igreja</i>	104
<i>Cerimónia Batismal</i>	104

<i>Cerimônia de Casamento</i>	104
<i>Promover o Dízimo</i>	105
<i>Promover o Estudo da Bíblia, a Oração, a Formação e</i> <i>o Crescimento Espiritual dos Membros</i>	105
<i>Promover Todas as Linhas de Atuação</i>	105
<i>Cooperar com a Associação</i>	106
<i>Promover a Obra Mundial</i>	106
<i>Formação e Apetrechamento dos Anciãos</i>	106
<i>Livres para Atuar Eficazmente</i>	106
<i>O Primeiro Anção</i>	107
<i>Limitação de Autoridade</i>	107
<i>Diretores de Igreja</i>	107
<i>Diaconos</i>	107
<i>Conselho de Diaconos</i>	109
<i>Os Diaconos Devem Ser Ordenados</i>	109
<i>Diaconos Não Estão Autorizados a Presidir</i>	109
<i>Deveres dos Diaconos</i>	109
1. <i>Ajuda nos Serviços Religiosos e nas Reuniões</i>	110
2. <i>Visitação a Membros</i>	110
3. <i>Preparação dos Serviços Batismais</i>	110
4. <i>Ajuda no Serviço de Comunhão</i>	110
5. <i>Cuidado dos Doentes e Ajuda aos Pobres e Desafortunados</i>	110
6. <i>Cuidado e Manutenção da Propriedade</i>	110
<i>Diaconisas</i>	111
<i>Conselho de Diaconisas</i>	111
<i>Cerimônia de Ordenação de Diaconisas</i>	111
<i>Diaconisas Não Estão Autorizadas a Presidir</i>	112
<i>Deveres das Diaconisas</i>	112
1. <i>Saudar e Visitar Visitas e Membros</i>	112
2. <i>Visita aos Membros</i>	112
3. <i>Ajuda nos Batismos</i>	112
4. <i>Preparativos para o Serviço de Comunhão</i>	112
5. <i>O Cuidado dos Doentes e dos Pobres</i>	113
6. <i>Cuidado e Manutenção da Propriedade</i>	113
<i>Secretário</i>	113
<i>Não Acrescenta nem Exclui Nomes sem um Voto</i>	113
<i>Transferência de Membros</i>	113
<i>Correspondência com Membros</i>	114
<i>Envio do Nome dos Delegados</i> <i>às Assembleias Administrativas da Associação</i>	114
<i>Os Relatórios Devem Ser Enviados Atempadamente</i>	114

Registos da Igreja	114
Tesoureiro	114
O Tesoureiro É Depositário de Todos os Fundos	115
Fundos da Associação.	115
Ofertas da Escola Sabatina.	115
Fundos da Igreja Local	116
Fundos de Organizações Auxiliares	116
Salvaguarda do Propósito dos Fundos.	117
Dinheiro para Encomendas Pessoais de Literatura	117
Método Adequado de Entrega de Dinheiro pelos Membros	118
Entrega de Recibos aos Membros.	118
Método Adequado de Envio de Fundos para a Associação	118
Preservação de Documentos Financeiros	119
Os Livros Devem Ser Verificados	119
Relacionamento com os Membros É Confidencial.	119
O Coordenador de Interessados.	119
Departamentos e Outras Organizações.	120
Ministérios Adventistas das Possibilidades	121
Os Surdos Formam uma Cultura Única.	122
O Diretor dos Ministérios Adventistas das Possibilidades.	122
Conselho dos Ministérios Adventistas das Possibilidades	122
Recursos	122
Ministérios da Criança	123
Coordenador e Conselho dos Ministérios da Criança	124
Recursos	124
Comunicação.	124
Secretário de Comunicação.	125
Conselho de Comunicação	125
Comissão Central de Comunicação	126
Educação	126
Secretário de Educação	126
Associação Lar e Escola.	126
Conselho de Escola de Igreja	127
Ministérios da Família	129
Diretor(es) dos Ministérios da Família	130
Conselho dos Ministérios da Família.	131
Recursos	131
Ministérios da Saúde	131
Diretor dos Ministérios da Saúde	131
Conselho dos Ministérios da Saúde	131
Associação dos Ministérios da Saúde ou de Temperança	132

Recursos	132
Música.	132
<i>A Escolha de Coordenadores de Música</i>	132
<i>A Escolha de Músicos</i>	132
Assuntos Públicos e Liberdade Religiosa	133
<i>Diretor da Liberdade Religiosa.</i>	133
<i>Delegações da Liberdade Religiosa</i>	133
<i>Recursos</i>	133
Ministérios das Publicações	134
<i>Venda através de Colportores</i>	134
<i>Distribuição Gratuita (Partilha) por Membros de Igreja</i>	134
<i>Coordenador dos Ministérios das Publicações.</i>	134
<i>Conselho dos Ministérios das Publicações</i>	134
<i>Recursos</i>	135
Escola Sabatina e Ministérios Pessoais	135
Escola Sabatina	135
<i>Oficiais da Comissão da Escola Sabatina</i>	136
<i>Diretor e Outros Oficiais da Escola Sabatina</i>	137
<i>Diretores das Divisões da Escola Sabatina</i>	138
<i>Dinamizadores da Escola Sabatina</i>	138
<i>Recursos</i>	139
Ministérios Pessoais.	139
<i>Conselho dos Ministérios Pessoais</i>	139
<i>Oficiais dos Ministérios Pessoais</i>	140
<i>Homens Adventistas</i>	140
<i>Coordenador da Escola Bíblica.</i>	140
<i>Diretor(a) dos Serviços Adventistas à Comunidade</i> <i>ou Diretor(a) da Sociedade de Dorcas</i>	140
<i>Recursos</i>	141
Escritos do Espírito de Profecia	141
<i>Coordenador dos Escritos do Espírito de Profecia.</i>	141
Ministérios da Mordomia.	142
<i>Diretor dos Ministérios da Mordomia</i>	142
<i>Recursos</i>	142
Ministérios da Mulher	142
<i>Diretora e Conselho dos Ministérios da Mulher.</i>	143
<i>Recursos</i>	143
Ministérios da Juventude Adventista	143
<i>Conselho dos Ministérios da Juventude Adventista</i>	146
<i>Conselho dos Ministérios dos Jovens Seniores (Embaixadores)</i>	146
<i>Ministérios em Campus Público.</i>	147

<i>Diretor/Coordenador dos Ministérios em Campus Público</i>	147
<i>Ministério dos Companheiros</i>	147
<i>Conselho dos Companheiros</i>	148
<i>Clube de Desbravadores (Exploradores)</i>	148
<i>Conselho de Desbravadores (Exploradores)</i>	148
<i>Clube de Tições</i>	149
<i>Conselho de Tições</i>	149
<i>Oficiais da Juventude Adventista.</i>	149
<i>Conselheiro da Juventude Adventista</i>	150
<i>Recursos</i>	151
<i>Cerimônia de Tomada de Posse</i>	151

CAPÍTULO 10

Eleições.	153
<i>Comissão de Nomeações e Processo de Eleição.</i>	153
<i>Quorum.</i>	154
<i>Quando e Como É Indigitada a Comissão de Nomeações.</i>	154
<i>Como Funciona o Processo.</i>	155
<i>Quem Deve Ser Membro da Comissão de Nomeações.</i>	155
<i>O Trabalho da Comissão de Nomeações.</i>	156
<i>A Comissão de Nomeações Deve Obter o Assentimento</i> <i>dos Prováveis Oficiais</i>	156
<i>Os Membros Podem Comparecer perante a Comissão de Nomeações.</i> . .	157
<i>As Discussões na Comissão de Nomeações São Confidenciais</i> . . .	157
<i>Apresentação do Relatório à Igreja</i>	157
<i>Objções ao Relatório da Comissão de Nomeações</i>	157
<i>Preenchimento de Vagas entre Nomeações</i>	158
<i>Delegados à Assembleia Administrativa da Associação Local</i> . . .	158
<i>Escolha dos Delegados</i>	159
<i>Dever dos Delegados</i>	160
<i>Responsabilidade dos Oficiais da Associação</i>	160
<i>Conselho Diretor da Associação</i>	160

CAPÍTULO 11

Serviços Religiosos e Outras Reuniões.	161
<i>Princípios Gerais</i>	161
<i>Propósito dos Serviços Religiosos e das Reuniões</i>	161
<i>Reverência pela Casa de Culto</i>	161
<i>Ensino de Reverência às Crianças</i>	162
<i>Decoro e Silêncio no Lugar de Culto</i>	162
<i>Hospitalidade</i>	163

Lugar da Música no Culto	163
<i>O Poder da Música</i>	163
<i>Cantar com Espírito e Entendimento</i>	163
O Púlpito Não É um Fórum	164
<i>Pôr à Prova Nova Luz</i>	164
A Importância de Manter a Unidade	166
<i>Oradores Autorizados</i>	167
A Escola Sabatina e o Culto Solene	167
<i>Escola Sabatina</i>	167
<i>Anúncios e Promoções Departamentais</i>	167
<i>O Culto Solene</i>	168
<i>São Requeridos Aptidão, Estudo e Planeamento</i>	168
<i>Formato do Culto Solene</i>	169
<i>Culto Missionário da Igreja</i>	169
<i>Oração Pública</i>	169
<i>Fornecimento de Literatura no Sábado</i>	170
O Serviço da Comunhão	170
<i>Rito do Lava-Pés</i>	170
<i>A Santa Ceia</i>	171
<i>Pão sem Fermento e Vinho Não Fermentado (Sumo de Uva)</i>	171
<i>Um Memorial da Crucificação</i>	172
<i>Uma Proclamação da Segunda Vinda</i>	172
<i>Anúncio do Serviço da Comunhão</i>	172
<i>Celebração do Serviço da Comunhão</i>	173
<i>Duração do Serviço</i>	173
<i>Preliminares</i>	173
<i>O Lava-pés</i>	173
<i>O Pão e o Vinho</i>	173
<i>Celebração</i>	173
<i>Quem Pode Participar</i>	174
<i>Todos os Membros Devem Participar</i>	174
<i>Quem Pode Dirigir o Serviço da Comunhão</i>	175
<i>Comunhão para Quem Não Pode Estar Presente</i>	175
Reunião de Oração	175
<i>As Reuniões de Oração Devem Ser Interessantes</i>	175
Reuniões Administrativas	176
O Conselho de Igreja e as suas Reuniões	177
<i>Definição e Função</i>	177
<i>Cuidado Espiritual</i>	178
<i>Fazer Discípulos</i>	178
<i>Membros</i>	179

<i>Oficiais</i>	180
<i>Reuniões</i>	180
<i>O Trabalho do Conselho de Igreja</i>	181
<i>Comissões do Conselho de Igreja</i>	182
<i>Comissão de Finanças</i>	182
<i>Reuniões do Conselho Escolar</i>	183
<i>Reuniões da Associação Lar e Escola</i>	183
<i>Reuniões da Juventude</i>	183
<i>Reuniões dos Ministérios dos Jovens Seniores (Companheiros e Jovens Adultos [Embaixadores])</i>	183
<i>Reuniões dos Ministérios em Campi Públicos</i>	184
<i>Reuniões dos Ministérios dos Juvenis (Tições e Desbravadores [Exploradores])</i>	184

CAPÍTULO 12

Finanças	185
<i>Mordomia</i>	187
<i>Dízimo</i>	188
<i>Benevolência Sistemática e Unidade</i>	188
<i>Como Deve Ser Usado o Dízimo</i>	188
<i>Como Deve Ser Tratado o Dízimo</i>	189
<i>Oficiais da Igreja e da Associação Devem Dar o Exemplo</i>	189
<i>Ofertas</i>	189
<i>Ofertas Regulares e Sistemáticas</i>	190
<i>Outras Ofertas</i>	190
<i>Ofertas Especiais para os Campos</i>	191
<i>Assistência aos Pobres e Necessitados</i>	191
<i>Orçamento da Igreja para Despesas Locais</i>	192
<i>Anunciar Dízimos e Ofertas</i>	192
<i>Aconselhamento Financeiro em Geral</i>	192
<i>Regulamentação da Solicitação de Fundos</i>	192
<i>Métodos Questionáveis para Recolha de Fundos</i>	193
<i>Dízimos e Ofertas Não São um Fundo de Reserva Pessoal</i>	194
<i>Financiamento de Planos de Construção</i>	194
<i>Movimentação e Prestação de Contas dos Fundos</i>	194
<i>Auditoria</i>	195
<i>Transparência e Prestação de Contas</i>	195

CAPÍTULO 13

Normas de Vida Cristã	197
<i>Sublime Chamado de Deus em Cristo Jesus</i>	197

Estudo da Bíblia e Oração	198
Relacionamento com a Comunidade	199
Guarda do Sábado	199
Reverência no Lugar de Culto	201
Saúde e Temperança	202
Vestuário	203
Simplicidade	204
Meios de Comunicação Modernos	205
Recreação e Entretenimento	206
Música.	207
Conclusão	208

CAPÍTULO 14

Casamento, Divórcio e Novo Casamento	209
Relacionamentos Sociais	209
Acompanhamento de Jovens por Adultos	211
Namoro	211
Aconselhamento/Formação Pré-Matrimonial	213
Casamento	214
1. <i>Ideal Divino a Ser Restaurado em Cristo</i>	216
2. <i>Unidade e Igualdade a Serem Restauradas em Cristo</i>	216
3. <i>Graça Disponível para Todos</i>	216
4. <i>O Papel da Igreja.</i>	216
Divórcio.	216
Posição da Igreja sobre Divórcio e Novo Casamento	218
Ministério da Igreja Local junto das Famílias	221

15

CAPÍTULO 15

Crenças Fundamentais dos Adventistas do Sétimo Dia.	223
--	------------

NOTAS

Notas do CAPÍTULO 7.	237
1. <i>Revisão Redentora da Lista de Membros</i>	237
Notas do CAPÍTULO 9.	238
1. <i>Cerimónia de Casamento</i>	238
2. <i>Formação e Apetrechamento de Anciãos</i>	239
3. <i>Formação e Apetrechamento de Diáconos e Diaconisas</i>	239
4. <i>Cuidado e Manutenção da Propriedade da Igreja</i>	239
5. <i>O Secretário Mantém os Registos</i>	239
6. <i>Correspondência com Membros</i>	240

7. Dinheiro para Encomendas Pessoais de Literatura.	240
8. A Salvaguarda de Crianças	240
a. Norma dos Dois Adultos	241
b. Porta Aberta	241
c. Inspeção Rigorosa de Voluntários	241
d. Norma dos Seis Meses	241
e. Formação	241
9. Recursos dos Ministérios Adventistas das Possibilidades	241
10. Recursos dos Ministérios da Criança	241
11. Recursos dos Ministérios da Família	242
12. Recursos dos Ministérios da Saúde.	242
13. Recursos dos Assuntos Públicos e da Liberdade Religiosa.	242
14. Recursos dos Ministérios das Publicações	242
15. Recursos da Escola Sabatina e dos Ministérios Pessoais	243
16. Serviços Adventistas à Comunidade	243
17. Recursos dos Ministérios da Mordomia	244
18. Recursos dos Ministérios da Mulher	244
19. Plano Organizacional da Juventude Adventista.	245
20. Recursos dos Ministérios da Juventude	245

Notas do CAPÍTULO 10.	245
1. Lista Exemplificativa de Dirigentes da Igreja.	245

Notas do CAPÍTULO 11.	247
1. Escola Sabatina	247
2. Formatos do Serviço de Culto	247
3. Formas do Serviço de Culto	248
4. Horas das Reuniões	249
5. Lava-Pés	250
6. Pão e Vinho	250
7. Reuniões Administrativas	252
8. Outras Comissões do Conselho de Igreja	253
9. Recursos da Juventude Adventista.	253

Notas do CAPÍTULO 12.	253
1. Recursos dos Ministérios da Mordomia	253
2. Exemplo de Orçamento Anual.	253



CAPÍTULO 1

Porquê um *Manual da Igreja*?

Porque é que a Igreja Adventista do Sétimo Dia tem um *Manual da Igreja*?

Deus é um Deus de ordem, como é evidente nas Suas obras de Criação e Redenção. Consequentemente, a ordem faz parte da essência da Sua Igreja. A ordem consegue-se através de princípios e regulamentos que orientam a Igreja nos seus procedimentos internos e no cumprimento da sua missão junto do mundo. A fim de ser uma organização eclesiástica bem-sucedida ao serviço do Senhor e da Humanidade, ela precisa de ordem, de regras e de disciplina. A Escritura afirma “faça-se tudo decentemente e com ordem” (I Cor. 14:40).

Ellen G. White chamou a atenção para essas necessidades em 1875: “A Igreja de Cristo está em perigo constante. Satanás está a procurar destruir o povo de Deus, e a mente de um só homem, o seu discernimento, não é suficiente para se confiar. Cristo gostaria que os Seus seguidores fossem unidos na qualidade de Igreja, observando ordem, tendo regras e disciplina, e todos sujeitos uns aos outros, considerando ‘os outros superiores a si’ mesmos (Fil. 2:3).” – Ellen G. White, *Testemunhos para a Igreja*, Vol. 3, p. 445.

Contudo, os dirigentes da Igreja não criaram de imediato um livro de regras para governo da Igreja, embora, nos primeiros anos da Igreja, a Assembleia da Conferência Geral se reunisse anualmente e os Delegados votassem sobre questões de ordem e de vida eclesiástica. Finalmente, em 1882, a Assembleia da Conferência Geral votou a preparação de “instrução para os Oficiais de Igreja, a ser impressa na *Review and Herald* ou em forma de folheto”. – *Review and Herald*, 26 de dezembro de 1882. Isto revelou a crescente compreensão de que a ordem era um imperativo para que a organização funcionasse eficazmente, e de que a uniformidade nessa ordem requeria que os seus princípios orientadores fossem colocados em forma impressa.



No entanto, quando a proposta para que os artigos fossem apresentados em forma permanente como *Manual da Igreja* foi apresentada perante a Assembleia da Conferência Geral de 1883, os Delegados rejeitaram a ideia. Receavam que um Manual pudesse formalizar a Igreja e retirar aos seus Pastores a liberdade individual para lidar com questões de ordem conforme desejassem.

Contudo, esse receio – refletindo, sem dúvida, a oposição que existia 20 anos antes a qualquer tipo de organização – foi-se reduzindo rapidamente. As Assembleias anuais da Conferência Geral continuaram a tomar decisões sobre questões de ordem.

Embora a Igreja declinasse oficialmente a adoção de um manual, os dirigentes foram compilando ao longo do tempo, em formato de livro ou de folheto, as regras geralmente aceites para a vida da Igreja. Talvez o mais notório tenha sido um livro de 184 páginas, publicado em 1907 pelo pioneiro J. N. Loughborough, intitulado *A Igreja, a Sua Organização, Ordem e Disciplina*, o qual tratava de muitos dos tópicos agora cobertos por este *Manual da Igreja*.

18

À medida que a Igreja cresceu rapidamente em todo o mundo no início do século XX, reconheceu cada vez mais a necessidade de um Manual para uso em todo o mundo pelos seus Pastores e membros leigos. Em 1931, o Conselho da Conferência Geral votou publicar um *Manual da Igreja*. J. L. McElhany, mais tarde Presidente da Conferência Geral, preparou o manuscrito, o qual foi publicado em 1932.

A frase de introdução no prefácio dessa primeira edição observava que “se tem tornado cada vez mais evidente que é necessário um Manual sobre administração da Igreja para apresentar e preservar as nossas práticas e a nossa regulamentação denominacionais”.

Repare-se na palavra *preservar*. Não se tratou de uma tentativa de criar repentinamente e impor à Igreja todo um esquema de administração eclesiástica. Foi, sim, um esforço, antes de mais, para *preservar* todas as boas decisões tomadas ao longo de anos, e acrescentar, depois, as regras requeridas pelos crescentes desenvolvimento e complexidade da Igreja.



AUTORIDADE E FUNÇÃO DO MANUAL DA IGREJA

O *Manual da Igreja* existe no seu formato atual desde 1932. Descreve o funcionamento e as funções das igrejas locais e o seu relacionamento com as estruturas denominacionais de que são membros. O *Manual da Igreja* também expressa a compreensão da Igreja sobre a vida cristã, a governação da Igreja e a disciplina, com base em princípios bíblicos e na autoridade das Assembleias da Conferência Geral devidamente reunidas. “Deus ordenou que os representantes da Sua Igreja de todas as partes da Terra, quando reunidos numa Conferência Geral, devam ter autoridade.” – Ellen G. White, *Testemunhos para a Igreja*, Vol. 9, p. 261.

O *Manual da Igreja* divide-se em dois tipos de material. O conteúdo de cada capítulo é válido para todo o mundo e é aplicável a todas as organizações da Igreja, a todas as congregações e a todos os membros. Reconhecendo a necessidade de variações nalgumas secções, há material explicativo adicional, que aparece sob a forma de orientação e exemplos, o qual é apresentado como notas no final do *Manual da Igreja*. As notas têm subtítulos correspondentes aos subtítulos do capítulo e a numeração da página do texto principal.

19

As normas e as práticas da Igreja baseiam-se nos princípios das Sagradas Escrituras. Estes princípios, sublinhados pelo Espírito de Profecia, estão explanados neste *Manual da Igreja*. Devem ser observados em todas as questões que dizem respeito à administração e ao funcionamento das igrejas locais. O *Manual da Igreja* define também o relacionamento existente entre a congregação local e a Associação ou outras entidades da organização denominacional Adventista do Sétimo Dia. Não deve ser feita qualquer tentativa de estabelecer padrões para a condição de membros, nem estabelecer, ou tentar impor, regras ou regulamentos para as operações da igreja local que sejam contrários às decisões adotadas pela Conferência Geral em Assembleia e que estão explanados neste *Manual da Igreja*.

FAZER ALTERAÇÕES

A Conferência Geral votou, ao longo dos anos, importantes alterações ao *Manual da Igreja*. Compreendendo a importância de conduzir a obra mundial da Igreja “decentemente e em ordem”, a Assembleia



da Conferência Geral de 1946 votou que “todas as alterações ou revisões de regulamentação que devam ser feitas no *Manual* devem ser autorizadas pela Assembleia da Conferência Geral”. – *Relatório da Conferência Geral*, Nº 8, p. 197 (14 de junho de 1946).

Em 1948, reconhecendo que as condições locais requerem, por vezes, ações especiais, o Conselho da Conferência Geral votou que “cada Divisão do campo mundial, incluindo a Divisão Norte-Americana, prepare um ‘Aditamento’ ao novo *Manual da Igreja*, não o modificando de maneira nenhuma, mas contendo matéria adicional que seja de aplicação conveniente às condições e circunstâncias prevalecentes nessa Divisão; os manuscritos desses Aditamentos devem ser submetidos ao Conselho da Conferência Geral para endosso antes de serem impressos”. – *Autumn Council Actions* (Decisões do Conselho de Outono), 1948, p. 19.

A Assembleia da Conferência Geral de 2000 autorizou que algum do material existente no *Manual da Igreja* fosse reclassificado e constasse da secção das Notas, como orientação e exemplos e não tanto como material obrigatório, e aprovou o processo para a realização de alterações. As alterações no *Manual da Igreja*, exceto nas Notas e nas alterações editoriais, só podem ser feitas por decisão de uma Assembleia da Conferência Geral, na qual os Delegados da Igreja mundial têm voz e voto. Se uma igreja local, uma Associação ou uma União pretender propor uma revisão do *Manual da Igreja*, deve submeter a sua proposta ao nível organizativo denominacional logo acima para aconselhamento e análise. Se esse nível aprovar a proposta, submete a revisão sugerida ao nível seguinte para avaliação adicional. Se os vários níveis aprovarem a proposta, esta acabará por chegar à Comissão do *Manual da Igreja* da Conferência Geral, que considera todas as recomendações. Se a Comissão do *Manual da Igreja* aprovar a revisão, prepara-a para apresentação a um Conselho Anual e/ou a uma Assembleia da Conferência Geral.

Qualquer revisão de uma Nota segue o mesmo procedimento. O Conselho Executivo da Conferência Geral tem competência para aprovar alterações às Notas em qualquer Conselho Anual.

A Comissão do *Manual da Igreja* apresenta alterações editoriais não fundamentais do conteúdo principal do *Manual da Igreja* a um



Concílio Anual do Conselho Executivo da Conferência Geral, o qual poderá dar a aprovação final. Contudo, no caso do Conselho Anual concluir, por voto de um terço, que a alteração editorial modifica fundamentalmente o significado de qualquer passagem, a alteração proposta terá de ir à Assembleia da Conferência Geral.

No último Conselho Anual de um Quinquénio, o Conselho Executivo da Conferência Geral revê todas as alterações às Notas e coordena as alterações com quaisquer emendas propostas ao conteúdo principal do *Manual da Igreja*.

Uma nova edição do *Manual da Igreja* é publicada após cada Assembleia da Conferência Geral. A edição mais recente é a que deve ser sempre utilizada. A presente edição incorpora as emendas feitas na Assembleia da Conferência Geral de 2025.

ONDE OBTER ACONSELHAMENTO

Os Oficiais e os Dirigentes de Igreja, os Pastores e os membros devem consultar a sua Associação para obter conselhos sobre o funcionamento da respetiva congregação, ou sobre dúvidas surgidas do *Manual da Igreja*. Se não chegarem a um entendimento mútuo, devem consultar a sua União para clarificação.

21

TERMOS USADOS NO MANUAL DA IGREJA

Igreja – Por uma questão de economia editorial e de impressão, o termo “Igreja”, com I maiúsculo, é usado em lugar do termo completo “Igreja Adventista do Sétimo Dia” e refere-se à organização da Igreja em geral, e não a uma igreja ou congregação local, com exceção dos casos em que seja mencionado numa citação. As referências a uma igreja local também se aplicarão em geral a um grupo.

Associação, Missão, Secção, Delegação, Campo, União de Igrejas – Por uma questão de economia editorial e de impressão, o termo “Associação” nestas páginas significa “Associação, Missão, Secção, Delegação ou União de igrejas”, consoante o que o contexto administrativo indicar. Em geral, cada congregação é membro da fraternidade de igrejas conhecida como uma Associação, mas, até que a organização local atinja esse estatuto de Associação, conforme os Procedimentos



Operacionais (*Working Policy*) da Conferência Geral, aquela pode ser identificada como uma Missão, Secção, Delegação ou um Campo. Nalgumas Divisões mundiais, as Uniões de igrejas de algum país específico funcionam como uma Associação, para efeitos da igreja local, e como uma União, para outros efeitos organizacionais da Igreja. (Ver Capítulo 3, “Organização e Autoridade”.)

Pastor e Ministro – Na maioria das regiões da Igreja mundial, o termo “Pastor” é usado para identificar um membro do clero; por isso o termo é usado nestas páginas em vez de “Ministro”, independentemente das responsabilidades atribuídas pela Associação local. O uso do termo neste *Manual* não tem a intenção de impor esse uso onde seja habitual usar o termo “Ministro”. Os Pastores referidos neste Manual são aqueles que foram nomeados pela Associação para supervisionar as questões da igreja local ou do Distrito.

As *Citações da Escritura* são retiradas da *versão de João Ferreira de Almeida, edição revista e corrigida*, da Sociedade Bíblia de Portugal, a menos que seja indicado de maneira diferente, à exceção dos casos em que sejam referidas numa citação do Espírito de Profecia.





CAPÍTULO 2

A Igreja do Deus Vivo

As Escrituras usam várias expressões para descrever a Igreja, tais como “a igreja de Deus” (Atos 20:28), “o corpo de Cristo” (Efé. 4:12) e “a igreja do Deus vivo” (I Tim. 3:15).

Pertencer à Igreja de Deus é um privilégio único capaz de satisfazer a alma. É propósito de Deus congregar um povo dos mais remotos cantos da Terra para os unir num só corpo, o corpo de Cristo, do qual Ele é a Cabeça viva. Todos os que são filhos de Deus em Cristo Jesus são membros deste corpo, e, neste relacionamento, podem desfrutar de comunhão uns com os outros e também da comunhão com o seu Senhor.

A Bíblia usa a palavra *igreja* pelo menos em dois sentidos: um sentido geral, que se aplica à Igreja em todo o mundo (Mat. 16:18; I Cor. 12:28), e num sentido particular, que se aplica à igreja numa cidade ou numa região, como eram os casos em Roma (Rom. 1:6 e 7), em Corinto (I Cor. 1:2), em Tessalónica (I Tes. 1:1), na Galácia (I Cor. 16:1), na Ásia (I Cor. 16:19), na Síria e na Cilícia (Atos 15:41).

Cristo, como Cabeça da Igreja e seu Senhor vivo, tem um profundo amor pelos membros do Seu corpo. Na Igreja, deve Ele ser glorificado (Efé. 3:21). Por meio da Igreja, revelará Ele “a multiforme sabedoria de Deus” (Efé. 3:10). Dia após dia, Ele alimenta e sustenta a Sua Igreja (Efé. 5:29), e o Seu ansiado desejo é torná-la “igreja gloriosa, sem mácula, nem ruga, nem coisa semelhante, mas santa e irrepreensível” (Efé. 5:27).

NENHUMA PAREDE DE SEPARAÇÃO

Cristo procurou, por preceito e exemplo, ensinar a verdade de que, com Deus, não devia haver nenhuma parede divisória entre Israel e as outras nações (João 4:4-42; 10:16; Lucas 9:51-56; Mat. 15:21-28). O apóstolo Paulo escreve: “... os gentios são co-herdeiros, e de um mesmo corpo, e participantes da promessa, em Cristo, pelo evangelho” (Efé. 3:6).



Também não deve haver entre os seguidores de Cristo qualquer preferência de casta, nacionalidade, raça ou cor, pois todos são do mesmo sangue. Os eleitos de Deus são um corpo universal, uma nova Humanidade, salva pelo sangue de Cristo, que está à disposição de todos. “Nisto não há judeu nem grego; não há servo nem livre; não há masculino nem feminino; porque todos vós sois um, em Cristo Jesus” (Gál. 3:28).

“Cristo veio à Terra com uma mensagem de misericórdia e perdão. Lançou o fundamento de uma religião pela qual Judeus e Gentios, negros e brancos, livres e escravos, são ligados numa irmandade comum, reconhecidos como iguais à vista de Deus. O Salvador tem ilimitado amor por cada ser humano.” – Ellen G. White, *Testemunhos para a Igreja*, Vol. 7, p. 225.

“Deus não reconhece distinção alguma de nacionalidade, raça ou casta. Ele é o Criador de toda a Humanidade. Todos os homens são de uma família pela Criação, e todos são um pela Redenção. Cristo veio para demolir todas as paredes de separação e abrir todos os compartimentos do templo, a fim de que toda a alma possa ter livre acesso a Deus... Em Cristo não há nem Judeu nem Grego, nem servo nem livre. Todos são aproximados pelo Seu precioso sangue.” – Ellen G. White, *Parábolas de Jesus*, p. 386 (traduzido do original inglês).

24

OBJETO DA SUPREMA ATENÇÃO DE CRISTO

Aqueles que, no serviço de Cristo, são chamados à liderança devem ter “cuidado da igreja de Deus” (I Tim. 3:5), “apascentar a igreja de Deus” (Atos 20:28) e demonstrar “cuidado de todas as igrejas” (II Cor. 11:28). (Ver o Capítulo 4.)

“Testifico aos meus irmãos e irmãs que a Igreja de Cristo, por débil e defeituosa que seja, é o único objeto sobre a Terra a que Ele confere a Sua suprema atenção. Enquanto a todos dirige o convite para irem a Ele e serem salvos, comissiona os Seus anjos para prestar divino auxílio a toda a alma que a Ele se achega com arrependimento e contrição; e, pessoalmente, por meio do Seu Espírito Santo, está no meio da Sua Igreja.” – Ellen G. White, *Testemunhos para Ministros*, p. 15.



Como esposa de Cristo, e como objeto da Sua suprema atenção, espera-se que a Igreja, em todas as suas funções, represente a ordem e o caráter do Divino.

“Na época atual, a Igreja precisa de vestir as suas belas vestes – ‘Cristo, justiça nossa’. Há distinções claras e precisas a serem restauradas e exemplificadas ao mundo, exaltando-se acima de tudo os mandamentos de Deus e a fé de Jesus. A beleza da santidade deve aparecer no seu brilho natural, em contraste com a deformidade e as trevas dos que são desleais, daqueles que se revoltam contra a Lei de Deus. Assim reconhecemos Deus e a Sua Lei, fundamento do Seu governo no Céu e em todos os Seus domínios terrestres. A Sua autoridade deve ser conservada distinta e clara perante o mundo; e não ser reconhecida lei alguma que esteja em oposição às leis de Jeová. Se, em desafio às disposições divinas, for permitido ao mundo influenciar as nossas decisões ou ações, o propósito de Deus será frustrado. Se a Igreja vacilar aqui, por mais especioso que seja o pretexto apresentado para tal, contra ela haverá, registada nos livros do Céu, uma traição da mais sagrada confiança, uma traição ao Reino de Cristo. A Igreja tem que manter os seus princípios perante todo o Universo celeste e os reinos deste mundo, de maneira firme e decidida; uma inabalável fidelidade na manutenção da honra e da santidade da Lei de Deus atrairá a atenção e a admiração do mundo, e muitos, pelas boas obras que contemplarem, serão levados a glorificar o nosso Pai celestial.” – Ellen G. White, *Testemunhos para Ministros*, pp. 16 e 17 (traduzido do original inglês).

25

O apóstolo Pedro escreve: “Mas vós sois a geração eleita, o sacerdócio real, a nação santa, o povo adquirido, para que anuncieis as virtudes daquele que vos chamou das trevas para a sua maravilhosa luz” (I Pedro 2:9).

PERFEITA EM CRISTO

“O Senhor proveu a Sua Igreja de capacidades e bênçãos para que apresentasse ao mundo uma imagem da Sua própria suficiência, e n’Ele se completasse, como uma contínua representação de outro mundo, eterno, onde há leis mais elevadas do que as terrestres. A Sua Igreja deve ser um templo construído segundo a semelhança divina,



e o anjo arquiteto trouxe do Céu a sua vara de ouro para medir, a fim de que cada pedra seja lavrada e ajustada pela medida divina, e polida para brilhar como um emblema do Céu irradiando em todas as direções os refulgentes e luminosos raios do Sol da Justiça...

“O Senhor Jesus está a provar os corações humanos por meio da exibição da Sua misericórdia e da Sua graça abundante. Está a efetuar transformações tão admiráveis que Satanás, com toda a sua vanglória de triunfo, com toda a sua confederação do mal reunida contra Deus e contra as leis do Seu governo, fica a olhá-las como a uma fortaleza inexpugnável aos seus sofismas e enganar. São para ele um mistério incompreensível. Os anjos de Deus, serafins e querubins, potestades encarregadas de cooperar com as agências humanas, veem, com admiração e alegria, que homens caídos, que eram filhos da ira, estão, por meio do ensino de Cristo, a formar caracteres segundo a semelhança divina, para serem filhos e filhas de Deus, e desempenharem um papel importante nas ocupações e nos prazeres do Céu.

26

“À Sua Igreja deu Cristo amplas possibilidades, para que viesse a receber da Sua possessão resgatada e comprada um grande tributo de glória. A Igreja, revestida da justiça de Cristo, é Sua depositária, na qual as riquezas da Sua misericórdia, do Seu amor e da Sua graça se hão de, por fim, revelar plenamente...

“Na imaculada pureza e perfeição deles, Cristo olha para o Seu povo como sendo a recompensa de todos os Seus sofrimentos, humilhação e amor, e como suplemento da Sua glória – sendo Ele o grande centro do qual irradia toda a glória. ‘Bem-aventurados aqueles que são chamados à ceia das bodas do Cordeiro.’ (Apoc. 19:9).” – Ellen G. White, *Testemunhos para Ministros*, pp. 17-19 (traduzido do original inglês).

A Igreja está comprometida com os princípios da unidade espiritual da Igreja de Cristo apresentados acima. Pela paz e pelo poder que a justiça de Cristo traz, a Igreja assume o compromisso de vencer todas as barreiras que o pecado ergueu entre os seres humanos.





CAPÍTULO 3

Organização e Autoridade

A organização da Igreja fundamenta-se nos princípios de Deus: “Nunca permitam que as ideias de alguém perturbem a vossa fé, com relação à ordem e à harmonia que deve existir na Igreja... O Deus do Céu é um Deus de ordem e exige que todos os Seus seguidores tenham regras e regulamentos, e que preservem essa ordem.” – Ellen G. White, *Testemunhos para a Igreja*, Vol. 5, p. 274 (traduzido do original inglês).

BASE BÍBLICA DA ORGANIZAÇÃO

Quando Deus chamou os filhos de Israel para fora do Egito e os escolheu como Seu povo peculiar, preparou-lhes um impressionante sistema de organização para governar a sua conduta tanto nas questões civis como nas religiosas.

“O governo de Israel caracterizou-se pela organização mais completa e maravilhosa, tanto pela perfeição como pela simplicidade. A ordem, tão admiravelmente demonstrada na perfeição e organização de todas as obras criadas por Deus, era evidenciada na economia hebraica. Deus era o centro da autoridade e do governo, o Soberano de Israel. Moisés desempenhava o papel do seu chefe visível, em virtude de indicação divina, a fim de administrar as leis em Seu nome. Dos anciãos das tribos foi mais tarde escolhido um grupo de setenta, para auxiliar Moisés nos negócios gerais da nação. Vinham em seguida os sacerdotes, que consultavam o Senhor no santuário. Chefes ou príncipes governavam as tribos. Abaixo destes estavam os capitães de mil, capitães de cem, capitães de cinquenta e capitães de dez e, por último, oficiais que poderiam ser usados no desempenho de deveres especiais. Deut. 1:15.” – Ellen G. White, *Patriarcas e Profetas*, pp. 371 e 372, ed. P. SerVir (2021).

A Igreja do Novo Testamento demonstrou a mesma perfeição na sua organização. O próprio Cristo, que formou a Igreja (Mat. 16:18),



“colocou os membros no corpo, cada um deles como quis” (I Cor. 12:18). Dotou-os com dons e talentos adequados às funções que lhes eram confiadas e organizou-os num corpo vivo e atuante, do qual Ele é a Cabeça.

“Porque assim como, num corpo, temos muitos membros, e nem todos os membros têm a mesma operação, assim nós, que somos muitos, somos um só corpo em Cristo, mas, individualmente, somos membros uns dos outros” (Rom. 12:4 e 5). “E ele [Cristo] é a cabeça do corpo da igreja, é o princípio e o primogénito de entre os mortos, para que em tudo tenha a preeminência” (Col. 1:18).

“Ora, há diversidade de dons, mas o Espírito é o mesmo. E há diversidade de ministérios, mas o Senhor é o mesmo” (I Cor. 12:4 e 5). “Porque, assim como o corpo é um, e tem muitos membros, e todos os membros, sendo muitos, são um só corpo, assim é Cristo também” (I Cor. 12:12). “Ora vós sois o corpo de Cristo, e seus membros em particular. E a uns pôs Deus na igreja, primeiramente apóstolos, em segundo lugar profetas, em terceiro, doutores, depois milagres, depois dons de curar, socorros, governos, variedades de línguas” (I Cor. 12:27 e 28).

IMPORTÂNCIA DA ORGANIZAÇÃO

Assim como não é possível haver nenhum corpo humano vivo e ativo, a menos que os seus membros estejam organicamente unidos e a funcionar conjuntamente, também não pode haver nenhuma Igreja viva, a desenvolver-se e a prosperar, a menos que os seus membros estejam organizados num corpo espiritual unido, todos realizando os seus deveres e funções atribuídos por Deus, sob a direção de uma autoridade divinamente constituída. Sem organização nenhuma instituição ou qualquer movimento pode prosperar. Uma nação sem um governo organizado seria um caos. Uma empresa comercial sem organização seria um fracasso. Uma Igreja sem organização desintegrar-se-ia e pereceria.

Para um desenvolvimento saudável da Igreja e para a realização da sua tarefa de levar o Evangelho da salvação a todo o mundo, Cristo deu-lhe um sistema de organização simples, mas eficaz. O sucesso nos



seus esforços para cumprir a sua missão depende da adesão leal a este padrão divino.

“Alguns têm apresentado o pensamento de que, ao nos aproximarmos do fim do tempo, todo o filho de Deus agirá independentemente de qualquer organização religiosa. Mas fui instruída pelo Senhor de que nesta obra não há coisa que se assemelhe a cada homem ser independente.” – Ellen G. White, *Testemunhos para Ministros*, p. 489.

“Oh, como se regozijaria Satanás, se pudesse ter êxito nos seus esforços para se insinuar entre este povo e desorganizar o trabalho num tempo em que uma completa organização é essencial e será o maior poder para manter afastados os movimentos espúrios e para refutar declarações não endossadas pela Palavra de Deus! Queremos conservar firmes as nossas fileiras, para que não haja quebra no sistema de organização e ordem que foi construído por um trabalho sábio e cuidadoso. Não se deve dar permissão a elementos perturbadores que desejam dominar a obra neste tempo.” – Ellen G. White, *Testemunhos para Ministros*, p. 489 (traduzido do original inglês).

PROPÓSITOS MISSIONÁRIOS DA ORGANIZAÇÃO

A nossa missão permanece inalterada, seja onde for que nos encontremos no mundo. A Igreja Adventista do Sétimo Dia foi organizada com um propósito missionário. No entanto, o modo como cumprimos essa missão necessariamente assumirá várias formas, devido às diferentes normas culturais e sociais. Ao buscarmos partilhar o Evangelho em contextos transculturais, encontraremos Sociedades em que corporações religiosas particulares consideram sagrados outros escritos; onde existem, por vezes, restrições à liberdade religiosa; onde ocorrem diversos pontos de vista e diversas práticas, bem como outros desafios. Para cumprimos a missão em contextos tão diferentes, dependemos da orientação do Espírito Santo e empregamos uma abordagem flexível na partilha do amor de Deus de uma forma que alcance os corações, ao mesmo tempo que preservamos a nossa singular vocação e identidade como Adventistas do Sétimo Dia.

As circunstâncias que os Adventistas do Sétimo Dia enfrentam ao partilharem a mensagem de Jesus com pessoas de outras religiões são,



em grande parte, paralelas àquelas que os apóstolos encontraram. O modo como eles empreenderam a missão é instrutivo para nós, hoje. Embora modificassem a sua abordagem para se adaptarem à sua audiência, nunca se desviaram da proclamação sobre a singularidade de Jesus como esperança do mundo. Eles nunca sugeriram que tinham vindo ajudar os seus ouvintes a encontrarem uma experiência espiritual mais profunda no seio das suas religiões; pelo contrário, eles desafiaram-nos a voltarem-se para a salvação oferecida em Cristo.

Devem ser formados grupos para conduzir todas as pessoas para uma relação salvífica com Jesus Cristo e para a comunhão com a Igreja Remanescente. Ao se formarem tais grupos, deve ser desenvolvido e seguido, em espírito de oração, um plano de ação teologicamente sã e culturalmente informado para guiar estes novos crentes a fim de se tornarem membros da Igreja. Estes grupos devem ser estabelecidos e nutridos em colaboração com a Administração local e segundo as linhas orientadoras da Igreja mundial. Os líderes desses grupos devem procurar levar as pessoas a tornarem-se membros da Igreja Adventista do Sétimo Dia.

30

A Igreja é uma comunidade missionária e a sua organização existe para cumprir esse propósito.

“Aumentando o nosso número, tornou-se evidente que, sem alguma forma de organização, haveria grande confusão, e a obra não seria levada avante com êxito. A organização era indispensável para prover a manutenção do ministério, para levar a obra a novos campos, para proteger dos membros indignos tanto as igrejas como o ministério, para a conservação das propriedades da Igreja, para a publicação da verdade pela Imprensa e para muitos outros fins.” – Ellen G. White, *Testemunhos para Ministros*, p. 26 (traduzido do original inglês).

“Como membros da Igreja visível e obreiros na vinha do Senhor, todos os Cristãos professos devem fazer tanto quanto possível para preservar a paz e a harmonia e o amor na Igreja. Notem a oração de Cristo: ‘Para que todos sejam um, como tu, ó Pai, o és em mim, e eu em ti; que também eles sejam um em nós, para que o mundo creia que tu me enviaste.’ (João 17:21.) A unidade da Igreja é a prova convincente de que Deus enviou Jesus ao mundo para o salvar.” – Ellen G. White, *Testemunhos para a Igreja*, Vol. 5, pp. 619 e 620.



MODELO DO NOVO TESTAMENTO

O mandado do Salvador para que a Igreja levasse o Evangelho a todo o mundo (Mat. 28:19 e 20; Marcos 16:15) significou não só pregar o Evangelho, mas também assegurar o bem-estar daqueles que aceitassem a mensagem. Isto envolvia o cuidado pastoral bem como a instalação do rebanho, e também a resolução de problemas relacionais. Uma tal situação requeria organização.

Inicialmente, os apóstolos constituíram um Conselho que dirigia as atividades da Igreja a partir de Jerusalém (Atos 6:2; 8:14). Quando o grupo se tornou tão grande que a administração das suas questões práticas se tornou num problema, a Igreja indigitou diáconos para atenderem às suas atividades (Atos 6:2-4).

Mais tarde, desenvolveram-se outras congregações, não só na Ásia, mas também na Europa, e isso requereu novos passos organizacionais. Na Ásia Menor, foram ordenados anciãos “em cada igreja” (Atos 14:23). A expansão da obra pelas várias províncias do Império Romano exigiu a organização de igrejas no que poderia ser chamado Associações (Gál. 1:2). Desta maneira, passo a passo, a organização desenvolveu-se na Igreja Primitiva. À medida que surgia a necessidade, Deus orientava os dirigentes da Sua obra, de modo que, em consulta com a Igreja, eles desenvolvessem uma forma de organização que salvaguardasse os interesses da obra.

31

ORGANIZAÇÃO DA IGREJA HOJE

A forma de governo Adventista do Sétimo Dia é representativa, a qual reconhece que a autoridade assenta nos membros e se expressa mediante representantes devidamente eleitos em cada nível da organização, delegando a responsabilidade executiva em corpos e oficiais representativos, tendo em vista a governação da Igreja em cada nível distinto. O *Manual da Igreja* aplica este princípio de representação ao funcionamento da congregação local. As questões de representação em organizações com estatuto missionário são definidas pelas normas de funcionamento e em organizações com estatuto de Associação, pela sua constituição e pelos seus Estatutos. Esta forma de governo



reconhece também que a ordenação para o ministério é reconhecida pela Igreja em todo o mundo.

“Cada membro de igreja tem participação na escolha dos Oficiais da igreja. Esta escolhe os Oficiais das Conferências Estaduais [conhecidas hoje por Associações]. Os Delegados escolhidos pelas Associações escolhem os Oficiais das Uniões; e os Delegados escolhidos por estas escolhem os Oficiais da Conferência Geral. Por meio deste sistema, cada Associação, Instituição, igreja e pessoa, quer diretamente, quer por meio de representantes, participa na eleição dos homens que assumem as responsabilidades principais na Conferência Geral.” – Ellen G. White, *Testemunhos para a Igreja*, Vol. 8, pp. 236 e 237.

O atual sistema organizacional da Igreja resultou da compreensão teológica cada vez maior da missão da Igreja, do crescimento do número de membros e da propagação geográfica da Igreja. Representantes das Associações reuniram-se em 1863 para organizarem a Conferência Geral dos Adventistas do Sétimo Dia.

Há vários níveis organizacionais na Igreja que vão desde o membro individual até à organização mundial da obra. As unidades constituídas por membros em cada um destes níveis convocam periodicamente sessões administrativas formais, conhecidas como Reuniões ou Assembleias de Constituintes. (A Reunião ou Assembleia de Constituintes numa igreja local é geralmente referida como uma Reunião Administrativa.) Na estrutura da Igreja Adventista do Sétimo Dia, nenhuma organização determina o seu próprio estatuto, nem funciona como se não tivesse quaisquer obrigações para com a família da Igreja fora das suas fronteiras.

ESBOÇO DA ORGANIZAÇÃO DENOMINACIONAL

1. *Igreja Local* – Um grupo de membros numa localidade específica a quem foi concedido, pelo conjunto de constituintes de uma Associação em Assembleia, o estatuto oficial de igreja.

2. *Associação Local* – Um grupo de igrejas locais, dentro de uma área geográfica definida, a que foi concedido, por decisão de um Conselho Executivo de uma Divisão em reunião a meio do ano, ou no final do ano, ou numa reunião do Conselho Anual da Divisão, estatuto oficial



como Associação/Missão/Campo local Adventista do Sétimo Dia, e que foi subsequentemente aceite, numa Assembleia Geral de uma União, na irmandade de Associações/Missões. (Ver p. 21.)

3. *União de Igrejas* – Um grupo de igrejas, numa área geográfica definida, a que foi concedido, por uma Assembleia Administrativa da Conferência Geral, estatuto oficial como União de igrejas com estatuto de Associação ou de Missão.

4. *União/Missão* – Um grupo de Associações, numa área geográfica definida, a que foi concedido, por uma Assembleia Administrativa da Conferência Geral, estatuto oficial como União/Missão.

5. *Conferência Geral e Suas Divisões* – A Conferência Geral representa a expressão mundial da Igreja. O conjunto dos seus membros constituintes está definido nos seus Estatutos. A fim de facilitar a sua atividade mundial, a Conferência Geral estabeleceu repartições regionais, conhecidas como Divisões da Conferência Geral, às quais foi atribuída, por decisão do Conselho Executivo da Conferência Geral reunido em Concílios Anuais, a supervisão administrativa geral de grupos de Uniões designados e de outras unidades da Igreja dentro de áreas geográficas específicas.

33

A Bíblia é o fundamento e a fonte de crença e prática; nesta base, a Conferência Geral reunida em Assembleia Administrativa determina a declaração das crenças fundamentais da Igreja. A Conferência Geral em Assembleia Administrativa também autoriza o estabelecimento de Uniões e a junção de unidades de campo, revê o *Manual da Igreja*, nomeia a liderança da Conferência Geral e das Divisões, desempenha outras funções conforme delineadas nos seus Estatutos e Regulamentos e analisa assuntos que lhe sejam dirigidos pelo seu Conselho Executivo. O Conselho Executivo da Conferência Geral entre Assembleias está mandatado pelos Estatutos e Regulamentos a agir em nome dos seus constituintes. Assim, as organizações da Igreja ao redor do mundo reconhecem a Conferência Geral em Assembleia Administrativa como a voz da Igreja.

PAPEL DAS INSTITUIÇÕES

Os níveis constituintes da Igreja têm em funcionamento uma variedade de Instituições educacionais, de saúde, de publicações, e outras,



que trabalham em nome de Cristo para atender às necessidades de um mundo em desespero. Na teologia e na filosofia Adventista do Sétimo Dia, estas Instituições têm sido, desde o seu início, instrumentos indispensáveis para cumprir a missão espiritual da Igreja de servir a pessoa no seu todo e para levar o Evangelho a todo o mundo.

Nenhuma organização ou instituição assume responsabilidade por compromissos financeiros, dívidas, atos ou omissões de qualquer outra organização da Igreja com base simplesmente na sua filiação na Igreja.

AUTORIDADE NA IGREJA PRIMITIVA

Como Criador, Redentor e Mantenedor, Senhor e Rei de toda a Criação, só Deus é a fonte de autoridade para a Igreja. Ele delegou autoridade nos Seus profetas e apóstolos (II Cor. 10:8). Estes, por conseguinte, ocuparam uma posição crucial e única na transmissão da Palavra de Deus e na edificação da Igreja (Efé. 2:20).

34

A Igreja Primitiva teve a responsabilidade da pureza na doutrina e na prática. Os anciãos (ou bispos) detinham grande autoridade. Uma das suas principais funções era a do cuidado pastoral e da supervisão em geral (Atos 20:17-28; Heb. 13:17; I Pedro 5:1-3), com tarefas especiais, como transmitir instrução na sã doutrina e refutar aqueles que a contradiziam (I Tim. 3:1 e 2; Tito 1:5, 9). Foram instruídos a provar “se os espíritos são de Deus” (I João 4:1) ou, segundo as palavras de Paulo, a examinar “tudo” e a reter “o bem” (I Tes. 5:21).

O mesmo era verdadeiro quanto ao exercício de disciplina (Mat. 18:15-17), a qual ia da admoestação privada e cuidadora (cf. Mat. 18:16; Gál. 6:1) até à exclusão do membro (Mat. 18:18; I Cor. 5:11, 13; II Cor. 2:5-11).

A Igreja tem, portanto, autoridade para estabelecer as regras do seu próprio governo.

A CONFERÊNCIA GERAL COMO A MAIS ALTA AUTORIDADE

Na Igreja de hoje, a Assembleia Administrativa da Conferência Geral, e o Conselho Executivo da Conferência Geral entre Assembleias, é a mais alta autoridade eclesiástica na administração da Igreja.



O Conselho Executivo da Conferência Geral está autorizado pelos seus Estatutos a criar organizações subordinadas com autoridade para realizar as respectivas funções. Por conseguinte, todas as Organizações e Instituições subordinadas em toda a Igreja reconhecerão a Assembleia Administrativa da Conferência Geral, e o Conselho Executivo da Conferência Geral entre Assembleias, como a mais alta autoridade eclesiástica, abaixo de Deus, entre os Adventistas do Sétimo Dia.

Sempre que surjam divergências nas ou entre igrejas e Associações ou Instituições, as questões não resolvidas de comum acordo podem ser levadas ao nível organizacional imediatamente acima. Se o assunto não ficar resolvido a esse nível, a entidade ofendida pode apelar sucessivamente para níveis superiores de organização. Uma organização para a qual foi enviado um apelo pode decidir não ouvir o assunto, caso em que a decisão da mais alta organização envolvida na disputa será final. Quando Organizações reveem decisões de outras Organizações, não assumem a responsabilidade por compromissos financeiros de qualquer outra organização.

“Fui muitas vezes instruída pelo Senhor de que o juízo de homem algum deve estar sujeito ao juízo de outra pessoa. Nunca deve a mente de um homem ou de uns poucos homens ser considerada suficiente em sabedoria e autoridade para controlar a obra, e dizer quais os planos que devem ser seguidos. Mas quando, numa Assembleia-Geral, é exercido o juízo dos irmãos reunidos de todas as partes do campo, independência e juízo particulares não devem obstinadamente ser mantidos, mas renunciados. Nunca deve um obreiro considerar virtude a persistente conservação da sua atitude de independência, contrariamente à decisão do corpo geral.” – Ellen G. White, *Testemunhos para a Igreja*, Vol. 9, p. 260.







CAPÍTULO 4

Pastores e Outros Funcionários da Igreja

UM MINISTÉRIO DIVINAMENTE DESIGNADO

Os Ministros Adventistas do Sétimo Dia têm a responsabilidade, dada por Deus, de proclamar o Evangelho eterno, de fazer discípulos e de equipar os santos segundo os seus dons espirituais, de maneira a prepará-los para o serviço (Efésios 4:11 e 12; II Timóteo 4:2). Como declarou Ellen G. White: “Foi mesmo no início do Seu ministério que Cristo começou a reunir os Seus auxiliares. Esta é uma lição para todos os Ministros. Eles devem constantemente procurar e treinar aqueles que julgam poder ser-lhes um auxílio na sua obra. Eles não devem ficar sós, tentando fazer por si mesmos tudo o que necessita de ser feito” (Ellen G. White, *Carta 53*, 1905).

Entre outras responsabilidades, os Pastores são chamados a fazer o trabalho de um evangelista, lendo publicamente a Palavra de Deus e ensinando a obediência a essa Palavra (I Timóteo 4:13; II Timóteo 2:24-26; 4:2, 5). Eles devem encorajar e exortar os crentes (I Timóteo 5:1 e 2; 6:2) e censurar os pecadores (I Timóteo 5:20); ordenar anciãos (I Timóteo 5:22; Tito 1:5); encorajar a igreja a ajudar os pobres e os necessitados (Mateus 25:40); sustentar a verdade e assumir uma posição firme contra as falsas doutrinas (I Timóteo 1:3 e 4; 4:7; 6:20 e 21; Tito 1:9). Eles devem ser exemplo para os crentes em todos os assuntos de fé e prática (I Timóteo 4:12). “Pastoreai o rebanho de Deus que há entre vós, não por constrangimento, mas espontaneamente, como Deus quer; nem por sordida ganância, mas de boa vontade, nem como dominadores dos que vos foram confiados, antes, tornando-vos modelos do rebanho” (I Pedro 5:2 e 3, ARA). Outra parte importante do trabalho pastoral é o ministério de visitação. Ellen G. White declarou: “Lembrem-se de que a obra do Ministro não consiste meramente em pregar. Devem antes visitar as famílias nos lares, orar com elas e abrir diante delas as Escrituras. Aquele que desempenha fiel trabalho fora



do púlpito alcançará dez vezes mais do que aquele que restringe a ele as suas atividades” (Ellen G. White, *Testemunhos para a Igreja*, CPB, 2006, Vol. 9, p. 124).

Todos os crentes têm o privilégio de ser parte do “sacerdócio real” que proclama “as virtudes daquele que vos chamou das trevas para a sua maravilhosa luz” (I Pedro 2:9, ARA). Para apoiar e orientar esta obra, Deus “concedeu uns para apóstolos, outros para profetas, outros para evangelistas e outros para pastores e mestres, com vista ao aperfeiçoamento dos santos para o desempenho do seu serviço, para a edificação do corpo de Cristo” (Efésios 4:11-13, ARA).

O Novo Testamento descreve como a liderança da Igreja foi estabelecida. Durante o Seu ministério na Terra, Jesus indigitou doze apóstolos para O acompanharem nas Suas viagens e para os enviar a pregar o Evangelho e a curar os doentes (Marcos 3:14 e 15; Lucas 6:13). Ele também enviou um grupo maior de setenta (Lucas 10:1-23). Isto indica que a organização da Igreja foi iniciada pelo próprio Jesus Cristo, de modo a cumprir a missão de fazer discípulos e ensinar a verdade bíblica (Mateus 28:18-20; Lucas 24:44-49; Atos 1:8).

Logo após a ascensão de Cristo, os apóstolos enfrentaram exigências cada vez maiores suscitadas pelo crescimento rápido da Igreja em Jerusalém. Para fazerem face a estes desafios, eles dividiram as responsabilidades de liderança na igreja local em diferentes áreas. Sete homens foram escolhidos para “servir às mesas”, cuidando principalmente das necessidades práticas e materiais da igreja, enquanto os apóstolos se limitavam à “oração e ao ministério da palavra” (Atos 6:2, 4). Ambos os grupos de liderança estavam envolvidos em servir ou ministrar, mas o modo do seu envolvimento diferia significativamente. Estas vias de ministério refletiam as funções de diácono e de ancião/supervisor descritas nos escritos de Paulo (Filipenses 1:1; I Timóteo 3:1-13; Tito 1:6-9). Embora a maior parte dos anciãos e dos diáconos ministrasse em cenários locais, alguns anciãos, como Timóteo e Tito, eram itinerantes e supervisionavam um território maior com múltiplas congregações (I Timóteo 1:3 e 4; Tito 1:5).

Em harmonia com o modelo de liderança da igreja de Jerusalém, os apóstolos indigitaram anciãos como líderes espirituais em cada igreja



(Atos 14:23; Tito 1:5). Esta prática explica por que razão os apóstolos, quando abandonaram Jerusalém a fim de pregar o Evangelho, não deixaram um vácuo de liderança neste centro importante da Igreja Primitiva. Vários anos depois, Barnabé e Saulo entregaram aos anciãos as contribuições financeiras de socorro que tinham sido coletadas em igrejas distantes para os crentes necessitados na Judeia (Atos 11:29 e 30). Como indica Ellen G. White, “a organização da Igreja em Jerusalém deveria servir como modelo para a organização das igrejas em todos os outros lugares em que mensageiros da verdade convertessem pessoas ao Evangelho” (Ellen G. White, *Atos dos Apóstolos*, Publicadora SerVir, 2008, p. 63).

Estes princípios do Novo Testamento sobre organização da Igreja orientaram os Adventistas do Sétimo Dia nos anos que antecederam e nas décadas que se seguiram à sua organização como Igreja em 1863. Durante este período, os Ministros eram empregues pelas diversas Associações como administradores e evangelistas, levantando igrejas e visitando igrejas estabelecidas que necessitavam de aconselhamento. Seguindo o modelo de ministério de Timóteo e de Tito, os Ministros empregues pelas Associações quase nunca funcionavam como Pastores residentes ou “instalados” numa igreja local, em contraste com a prática da maior parte das Igrejas Protestantes nessa época e agora. A propósito disto, Ellen G. White escreveu: “Em vez de manterem os Ministros junto às igrejas que já conhecem a verdade, digam os membros das igrejas a esses obreiros: ‘Trabalhem pelas almas que estão perecendo nas trevas. Nós cuidaremos das atividades da igreja. Dirigiremos os cultos e, permanecendo em Cristo, manteremos a vida espiritual. Trabalharemos pelas almas que estão à nossa volta, e enviaremos as nossas orações e ofertas para sustentar obreiros em campos necessitados e destituídos’” (Ellen G. White, *Testemunhos para a Igreja*, CPB, 2004, Vol. 6, p. 30). “Como regra geral, os obreiros das Associações devem sair das igrejas para novos campos, usando a habilidade que Deus lhes deu para buscar e salvar os perdidos” (Ellen G. White, *Evangelismo*, CPB, 2007, p. 382).

Como ministério divinamente indigitado, os Ministros devem “lançar as sementes da verdade. Um lugar após outro deve ser visitado;



uma igreja após outra deve ser estabelecida. Os que se põem do lado da verdade devem ser organizados em igrejas, e, então, deve o Pastor passar a outros campos igualmente importantes” (Ellen G. White, *Testemunhos para a Igreja*, CPB, 2005, Vol. 7, p. 19). “Logo que seja organizada uma igreja, ponha o Pastor os membros a trabalharem. Terão eles que ser ensinados a trabalhar com êxito. Dedique o Pastor mais tempo para educar do que para pregar. Ensine ao povo a maneira de transmitir a outros o conhecimento que receberam. Se bem que os novos conversos devam ser ensinados a pedir o conselho dos mais experientes na obra, devem, ao mesmo tempo, ser ensinados a não colocar o Pastor em lugar de Deus. Os Pastores são apenas seres humanos, homens rodeados de fraquezas. Cristo é Aquele de Quem devemos esperar guia” (Ellen G. White, *Testemunhos para a Igreja*, CPB, 2005, Vol. 7, p. 20). “Os nossos Ministros devem planejar sabiamente, como mordomos fiéis. Devem sentir que não é seu dever rondar as igrejas já formadas, mas, antes, fazer trabalho evangélico ativo, pregando a Palavra e fazendo trabalho de casa em casa nos lugares que ainda não ouviram a verdade. ... Verão que nada é mais animador do que fazer trabalho evangélico em novos campos” (Ellen G. White, *Evangelismo*, CPB, 2007, p. 382).

Estes conselhos inspirados permanecem tão relevantes hoje como então. Os nossos Ministros têm a solene responsabilidade de liderar as suas congregações na missão de alcançar outros para Cristo. Como declarou Ellen G. White, “a obra de Deus na Terra jamais poderá ser terminada a não ser que os homens e as mulheres que constituem a Igreja concorram ao trabalho e unam os seus esforços aos dos Pastores e oficiais da Igreja” (Ellen G. White, *Testemunhos para a Igreja*, CPB, 2006, Vol. 9, p. 116). E “logo que o Supremo Pastor se manifestar, recebereis a imarcescível coroa da glória” (I Pedro 5:4).

Presidente da Associação – O Presidente da Associação deve ser um Pastor Ordenado com experiência e boa reputação. Ele está à frente do ministério evangélico na Associação e é o primeiro ancião, ou supervisor, de todas as igrejas. Trabalha para o bem-estar espiritual das igrejas e aconselha-as a respeito das suas atividades e dos seus planos.



Tem acesso a todas as igrejas e seus respectivos serviços, Reuniões Administrativas e Conselhos, sem direito a voto, a menos que lhe seja concedido pela igreja, ou a menos que seja membro dessa congregação. Pode, por virtude do seu cargo, presidir a qualquer reunião de qualquer igreja quando necessário. Tem acesso a todos os registros da igreja.

O Presidente da Associação não tem autoridade para afastar os oficiais da igreja devidamente eleitos, mas trabalhará em cooperação com eles. Estes, por sua vez, estão obrigados, em reconhecimento dos laços de comunhão na Associação, a aconselharem-se com ele sobre tudo o que diz respeito ao bem-estar da igreja. Não devem procurar excluí-lo do desempenho apropriado dos seus deveres.

Diretores Departamentais da Associação – Os Diretores Departamentais da Associação promovem linhas importantes do trabalho denominacional, sob a direção geral do Conselho da Associação e em consulta com o Presidente da Associação. A fim de executarem com sucesso o trabalho que lhes é atribuído, estes funcionários devem ter acesso às igrejas de modo a poderem apresentar e desenvolver os seus planos. Deverão ter consideração e simpatia para com todos os planos da igreja, mesmo que estranhos aos seus respectivos Departamentos.

Os Diretores Departamentais não estão investidos de autoridade administrativa ou executiva, pelo que a sua relação com as igrejas locais é consultiva. O seu trabalho não tem a mesma relação com as igrejas que o do Conselho da Associação ou que o do Presidente da Associação. Na promoção dos seus tipos específicos de trabalho, a sua atuação estende-se a toda a Associação. Contudo, não se espera que aconselhem as igrejas a respeito de eleições e de outros deveres administrativos nem de quaisquer outras áreas de serviço, a menos que lhes seja especialmente solicitado fazê-lo pelo Presidente da Associação.

Pastores Ordenados – Os Pastores Ordenados indigitados pelo Conselho da Associação para atuarem como Pastores ou dirigentes distritais não ocupam o lugar do Presidente nos seus respectivos campos. Não estão imbuídos de poderes administrativos como está o



Presidente, mas cooperam com ele na execução dos planos e das políticas da Associação.

Ao ser colocado numa igreja local, o Pastor Ordenado é assistido pelos anciãos locais. Em virtude da ordenação, o Pastor está qualificado para dirigir todos os ritos e cerimônias. O Pastor deve ser o dirigente e conselheiro espiritual da congregação. Os Pastores devem instruir os oficiais nos seus deveres e fazer planos com eles em todas as áreas de trabalho e de atividade da igreja.

O Pastor é membro do Conselho de igreja e atua como seu presidente. Se o Pastor desejar ser dispensado da responsabilidade de atuar como presidente do Conselho, um ancião atua como presidente do Conselho em cooperação com o Pastor. (Ver p. 103.) Espera-se que o Pastor, assistido pelos anciãos, planeie e dirija todos os serviços e cerimônias espirituais, como o culto na manhã de Sábado e a reunião de oração, devendo officiar no serviço da Comunhão e no batismo. Os Pastores não devem rodear-se de qualquer corpo especial de conselheiros por si escolhidos, mas devem cooperar sempre com os oficiais eleitos.

42

Quando um evangelista é convidado a realizar um esforço evangelístico onde há uma igreja, a Associação deve convidar o Pastor a ajudar o evangelista, dando assim oportunidade ao Pastor de se familiarizar com possíveis novos membros.

Os Pastores ou Pastores Assistentes não são nomeados nem eleitos pela igreja para essas posições. A sua ligação à igreja é por indigitação do Conselho da Associação, e essas indigações podem ser mudadas em qualquer momento. (Ver p. 103.)

Um Pastor pode ser removido do cargo por decisão do Conselho da Associação sem que a condição de membro de igreja do indivíduo seja afetada. Quando, porém, um Pastor é excluído da lista de membros da igreja e subsequentemente restaurado à condição de membro como leigo, essa restauração do Pastor como membro não significa restauração no ministério.

Pastores Autorizados – A fim de dar a alguns indivíduos oportunidade de demonstrarem o seu chamado para o ministério, sobretudo na área da conquista de almas, são concedidas pela Associação autorizações



ministeriais aos candidatos em perspectiva. A concessão dessas autorizações confere a oportunidade de desenvolvimento do dom ministerial.

Os Pastores Autorizados têm permissão para pregar, para se envolverem em evangelismo, para dirigir o trabalho evangelístico (missionário) e para colaborar em todas as atividades da igreja.

Há circunstâncias, no entanto, em que é necessário a Associação indigitar um Pastor Autorizado para desempenhar a responsabilidade de Pastor ou Pastor Assistente numa igreja ou num grupo de igrejas. A fim de abrir o caminho para o Ministro Autorizado realizar certas funções pastorais, a igreja ou o grupo de igrejas onde ele atua deve elegê-lo como ancião local. Nessa altura, uma vez que o direito de autorizar o alargamento da autoridade de um Pastor Autorizado pertence primeiramente ao Conselho Executivo da Divisão, este deve aprovar esse alargamento definindo específica e claramente quais as funções adicionais que esse Ministro Autorizado pode realizar. As funções alargadas limitam-se unicamente à igreja ou ao grupo de igrejas para onde o Pastor foi designado e onde é ancião. Depois da decisão do Conselho da Divisão, o Conselho da Associação pode atuar. (Ver p. 103.)

43

O Conselho da Associação não alargará as funções de um Pastor Autorizado para lá do que tiver sido permitido pelo Conselho da Divisão. Também não permitirá que um Pastor Autorizado realize as suas funções alargadas em qualquer igreja além do local para onde o Pastor Autorizado está designado e onde é ancião. Nenhuma decisão do Conselho da Associação pode substituir-se à eleição pela igreja ou à ordenação ao ministério do Evangelho.

Instrutores Bíblicos – A Associação pode empregar Instrutores Bíblicos e indicá-los para trabalharem em esforços evangelísticos ou em congregações locais. Embora os Instrutores trabalhem sob a direção geral da Associação, um Instrutor indicado para um esforço evangelístico trabalha sob a direção do evangelista que conduz a campanha, e um Instrutor indicado para uma igreja trabalha sob a direção do Pastor. Nenhum Instrutor deve ser, exceto por arranjo especial com a Associação, solicitado a assumir um cargo de igreja, mas deve ser deixado livre para fazer trabalho de conquista de almas.



A Associação Dirige os Funcionários da Igreja – O Presidente da Associação, em consulta com o Conselho da Associação, dirige todos os funcionários da Associação, tais como Pastores, Instrutores Bíblicos e Diretores Departamentais, que recebem as respetivas credenciais da Associação e são responsáveis perante a Associação, e não perante a igreja local. Uma igreja pode pedir ao Presidente da Associação os serviços ou a ajuda de empregados da Associação, mas as indigitações em todos os casos cabem ao Conselho da Associação. O Conselho da Associação pode mudar as indigitações de funcionários sempre que creia que isso é necessário. O funcionário ou a igreja podem apelar para o Conselho da Associação, a fim de serem ouvidos sobre a decisão de retirada do funcionário, e o Conselho analisará cuidadosamente o apelo à luz das necessidades de toda a Associação. Se o funcionário recusar cooperar com o Conselho e declinar trabalhar em harmonia com as suas decisões, o Conselho pode considerar a conduta desse funcionário como insubordinação e pode atuar em conformidade. Em caso nenhum deve o funcionário apelar para a igreja no que respeita a essas decisões. Se qualquer igreja local apoiar a recusa do funcionário em cooperar, também ela pode ficar sujeita à disciplina da Associação.

44

CREDENCIAIS E AUTORIZAÇÕES

A obra de Deus deve ser zelosamente salvaguardada por dirigentes responsáveis desde a igreja local até à Conferência Geral. São emitidas credenciais e autorizações oficiais para todos os funcionários autorizados da Igreja a tempo inteiro, sendo as mesmas concedidas por comissões de controlo e por períodos limitados.

Numa Associação local, o Conselho confere autoridade a certas pessoas para representarem a Igreja como Pastores e Obreiros Evangélicos. Esta autoridade é materializada pela concessão de credenciais e autorizações, que são permissões escritas, devidamente datadas e assinadas pelos Oficiais da Associação. A autoridade assim atribuída não é pessoal nem inerente ao indivíduo, mas é inerente ao corpo que a concede, o qual pode retirar as credenciais por qualquer causa a qualquer momento. As credenciais e autorizações concedidas a funcionários não são propriedade pessoal deles e devem ser



devolvidas quando o emprego termina ou a pedido da organização que as emitiu.

Credenciais e Autorizações Caducas – As credenciais e autorizações são concedidas com a duração do prazo determinado pelos Estatutos e Regulamentos ou pelos Procedimentos Operacionais da Associação e são renovadas por voto da Associação em Assembleia Administrativa ou pelo Conselho Diretor. A posse de uma credencial ou autorização caducada não confere à pessoa qualquer autoridade seja de que tipo for.

Funcionários Reformados – Os funcionários reformados merecem honra e consideração por terem ajudado a edificar a Igreja de Deus. Podem continuar a ser, por meio de nomeação para qualquer cargo, uma bênção e uma ajuda nas congregações de que são membros. Podem também exercer funções pastorais sob a direção do Conselho da Associação.

45

Antigos Pastores sem Credenciais – Indivíduos anteriormente ordenados como Pastores, mas que já não possuem credenciais válidas, podem ser eleitos como anciãos e, se a sua ordenação não tiver sido invalidada, não necessitam de ser ordenados como anciãos. Os seus serviços limitam-se às funções de um ancião local.







CAPÍTULO 5

Organização, União e Dissolução de Igrejas e Grupos

ORGANIZAÇÃO DE UMA IGREJA

Uma igreja é organizada por um Pastor Ordenado com base na recomendação do Conselho Diretor da Associação. (Sobre o procedimento para a Organização de um Grupo, ver p. 49.) Uma vez que tanta coisa está envolvida na organização de uma igreja, o Presidente da Associação local deve ser convidado a estar presente.

Quando um grupo de crentes batizados está preparado para assumir as responsabilidades de uma igreja organizada, deve consultar o Presidente da Associação e obter a aprovação do Conselho Diretor da Associação antes de ser marcada uma data para que se realize a organização.

Quando os crentes batizados se reúnem no dia marcado, o indivíduo oficiante deve apresentar primeiro uma breve recapitulação das Crenças Fundamentais dos Adventistas do Sétimo Dia.

Depois, aquele que preside deve fazer um apelo pedindo a todos os que estão de acordo com aqueles princípios, e que desejam unir-se em comunhão de igreja, para virem à frente. Deve então ser registado o nome de cada pessoa. Se qualquer dessas pessoas já é membro da igreja da Associação ou de outra congregação, o oficiante deve apresentar as cartas de transferência entretanto obtidas. Estes membros transferidos formam o núcleo da congregação.

Se, no entanto, não houver membros transferidos, então três membros (de preferência, observadores do Sábado confirmados entre os presentes) devem ser escolhidos como núcleo. Podem ser-lhes feitas estas perguntas: Aceitam Cristo como vosso Salvador pessoal? Estão em total harmonia com os princípios de fé que acabaram de ser apresentados? Foram batizados por imersão? Estão em situação regular e têm a confiança uns dos outros?



Se responderem afirmativamente a estas perguntas, os três são declarados o núcleo da nova igreja. Depois, são chamados, um a um, os nomes que foram registados, fazendo-se a cada pessoa as perguntas mencionadas no parágrafo anterior, e a pessoa que preside pede um voto entre os membros do núcleo para se receber cada um daqueles indivíduos na comunhão da igreja. Cada pessoa assim recebida torna-se membro da igreja e fica qualificada para votar o nome seguinte. Deve haver o cuidado de se verificar que existe plena comunhão e pleno amor fraternal entre os que são recebidos como membros. Na eventualidade de surgir alguma dificuldade em qualquer dos casos, seja sobre uma questão de doutrina seja de comunhão, o voto deve ser adiado, a menos que a questão possa ser acertada com bondade e tato.

Após o núcleo ter votado todos os potenciais membros, a igreja é uma entidade completa e está pronta para a eleição de oficiais. Os membros devem então escolher uma Comissão de Nomeações, com o Pastor oficiante a servir de presidente. A Comissão de Nomeações apresenta nomes para preencher os vários cargos da igreja. Depois de estes terem sido eleitos, os anciãos devem ser ordenados, a menos que já tenham sido ordenados como anciãos. Uma cerimónia similar, mas mais breve, deve ter lugar para a ordenação de diáconos e diaconisas. Nessa altura, a igreja está plenamente organizada e pronta para o serviço.

Antes de a reunião de organização terminar, os membros devem votar o pedido à Associação para que, na próxima Assembleia da Associação, esta receba na irmandade de igrejas a igreja agora acabada de organizar.

A fim de se promover ao máximo o sucesso da nova congregação, os dirigentes da Associação e os locais devem certificar-se de que todos os oficiais estão plenamente instruídos a respeito dos respetivos deveres. A igreja deve também possuir os materiais necessários para o serviço de Comunhão, o qual, se possível, devia ser celebrado como parte da reunião organizacional. O tesoureiro, o secretário e outros oficiais devem receber todos os registos ou equipamento necessários para o desempenho das suas responsabilidades.



ORGANIZAÇÃO DE UM GRUPO

Quando vários crentes isolados residem perto uns dos outros ou quando pertencem a um pequeno grupo, a uma igreja no lar, ou a um grupo nuclear de implantação de igrejas, devem considerar a hipótese de formar um grupo de crentes para comunhão, adoração e missão com o objetivo de virem a desenvolver-se numa igreja organizada ou a multiplicar-se em igrejas em lares nessa área geográfica.

O estatuto de grupo é aprovado por voto do Conselho da Associação, o qual, se for necessário, pode subsequentemente dissolver o grupo. A Divisão e/ou a Associação devem ter diretrizes escritas para a organização de grupos no seu território.

Membros de igreja que fazem parte de pequenos grupos ou de grupos que se reúnem em lares podem constituir o núcleo de um novo grupo. Todos aqueles que desejam fazer parte de um grupo devem estar registrados como membros na igreja da Associação ou numa igreja local (igreja-mãe). Se aqueles que desejam fazer parte de um grupo tiverem de ser membros da igreja da Associação, o Conselho da Associação votará a sua transferência para a igreja da Associação e indicará que passam a fazer parte do novo grupo.

Quando o Conselho da Associação der aprovação à formação de um grupo, deve ser indigitada uma equipa de liderança, incluindo um diretor, um secretário e um tesoureiro. A indigitação deve ser levada a efeito pelo Pastor distrital, ou por outro Pastor indigitado pelo Conselho da Associação, em consulta com o conjunto das pessoas que se vão constituir em grupo.

Todas as outras indigitações do grupo devem ser feitas por voto daquelas pessoas que se vão constituir em grupo. O Pastor distrital, ou outra pessoa autorizada pelo Conselho da Associação, deverá presidir a essa reunião. Só deverão ser indigitados membros da Igreja Adventista do Sétimo Dia em situação regular.

O diretor de um grupo não deverá ser ordenado para esse cargo e não tem autoridade para realizar as funções que são atribuídas a um ancião de uma igreja. Contudo, onde circunstâncias excepcionais o justifiquem, o Conselho da Associação poderá indigitar uma pessoa de experiência na igreja e com aptidão de liderança para servir como ancião do grupo.



Dado que não se procede à ordenação no seio de um grupo, não devem ser eleitos diáconos e diaconisas, mas devem ser eleitos homens e mulheres na congregação local como “auxiliares do grupo”. Os seus deveres serão semelhantes aos deveres desempenhados pelos diáconos e pelas diaconisas de igrejas organizadas nas atividades que não requerem ordenação. (Ver pp. 107-113.)

O secretário do grupo deverá manter o registo de todas as atividades e reuniões do grupo e deverá enviar regularmente relatórios estatísticos para a igreja-mãe ou para o Secretário da Associação. Esses relatórios devem incluir estatísticas sobre o número de pessoas que assistem e sobre as atividades do grupo, incluindo atividades missionárias realizadas durante a semana ou no Sábado.

O tesoureiro do grupo deverá manter o registo de todo o dinheiro recebido e desembolsado e deverá, nas datas determinadas pela Associação, enviar prontamente ao Tesoureiro da Associação, que é também tesoureiro da igreja da Associação, todos os dízimos e ofertas, que não sejam fundos recolhidos para propósitos locais.

50

Se os membros de um grupo organizado são membros da igreja da Associação, o grupo não tem o direito de administrar disciplina ou de transferir ou aceitar membros. Todos esses assuntos devem ser transmitidos ao Conselho da Associação, que constitui o Conselho de igreja da Associação. O Presidente da Associação é o ancião da igreja da Associação.

Se a Associação organizar um grupo por meio de uma igreja-mãe próxima, em vez de por meio da igreja da Associação, as funções enumeradas anteriormente (tais como relatórios e registo de membros) devem ser tratadas pela/através da igreja-mãe.

Uma vez que um grupo deve querer desenvolver-se e chegar a ser reconhecido como uma igreja, a sua liderança deve preparar os membros para o estatuto de igreja promovendo todas as atividades geralmente realizadas por uma igreja.

UNIÃO DE IGREJAS

Quando for aconselhável unir duas igrejas, o Conselho da Associação deve recomendar esse procedimento. Numa reunião



devidamente convocada, presidida pelo Presidente da Associação ou pelo Pastor ou por outro Pastor Ordenado, cada uma das igrejas deve votar sobre a questão da união. Depois de esta ter sido votada favoravelmente por ambas as igrejas, deve ser marcada uma reunião conjunta das duas igrejas, com o Presidente da Associação a presidir ou, na sua ausência, com um Pastor Ordenado nomeado pela Associação.

Deve ser redigida cuidadosamente uma declaração do acordo, delineando as razões para a unificação e explicando quaisquer assuntos ou condições especiais envolvidos, tais como a alienação de bens imóveis e a responsabilidade de obrigações financeiras. A declaração deve determinar o novo nome da igreja unida, bem como a desobrigação do serviço de todos os oficiais das duas igrejas.

A adoção do acordo por parte do corpo unificado consuma a união das duas igrejas. Os membros da nova congregação devem então escolher uma Comissão de Nomeações para nomear oficiais que sirvam durante o restante do ano em curso.

Deve então ser arquivada na Associação uma cópia do acordo.

A totalidade dos membros de ambas as igrejas une-se na nova organização. Não é permitido excluir quaisquer membros por não os incluir na lista dos membros no momento da união. O corpo unido torna-se responsável pela ordem e pela disciplina de todos os membros. Membros que estejam sob disciplina devem ser tratados de acordo com o determinado noutra parte deste *Manual*.

Todos os registos de ambas as igrejas tornam-se parte dos registos do corpo unido. A Associação local deve ser notificada de modo a poder realizar as ações convenientes na sua Assembleia Administrativa seguinte.

DISSOLUÇÃO OU EXPULSÃO DE IGREJAS

“Cristo amou a igreja, e a si mesmo se entregou por ela, para a santificar, purificando-a com a lavagem da água, pela palavra. Para a apresentar a si mesmo, igreja gloriosa, sem mácula, nem ruga, nem coisa semelhante, mas santa e irrepreensível... Porque nunca ninguém aborreceu a sua própria carne; antes a alimenta e sustenta, como, também, o Senhor à igreja; porque somos membros do seu corpo” (Efé. 5:25-30).



Este espírito deve permear todos os esforços para ajudar uma igreja em erro e todos os aspetos de qualquer disciplina que possa vir a ser aplicada – sempre com o propósito de ajudar e salvar para a causa de Deus.

O estatuto de igreja não é necessariamente perpétuo. Uma igreja pode ser dissolvida ou expulsa da irmandade de igrejas pelas seguintes razões:

1. *Perda de Membros* – Ocasionalmente, apesar dos esforços para preservar uma igreja, perdem-se tantos membros por transferência, por morte ou por apostasia que a existência da igreja fica ameaçada. Nestas circunstâncias, o Conselho da Associação deve recomendar a possível dissolução da igreja.

Antes de uma igreja fazer o voto final para a dissolução, os membros que ainda restam devem ser convidados a transferir a sua condição de membros para outras igrejas.

Se ainda houver membros suficientes, a congregação pode convocar uma Reunião Administrativa, presidida pelo Presidente da Associação ou por um Pastor designado por ele, para votar a aprovação de cartas a pedir a transferência de todos os membros em situação regular com vista a juntarem-se a outras igrejas. Desta maneira, a igreja dissolve-se por recomendação do Conselho da Associação, e o caminho fica aberto para o Conselho da Associação agir no sentido de registar a dissolução da igreja.

Se, no entender do Conselho da Associação, houver muito poucos membros disponíveis para convocar uma Reunião Administrativa, o Conselho da Associação terá autoridade para recomendar a transferência de membros em situação regular para outras igrejas ou para a igreja da Associação. Desta maneira, a igreja fica dissolvida.

Se, na altura da dissolução, houver membros que estejam sob disciplina e, por conseguinte, não for possível conceder-lhes cartas dizendo que estão em situação regular, a sua condição de membros ficará provisoriamente retida na igreja da Associação, enquanto a Administração da Associação envidará todos os esforços para que, tão rapidamente quanto possível, esses membros sejam ajudados a ter uma experiência cristã satisfatória. Se esses esforços forem bem-sucedidos,



a sua condição de membros pode então ser confirmada na igreja da Associação ou ser-lhes-ão concedidas cartas para se transferirem para outras igrejas. Se não for possível recuperá-los, devem ser excluídos da condição de membros por voto do Conselho da Associação.

2. *Disciplina* – São raras as ocasiões para a expulsão de igrejas por razões disciplinares, pois a missão da Igreja é buscar e salvar. Onde persistam problemas graves, como apostasia, recusa em funcionar em harmonia com o *Manual da Igreja*, ou rebelião contra a Associação, devem ser feitos esforços fervorosos para se evitar a necessidade de expulsão. O Pastor deve procurar aprofundar a vida espiritual da igreja por meio dos ministérios de pregação e de visitação pessoal. A Associação deve apoiar uma série de reuniões de reavivamento para levar os membros a renovarem a sua aliança com o Senhor. Se estes esforços não tiverem sucesso, o Pastor, em colaboração com o Conselho da Associação, deve falar com a igreja e com a sua liderança, tentando chegar à reabilitação e reconciliação e preservar a igreja.

Estas medidas terapêuticas são preferíveis a permitir a deterioração dos relacionamentos, a qual poderia conduzir à expulsão da igreja.

53

Contudo, se falharem todos os esforços para preservar a igreja, o Conselho da Associação deve estudar cuidadosamente a questão da expulsão. Se esta medida for decidida, a Associação deverá seguir o seguinte procedimento:

a. A decisão de recomendar a expulsão, com as razões que a fundamentam, deverá ser apresentada à própria igreja numa Reunião Administrativa, para sua informação e reflexão.

b. Se a igreja não aceitar a recomendação, pode reagir de uma das seguintes maneiras:

1) Eliminar as causas que justificam a disciplina e aceitar as especificações da Associação, e solicitar à Associação que anule a recomendação de dissolução ou expulsão.

2) Apelar para o Conselho Diretor da União, ou para o da Divisão, no caso de se tratar de uma União de igrejas, para que aquele arbitre a favor da igreja.

c. Se a igreja continuar em rebelião, o Conselho Diretor da Associação fará uma recomendação a uma Assembleia Administrativa



regular ou especialmente convocada, no sentido de a igreja ser dissolvida.

d. Se a Assembleia Administrativa votar a expulsão, a Associação fará cumprir a decisão.

CUIDADOS A TER COM MEMBROS, REGISTOS E FUNDOS

Os membros leais de uma igreja dissolvida ou expulsa podem de-sejar manter a sua condição de membros na Igreja. Para garantir o seu bem-estar, a sua condição de membros será provisoriamente mantida até ao máximo de um ano na igreja da Associação, a fim de dar a oportunidade àqueles que desejem ver confirmada a sua condição de membros na igreja da Associação ou transferida para uma outra igreja. A situação destes membros será avaliada pelo Conselho da Associação e, se satisfatória, o Conselho da Associação poderá recomendar a sua inscrição como membros na igreja da Associação ou nas igrejas que os membros tenham escolhido.

54

Os nomes dos membros de uma igreja dissolvida ou expulsa, que estejam sob disciplina, serão comunicados ao Secretário da Associação para imediata atenção por parte do Conselho da Associação, tal como exposto no ponto “Perda de Membros”.

Com a dissolução ou expulsão de uma igreja por perda de membros ou por razões disciplinares, todas as ofertas, contas financeiras e todas as propriedades patrimoniais ou pessoais, quer detidas em nome da igreja local, ou no da Associação ou no de outra instituição legal denominacional, serão conservadas em custódia pela Associação. A Associação terá, por conseguinte, o direito, a autoridade e o dever de administrar, proteger ou alienar essas propriedades e esses fundos. Todos os registos da igreja serão conservados em custódia pelo Secretário e/ou Tesoureiro da Associação.

Nos casos em que não esteja envolvida disciplina, uma alternativa para a dissolução ou expulsão de uma igreja é passá-la de novo para o estatuto de grupo. Essa decisão será tomada por voto maioritário do Conselho da Associação, depois de consulta com o Pastor distrital e com os membros, e será transmitida à igreja pelo Pastor ou por um representante da Associação.



Numa Reunião Administrativa (ver p. 52), poderão ser votadas cartas de transferência para todos os restantes membros em situação regular para a igreja da Associação ou para outras igrejas, nos casos de quaisquer membros que queiram transferir-se. Nesta mesma reunião, o Pastor, em consulta com os membros locais, indigitará, de entre os membros do novo grupo, uma equipa de liderança, incluindo um diretor, um secretário e um tesoureiro. Sobre pormenores de outros assuntos organizacionais relacionados com um grupo, ver “Organização de um Grupo”, na p. 49.







CAPÍTULO 6

Fazer Discípulos

Fazer discípulos é um processo contínuo pelo qual uma pessoa se torna discípula de Jesus Cristo, amadurece como Sua discípula e faz mais discípulos. O batismo é uma parte essencial do processo de discipulado, mas não é o resultado final desse processo.

Os Adventistas do Sétimo Dia aceitam, com honra e humildade, a ordem de Jesus contida na Comissão Evangélica de “ide, portanto, fazei discípulos de todas as nações” (Mateus 28:19, ARA). Devemos obedecer a esta Comissão, na medida em que vivemos nestes últimos dias, dentro do contexto das Mensagens dos Três Anjos (Apocalipse 14:6-12).

A principal ênfase da Comissão Evangélica de “fazer discípulos” contém três partes:

1. “Ide, portanto, e fazei discípulos” é a ordem de Jesus para se cumprir a missão. Assim, fazer discípulos deveria ser o nosso modo de vida. Devemos ir e fazer discípulos no nosso lar, no nosso trabalho, na nossa escola e na nossa interação quotidiana com outras pessoas. Devemos fazer discípulos de todas as nações, tribos, línguas e povos. O objetivo de testemunhar e de evangelizar é fazer discípulos (Mat. 10:25; 28:19 e 20).

2. “Batizando-os em nome do Pai, e do Filho, e do Espírito Santo” não é o objetivo final, mas é uma parte importante do processo de discipular, na medida em que as pessoas reconhecem Jesus Cristo como seu Senhor e Salvador, tornam-se parte da Sua Igreja e comprometem-se a fazer mais discípulos. Os discípulos são batizados no corpo de Cristo, a Igreja. O seu compromisso de obedecer a Cristo quanto a fazer discípulos deve ser demonstrado antes do batismo.

3. “Ensinando-os a guardar todas as coisas que vos tenho ordenado” indica que o ensino é uma experiência, vital e em progresso, de maturação da experiência do discipulado. “Ensinar” deveria ocorrer antes e depois do batismo.



Fazer discípulos é um processo contínuo, sendo o seu propósito crescer “na graça e conhecimento do nosso Senhor e Salvador, Jesus Cristo” (II Ped. 3:18) até se atingir a maturidade cristã e a multiplicação de discípulos.

Crescer como discípulo e fazer discípulos de modo a prepará-los para a Segunda Vinda de Jesus não é algo opcional; é a essência da nossa comissão escatológica enquanto Adventistas do Sétimo Dia. O discipulado genuíno acontece apenas como resultado da espantosa graça de Jesus Cristo. Podemos ficar confortados com o facto de que toda a autoridade no Céu e na Terra Lhe foi dada, e Ele promete estar connosco até ao fim do mundo (Mateus 28:18-20). Além disso, Ele promete-nos enviar o Espírito Santo como nosso Professor, Guia e Poder (João 16:7-16; Lucas 24:46-49; Atos 1:4 e 5, 8; 2:37-39).

O QUE É UM DISCÍPULO?

58

No tempo de Jesus, os discípulos eram seguidores que recebiam uma instrução holística e abrangente. Os discípulos de Jesus passaram tanto tempo com Ele que receberam os Seus ensinamentos e aprenderam valiosas lições sobre estilo de vida. Um discípulo é aquele cujas escolhas, decisões e mundividência estão a ser transformadas pelo Espírito Santo através da Palavra de Deus.

Os discípulos cristãos moldam a sua fé, o seu carácter e a sua missão segundo a fé, o carácter e a missão do seu Mestre, Jesus. Um discípulo é aquele que se comprometeu a seguir Cristo e a colocar a sua vida sob o Senhorio de Cristo.

Um discípulo é uma pessoa que está a tornar-se mais semelhante a Jesus Cristo em todas as formas (Efé. 4:15). O processo de fazer discípulos é um processo contínuo. Ele também implica ensinar ao novo crente o modo de colocar a sua vida em conformidade com a Palavra de Deus através de vários programas, como a direcção de um mentor, os ministérios dos pequenos grupos, estudos bíblicos, serviço, etc..

1. Assim, o discipulado impacta todas as áreas da nossa vida: as nossas crenças, o nosso carácter, o nosso estilo de vida, os nossos



relacionamentos, o nosso trabalho, o nosso entretenimento, as nossas finanças, a nossa saúde, o nosso testemunho e a nossa responsabilidade de fazer com que outros estejam no Reino de Deus.

2. “Está a tornar-se” indica que o discipulado é a atividade em progresso de se seguir Jesus.

3. “Mais semelhante a Jesus Cristo” significa que Cristo é o nosso Salvador e Senhor e que Ele é o único exemplo perfeito a seguir.

O CRESCIMENTO DE UM DISCÍPULO

A viagem do discipulado começa quando se dão os primeiros passos em direção a Jesus (ver João 1:35-2:2). Permanecendo n’Ele diariamente e seguindo a Sua Palavra, podemos continuar a crescer em semelhança a Cristo. Algumas das áreas-chave que são indicadas pelas Escrituras como áreas em que os discípulos devem amadurecer no seu desenvolvimento pessoal, bem como enquanto parte de uma comunidade de crentes, são indicadas abaixo:

1. *Adoração/Devoção Pessoal*: “Amarás o Senhor, teu Deus, de todo o teu coração, e de toda a tua alma, e de todo o teu pensamento” (Mat. 22:37). A adoração é a nossa resposta à obra iniciada por Deus na nossa vida. A verdadeira adoração não está focada em nós, mas em Deus (Sal. 150:6; Jo. 4:23; Apoc. 14:7).

“Precisamos de nutrir e de cultivar o espírito do verdadeiro culto, o espírito de devoção no dia santo do Senhor. Devemos congregar-nos crendo que receberemos conforto e esperança, luz e paz de Jesus Cristo.” – Ellen G. White, *A Fé pela Qual Eu Vivo*, p. 30.

“A religião pessoal revelar-se-á na dádiva de bom fruto; a santificação não é obra de um dia, mas de toda uma vida. ... Deveria existir no coração de todos graça que possa florescer no jardim de Deus. O egoísmo destruirá toda a preciosa semelhança com Cristo, expulsará a humildade, a abnegação e a devoção.” – *The Publishing Ministry*, p. 91 (traduzido do original inglês).

2. *Ministrar a outros*: “Amarás o teu próximo como a ti mesmo” (Mat. 22:39). Cada discípulo é chamado e dotado por Deus para benefício da Igreja e para levar a mensagem do Evangelho ao mundo (I Ped. 2:9; 4:10).



“A sua responsabilidade [dos discípulos] era a mais importante das tarefas para a qual já tinham sido chamados seres humanos, inferior, apenas, à que o próprio Cristo tinha desempenhado. Deviam ser colaboradores de Deus na salvação dos homens.” – Ellen G. White, *Atos dos Apóstolos*, p. 16, ed. P. SerVir.

3. *Testemunho/Evangelismo baseado nas necessidades*: “Ide, portanto, fazei discípulos de todas as nações” (Mat. 28:19, ARA). O testemunho e o evangelismo são mais bem-sucedidos quando se segue o método de ministério à pessoa integral advogado por Cristo.

“Só o método de Cristo dará verdadeiro êxito ao aproximarmos-nos do povo. O Salvador misturava-Se com os homens como Alguém que desejava o seu bem. Manifestava a Sua simpatia por eles, ajudava-os nas suas necessidades e ganhava a sua confiança. Depois ordenava-lhes: ‘Segue-Me’.” – Ellen G. White, *A Ciência do Bom Viver*, p. 94, ed. P. SerVir.

4. *Obediência*: “ensinando-os a guardar todas as coisas que vos tenho ordenado” (Mat. 28:20, ARA). Uma indicação básica do verdadeiro discipulado é a fidelidade a Cristo e à Sua Palavra e a submissão a Ele como nosso Senhor. Jesus disse: “Se me amardes, guardareis os meus mandamentos” (João 14:15).

“A obediência – o serviço e a lealdade de amor – é o verdadeiro sinal do discipulado. Assim diz a Escritura: ‘Este é o amor de Deus; que guardemos os seus mandamentos’.” – Ellen G. White, *O Caminho para a Esperança*, p. 62, ed. P. SerVir (2009).

Um discípulo fiel é aquele que reconhece a voz do Pastor e procura continuamente aprender mais, de modo a obedecer de forma mais completa. Refletir o caráter de Cristo e trabalhar para o alargamento do Seu Reino deve ser a nossa paixão dominante. Isto inclui crescer em caráter, em mordomia e em serviço (Efé. 4:13-15; Rom. 8:29; II Cor. 3:17 e 18; I Jo. 3:2).

5. *Comunidade/Missão*: “Batizando-os em nome do Pai, e do Filho, e do Espírito Santo” (Mat. 28:19, ARA). O verdadeiro discipulado acontece apenas no interior de uma comunidade que é construída sobre o fundamento de Jesus Cristo e da Sua Palavra, onde a adoração, o ministério, o evangelismo e a obediência recebem a mais elevada prioridade (Apoc. 14:6-12).



“Juntem-se pequenos grupos no início da noite, ao meio-dia ou cedo de manhã, para estudar a Bíblia. Observem então um período de oração para que fiquem fortalecidos, esclarecidos e santificados pelo Espírito Santo. Esse trabalho deseja Cristo ver realizado no coração de cada obreiro. Se abriremos a porta, uma grande bênção nos virá. Anjos de Deus estarão na nossa reunião. Seremos alimentados com as folhas da árvore da vida. Que testemunhos podem ser dados dessa amável convivência entre os colegas de trabalho, nesses preciosos períodos quando estão buscando as bênçãos de Deus!” – Ellen G. White, *Testemunhos para a Igreja*, Vol. 7, p. 195.

PASSOS PRÁTICOS

A graça de Jesus Cristo não é barata. Custou-Lhe a vida. Qualquer pessoa que aceita Jesus Cristo como Senhor e Salvador tem de saber que ser Seu discípulo também tem um custo. “Se alguém quiser vir após mim, negue-se a si mesmo, e tome a sua cruz, e siga-me” (Mar. 8:34).

Os discípulos crescem no caráter à semelhança de Cristo durante as rotinas da vida quotidiana. Através das práticas intencionais do estudo diário da Bíblia, da oração, do serviço e da missão, crescemos cada vez mais profundamente no nosso compromisso como discípulos. Um discípulo plenamente comprometido “anda” continuamente com Cristo, estando com Ele, modelando a sua vida de acordo com a vida d’Ele e obedecendo-Lhe nas comuns atividades diárias.

A obra de fazer discípulos está em progresso constante. “A ordem do Salvador aos discípulos incluía todos os crentes. Abrange todos os crentes em Jesus até ao fim do tempo.” – Ellen G. White, *O Desejado de Todas as Nações*, p. 751, ed. P. SerVir (2017). Portanto, moldar a nossa vida de acordo com o exemplo de Jesus é uma responsabilidade pessoal, bem como uma responsabilidade didática que cada membro de igreja deve àqueles que são noviços na fé. O estatuto de membro de igreja e, mesmo, a própria atividade na igreja são, em si mesmos, insuficientes. É necessário um constante crescimento pessoal enquanto discípulo para se ter uma relação com Deus que seja impactante e duradoura.



AMOR, A MARCA DEFINIDORA DE UM DISCÍPULO

Amar os outros como Deus nos ama, algo que está intimamente ligado com a unidade, é a indicação suprema do verdadeiro discipulado. “Nisto todos conhecerão que sois meus discípulos, se vos amardes uns aos outros” (Jo. 13:35).

“Cristo deu-nos um padrão no Seu próprio exemplo. Ele quer unir os Seus seguidores entre si e com Ele. A sua unidade com Cristo fá-los amarem-se mutuamente, pois o amor é o fruto certo da unidade com Cristo. Cristo declarou que o mútuo amor deles era um emblema garantido do seu discipulado.” – *Manuscrito 51, de 1894* (traduzido do original inglês).

O verdadeiro amor por Jesus significa mais do que o facto de os Seus discípulos se amarem mutuamente; eles devem partilhar o amor de Deus com outros. Se amamos Deus, obedeceremos à Sua ordem: “Ide, portanto, fazei discípulos de todas as nações” (Mat. 28:19, ARA).

O amor de Deus é a marca definidora de um discípulo porque no amor estão completas todas as outras características do discipulado. Cristo “mencionou apenas uma condição de discipulado e serviço. ‘Amas-Me?’, disse Ele. Esta é a qualificação essencial”. – Ellen G. White, *O Desejado de Todas as Nações*, p. 743, ed. P. SerVir (2017). “O amor de Cristo não é um sentimento espasmódico, mas um princípio vivo, que deve ser manifesto como um poder presente no coração.” – *Refleting Christ*, p. 345 (traduzido do original inglês).





CAPÍTULO 7

Membros da Igreja

As solenes obrigações inerentes a ser membro no corpo de Cristo devem ser inculcadas em todos os que desejam ser membros da Igreja. Só aqueles que dão provas de terem passado pela experiência do novo nascimento e de possuírem uma experiência espiritual no Senhor Jesus é que estão preparados para serem aceites como membros. Os Pastores devem instruir os candidatos nos ensinamentos fundamentais e nas práticas da Igreja com eles relacionadas, de modo que esses membros entrem para a Igreja com um sólido fundamento espiritual. Embora não haja nenhuma idade determinada para o batismo, recomenda-se que crianças muito novas, que expressem o desejo de ser batizadas, sejam encorajadas e incluídas num programa de instrução que possa levar ao batismo.

O apóstolo Paulo escreve: “Ou não sabeis que, todos quantos fomos batizados em Jesus Cristo, fomos batizados na sua morte? De sorte que fomos sepultados com ele, pelo batismo, na morte; para que, como Cristo ressuscitou dos mortos, pela glória do Pai, assim andemos nós, também, em novidade de vida” (Rom. 6:3 e 4).

Lucas também escreve: “E disse-lhes Pedro: Arrependei-vos, e cada um de vós seja batizado em nome de Jesus Cristo... De sorte que foram batizados os que, de bom grado, receberam a sua palavra; e naquele dia agregaram-se quase três mil almas” (Atos 2:38-41).

“É aos membros da Igreja, a quem Ele chamou das trevas para a Sua maravilhosa luz, que compete manifestar a Sua glória. A Igreja é a depositária das riquezas da graça de Cristo e através dela, no momento próprio, manifestada, mesmo aos ‘principados e potestades do céu’ (Ef. 3:10), a última e total demonstração do amor de Deus.” – Ellen G. White, *Atos dos Apóstolos*, p. 9, ed. P. SerVir.

BATISMO

Um Pré-requisito da Condição de Membro – “Cristo fez do batismo



o sinal de entrada para o Seu reino espiritual. Ele tornou-o numa condição clara à qual têm de atender os que desejam ser reconhecidos como estando sob a autoridade do Pai, do Filho e do Espírito Santo...

“O batismo é uma soleníssima renúncia ao mundo. Os que são batizados em nome do Pai, do Filho e do Espírito Santo declaram publicamente, no início da sua carreira cristã, que renunciaram ao serviço de Satanás e se tornaram membros da família real, filhos do Rei celestial. Obedeceram à ordem: ‘Saí do meio deles e apartai-vos... e não toqueis nada imundo.’ Cumpriu-se em relação a eles a promessa divina: ‘E eu vos receberei; e eu serei para vós Pai e vós sereis para mim filhos e filhas, diz o Senhor Todo-Poderoso.’ II Cor. 6:17 e 18.” – Ellen G. White, *Testemunhos para a Igreja*, Vol. 6, p. 91 (traduzido do original inglês).

O batismo é a via de entrada na Igreja. É fundamentalmente o sinal de ingresso na aliança redentora de Cristo e deve ser considerado como umas solenes, mas jubilosas, boas-vindas à família de Deus.

A filiação como membro da Igreja só é possível nas igrejas incluídas na irmandade de igrejas reconhecidas por uma Associação.

O Modo de Batismo – A Igreja acredita no batismo por imersão e aceita como membros unicamente aqueles que foram batizados desta maneira. (Ver Capítulo 15, “Crenças Fundamentais dos Adventistas do Sétimo Dia”.) Os que reconhecem o seu estado de perdição como pecadores, que sinceramente se arrependem dos seus pecados e passam pela experiência da conversão, podem, após instrução apropriada, ser aceites como candidatos ao batismo e a ser membros da Igreja.

Instrução Cuidadosa e Exame Público antes do Batismo – Os candidatos, quer individualmente quer numa classe batismal, devem ser instruídos, com base nas Escrituras, a respeito das crenças fundamentais e das práticas da Igreja, bem como das responsabilidades inerentes à condição de membros. Um Pastor deve provar à igreja, mediante um exame público, que os candidatos estão bem instruídos, que estão decididos a dar este passo importante e que, por prática e conduta, demonstram uma aceitação voluntária das doutrinas da Igreja e dos princípios de conduta que são a expressão exterior dessas mesmas doutrinas, pois “pelos seus frutos os conhecereis” (Mat. 7:20).



Se o exame público for impraticável, então os candidatos devem ser examinados pelo Conselho ou por uma comissão indigitada pelo Conselho, como, por exemplo, o Conselho de Anciãos, cujo relatório deve depois ser apresentado à igreja antes do batismo.

“Os candidatos ao batismo não têm sido tão cuidadosamente examinados em relação ao seu discipulado como deviam ser. Deveria ficar claro se meramente estão a adotar o nome de Adventistas do Sétimo Dia, ou se estão a tomar posição ao lado do Senhor, renunciando ao mundo e separando-se, e estando dispostos a não tocar nada imundo. Antes do batismo, devem ser feitas perguntas minuciosas relativas à experiência dos candidatos. Mas essas perguntas devem ser feitas não de modo frio e distante, e sim com mansidão e bondade, orientando os novos conversos para o Cordeiro de Deus que tira o pecado do mundo. Que os requisitos do Evangelho sejam aplicados aos candidatos ao batismo.” – Ellen G. White, *Testemunhos para a Igreja*, Vol. 6, pp. 95 e 96 (traduzido do original inglês).

VOTO E COMPROMISSO BATISMAL

65

Voto Batismal – Os candidatos ao batismo e os que vão ser recebidos na comunidade por profissão de fé devem reafirmar, na presença da congregação local ou de outro corpo devidamente nomeado, a sua aceitação das crenças fundamentais. (Ver p. 64.)

O Pastor ou o ancião devem dirigir as seguintes perguntas ao(s) candidato(s), cuja(s) respostas podem ser por assentimento verbal, mão levantada ou por outro método culturalmente apropriado.

Voto

1. Crê que há um só Deus: Pai, Filho e Espírito Santo, uma unidade de três Pessoas coeternas?

2. Aceita a morte de Jesus Cristo no Calvário como sacrifício expiatório pelos seus pecados e acredita que, pela graça de Deus por meio da fé no Seu sangue derramado, está salvo do pecado e da sua punição?

3. Aceita Jesus Cristo como seu Senhor e Salvador pessoal, crença que Deus, em Cristo, perdoou os seus pecados e lhe concedeu um novo coração, e renuncia aos caminhos pecaminosos do mundo?



4. Aceita pela fé a justiça de Cristo, seu Intercessor no santuário celestial, e aceita a Sua promessa de graça transformadora e de poder para viver uma vida amorável, centrada em Cristo, no lar e diante do mundo?

5. Acredita que a Bíblia é a Palavra inspirada de Deus, a única regra de fé e prática para o Cristão? Compromete-se a dedicar regularmente tempo à oração e ao estudo da Bíblia?

6. Aceita os Dez Mandamentos como uma transcrição do caráter de Deus e uma revelação da Sua vontade? É seu propósito, pelo poder da presença interior de Cristo, guardar esta Lei, incluindo o quarto mandamento, que requer a observância do sétimo dia da semana como Sábado do Senhor e como memorial da Criação?

7. Anseia pela vinda de Jesus em breve e pela bendita esperança, quando “isto que é mortal se revestir da imortalidade” [I Cor. 15:54]? Enquanto se prepara para o encontro com o Senhor, compromete-se a dar testemunho da Sua amorosa salvação usando os seus talentos num esforço pessoal de conquista de almas para ajudar outros a estarem preparados para o Seu glorioso aparecimento?

8. Aceita o ensino bíblico dos dons espirituais e acredita que o dom de profecia é uma das marcas identificadoras da Igreja remanescente?

9. Acredita na organização da Igreja? É seu propósito adorar Deus e apoiar a Igreja por meio dos seus dízimos e ofertas e pelo seu esforço e influência pessoais?

10. Crê que o seu corpo é o templo do Espírito Santo; e compromete-se a honrar Deus cuidando do corpo, evitando o uso do que é nocivo e abstendo-se de todos os alimentos imundos; abstendo-se do uso, fabrico ou venda de bebidas alcoólicas; abstendo-se do uso, do fabrico ou da venda de tabaco em qualquer das suas formas para consumo humano; e do uso inapropriado ou do tráfico de narcóticos ou de outras drogas?

11. Conhece e compreende os princípios bíblicos fundamentais tal como são ensinados pela Igreja Adventista do Sétimo Dia? Propõe-se, pela graça de Deus, cumprir a Sua vontade ordenando a sua vida de harmonia com esses princípios?

12. Aceita o ensino do Novo Testamento acerca do batismo por imersão e deseja ser assim batizado como manifestação pública de fé em Cristo e do perdão dos seus pecados por Cristo?



13. Aceita e acredita que a Igreja Adventista do Sétimo Dia é a Igreja remanescente da profecia bíblica e que pessoas de todas as nações, raças e línguas são convidadas e aceites na sua comunhão? Deseja ser membro desta congregação local da Igreja mundial?

Voto Alternativo

1. Aceita Jesus Cristo como seu Senhor e Salvador pessoal e deseja viver a sua vida num relacionamento salvador com Ele?

2. Aceita os ensinamentos da Bíblia como expressos na Declaração das Crenças Fundamentais da Igreja Adventista do Sétimo Dia, e compromete-se, pela graça de Deus, a viver de harmonia com esses ensinamentos?

3. Deseja ser batizado como manifestação pública da sua fé em Jesus Cristo, ser aceite na comunhão da Igreja Adventista do Sétimo Dia e apoiar a Igreja e a sua missão como mordomo fiel, por meio da sua influência pessoal, dos dízimos e ofertas e de uma vida de serviço?

Aliança Batismal – A Igreja adotou, como Aliança Batismal, as suas 28 Crenças Fundamentais, juntamente com o voto batismal e o Certificado de Batismo e Compromisso.

67

A todos os que são aceites como membros pelo batismo deve ser entregue uma cópia impressa desta Aliança, com o Certificado de Batismo e Compromisso devidamente preenchido. Deve também ser entregue um certificado apropriado aos que são aceites por profissão de fé.

O Certificado de Batismo e Compromisso contém um espaço onde o novo membro deve assinar como confirmação de compromisso. Após o batismo, o Certificado de Batismo e Compromisso deve ser entregue ao candidato como um documento da Aliança. O compromisso diz o seguinte:

Compromisso

1. Creio que há um só Deus: Pai, Filho e Espírito Santo, uma unidade de três Pessoas coeternas.

2. Aceito a morte de Jesus Cristo no Calvário como sacrifício expiatório pelos meus pecados e acredito que, pela graça de Deus por meio da fé no Seu sangue derramado, estou salvo do pecado e da sua punição.



3. Aceito Jesus Cristo como meu Senhor e Salvador pessoal, e creio que Deus, em Cristo, perdoou os meus pecados e me concedeu um novo coração, e renuncio aos caminhos pecaminosos do mundo.

4. Aceito pela fé a justiça de Cristo, meu Intercessor no santuário celestial, e aceito a Sua promessa de graça transformadora e de poder para viver uma vida amorável, centrada em Cristo, no lar e diante do mundo.

5. Acredito que a Bíblia é a Palavra inspirada de Deus, a única regra de fé e prática para o Cristão. Comprometo-me a dedicar regularmente tempo à oração e ao estudo da Bíblia.

6. Aceito os Dez Mandamentos como uma transcrição do caráter de Deus e uma revelação da Sua vontade. É meu propósito, pelo poder da presença interior de Cristo, guardar esta Lei, incluindo o quarto mandamento, que requer a observância do sétimo dia da semana como Sábado do Senhor e como memorial da Criação.

7. Anseio pela vinda de Jesus em breve e pela bendita esperança, quando “isto que é mortal se revestir da imortalidade” [I Cor. 15:54]. Enquanto me preparo para o encontro com o Senhor, comprometo-me a dar testemunho da Sua amorosa salvação, usando os meus talentos num esforço pessoal de conquista de almas para ajudar outros a estarem preparados para o Seu glorioso aparecimento.

8. Aceito o ensino bíblico dos dons espirituais e acredito que o dom de profecia é uma das marcas identificadoras da Igreja remanescente.

9. Acredito na organização da Igreja. É meu propósito adorar Deus e apoiar a Igreja por meio dos meus dízimos e ofertas e pelo meu esforço e influência pessoais.

10. Creio que o meu corpo é o templo do Espírito Santo; e comprometo-me a honrar Deus cuidando do meu corpo, evitando o uso do que é nocivo e abstenendo-me de todos os alimentos imundos; abstenendo-me do uso, fabrico ou venda de bebidas alcoólicas; abstenendo-me do uso, fabrico ou venda de tabaco em qualquer das suas formas para consumo humano; e do uso inapropriado ou do tráfico de narcóticos ou de outras drogas.

11. Conheço e compreendo os princípios bíblicos fundamentais tal como são ensinados pela Igreja Adventista do Sétimo Dia.



Proponho-me, pela graça de Deus, cumprir a Sua vontade, ordenando a minha vida de harmonia com esses princípios.

12. Aceito o ensino do Novo Testamento acerca do batismo por imersão e desejo ser assim batizado, como manifestação pública de fé em Cristo e do perdão dos meus pecados por Cristo.

13. Aceito e acredito que a Igreja Adventista do Sétimo Dia é a Igreja remanescente da profecia bíblica e que pessoas de todas as nações, raças e línguas são convidadas e aceites na sua comunhão. Desejo ser membro desta congregação local da Igreja mundial.

Votação de Aceitação Dependente do Batismo – Depois de os candidatos terem respondido afirmativamente às perguntas do voto, na presença dos membros da igreja ou de outro corpo devidamente indigitado, ou de ter sido garantido à igreja que já o tinham feito, a igreja deve votar a sua aceitação como membros dependente do batismo, o qual não deve ser injustificadamente adiado.

Receção de Membros Desconhecidos – Na preparação de conversos para o batismo, o evangelista deve convidar o Pastor ou ancião a visitar a classe batismal, a fim de se familiarizar com os candidatos. Esses contactos permitirão à igreja estar mais bem preparada para receber os novos membros.

69

Preparativos para o Batismo – Na cerimónia batismal, os diáconos devem fazer os preparativos necessários e ajudar também os candidatos a entrar e a sair da água. As diaconisas devem ajudar as candidatas.

Deve ser tido o devido cuidado para assegurar que roupas apropriadas são distribuídas aos candidatos, de preferência batas de tecido grosso adequado. Se não houver batas disponíveis, os candidatos devem vestir-se com modéstia.

O batismo deve ser seguido de uma breve cerimónia de boas-vindas.

REBATISMO

O rebatismo só é especificamente mencionado em Atos 19:1-7, onde o apóstolo Paulo o aprovou para um grupo de crentes cujo



anterior batismo de arrependimento tinha sido realizado por João. Além do arrependimento, o batismo cristão está associado à compreensão do Evangelho e a um compromisso para com ele e para com os ensinamentos de Jesus, e com a recepção do Espírito Santo. Tendo esta compreensão e este compromisso acrescidos, o rebatismo é aceitável.

Indivíduos Vindos de Outras Denominações Cristãs – Com base bíblica, indivíduos vindos de outras Denominações cristãs, que aceitaram as Crenças Adventistas do Sétimo Dia e que tenham anteriormente sido batizados por imersão, podem pedir o rebatismo.

Os exemplos que se seguem sugerem, porém, que o rebatismo pode não ser necessário. É evidente que o caso de Atos 19 foi especial, pois é referido que Apolo tinha recebido o batismo de João (Atos 18:25), e não há registo de ele ter sido rebatizado. Aparentemente, alguns dos próprios apóstolos receberam o batismo de João (João 1:35-40), mas não há registo de terem sido rebatizados.

Se um crente novo tiver aceitado verdades novas importantes, Ellen G. White apoia o rebatismo quando o Espírito leva o novo crente a pedi-lo. Esta prática segue o modelo de crescimento espiritual de Atos 19. Uma pessoa que tenha anteriormente passado pela experiência do batismo por imersão deve avaliar a sua nova experiência religiosa e decidir se deseja o rebatismo. Não deve haver incitamento.

“Isto [o rebatismo] é um assunto em que cada indivíduo precisa conscienciosamente de tomar a sua atitude no temor de Deus. Deve ser cuidadosamente apresentado no espírito de benignidade e de amor. Portanto, o dever de insistir não pertence a ninguém senão a Deus; dai-Lhe oportunidade de operar por meio do Seu Espírito Santo na mente, de modo que o indivíduo fique perfeitamente convencido e satisfeito no que respeita a esse passo avançado.” – Ellen G. White, *Evangelismo*, p. 373.

Apostasia e Rebatismo – Embora existisse apostasia na Igreja Apostólica (Heb. 6:4-6), as Escrituras não abordam a questão do rebatismo. Ellen G. White apoia o rebatismo quando os membros apostataram e depois são reconvertidos e desejam voltar a unir-se à Igreja. (Ver pp. 94-96, 221.)



“O Senhor requer decidida reforma. E quando uma alma está verdadeiramente reconvertida, seja ela rebatizada. Renove ela o seu concerto com Deus, e Deus renovará o Seu concerto com ela.” – Ellen G. White, *Evangelismo*, p. 375.

Rebatismo Inadequado – Com base no ensino bíblico e na orientação de Ellen G. White, o rebatismo só deve ocorrer em circunstâncias especiais e deve ser relativamente raro. Administrar o batismo repetidamente ou com um fundamento emocional diminui o seu significado e representa uma compreensão incorreta da seriedade e da importância que as Escrituras lhe atribuem. Um membro cuja experiência espiritual se tenha tornado fria precisa de um espírito de arrependimento que leve a reavivamento e reforma. Esta experiência será seguida de participação no serviço de Comunhão para demonstrar purificação renovada e comunhão no corpo de Cristo, tornando o rebatismo desnecessário.

PROFISSÃO DE FÉ

71

Os indivíduos que tenham aceitado as Crenças Fundamentais da Igreja Adventista do Sétimo Dia e que desejem ser membros da Igreja por profissão de fé podem ser aceites sob qualquer uma das seguintes quatro circunstâncias:

1. Um Cristão consagrado vindo de outra Denominação cristã que já tenha sido batizado por imersão conforme praticado pela Igreja Adventista do Sétimo Dia. (Ver p. 70.)

2. Um membro da Igreja Adventista do Sétimo Dia que, devido a condições mundiais, seja incapaz de obter uma carta de transferência da sua igreja de origem. (Ver pp. 74 e 75.)

3. Um membro da Igreja Adventista do Sétimo Dia cujo pedido de transferência de membro não tenha obtido qualquer resposta da igreja onde é membro. Neste caso, a igreja procurará obter a assistência da Associação, ou das Associações, envolvida(s).

4. Qualquer indivíduo que tenha sido membro, mas cujo registo de membro se transviou ou tenha sido retirado por ser de um membro ausente, e se tenha, no entanto, mantido fiel ao seu compromisso cristão.



Deve exercer-se o máximo cuidado na receção de membros, se estes foram anteriormente membros de uma outra congregação. Quando uma pessoa requer a condição de membro por profissão de fé, devem ser feitas averiguações a respeito da experiência anterior do requerente. Os oficiais da igreja devem procurar o conselho e a ajuda do Presidente da Associação. Deve ser tomado tempo suficiente para se investigarem os factos.

Quando uma pessoa requer a condição de membro por profissão de fé e se descobre que ela é ainda membro de uma outra congregação, nenhum passo deve ser dado para receber essa pessoa como membro até que a igreja onde consta como membro lhe conceda uma carta de transferência. Se, depois de o processo de transferência ter sido seguido (ver pp. 72 e 73), uma igreja recusar conceder a carta de transferência e o membro achar que a carta lhe é negada injustamente, esse membro pode apelar para o Conselho da Associação. A observação deste procedimento resultará num apreço mais elevado pela santidade da condição de membro da Igreja e na correção de erros cometidos. Nenhuma igreja tem o direito de reter uma transferência, a menos que a pessoa esteja sob disciplina.

Quando um indivíduo cuja condição de membro lhe foi retirada solicita readmissão como membro da Igreja, essa readmissão é normalmente precedida de rebatismo. (Ver pp. 94 e 95.)

TRANSFERÊNCIA DE MEMBROS

Quando os membros se mudam para uma região diferente, o secretário da igreja que detém os registos da sua condição de membros deve escrever ao Secretário da Associação relevante pedindo que um Pastor na nova localidade visite esses membros e ajude a facilitar a transferência como membros para a nova congregação.

O secretário da igreja que detém os registos desses membros deve notificar também os membros que vão transferir-se da intenção de dar o seu novo endereço à Associação.

Membros que se mudem para outra localidade por mais de seis meses devem fazer de imediato o pedido de cartas de transferência. Membros que se mudem para uma área isolada, sem nenhuma igreja



numa distância razoável, devem solicitar a sua inscrição na igreja da Associação.

Método de Concessão de Cartas de Transferência – Os membros devem solicitar as respectivas cartas de transferência ao secretário da igreja à qual os membros desejam unir-se (a igreja recetora). Este secretário envia o pedido ao secretário da igreja de onde os membros desejam ser transferidos (a igreja concessora). (Para um método alternativo, ver p. 74.)

Quando o secretário da igreja concessora recebe o pedido, leva-o ao Pastor, ou ao ancião, que, por sua vez, o apresenta ao Conselho. Deve ser dada uma atenção cuidadosa por parte da igreja concessora e por parte da igreja recetora, de modo a garantir que os membros em processo de transferência estão a viver em harmonia com os ensinamentos fundamentais e as práticas da Igreja. Depois da devida análise, o Conselho vota recomendar, favoravelmente ou de outro modo, o pedido à igreja. (Ver pp. 47-51, 69-79, 92-96, 113.) O Pastor ou o ancião levam, então, a recomendação à atenção da igreja para uma primeira leitura. A decisão final é tomada na semana seguinte, quando o pedido é apresentado à igreja para ser votado.

O objetivo do intervalo de uma semana é dar aos membros uma oportunidade para apresentarem qualquer objeção à concessão da carta. Normalmente, as objeções não devem ser feitas publicamente, mas apresentadas ao Pastor, ou ao ancião, que então as leva ao Conselho para análise. O Conselho deve dar a cada objetor oportunidade de comparecer para apresentar a sua objeção. Se a objeção não se fundamentar em bases válidas, a pessoa que levanta a objeção deve ser admoestada no sentido de a retirar. Se a objeção estiver fundamentada em bases válidas, é dever do Conselho investigar. A ação final de concessão da carta é adiada até o assunto ter sido satisfatoriamente resolvido.

Se a objeção envolver relacionamentos pessoais, devem ser enviados todos os esforços com vista a uma reconciliação. Se estiverem envolvidas ofensas públicas, podem ser necessárias medidas disciplinares. Se houver algum lapso espiritual, devem ser feitos esforços para reabilitar o membro.



O Secretário Prepara a Carta – Depois de a igreja conceder a carta de transferência, o secretário preenche o formulário de transferência regular e remete-o para o secretário da igreja que vai receber o membro. O secretário da igreja recetora passa então a carta ao Pastor, ou ao ancião, que a apresenta primeiramente ao Conselho para recomendação, após o que o pedido é apresentado à igreja no serviço religioso seguinte. O voto de aceitação da pessoa como membro é normalmente feito uma semana mais tarde no serviço religioso regular. O secretário da igreja recetora acrescenta então ao registo de membros o nome do membro e a data de admissão. Cabe também a este secretário preencher a parte a devolver da carta de transferência, certificando que o membro foi aceite, e enviá-la ao secretário da igreja que concedeu o voto de transferência. (Ver p. 113.)

Carta Válida por Seis Meses – Uma carta de transferência é válida por seis meses a partir da data da emissão.

74

Método Alternativo para a Transferência de Membros – Uma Divisão pode aprovar métodos alternativos para a transferência de membros entre igrejas dentro do território da Divisão, mas quando há membros que pedem transferência para uma igreja noutra Divisão, deve ser seguido o “Método para a Concessão de Cartas de Transferência” atrás apresentado.

Condição de Membro durante a Transferência – Em circunstância alguma deve o secretário da igreja que concede a transferência remover do registo de membros o nome do membro, até que seja recebida a parte de retorno da carta de transferência, certificando que o membro foi aceite por voto na comunhão da igreja recetora. Fazê-lo privaria a pessoa da condição de membro durante o processo de transferência. O secretário, os anciãos, o Pastor e o Presidente da Associação são todos responsáveis por assegurarem que todas as igrejas aderem a este procedimento.

Receção de Membros sob Condições Difíceis – As condições mundiais impedem, por vezes, as comunicações respeitantes à transferência



de membros. Nessas condições, a igreja recetora, em conselho com a Associação, deve dar-se por satisfeita quanto à situação do requerente e então aceitá-lo como membro com base em profissão de fé. Se, mais tarde, for aberta a via de comunicação com a igreja que concede a transferência ou com a Associação onde a mesma está localizada, a igreja recetora deve enviar uma carta declarando o que foi feito.

Contagem em Relatórios Estatísticos – Quando são feitos os relatórios de estatísticas trimestrais e anuais, um membro a quem foi concedida uma carta de transferência, mas cujo certificado de aceitação ainda não foi recebido, é contado como membro da igreja que concedeu a transferência. Depois de recebido o certificado de aceitação, o nome é, então, removido do registo de membros da igreja que concedeu a transferência e já não será incluído em relatórios subsequentes.

Se o Membro Não For Aceite – A igreja recetora deve receber o membro, a não ser que saiba de alguma razão válida para não lhe conceder esse privilégio. Se uma igreja não receber o membro, o secretário deve devolver à igreja que concedeu a transferência a carta com uma explicação cabal das razões. A condição de membro dessa pessoa permanece então na igreja que concedeu a transferência, a qual deve cooperar com o membro para resolver a questão.

75

Cartas Concedidas Só Àqueles que Estão em Situação Regular – As cartas de transferência só são concedidas a membros em situação regular, e nunca a membros sob disciplina. Não são aceitáveis declarações qualificativas, a menos que o Pastor ou o Conselho de igreja que concede a transferência tenham conhecimento factual ou comprovado de que o membro esteve envolvido como perpetrador em abuso de menores. Nesse caso, para segurança das crianças, o Pastor ou o ancião devem fornecer uma declaração confidencial, alertando o Pastor ou o Ancião da congregação para onde o membro está a ser transferido.

Se um membro que se mudou para uma nova localidade se tiver tornado indiferente para com a igreja, o Pastor ou o ancião da igreja que concede a transferência podem, para que tudo se esclareça antes



de ser concedida a transferência, abordar a questão com o Pastor ou o ancião da igreja recetora.

Nenhuma Carta É Passada sem Aprovação do Membro – Em caso algum deve uma igreja votar uma carta de transferência contra a vontade do membro, e nenhuma igreja deve aceitar qualquer membro mediante carta concedida sob tais circunstâncias. A condição de membro é o relacionamento pessoal de um indivíduo com o corpo de Cristo, e a igreja tem a obrigação de reconhecer esse relacionamento e evitar qualquer ação que possa ser tida como arbitrária.

Por outro lado, qualquer membro está sob a obrigação de reconhecer o bem-estar da igreja e de realizar todos os esforços para aliviar a igreja de problemas ligados a membros ausentes. Sempre que um membro muda de localidade, deve requerer prontamente uma carta de transferência.

Quando uma igreja é expulsa da irmandade de igrejas por voto de uma Assembleia Administrativa da Associação, a condição de membros de todos os membros leais, exceto daqueles que se recusam a isso, considera-se transferida provisoriamente para a igreja da Associação. A igreja da Associação deve então emitir cartas de transferência dos membros leais e lidar com outras condições de membros conforme seja necessário. (Ver pp. 51-55.)

O Conselho de Igreja Não Pode Passar Cartas – Um Conselho não tem autoridade para votar cartas de transferência ou para receber membros por meio de cartas. A autoridade do Conselho limita-se a fazer recomendações à igreja. A decisão sobre todas as transferências de membros, favorável ou outra, deve ser tomada pela igreja. (Ver pp. 72 e 73.) O secretário não tem autoridade para remover nomes ou para acrescentar nomes ao registo de membros, exceto mediante um voto da igreja, a menos que um membro peça por escrito para lhe ser retirada a sua condição de membro, caso em que o Conselho de igreja deve tratar do pedido.

A igreja pode ser informada do pedido do membro, mas não deverá ocorrer qualquer discussão do caso. Devem ser feitos esforços para restaurar a pessoa à família da igreja. Quando um membro morre, o



secretário regista a data da morte no registo de membros, não sendo necessária qualquer ação por parte da igreja.

REGISTO DE MEMBROS

Registo de Membros – A igreja deve ter um registo de membros corrente, regular e atualizado. Os nomes são acrescentados ou removidos unicamente por voto da igreja, por morte ou por pedido do membro. (Ver p. 113.) Os registos de membros estão sujeitos a revisão por parte da Associação de que a igreja local é membro constituinte. Esta regra, que também se aplica a todas as entidades ou níveis da organização, provê a máxima privacidade da informação pessoal dos membros e deve obedecer aos requisitos legais. (Ver pp. 113 e 114.)

Múltiplos Registos de Membros – Quando se descobre que o registo de membro de um dado membro se encontra em mais do que uma igreja, o registo de membro na igreja local onde o registo é mais recente será considerado como aquele que indica o atual estatuto de membro, e qualquer outro registo de membro desse membro de Igreja será removido por voto da igreja relevante como forma de ajustamento. Esta disposição destina-se apenas a lidar com uma situação em que foi registado inadvertidamente um registo de membro adicional; nenhum membro deve perder o seu presente estatuto de membro deste modo. Se uma pessoa tem sido membro da sua igreja local, mas o seu registo de membro, por inadvertência, não foi registado, essa pessoa pode, por voto da igreja, ser registada como membro como forma de ajustamento.

Condição de Membro na Igreja da Associação – Os membros isolados devem unir-se à igreja da Associação, a qual é um corpo organizado para benefício de crentes que, de outro modo, estariam sem os privilégios da igreja. Membros idosos ou enfermos que vivem perto de uma igreja, bem como Oficiais da Associação e outros funcionários, incluindo Pastores, devem ser membros de uma igreja local, e não da igreja da Associação.

O Presidente da Associação é o primeiro ancião da igreja da Associação, sendo o trabalho que normalmente cabe ao secretário e ao



tesoureiro realizado pelo Secretário e pelo Tesoureiro da Associação. Uma vez que esta igreja não tem Conselho, todos os assuntos normalmente tratados pelo Conselho de uma igreja local são tratados pelo Conselho da Associação, o qual indigita também Delegados da igreja da Associação à Assembleia Administrativa da Associação.

Revisão Redentora da Lista de Membros – Jesus vocacionou a Sua Igreja para cumprir a Grande Comissão de fazer discípulos. Com este objetivo em vista, as igrejas locais devem ter como alvo criar um ambiente acolhedor para o crescimento espiritual e para encorajar todos os ministérios da igreja a unirem-se, a fim de fazer discípulos maduros e fiéis.

Uma igreja saudável desenvolve um plano educativo que equipe cada membro para que se envolva na atividade de fazer discípulos, usando os seus talentos e dons espirituais. Além disso, deve criar uma estratégia para reter e reclamar os antigos membros e os membros inativos através de (1) um processo regular de revisão redentora da lista de membros e (2) de ministérios de recuperação de membros.

A revisão redentora da lista de membros pretende melhorar o cuidado pastoral, baseado no fundamento de um registo de membros exato. No entanto, ela deve ter o propósito redentor de ver pessoas e não números. A atualização dos registos deveria ser motivada pelo objetivo de se ser mais eficaz no cuidado pastoral e no alcance missionário dos perdidos.

Na Bíblia, encontramos as seguintes palavras: “Não deixando a nossa congregação, como é costume de alguns, antes admoestando-nos uns aos outros, e tanto mais, quanto vedes que se vai aproximando aquele dia” (Heb. 10:25). Há uma grande necessidade de buscar aqueles que estão afastados. Ellen G. White diz: “Se a ovelha perdida não é trazida até ao aprisco, vagueia até perecer. E muitas almas descem à ruína pela falta de uma mão estendida para salvar” (Ellen G. White, *Parábolas de Jesus*, p. 124, ed. P. SerVir). É um ministério muito necessário a revisão do registo de membros, e é igualmente necessária a abordagem a este exercício de um modo redentor semelhante ao de Cristo.



No caso da infeliz situação em que alguns membros ainda possam estar desaparecidos depois de realizados todos os esforços para os localizar e acolher de novo na comunhão da igreja, esta pode certificar que tentou, sem sucesso, localizar os membros e esses membros podem ser removidos por um voto da igreja. O Secretário deverá registrar no registo de membros: “Localização desconhecida. Votado designar como desaparecido.” (Ver pp. 92-94.)

Recursos – Para uma breve descrição do processo de revisão redentora da Lista de Membros, veja, nas NOTAS, Notas do CAPÍTULO 7, pp. 237 e 238.







CAPÍTULO 8

Disciplina

PRINCÍPIOS GERAIS

A Bíblia e o Espírito de Profecia estabelecem, em linguagem clara e inequívoca, a solene responsabilidade que cai sobre o povo de Deus de manter a sua pureza, a sua integridade e o seu fervor espiritual. Se os membros se tornam indiferentes ou se afastam, a igreja deve procurar recuperá-los para o Senhor.

Tratar com Membros em Transgressão – “Ora, se teu irmão pecar contra ti, vai, e repreende-o entre ti e ele só; se te ouvir, ganhaste teu irmão; mas, se não te ouvir, leva ainda contigo um ou dois, para que, pela boca de duas ou três testemunhas, toda a palavra seja confirmada. E, se não as escutar, dixe-o à igreja; e, se também não escutar a igreja, considera-o como um gentio e publicano. Em verdade vos digo que tudo o que ligardes na terra será ligado no céu, e tudo o que desligardes na terra será desligado no céu” (Mat. 18:15-18).

“Ao tratar com membros que cometem faltas, o povo de Deus deve seguir estritamente as instruções dadas pelo Salvador no décimo oitavo capítulo de Mateus.

“Os seres humanos são propriedade de Cristo, resgatados por Ele por um preço infinito e estão vinculados a Ele pelo amor que Ele e o Pai lhes têm manifestado. Que cuidado devemos, por isso, exercer no nosso relacionamento uns com os outros! Os homens não têm o direito de pensar mal do seu semelhante. Os membros da igreja não têm o direito de seguir os seus próprios impulsos e inclinações no trato com outros irmãos que cometeram faltas. Nem sequer devem manifestar os seus preconceitos em relação a eles, porque assim fazendo implantam no espírito de outros o fermento do mal...”

“Se o teu irmão pecar contra ti”, disse Cristo, ‘vai e repreende-o entre ti e ele só’. ... Não contem a outros o mal. Conta-se o caso a uma



pessoa, a outra e mais outra; e o relatório cresce continuamente, e o mal aumenta até que toda a igreja acaba por sofrer. Resolve o caso ‘entre ti e ele só’. Esse é o plano de Deus.” – Ellen G. White, *Testemunhos para a Igreja*, Vol. 7, p. 260 (traduzido do original inglês).

O Plano de Deus – “Seja qual for a natureza da ofensa, isso não altera o plano divino para a resolução de mal-entendidos e ofensas pessoais. Falar a sós, e no espírito de Cristo, com a pessoa que praticou a falta bastará, geralmente, para remover a dificuldade. Vá ter com a pessoa que cometeu a falta, com o coração cheio do amor e da simpatia de Cristo, e procure resolver a questão. Converse com ela com calma e mansidão. Não deixe que palavras iradas saiam dos seus lábios. Fale de modo a apelar ao seu bom senso. Lembre-se das palavras: ‘Aquele que fizer converter do erro do seu caminho um pecador salvará da morte uma alma, e cobrirá uma multidão de pecados.’ (Tiago 5:20.)...

82

“Todo o Céu se interessa pela entrevista entre o ofendido e o errante. Se o errante aceita a repreensão ministrada no amor de Cristo, e reconhece a sua falta, pedindo perdão a Deus e ao seu irmão, a luz celestial inundar-lhe-á o coração... O Espírito de Deus une os corações e há música nos Céus pelo restabelecimento da união...

“Mas se não te ouvir, leva ainda contigo um ou dois, para que pela boca de duas ou três testemunhas toda a palavra seja confirmada.’ (Mat. 18:16.)... Leve consigo irmãos espiritualmente empenhados, e fale com o que está em erro acerca da sua falta... Ao ver que eles concordam em relação a esse assunto, talvez a sua mente se ilumine.

“E, se não as escutar’, o que deverá fazer-se então? Deverão uns poucos reunidos em conselho tomar a responsabilidade de excluir o faltoso? ‘Se não as escutar, dize-o à igreja’ (Mat. 18:17)... Que seja a igreja a tomar a decisão a respeito dos seus membros.

“Se também não escutar a igreja, considera-o como um gentio e publicano.’ (Mat. 18:17.)... Se não atender à voz da igreja, se rejeitar todos os esforços feitos para o reconquistar, cabe à igreja a responsabilidade de o excluir da sua comunhão. O seu nome deve, então, ser riscado dos livros.



“Nenhum oficial de igreja deve aconselhar, nenhuma comissão recomendar, e igreja alguma deve votar, a eliminação dos livros da igreja do nome de um faltoso sem que as instruções de Cristo tenham sido fielmente seguidas. Quando essas instruções tiverem sido seguidas, a igreja estará limpa diante de Deus. O mal tem que aparecer tal como é e ser removido, para que não se espalhe cada vez mais. O bem-estar e a pureza da igreja devem ser salvaguardados, para que esta possa estar sem mancha diante de Deus, coberta com as vestes da justiça de Cristo.

“‘Em verdade vos digo’, prosseguiu Jesus, ‘que tudo o que ligardes na terra será ligado no céu, e tudo o que desligardes na terra será desligado no céu’. (Mat. 18:18.)...

“Esta afirmação conserva a sua autoridade em todas as épocas. À Igreja foi conferido o poder de agir em lugar de Cristo. Ela é o instrumento de Deus para a conservação da ordem e da disciplina entre o Seu povo. O Senhor delegou-lhe o poder de resolver todas as questões relativas à sua prosperidade, pureza e ordem. Sobre ela repousa a responsabilidade de excluir da sua comunidade os que são indignos, os que, pelo seu procedimento não cristão, trariam desonra à causa da verdade. Tudo quanto a Igreja fizer em conformidade com as instruções dadas na Palavra de Deus será ratificado no Céu.” – Ellen G. White, *Testemunhos para a Igreja*, Vol. 7, pp. 261-263 (traduzido do original inglês).

83

A Autoridade da Igreja – “O Redentor do mundo conferiu grande poder à Sua Igreja. Ele declara as regras a serem aplicadas em casos de litígio com os seus membros. Depois de dar orientações explícitas quanto à direção a seguir, diz: ‘Em verdade vos digo que tudo o que ligardes na terra será ligado no céu, e tudo o que [em matéria de disciplina de igreja] desligardes na terra será desligado no céu.’ Assim, quando tiver sido seguida a regra bíblica, até a autoridade celestial ratifica a disciplina da igreja com relação aos seus membros.

“A Palavra de Deus não dá autorização para que um homem ponha o seu julgamento em oposição ao da igreja, nem lhe é permitido insistir nas suas opiniões contra as opiniões da igreja.” – Ellen G. White, *Testemunhos para a Igreja*, Vol. 3, p. 428 (traduzido do original inglês).



A Responsabilidade da Igreja – “Deus considera o Seu povo, como um corpo, responsável pelos pecados que existem em indivíduos no seu meio. Se os dirigentes da igreja negligenciam buscar com diligência os pecados que trazem o desagrado de Deus sobre o corpo, tornam-se responsáveis por esses pecados.” – Ellen G. White, *Testemunhos para a Igreja*, Vol. 3, p. 269.

“Caso não houvesse disciplina e governo eclesiásticos, a Igreja fragmentar-se-ia; não poderia manter-se unida como um corpo.” – Ellen G. White, *Testemunhos para a Igreja*, Vol. 3, p. 428.

Os Não-Consagrados Opõem-se à Disciplina – “Há muitos que não têm a discrição de Josué e que não têm dever especial de expor erros e de agir prontamente com os pecados que existem entre o povo. Que tais pessoas não ponham entraves àqueles que têm sobre si a responsabilidade desta obra; não se interponham no caminho dos que têm este dever. Alguns insistem em questionar, em duvidar e pôr defeitos porque outros fazem o trabalho que Deus não colocou sobre eles. Intrrometem-se diretamente no caminho para impedir aqueles sobre os quais Deus colocou a responsabilidade de reprovar e corrigir pecados que prevalecem, de modo que o Seu desagrado seja afastado do Seu povo. Se houvesse entre nós um caso como o de Acã, há muitos que acusariam aqueles que fazem o papel de Josué em expor o erro, de ter um espírito ímpio e crítico. Deus não pode ser escarnecido e as Suas advertências desatendidas impunemente por um povo perverso...”

“Aqueles que trabalham no temor de Deus para livrar a Igreja de empecilhos e corrigir erros graves, a fim de que o povo de Deus possa ver a necessidade de aborrecer o pecado e de crescer em pureza, e para que o nome de Deus seja glorificado, sempre enfrentarão resistentes influências da parte dos não-consagrados.” – Ellen G. White, *Testemunhos para a Igreja*, Vol. 3, pp. 270 e 271 (traduzido do original inglês).

Proteger a Unidade da Igreja – Os Cristãos devem fazer todos os esforços para evitar tendências que os dividam e tragam desonra à sua causa. “É propósito de Deus que haja unidade entre os Seus filhos.



Não esperam viver juntos no mesmo Céu? ... Os que se recusam a trabalhar em boa harmonia desonram grandemente Deus.” – Ellen G. White, *Testemunhos para a Igreja*, Vol. 8, p. 240. A igreja deve desencorajar ações que ameacem a harmonia entre os seus membros e deve encorajar consistentemente a unidade.

Ainda que todos os membros tenham direitos iguais dentro da igreja, nenhum membro individualmente, nem nenhum grupo de membros, deve dar início a um movimento, nem formar uma organização, nem procurar estimular a constituição de seguidores com vista a alcançar qualquer objetivo ou a espalhar o ensino de qualquer doutrina ou mensagem que não estejam em harmonia com os objetivos e os ensinamentos religiosos fundamentais da Igreja. Tal conduta resultaria na promoção de um espírito divisivo, na fragmentação do testemunho da Igreja e, conseqüentemente, na obstrução do desempenho das obrigações da Igreja para com o Senhor e para com o mundo.

Reconciliação de Divergências – Devem ser feitos todos os esforços para resolver diferenças entre membros de igreja e para conter a controvérsia dentro do círculo mais pequeno possível. A reconciliação de diferenças na igreja deve, na maior parte dos casos, ser possível sem recurso quer a processos de conciliação realizados pela Igreja quer a litigação civil.

“Se as dificuldades existentes entre irmãos não fossem expostas a outros, mas francamente tratadas entre eles mesmos, no espírito do amor cristão, quanto mal seria evitado! Quantas raízes de amargura pelas quais muitos são contaminados seriam destruídas, e quão íntima e ternamente poderiam os seguidores de Cristo ser unidos no Seu amor!” – Ellen G. White, *O Maior Discurso de Cristo*, p. 56, ed. P. SerVir. (Ver pp. 87 e 88.)

“Contendas, discórdias e processos judiciais entre irmãos são uma vergonha para a causa da verdade. Os que enveredam por esse procedimento expõem a Igreja ao ridículo dos seus inimigos e fazem com que triunfe a causa dos poderes das trevas. Abrem de novo as feridas de Cristo, expondo-O à ignomínia. Desprezando a autoridade da Igreja, mostram desprezo por Deus, que conferiu essa autoridade à



Igreja.” – Ellen G. White, *Testemunhos para a Igreja*, Vol. 5, pp. 242 e 243 (traduzido do original inglês).

A litigação civil é frequentemente realizada num espírito de contenda resultante e revelador do egoísmo humano. É este tipo de procedimento antagonista que deve ser desencorajado por uma igreja que pretende revelar o espírito de Cristo. A abnegação cristã levará seguidores de Cristo a preferirem ser eles próprios defraudados (I Cor. 6:7) a irem “a juízo perante os injustos, e não perante os santos” (I Cor. 6:1).

Embora haja, no mundo moderno, oportunidades para se procurar decisões de tribunais civis, os Cristãos devem preferir uma resolução no seio da autoridade da Igreja e devem limitar a procura dessas decisões a casos que sejam claramente da jurisdição dos tribunais civis e não do contexto da autoridade da Igreja, ou para os quais a Igreja concorde que não possui um procedimento adequado para uma resolução pacífica. Estes processos diante dos tribunais civis não devem nunca tornar-se procedimentos antagonistas vingativos, mas devem partir do desejo de procurar mediação e de resolver diferenças amigavelmente.

Exemplos de tais casos civis poderão incluir, mas não se limitar a, resolução de reivindicações de seguros, a emissão de sentenças que definam limites e posse de bens imóveis, decisões de algumas questões envolvendo a administração de propriedades e a atribuição da custódia de filhos menores.

Embora a Igreja deva estabelecer procedimentos dentro dos limites da prática legal, a fim de evitar a litigação referida em I Coríntios 6, ela deve ter o cuidado constante de não se desviar da sua missão evangélica para assumir as obrigações de um magistrado civil. (Ver Lucas 12:13 e 14; e Ellen G. White, *Testemunhos para a Igreja*, Vol. 9, pp. 216-218.)

O ideal de Deus para os membros da Sua Igreja é que eles devam, tanto quanto possível, ter “paz com todos os homens” (Rom. 12:18). A Igreja deve recorrer ao seu processo prontamente acessível e razoavelmente célere através do qual muitas diferenças entre membros poderão ser resolvidas. Caso a Igreja não consiga dar resposta a um pedido de ajuda na reconciliação de uma diferença, ou se a Igreja



reconhecer que a natureza do caso é tal que não cabe no âmbito da sua autoridade, deve ser reconhecido que o membro esgotou as possibilidades do procedimento biblicamente delineado para a resolução de diferenças e que aquilo que esse membro deve fazer a partir de então é uma questão da sua consciência. (Ver *O Comentário Bíblico ASD*, Vol. 6, p. 698, no original inglês.)

Todavia, quando a Igreja, esforçando-se por prestar assistência na resolução oportuna e amigável de discórdias entre membros seus, recomenda uma solução, os membros não devem rejeitar sumariamente essa recomendação. Como indica I Coríntios 6:7, não é uma questão de somenos importância um membro, pondo de lado os métodos ordeiros da Igreja, levar a tribunal uma queixa contra outro membro.

Os membros que revelam impaciência e egoísmo pela sua indisponibilidade para esperar e aceitar recomendações da Igreja na resolução de queixas contra outros membros de igreja, podem apropriadamente ficar sujeitos à disciplina da igreja (ver pp. 84 e 85), devido ao efeito perturbador sobre a Igreja e à sua recusa em reconhecer a autoridade da Igreja devidamente constituída.

87

Resolução de Queixas de Membros contra a Igreja – Os mesmos princípios usados na resolução de diferenças entre membros aplicam-se à resolução de queixas de membros contra Organizações e Instituições da Igreja.

Os membros não devem instigar a abertura de processos judiciais contra qualquer entidade da Igreja, exceto em circunstâncias em que a Igreja não tenha providenciado um processo adequado para a resolução ordeira da queixa ou em que a natureza do caso seja tal que está claramente fora da autoridade da Igreja resolvê-lo.

Resolução de Queixas da Igreja contra Membros – Pode acontecer, por vezes, que Organizações e Instituições da Igreja tenham queixas contra membros. Em tais circunstâncias, os administradores da Igreja devem, em espírito de tolerância cristã, ter em mente o conselho bíblico para a resolução de disputas entre Cristãos e aplicá-lo à resolução de queixas da Igreja contra os seus membros. A Igreja deve, de preferência a pleitear as questões num tribunal secular, fazer todos os esforços



razoáveis, em cooperação com o membro, para prover um processo pelo qual a resolução ordeira do problema possa ser conseguida.

A Igreja reconhece a necessidade do exercício de grande cuidado para proteger os mais elevados interesses espirituais dos seus membros, para garantir um tratamento justo e para salvaguardar o nome da Igreja. Ela não pode dar-se ao luxo de lidar de forma ligeira com tais pecados ou permitir que considerações pessoais afetem as suas decisões, e deve, ao mesmo tempo, esforçar-se por recuperar e restaurar aqueles que erram.

“Se a pessoa que errou se arrepende e se submete à disciplina de Cristo, deve ter uma nova oportunidade. E mesmo que não se arrependa, mesmo que esteja fora da igreja, os servos de Deus ainda têm uma obra a fazer por ela. Devem procurar sinceramente levá-la ao arrependimento. Se se render à influência do Espírito Santo, dando prova de arrependimento através da confissão e do abandono do seu pecado, por mais grave que este seja, deve ser perdoada e ser de novo bem-vinda ao aprisco. Os seus irmãos devem encorajá-la da forma adequada, tratando-a como desejariam ser tratados no seu lugar, olhando por si mesmos para que não sejam também tentados.” – Ellen G. White, *Testemunhos para a Igreja*, Vol. 7, p. 263 (traduzido do original inglês).

88

RAZÕES PARA DISCIPLINA

As razões pelas quais os membros serão sujeitos a disciplina são:

1. Negação da fé nos fundamentos do Evangelho e nas Crenças Fundamentais da Igreja ou ensino de doutrinas contrárias aos mesmos.
2. Violação da Lei de Deus, como adoração de ídolos, homicídio, roubo, linguagem baixa, participação em jogos de azar, transgressão do Sábado e falsidade habitual e propositada.
3. Violação do mandamento da Lei de Deus que diz “Não adulterarás” (Êxo. 20:14; Mat. 5:27 e 28), no respeitante à instituição matrimonial, ao lar cristão e aos padrões bíblicos de conduta moral, e a quaisquer atos de intimidade sexual fora do relacionamento matrimonial e/ou atos não consensuais de conduta sexual dentro do casamento, quer esses atos sejam legais ou ilegais. Esses atos incluem, mas não se limitam a, abuso sexual de menores, incluindo abuso dos mais vulneráveis. O casamento é definido como uma relação pública,



legalmente vinculativa, monogâmica, heterossexual entre um homem e uma mulher.

4. Fornicação, que inclui, entre outras coisas, promiscuidade, práticas homossexuais, incesto, sodomia e bestialidade.

5. Produção, uso ou distribuição de material pornográfico.

6. Novo casamento de uma pessoa divorciada, exceto o do cônjuge que permaneceu fiel ao voto matrimonial num caso de divórcio por adultério ou por perversões sexuais.

7. Violência física, incluindo a violência no seio da família.

8. Fraude ou deliberado comportamento enganoso em negócios.

9. Conduta desregrada causadora de vergonha para a igreja.

10. Adesão ou participação em movimento ou organização separatista ou desleal. (Ver pp. 84 e 85.)

11. Persistente recusa em reconhecer a autoridade da igreja devidamente constituída ou em se submeter à ordem e à disciplina da igreja.

12. Uso, fabrico ou venda de bebidas alcoólicas.

13. Uso, fabrico ou venda de tabaco em qualquer das suas formas para consumo humano.

14. Consumo ou fabrico de drogas ilícitas, ou uso, abuso ou venda de narcóticos ou de medicamentos sem uma causa médica e sem autorização médica apropriadas.

89

PROCESSO DE DISCIPLINA

Quando estão envolvidos pecados graves, a igreja tem duas maneiras de aplicar medidas disciplinares:

1. Por um voto de censura.

2. Por um voto de exclusão.

Disciplina por Censura – Nos casos em que a ofensa não é considerada pela igreja como demasiado grave de modo a justificar a medida extrema de exclusão do membro, a igreja pode expressar a sua desaprovação por um voto de censura.

A censura tem dois objetivos:

1. Permitir à igreja expressar a sua desaprovação de uma ofensa grave que trouxe descrédito à causa de Deus.

2. Impressionar os membros transgressores com a necessidade de uma mudança de vida e de uma reforma no comportamento,



concedendo-lhes um período de graça e prova, durante o qual essas mudanças deverão ser realizadas.

O voto de censura é para um período determinado, desde um mínimo de um mês a um máximo de 12 meses. Esse voto faz cessar a eleição ou indigitação do membro faltoso para todos os cargos e retirá-lo o privilégio de ser eleito enquanto o voto estiver em efeito. Os membros sob censura não têm direito a participar por voz ou por voto nos assuntos da igreja nem a dirigir atividades na igreja, como seja o ensino numa Unidade de Ação da Escola Sabatina. Não ficam, porém, privados do privilégio de desfrutar das bênçãos da Escola Sabatina, do culto ou do serviço da Comunhão. Durante o período de censura os membros não podem ser transferidos.

Os votos de censura não devem incluir qualquer provisão que envolva a exclusão de membro em caso de incumprimento de qualquer condição que tenha sido imposta. Deve ser feita uma avaliação depois de expirado o período de censura, a fim de se determinar se os membros disciplinados alteraram o seu procedimento. Se o comportamento destes for satisfatório, podem então ser considerados em situação regular sem qualquer outro passo, devendo ser notificados de que a censura terminou. Se o comportamento não for satisfatório, a igreja deve estudar uma medida de disciplina apropriada. Qualquer retoma de cargo de igreja deve ser por eleição.

Disciplina por Exclusão do Membro – A exclusão de indivíduos da condição de membros na Igreja, o corpo de Cristo, é a medida máxima de disciplina que a igreja pode aplicar. Só depois de seguidas as instruções dadas neste capítulo, depois de aconselhamento do Pastor ou da Associação quando não haja Pastor disponível, e depois de feitos todos os esforços possíveis para recuperar e voltar a colocar esses membros no caminho certo é que qualquer indivíduo deve ser excluído de membro.

Sem Outros Testes Adicionais de Membresia – A autoridade para estabelecer testes de membresia cabe à Assembleia Administrativa da Conferência Geral. Qualquer pessoa que procure aplicar testes além



dos aqui explanados não representa, portanto, devidamente a Igreja. (Ver Ellen G. White, *Testemunhos para a Igreja*, Vol. 1, p. 207.)

A Ocasão para a Disciplina – A igreja deve dar atenção ao processo disciplinar dentro de um período de tempo razoável e comunicar depois com bondade e celeridade as suas decisões. A demora na aplicação de disciplina pode aumentar a frustração e o sofrimento do membro e da própria igreja.

Prudência em Julgar o Caráter e a Motivação – “Cristo ensinou claramente que aqueles que perseveram em pecado declarado devem ser desligados da Igreja; mas não nos confiou a tarefa de ajuizar sobre caracteres e motivos. Conhece demasiado bem a nossa natureza para nos confiar esta obra. Se tentássemos desarraigar da Igreja os que supomos serem falsos Cristãos, certamente cometeríamos erros. Muitas vezes consideramos casos perdidos justamente aqueles que Cristo está a atrair a Si. Se procedêssemos com essas pessoas segundo o nosso parecer imperfeito, extinguir-se-ia talvez a sua última esperança. Muitos que se julgam Cristãos serão finalmente achados em falta. Estarão muitos no Céu que os seus vizinhos supunham que não entrariam lá. O Homem julga segundo a aparência; mas Deus vê o coração. O joio e o trigo devem crescer juntos até à ceifa; e a colheita é o fim do tempo da graça. Nas palavras do Salvador há ainda outra lição, uma lição de maravilhosa paciência e de terno amor. Como o joio tem as raízes entrelaçadas com as do bom cereal, assim falsos irmãos na Igreja podem estar intimamente ligados com os verdadeiros discípulos. O verdadeiro caráter desses supostos crentes não é plenamente manifestado. Caso fossem desligados da congregação, outros poderiam ser levados a tropeçar, os quais, se não fosse isto, permaneceriam firmes.” – Ellen G. White, *Parábolas de Jesus*, p. 40, ed. P. SerVir.

Em Reunião Devidamente Convocada – Os membros podem ser disciplinados por motivo justificado, mas unicamente numa Reunião Administrativa da igreja devidamente convocada (ver p. 176) e depois de o Conselho de igreja ter analisado o caso. A reunião deve ser



presidida por um Pastor Ordenado, ou um Pastor Autorizado que esteja ordenado como ancião local da igreja em questão, ou, na ausência do Pastor e em conselho com o Pastor ou com o Presidente da Associação, por um ancião da igreja local.

Por Voto da Maioria – Os membros podem ser excluídos da condição de membros, ou disciplinados de qualquer outra forma, unicamente por voto da maioria dos membros presentes e votantes numa reunião convocada devidamente. “A maioria da igreja é uma força que deve controlar os seus membros.” – Ellen G. White, *Testemunhos para a Igreja*, Vol. 5, p. 107.

O Conselho de Igreja Não Pode Excluir Membros – O Conselho pode recomendar a uma Reunião Administrativa da igreja a exclusão de membros, mas em circunstância alguma tem o Conselho o direito de tomar a ação final, exceto remover do registo, no caso de morte ou a pedido do próprio membro. (Ver pp. 81-84, 93 e 94, 113 e 114.)

92

Direitos Fundamentais dos Membros – Os membros têm o direito fundamental de serem notificados antecipadamente das reuniões disciplinares e o direito de serem ouvidos em sua própria defesa, de apresentarem provas e testemunhas. Nenhuma igreja deve votar a exclusão de um membro em circunstâncias que privem esse membro destes direitos. A notificação escrita deve ser entregue pelo menos duas semanas antes da reunião do Conselho de Igreja e duas semanas antes da Assembleia Administrativa da igreja e deve incluir as razões da audiência disciplinar.

Os Membros Não Podem Ser Representados por Advogados – O trabalho da Igreja na administração de ordem e disciplina é uma função eclesiástica que, em sentido algum, tem a ver com procedimentos civis ou legais. Por conseguinte, a Igreja não reconhece o direito de os membros apresentarem advogados para os representarem em qualquer reunião convocada para administração de ordem ou disciplina ou para ajuste de qualquer outro assunto da igreja. Os membros que pretendam fazer-se acompanhar de advogado numa reunião devem



ser informados de que não serão ouvidos, se insistirem em trazer um advogado.

Todos os que não sejam membros também devem ser excluídos pela igreja de qualquer Reunião Administrativa convocada para aplicação de ordem ou disciplina eclesiástica, exceto quando essas pessoas sejam convocadas como testemunhas.

Transferência de Membros sob Censura – Nenhuma igreja deve receber como membros pessoas que estejam sob censura numa outra congregação, pois dessa forma estaria a tolerar as ofensas pelas quais aquelas pessoas estão a ser disciplinadas. A aceitação na condição de membro de qualquer pessoa que está sob disciplina é uma violação tão grave dos regulamentos da Igreja que uma igreja transgressora pode ficar sujeita a disciplina pela Assembleia Administrativa da Associação.

Os Membros Não Devem Ser Excluídos por Falta de Frequência – Os dirigentes da igreja têm o dever de fielmente visitar os membros ausentes e animá-los a recommençarem a frequentar a igreja, de modo a desfrutarem das bênçãos da adoração com a congregação.

93

Se, devido à idade, a uma enfermidade ou a outra causa inevitável, alguns membros não tiverem a possibilidade de frequentar com regularidade os serviços de culto, devem esses membros manter-se em contacto com os dirigentes da igreja por carta ou por outro meio. No entanto, enquanto esses membros forem leais às doutrinas da Igreja, a não frequência não será considerada causa suficiente para a exclusão da condição de membros.

Membros que Mudam de Residência sem o Comunicar – Quando os membros mudam de residência, devem comunicar ao secretário ou ao ancião o seu novo endereço. Enquanto se mantiverem como membros dessa mesma igreja, devem manter contacto e enviar os dízimos e as ofertas pelo menos uma vez por trimestre. Se, porém, os membros mudam de residência sem indicar o novo endereço e não fazem qualquer esforço para contactar ou comunicar com a igreja, e a igreja não puder localizá-los pelo menos durante dois anos, então a igreja pode declarar que tentou sem sucesso localizar esses membros, e os



mesmos poderão ser excluídos por voto da igreja. O secretário deve assinalar no registo de membros: “Paradeiro desconhecido. Votado ser designado como desaparecido.”

Os Membros Não Devem Ser Excluídos por Razões Pecuniárias

– Embora seja dever dos membros apoiar a obra da Igreja, na medida das suas possibilidades, nunca devem ser excluídos devido à sua incapacidade ou falha de contribuição financeira para a Igreja.

Exclusão de Membros a Seu Pedido – Deve-se exercer grande prudência no tratamento com membros que pedem para ser excluídos do registo de membros da igreja.

A Igreja reconhece o direito de o indivíduo escolher deixar de ser membro da Igreja. As cartas de demissão devem ser apresentadas ao Conselho de igreja, que registrará a demissão com data efetiva segundo a carta de demissão. Por consideração cristã para com os indivíduos envolvidos, a ação será realizada sem discussão pública. Devem ser feitos esforços para restaurar o indivíduo à família da igreja.

Notificação aos Membros Excluídos – A igreja que exclui membros deve notificá-los por escrito da decisão tomada, assegurando-lhes, porém, o interesse espiritual por eles e a preocupação pessoal permanentes. Esta comunicação deve, sempre que possível, ser entregue pessoalmente pelo Pastor ou por alguém designado pelo Conselho de igreja. Os antigos membros devem ficar com a certeza de que a igreja espera o seu regresso e de que um dia desfrutarão juntos da comunhão eterna no Reino de Deus.

Reintegração de Membros Anteriormente Excluídos – Quando pessoas tiverem sido excluídas por razões disciplinares, a igreja deve, sempre que possível, manter o contacto com elas e manifestar-lhes um espírito de amizade e amor, esforçando-se por as trazer de volta ao Senhor.

Aqueles que foram anteriormente excluídos podem ser recebidos de novo como membros, depois de confessados os erros cometidos e de terem sido dadas provas de verdadeiro arrependimento e mudança de vida, quando esta estiver conforme as normas cristãs e for



notório que o membro se submeterá totalmente à ordem e à disciplina da Igreja. A reintegração deve ocorrer preferencialmente na igreja de onde o membro foi excluído. Contudo, quando isso não for possível, a igreja onde a pessoa está a solicitar reintegração deve procurar obter informação da antiga igreja sobre as razões que levaram à exclusão desse membro.

Ao lidar com culpados de abusos sexuais, deve ser recordado que a restauração como membro não remove todas as consequências de uma violação tão grave. Ainda que a presença em atividades da igreja possa ser permitida sob diretrizes adequadamente estabelecidas, uma pessoa condenada ou disciplinada por abusos sexuais não deve ser integrada em qualquer função que implique contacto com crianças, jovens e outros indivíduos vulneráveis. Também não lhe deve ser confiada qualquer posição que estimule indivíduos vulneráveis a confiar nela implicitamente.

Uma vez que a exclusão de membro é a forma mais grave de disciplina, o período de tempo até que se dê a reintegração deve ser suficiente para demonstrar que as questões que levaram à exclusão estão, sem qualquer dúvida, ultrapassadas. Espera-se que a readmissão como membro se faça em associação com o rebatismo.

95

Direito de Apelo à Reintegração – Ainda que seja um direito da igreja aplicar disciplina, isso não exclui os direitos dos membros de pretenderem justiça. Se os membros estiverem convictos de que foram tratados injustamente pela igreja local, ou se não lhes tiver sido concedido o direito de serem ouvidos com equidade, e a igreja se mostrar indisponível para reconsiderar o caso, ou se os oficiais se recusarem a atender aos seus pedidos de reintegração, os antigos membros têm o direito de apelar por escrito para a igreja, a fim de serem ouvidos. A igreja não deve negligenciar ou recusar a concessão dessa audiência. Se o fizer, ou se os antigos membros continuarem a sentir-se tratados injustamente pela igreja depois do apelo, têm direito a um apelo final de audiência junto do Conselho Diretor da Associação.

Se, após uma audiência plena e imparcial, o Conselho da Associação estiver esclarecido quanto a ter sido cometida uma injustiça pela igreja, o Conselho poderá recomendar a reintegração dos membros. Se, porém, a reintegração como membro continuar a ser recusada pela



igreja, então o Conselho da Associação poderá recomendar a integração do membro numa outra igreja. Por outro lado, se o Conselho perceber bons fundamentos para apoiar a igreja na sua recusa em reintegrar os antigos membros, registrará em conformidade a sua decisão.





CAPÍTULO 9

Oficiais e Organizações da Igreja Local

É importante para a prosperidade da igreja a escolha de oficiais de qualidade, e ela deve exercer o máximo cuidado ao chamar homens e mulheres para posições de responsabilidade sagrada.

QUALIFICAÇÕES GERAIS

Aptidão Moral e Religiosa – “E tu, dentre todo o povo, procura homens capazes, tementes a Deus, homens de verdade, que aborreçam a avareza; e põe-nos sobre eles por maiores de mil, maiores de cem, maiores de cinquenta, e maiores de dez” (Êxo. 18:21).

“Escolhei, pois, irmãos, de entre vós, sete varões de boa reputação, cheios do Espírito Santo e de sabedoria, aos quais constituamos sobre este importante negócio” (Atos 6:3).

“Convém, também, que tenha bom testemunho dos que estão de fora, para que não caia em afronta e no laço do diabo” (I Tim. 3:7).

“E o que de mim, entre muitas testemunhas, ouviste, confia-o a homens fiéis, que sejam idôneos, para também ensinarem os outros” (II Tim. 2:2).

“Convém, pois, que o bispo [o ancião] seja irrepreensível, marido de uma mulher, vigilante, sóbrio, honesto, hospitaleiro, apto para ensinar, não dado ao vinho, não espancador, não cobiçoso de torpe ganância, mas moderado; não contencioso, não avarento; que governe bem a sua própria casa, tendo seus filhos em sujeição, com toda a modéstia; (porque se alguém não sabe governar a sua própria casa, terá cuidado da igreja de Deus?) Não neófito, para que, ensoberbecendo-se, não caia na condenação do diabo. Convém, também, que tenha bom testemunho dos que estão de fora, para que não caia em afronta e no laço do diabo.

“Da mesma sorte, os diáconos sejam honestos, não de língua dobre, não dados a muito vinho, não cobiçosos de torpe ganância, guardando



o mistério da fé, numa consciência pura; e também estes sejam primeiro provados, depois sirvam, se forem irrepreensíveis. Da mesma sorte, as mulheres sejam honestas, não maldizentes, sóbrias e fiéis em tudo. Os diáconos sejam maridos de uma mulher, e governem bem os seus filhos e as suas próprias casas. Porque os que servirem bem como diáconos adquirirão para si uma boa posição e muita confiança na fé que há em Cristo Jesus” (I Tim. 3:2-13; ver também Tito 1:5-11; 2:1, 7 e 8).

“Ninguém despreze a tua mocidade; mas sê o exemplo dos fiéis, na palavra, no trato, no amor, no espírito, na fé, na pureza. Persiste em ler, exortar e ensinar, até que eu vá. ... Tem cuidado de ti mesmo e da doutrina, persevera nestas coisas; porque, fazendo isto, te salvarás, tanto a ti mesmo como aos que te ouvem” (I Tim. 4:12-16).

Alimentar e Proteger a Igreja – O apóstolo Paulo convocou “os anciãos da igreja” e aconselhou-os: “Olhai, pois, por vós, e por todo o rebanho, sobre que o Espírito Santo vos constituiu bispos, para apascentardes a igreja de Deus, que ele resgatou com seu próprio sangue. Porque eu sei isto, que, depois da minha partida, entrarão no meio de vós lobos cruéis, que não perdoarão ao rebanho; e que, de entre vós mesmos, se levantarão homens que falarão coisas perversas, para atraírem os discípulos após si. Portanto, vigiai, lembrando-vos de que, durante três anos, não cessei, noite e dia, de admoestar com lágrimas a cada um de vós” (Atos 20:17, 28-31; ver também I Pedro 5:1-3).

Respeito por Pastores e Oficiais – “E rogamo-vos, irmãos, que reconheçais os que trabalham entre vós, e que presidem sobre vós no Senhor, e vos admoestam; e que os tenhais em grande estima e amor, por causa da sua obra. Tende paz entre vós” (I Tes. 5:12 e 13; ver também I Tim. 5:17; Heb. 13:7, 17).

“Os crentes de Tessalónica foram muito incomodados por homens que chegaram junto deles com opiniões e doutrinas fanáticas. Alguns andavam ‘desordenadamente, não trabalhando, antes fazendo coisas vãs’. II Tes. 3:11. A igreja tinha sido devidamente organizada, com os seus oficiais designados para atuarem como Pastores e diáconos.



Porém havia alguns rebeldes e impetuosos, que recusavam sujeitar-se aos que exerciam os cargos de autoridade na igreja. Não só se arrogavam o direito de exercer o juízo pessoal, mas o de impor publicamente as suas opiniões à igreja. Perante isto, Paulo chamou a atenção dos crentes para o respeito e a consideração devidos aos que tinham sido escolhidos para ocupar os cargos de autoridade na igreja.” – Ellen G. White, *Atos dos Apóstolos*, p. 187, ed. P. SerVir.

“Os que ocupam posição de responsabilidade na igreja podem ter faltas semelhantes às de outras pessoas, e podem errar nas suas decisões; não obstante, a Igreja de Cristo na Terra deu-lhes uma autoridade que não pode ser avaliada de forma leviana.” – Ellen G. White, *Testemunhos para a Igreja*, Vol. 4, p. 17 (traduzido do original inglês).

Não Postos Demasiado Depressa em Cargos – “Encontramos em muitos lugares homens que foram postos à pressa em cargos de responsabilidade como anciãos da igreja, quando não se achavam habilitados para ocupar tal posição. Não têm o devido domínio de si mesmos. A influência que exercem não é boa. A igreja é continuamente perturbada em consequência do caráter defeituoso do dirigente. As mãos foram impostas muito precipitadamente sobre esses homens.” – Ellen G. White, *Testemunhos para a Igreja*, Vol. 4, pp. 406 e 407. (Ver também Ellen G. White, *Testemunhos para a Igreja*, Vol. 5, p. 617; e I Tim. 5:22.)

Opositores à Unidade São Inaptos para Cargos – “Têm ultimamente surgido entre nós homens que professam ser servos de Cristo, mas cuja obra se opõe àquela unidade que o nosso Senhor estabeleceu na Igreja. Têm planos e métodos de trabalho originais. Desejam introduzir mudanças na Igreja que estejam de acordo com as suas ideias de progresso, e imaginam que, desse modo, se consigam obter grandes resultados. Esses homens precisam de ser discípulos em vez de mestres na escola de Cristo. Estão sempre desassossegados, aspirando realizar alguma grande obra, fazer algo que lhes traga honra a si mesmos. Precisam de aprender a mais proveitosa de todas as lições: a humildade e a fé em Jesus...



Professores da verdade, missionários, oficiais da Igreja, podem efetuar boa obra pelo Mestre, se tão-somente purificarem o seu próprio coração pela obediência à verdade.” – Ellen G. White, *Testemunhos para a Igreja*, Vol. 5, p. 238 (traduzido do original inglês).

O Perigo de Escolher Quem se Recusa a Cooperar – “Deus pôs na Igreja, como Seus auxiliares indicados, homens de talentos diferentes para que, mediante a sabedoria de muitos, seja feita a vontade do Espírito. Os homens que agem em conformidade com os seus próprios fortes traços de caráter, recusando aliar-se a outros que têm uma longa experiência na obra de Deus, ficarão cegos pela confiança própria, incapazes de discernir entre o falso e o verdadeiro. Não é seguro escolher essas pessoas para líderes na Igreja, pois seguirão os seus próprios juízos e planos, sem consideração pela forma como os irmãos veem o assunto. É fácil para o inimigo agir por intermédio dos que, necessitando, eles próprios, de conselho a cada passo, se encarregam do cuidado das almas na sua própria força, sem terem aprendido a mansidão de Cristo.” – Ellen G. White, *Atos dos Apóstolos*, p. 199, ed. P. SerVir. (Ver pp. 41 e 42; 164-167.)

100

Membros Locais – Os membros em situação regular são elegíveis para posições de liderança na igreja de onde são membros. (Ver pp. 153-158.) Podem abrir-se exceções para os seguintes casos:

1. Estudantes que são membros em situação regular, mas que, por motivos educacionais, estão a viver longe de casa e frequentam regularmente uma igreja na zona da sua residência temporária.
2. Um funcionário da Associação apontado pela Associação como Pastor/dirigente de duas ou mais congregações. (Ver pp. 153-158.)
3. Um ancião que, quando necessário e com a recomendação do Conselho da Associação, pode ser eleito para servir em mais do que uma igreja no mesmo Distrito. (Ver p. 104.)

Outras exceções poderão ser analisadas pelo Conselho da Associação.

Dar Exemplo no Dízimo e nas Ofertas – Todos os oficiais devem dar o exemplo na questão da entrega de um dízimo fiel e da dádiva de



ofertas à Igreja. Qualquer pessoa que não dê este exemplo não deverá ser eleita para cargos na igreja.

Não São Delegados Ex Officio – Nenhum oficial de igreja é Delegado *ex officio* a uma Assembleia Administrativa da Associação. Se uma igreja desejar que um oficial seja Delegado, deve elegê-lo como tal.

Distribuição de Responsabilidades – A igreja não deve atribuir demasiadas responsabilidades a um pequeno grupo de oficiais de boa vontade, enquanto outros ficam subaproveitados. A menos que as circunstâncias o tornem necessário, deve ser desencorajada a eleição de um mesmo indivíduo para vários cargos.

Exclusão e Readmissão – Quando um oficial é excluído de membro e subsequentemente readmitido, a readmissão não o restabelece no cargo que detinha anteriormente.

101

DURAÇÃO DE FUNÇÕES

A duração de funções dos oficiais, tanto da igreja como das suas organizações auxiliares, é de um ano, exceto quando a igreja, em Reunião Administrativa, vota ter eleições de dois em dois anos, a fim de facilitar a continuidade e o desenvolvimento de dons espirituais e de eliminar o trabalho envolvido com as eleições anuais. Em circunstâncias excepcionais, e em consulta com a Associação, a duração de funções pode ser estendida por mais um ano.

Embora não seja aconselhável uma pessoa servir indefinidamente numa dada função, os oficiais podem ser reeleitos.

ANCIÃOS

Dirigentes Religiosos da Igreja – Os anciãos devem ser reconhecidos pela igreja como dirigentes espirituais competentes e devem ter boa reputação tanto na igreja como na comunidade. Na ausência de um Pastor, os anciãos são os dirigentes espirituais da igreja e, por preceito e exemplo, devem procurar conduzir a igreja a uma experiência cristã mais profunda e mais completa.



Os anciãos devem ser capazes de dirigir os serviços religiosos da igreja e ministrar, tanto na palavra como na doutrina, quando o Pastor nomeado não está disponível. No entanto, os anciãos não devem ser escolhidos principalmente pela sua posição social ou pela aptidão como oradores, mas devido à vida consagrada e às aptidões de liderança.

Os anciãos podem ser reeleitos, mas não é aconselhável que sirvam indefinidamente. A igreja não tem qualquer obrigação de os reeleger e pode escolher outros sempre que as mudanças pareçam aconselháveis. Ao serem eleitos novos anciãos, os anteriores deixam as funções de anciãos, mas podem ser eleitos para outros cargos na igreja.

Conselho de Anciãos – Quando uma igreja tem vários anciãos, deve organizar um Conselho de Anciãos presidido pelo Pastor ou por alguém designado por ele e com o primeiro ancião, ou com outro ancião, na posição de secretário. Este grupo provê uma forma de distribuir a responsabilidade e de coordenar a contribuição dos anciãos para o bem-estar da congregação. Também provê um espaço de formação onde os anciãos são instruídos no exercício dos seus deveres. O Conselho de Anciãos é responsável perante o Conselho de igreja.

Ordenação de Anciãos – A eleição para o cargo de ancião não qualifica só por si alguém como ancião. É necessária a ordenação antes de o ancião ter autoridade para atuar. Quando uma igreja, numa Reunião Administrativa, vota a eleição de novos anciãos, também está a autorizar a sua ordenação. Entre a eleição e a ordenação, o ancião eleito pode atuar como dirigente da igreja, mas não dirigir as ordenanças da igreja.

A cerimónia de ordenação deve ser realizada unicamente por um Pastor Ordenado com credencial válida da Associação. Num gesto de cortesia, um Pastor Ordenado que esteja de visita pode ser convidado a participar. Contudo, só a pedido específico dos Oficiais da Associação é que um Pastor Ordenado que esteja de visita, ou um Pastor Ordenado aposentado, podem realizar a ordenação.

O rito sagrado da ordenação deve ser realizado de forma simples na presença da igreja e poderá incluir um breve esboço das funções do ancião, das qualidades requeridas e dos principais deveres que o



ancião está autorizado a desempenhar. Após a exortação, o Pastor Ordenado, assistido por outros Pastores Ordenados e/ou pelos anciãos locais, que estejam a participar na cerimónia, ordenará os novos anciãos por meio da oração e da imposição das mãos. (Ver p. 48.)

Uma vez ordenados, os anciãos não precisam de ser ordenados de novo, se forem reeleitos, ou se forem eleitos anciãos de outras igrejas, desde que mantenham o estatuto regular de membros. Também ficam qualificados para servir como diáconos ou diaconisas.

Relacionamento com o Pastor – Se o Conselho da Associação atribuir um Pastor, ou Pastores, à congregação, o Pastor, ou o Pastor principal, caso haja mais do que um, deve ser considerado o dirigente de mais elevada posição, sendo os anciãos seus assistentes. Uma vez que o seu trabalho está estreitamente relacionado, devem trabalhar juntos, em harmonia. O Pastor não deve assumir todos os níveis de responsabilidade, mas deve partilhá-los com os anciãos e outros oficiais. O Pastor que serve regularmente a igreja atua como presidente do Conselho. (Ver pp. 41 e 42, 180.) Pode, no entanto, haver circunstâncias em que seja aconselhável um ancião atuar como presidente, com a aprovação do Pastor ou, se a igreja está sem Pastor, com a aprovação do Presidente da Associação. O trabalho pastoral da igreja deve ser partilhado pelo Pastor e pelos anciãos. Os anciãos, em conselho com o Pastor, devem visitar membros, ministrar aos doentes, promover os ministérios da oração, organizar ou dirigir cerimónias de unção e de dedicação de crianças, encorajar os desanimados e auxiliar noutras responsabilidades pastorais. Os anciãos devem manter, como subpastores, uma vigilância constante sobre o rebanho.

Se o Pastor for um Ministro Autorizado, a igreja, ou as igrejas, que ele serve deve(m) elegê-lo como ancião. (Ver p. 43.)

Uma vez que o Pastor é indigitado pela Associação para o cargo que tem na igreja, o Pastor serve a igreja como funcionário da Associação, é responsável perante o Conselho da Associação e mantém um relacionamento de simpatia e cooperação, e trabalha em harmonia, com todos os planos e estratégias da igreja local. Os anciãos, que são eleitos pela igreja, respondem perante ela e perante o seu Conselho. (Ver abaixo.)



A Atividade dos Anciãos É Local – A autoridade e o trabalho dos anciãos estão restritos à igreja onde se deu a sua eleição. Não é permitido ao Conselho da Associação conferir, por meio de voto, a um ancião o estatuto que é concedido a um Pastor Ordenado para servir noutras igrejas como ancião. Se surgir essa necessidade, o Conselho da Associação poderá recomendar à igreja necessitada de ancião que esta convide e nomeie um ancião de uma igreja próxima para a servir. Assim, um indivíduo pode, por meio de eleição e quando necessário, servir mais do que uma igreja. Um tal arranjo só deve ser feito em consulta com o Conselho da Associação. A autoridade para eleger anciãos é inerente à igreja local e não ao Conselho da Associação. A única maneira de alguém poder ser qualificado para servir a Igreja em geral é mediante a ordenação para o ministério evangélico. (Ver pp. 43, 101-103.)

104

Direção dos Serviços Religiosos da Igreja – Sob orientação do Pastor, ou na ausência dele, um ancião é responsável pelos serviços religiosos da igreja e deve dirigi-los ou convidar alguém para o fazer. Os serviços de Comunhão devem ser sempre dirigidos por um Pastor Ordenado/Comissionado ou pelo ancião local. O Pastor normalmente preside à Reunião Administrativa. Na ausência do Pastor, e com a aprovação deste ou do Presidente da Associação, um ancião pode atuar como presidente.

Cerimónia Batismal – Na ausência de um Pastor Ordenado, um ancião pode solicitar ao Presidente da Associação que faça os arranjos necessários para o batismo daqueles que desejam unir-se à Igreja. (Ver pp. 65-69.) Um ancião não deve officiar na cerimónia sem obter primeiramente a autorização do Presidente da Associação.

Cerimónia de Casamento – Numa cerimónia de casamento, a exortação, os votos e a declaração de casamento são apresentados unicamente por um Pastor Ordenado, exceto nas regiões onde o Conselho de Divisão tenha aprovado que Pastores Autorizados ou Comissionados e escolhidos para isso, e que tenham sido ordenados como anciãos



locais, possam realizar a cerimônia. (Ver pp. 41-43.) As leis locais podem exigir que as pessoas que dirigem as cerimônias de casamento tenham também uma autorização ou permissão do Estado para o fazer. Um Pastor Ordenado, um Pastor Autorizado ou Comissionado ou um ancião podem fazer a pregação, a oração e pedir a bênção. (Ver Nota nº 1, p. 238.)

Promover o Dízimo – Ao entregarem fielmente o seu dízimo, os anciãos contribuem muito para que outros membros devolvam um dízimo fiel. (Ver pp. 185-187, 232.) Os anciãos podem promover a fidelidade na entrega do dízimo mediante a apresentação pública do privilégio e da responsabilidade da mordomia segundo as Escrituras, e mediante o trabalho pessoal junto dos membros, de maneira discreta e esclarecedora.

Os anciãos devem manter estritamente confidencial toda a informação sobre doações pessoais dos membros.

Promover o Estudo da Bíblia, a Oração, a Formação e o Crescimento Espiritual dos Membros – Como dirigentes espirituais, os anciãos têm a responsabilidade de animar os membros a desenvolverem um relacionamento pessoal com Jesus, reforçando os hábitos pessoais de estudo da Bíblia e de oração. Os anciãos devem ser um exemplo de dedicação ao estudo da Bíblia e à oração, e devem apoiar todos os ministérios da igreja e promover os programas da igreja local e da Associação local. Eles devem também estar empenhados em promover e inspirar o crescimento espiritual dos membros da igreja. Os anciãos podem solicitar ao Conselho que nomeie uma Comissão que colabore nesta função de desenvolvimento e encorajamento.

Promover Todas as Linhas de Atuação – Sob direção do Pastor e em cooperação com ele, os anciãos são dirigentes espirituais da igreja e são responsáveis pela promoção de todos os Departamentos e atividades da obra. Os anciãos devem manter um relacionamento mutuamente prestativo com os demais oficiais.



Cooperar com a Associação – O Pastor, os anciãos e todos os oficiais devem cooperar com os Oficiais e Diretores Departamentais da Associação na realização dos planos aprovados. Devem informar a igreja sobre o plano de ofertas adotado pela Divisão para o seu território e sobre todas as ofertas regulares e especiais, promover todos os programas e atividades da igreja e encorajar todos os oficiais a apoiarem os planos e as orientações da Associação.

Os anciãos devem trabalhar em estreita colaboração com o tesoureiro e verificar que todos os fundos da Associação são enviados com prontidão para o Tesoureiro da Associação nas datas que esta marcar. Os anciãos devem verificar se o relatório do secretário é enviado com prontidão para o Secretário da Associação no final de cada trimestre.

Os anciãos devem considerar como importante toda a correspondência vinda do escritório da Associação. As cartas com anúncios devem ser apresentadas no devido tempo.

Na ausência do Pastor, o primeiro ancião deve certificar-se de que a igreja elege Delegados às Assembleias Administrativas da Associação e que o secretário comunica ao escritório da Associação os nomes desses Delegados.

Promover a Obra Mundial – Os anciãos devem também promover o trabalho missionário no mundo, estudando cuidadosamente a obra mundial e encorajando os membros a apoiarem pessoalmente o trabalho missionário. A atitude delicada e discreta que os anciãos assumam estimulará a liberalidade dos membros tanto nos serviços religiosos da igreja como na Escola Sabatina.

Formação e Apeetrechamento dos Anciãos – A Associação Ministerial, em cooperação com os Departamentos, promove a formação e o apeetrechamento dos anciãos. Contudo, cabe ao Pastor a responsabilidade principal da formação de anciãos. (Ver Nota nº 2, p. 239.)

Livres para Atuar Eficazmente – Os anciãos, em especial, devem ser libertados de outras responsabilidades, a fim de realizarem eficazmente as suas muitas obrigações. Pode ser aconselhável, alguns



casos, pedir aos anciãos que dirijam o trabalho evangelístico (missionário) da igreja, mas mesmo isto deve ser evitado, se outra pessoa com talento para isso estiver disponível.

O Primeiro Ancião – Pode ser aconselhável, devido ao tamanho da igreja, escolher mais do que um ancião quando as responsabilidades do cargo sejam demasiado grandes para uma pessoa só. Se a igreja eleger mais do que um ancião, um deles deve ser designado como “primeiro ancião”. O trabalho deve ser dividido entre os anciãos de acordo com a experiência e a aptidão de cada um deles.

Limitação de Autoridade – Os anciãos não têm autoridade para aceitar ou excluir membros. Isto só é feito por voto da igreja. Só o Conselho de igreja pode recomendar à igreja o voto de aceitação ou de exclusão de membros. (Ver pp. 69, 72-79.)

DIRETORES DE IGREJA

Pode acontecer que ninguém possua experiência nem qualificações para servir como ancião. Nestas circunstâncias, a igreja deve eleger uma pessoa que será conhecida como “diretor”. Na ausência do Pastor, ou de um Pastor designado pela Associação, o diretor é responsável pelos serviços da igreja, incluindo Reuniões Administrativas. O diretor deve dirigir esses serviços ou fazer arranjos para que outra pessoa o faça. Se o diretor da igreja não conseguir dirigir a Reunião Administrativa, deve ser contactada a Associação, pedindo ajuda.

Um diretor de igreja, que não seja ancião ordenado, não pode realizar a cerimónia batismal, dirigir a Santa Ceia, realizar a cerimónia de casamento, nem presidir a Reuniões Administrativas em que membros sejam disciplinados. Deve ser dirigido um pedido ao Presidente da Associação para que um Pastor Ordenado presida a essas reuniões.

DIÁCONOS

O Novo Testamento identifica o cargo de diácono com a palavra grega *diakonos*, de que deriva, em português, o termo “diácono”. A palavra grega é interpretada de várias maneiras, como “servo, ministro,



escritor, assistente”, e, nos círculos cristãos, adquiriu o significado especializado que se atribui atualmente a “diácono”.

Os homens que vieram a ser conhecidos como os sete diáconos da Igreja Apostólica foram escolhidos e ordenados para atenderem aos assuntos da Igreja. (Ver Atos 6:1-8.) As qualificações que deviam ter, ligeiramente menos exigentes do que as dos anciãos, são enumeradas em I Timóteo 3:8-13.

“O facto de esses irmãos terem sido ordenados para a obra especial de olhar pelas necessidades dos pobres não os excluía do dever de ensinar a fé. Pelo contrário, foram amplamente qualificados para instruir outros na verdade e empenharem-se nesta obra com grande fervor e sucesso.” – Ellen G. White, *Atos dos Apóstolos*, pp. 62 e 63, ed. P. SerVir.

“A designação dos sete para tomarem a direção de ramos especiais da obra mostrou ser uma grande bênção para a Igreja. Estes oficiais tomaram em cuidadosa consideração as necessidades individuais, bem como os interesses financeiros gerais da Igreja; e, pela sua gestão cuidadosa e pelo seu exemplo piedoso, foram, para os seus colegas, um auxílio importante em conjugar os vários interesses da Igreja num todo unido.” – Ellen G. White, *Atos dos Apóstolos*, p. 62, ed. P. SerVir.

A indignação, hoje em dia, de diáconos, mediante eleição, resulta em bênçãos semelhantes na administração da igreja, libertando Pastores, anciãos e outros oficiais de obrigações que os diáconos podem realizar bem.

“O tempo e a força dos que, na providência de Deus, foram colocados em posições de autoridade e responsabilidade na Igreja, devem ser empregados na resolução de assuntos mais importantes, que exijam uma capacidade especial e grandeza de coração. O plano de Deus não é que esses homens sejam chamados para solucionar assuntos de pequena monta, que outros são bem qualificados para resolver.” – Ellen G. White, *Atos dos Apóstolos*, p. 65, ed. P. SerVir.

A Associação Ministerial, em ligação com os Departamentos, promove a formação e o apetrechamento dos diáconos. No entanto, o Pastor, juntamente com o(s) ancião(s), tem a principal responsabilidade na formação dos diáconos. (Ver Nota nº 3, p. 239.)



Conselho de Diáconos – Onde a igreja tiver muitos diáconos, deve ser organizado um Conselho de diáconos presidido pelo primeiro diácono, servindo como secretário um outro diácono. Este sistema proporciona um meio de distribuição de responsabilidades e de coordenação das respetivas contribuições para o bem-estar da congregação. Proporciona também um campo de treino onde os novos diáconos são instruídos acerca dos seus deveres.

Os Diáconos Devem Ser Ordenados – Os diáconos eleitos pela primeira vez não podem preencher o cargo antes de serem ordenados por um Pastor Ordenado atualmente credenciado pela Associação.

O rito sagrado da ordenação deve ser caracterizado pela simplicidade e realizado na presença da igreja. O Pastor pode apresentar uma breve síntese do cargo bíblico de diácono, as qualidades requeridas para o serviço e os deveres principais que o diácono está autorizado a realizar. Depois de uma breve exortação à fidelidade no serviço, o Pastor, assistido por um ancião quando tal for apropriado, faz a ordenação dos diáconos mediante a oração e a imposição de mãos. (Ver pp. 47 e 48.)

Os diáconos, enquanto se mantiverem como membros da Igreja, uma vez ordenados, não têm de ser ordenados de novo, caso se transfiram como membros para outras igrejas. Depois de expirado o período para que foram eleitos, devem ser eleitos de novo, caso devam continuar a servir como diáconos.

Os anciãos que, posteriormente, são eleitos como diáconos não precisam de ser ordenados como diáconos, uma vez que a ordenação como ancião inclui aquela função.

Diáconos Não Estão Autorizados a Presidir – Os diáconos não estão autorizados a presidir à Santa Ceia, ao batismo ou a Reuniões Administrativas, não podendo também realizar a cerimónia matrimonial nem officiar na receção ou transferência de membros.

Se a igreja não tiver ninguém autorizado para realizar esses deveres, os líderes da igreja devem contactar a Associação com um pedido de assistência.

Deveres dos Diáconos – O trabalho dos diáconos envolve uma vasta gama de serviços em favor da igreja, incluindo:



1. *Ajuda nos Serviços Religiosos e nas Reuniões* – Os diáconos são habitualmente responsáveis por dar as boas-vindas a membros e visitas quando estes chegam à igreja, e por os ajudar, quando necessário, a encontrarem lugar. Colaboram também com o Pastor e os anciãos com vista a um desenrolar tranquilo de todas as reuniões.

2. *Visitação a Membros* – Em muitas igrejas, a visitação é organizada mediante a distribuição dos membros por zonas e pela atribuição de um diácono a cada zona, com a expectativa de que esse diácono visite cada lar pelo menos uma vez por trimestre.

Os diáconos devem também auxiliar os membros com necessidades especiais. É importante aprenderem a comunicar eficazmente com eles e, quando necessário, devem ser tornadas acessíveis as instalações da igreja e facilitado o transporte. Quando aqueles que apresentam necessidades especiais não forem capazes de frequentar os serviços religiosos da igreja, devem ser visitados no seu lar.

3. *Preparação dos Serviços Batismais* – Os diáconos fazem os preparativos necessários para os serviços batismais. (Ver p. 69.)

4. *Ajuda no Serviço de Comunhão* – Na celebração do lava-pés, os diáconos ou as diaconisas preparam tudo o que é necessário para o serviço, como sejam as toalhas, as bacias, a água e os baldes. Depois do serviço, encarregam-se de ver que os utensílios e as toalhas sejam lavados e devidamente guardados.

O pão e o vinho *abençoados* que sobram não devem ser consumidos, mas, após a Santa Ceia, devem ser destruídos, de forma respeitosa, pelos diáconos e pelas diaconisas.

5. *Cuidado dos Doentes e Ajuda aos Pobres e Desafortunados* – Os diáconos e as diaconisas têm o encargo de ajudar os doentes, os pobres e os desafortunados, devendo manter a igreja informada das suas necessidades e procurar obter o apoio dos membros. Deve ser destinado dinheiro do fundo de pobres e necessitados para este trabalho. O tesoureiro, após recomendação do Conselho, entregará aos diáconos e às diaconisas o que for necessário para uso em casos de pessoas necessitadas.

6. *Cuidado e Manutenção da Propriedade* – Nas igrejas onde a responsabilidade do cuidado e da manutenção da propriedade da igreja não está confiada a uma Comissão de construção, os diáconos e as diaconisas têm esta responsabilidade. (Ver Nota nº 4, pp. 239.)



DIACONISAS

As diaconisas faziam parte do pessoal oficial das igrejas cristãs primitivas.

“Recomendo-vos, pois, Febe, nossa irmã, a qual serve [é diaconisa] na igreja que está em Cencreia, para que a recebais no Senhor, como convém aos santos, e a ajudeis em qualquer coisa que de vós necessitar; porque tem hospedado a muitos, como também a mim mesmo” (Rom. 16:1 e 2).

As diaconisas devem ser escolhidas pela sua consagração e por outras qualificações que as tornem aptas para os deveres deste cargo.

A Associação Ministerial, em ligação com os Departamentos, promove a formação e o apetrechamento das diaconisas. No entanto, o Pastor, juntamente com o(s) ancião(s), tem a principal responsabilidade na formação das diaconisas. (Ver Nota nº 3, p. 239.)

Conselho de Diaconisas – Se uma igreja eleger várias diaconisas, deve organizar um Conselho de diaconisas presidido pela primeira diaconisa, servindo como secretária uma outra diaconisa. Este Conselho está autorizado a distribuir deveres a diaconisas individualmente e trabalha em estreita cooperação com o Conselho de diáconos, sobretudo nas boas-vindas a membros e visitas e na visitação nos lares. (Ver pp. 109-110.) Proporciona também um campo de treino onde as novas diaconisas são instruídas acerca dos seus deveres.

Cerimónia de Ordenação de Diaconisas – Esta cerimónia, tal como a de ordenação de diáconos, deve ser realizada por um Pastor Ordenado portador de credencial válida passada pela Associação. A cerimónia de ordenação deve caracterizar-se pela simplicidade e ser realizada na presença da igreja.

Enquanto se mantiverem como membros de Igreja, as diaconisas não têm de ser ordenadas de novo, caso se transfiram como membros para outras igrejas. Depois de expirado o período para que foram eleitas, devem ser reeleitas, caso devam continuar a servir como diaconisas.

As anciãs posteriormente eleitas como diaconisas não devem ser ordenadas como diaconisas, porque a ordenação como anciãs cobre essa função.



Diaconisas Não Estão Autorizadas a Presidir – As diaconisas não estão autorizadas a presidir a nenhum dos serviços religiosos da igreja ou a Reuniões Administrativas, não podendo também realizar a cerimônia matrimonial nem officiar na recepção ou transferência de membros.

Se a igreja não tiver ninguém autorizado para realizar esses deveres, o líder da igreja deve contactar a Associação com um pedido de assistência.

Deveres das Diaconisas – As diaconisas servem a igreja numa grande variedade de atividades, incluindo:

1. *Saudar e Visitar Visitas e Membros* – Em muitas igrejas, as diaconisas colaboram nas reuniões, dando as boas-vindas a visitas e membros e na visitação a membros nos lares, quando estes não têm possibilidade de assistir aos serviços da igreja.

2. *Visita aos Membros* – Em muitas igrejas, a visitação é organizada distribuindo-se os membros por distritos e atribuindo uma diaconisa a cada distrito, com a expectativa de que ela visite cada lar pelo menos uma vez por trimestre.

112

As diaconisas devem também auxiliar os membros com necessidades especiais. É importante aprenderem a comunicar eficazmente com eles e, quando for necessário, devem tornar acessíveis as instalações da igreja e facultar o transporte. Quando os membros com necessidades especiais não forem capazes de frequentar os serviços religiosos da igreja, devem ser visitados no seu lar.

3. *Ajuda nos Batismos* – As diaconisas asseguram que as candidatas ao batismo sejam atendidas tanto antes como depois da cerimônia. Também aconselham e ajudam na medida do necessário quanto às roupas adequadas para o batismo. Devem ser providenciadas batas de tecido apropriado. Onde são utilizadas batas, as diaconisas devem ter o cuidado de ver que estas são, depois, lavadas e devidamente arrumadas. (Ver p. 69.)

4. *Preparativos para o Serviço de Comunhão* – As diaconisas e os diáconos tratam de tudo o que é necessário para este serviço, vendo que tudo o que é utilizado é depois devidamente tratado. (Ver pp. 173 e 174.)

Antes de começar o Serviço de Comunhão, as diaconisas preparam a mesa da Comunhão, incluindo a preparação do pão e do vinho, servindo o vinho, pondo os pratos com o pão sem fermento e cobrindo a mesa com a toalha preparada para o efeito.



As diaconisas ajudam na ordenança do lava-pés, prestando auxílio especial às visitas e aos membros recentes.

5. *O Cuidado dos Doentes e dos Pobres* – As diaconisas colaboram com os diáconos no cuidado dos doentes, necessitados e desafortunados. (Ver p. 110.)

6. *Cuidado e Manutenção da Propriedade* – Nas igrejas onde a responsabilidade do cuidado e da manutenção da propriedade da igreja não está confiada a uma Comissão de construção, os diáconos e as diaconisas têm esta responsabilidade. (Ver Nota nº 4, p. 239.)

SECRETÁRIO

Muito do funcionamento eficiente da igreja depende do trabalho do secretário. Considerando as funções importantes e especializadas deste cargo, é sensato escolher alguém que possa ser reeleito, de modo a dar continuidade à conservação dos registros e ao envio dos relatórios. As igrejas grandes podem, se necessário, eleger vice-secretários. Quando o secretário não puder estar presente, como secretário, numa Reunião Administrativa, deve fazer arranjos para que um dos vices esteja presente e faça a ata. (Ver Nota nº 5, pp. 239 e 240.)

113

Não Acrescenta nem Exclui Nomes sem um Voto – O secretário não tem autoridade para acrescentar ou excluir nomes do registro de membros sem ter um voto da igreja, a qual tem sempre de votar acrescentar ou excluir um nome, exceto no caso de morte do membro, ou quando um membro pede, por escrito, para ser eliminado do registro de membros. Quando um membro morre, o secretário anota no registro de membros a data do falecimento. (Ver pp. 78 e 79.)

Quando um membro envia ao Conselho de igreja, por escrito, um pedido para ser desligado da igreja, o secretário registra a ação do Conselho. (Ver p. 94.)

Transferência de Membros – O secretário trata da correspondência entre membros e igrejas relativamente à transferência de membros. (Ver pp. 72-77.)



Correspondência com Membros – O secretário deve procurar manter-se em contacto com membros ausentes. (Ver Nota nº 6, p. 240.)

Envio do Nome dos Delegados às Assembleias Administrativas da Associação – O secretário, com autorização do Conselho de igreja, e usando os formulários ou impressos fornecidos pela Associação, envia de imediato para a Associação a lista dos Delegados eleitos para representarem a igreja na Assembleia Administrativa da Associação. (Ver pp. 159 e 160.)

Os Relatórios Devem Ser Enviados Atempadamente – O secretário deve fornecer atempadamente os relatórios requeridos pela Associação. Alguns são trimestrais, outros anuais. É fundamental que os relatórios sejam enviados ao Secretário da Associação nas datas especificadas, uma vez que são importantes para a exatidão dos relatórios preparados por outras Organizações da Igreja mundial. O secretário recolhe, junto de outros oficiais ou dirigentes de Departamento, a informação para estes relatórios.

114

Registos da Igreja – O secretário conserva os registos da igreja, os quais devem ser cuidadosamente preservados. Todos os registos e livros de contabilidade de todos os oficiais são propriedade da igreja e devem ser entregues, no final do mandato do secretário anterior, ao secretário recém-eleito, ou ser entregues à igreja, a pedido do Pastor ou dos anciãos, em qualquer momento durante o mandato. Os registos da igreja, dentro das limitações da lei local quanto à privacidade, estão sujeitos a revisão pela organização hierárquica superior seguinte.

TESOUREIRO

Considerando as importantes funções do tesoureiro, é sensato escolher alguém que possa ser reeleito, de modo a dar continuidade à conservação dos registos e ao envio de relatórios. As igrejas grandes podem eleger vice-tesoureiros, se for necessário.

O tesoureiro pode estimular grandemente a fidelidade na entrega do dízimo, bem como aprofundar o espírito de liberalidade por parte



dos membros. Uma palavra de aconselhamento, dada no espírito do Mestre, ajudará os membros a entregarem fielmente a Deus o dízimo que já Lhe pertence e as ofertas, mesmo em tempos de crise financeira.

O Tesoureiro É Depositário de Todos os Fundos – O tesoureiro é o depositário de todos os fundos da igreja. Nestes estão incluídos: 1. Fundos da Associação; 2. Fundos da igreja local; 3. Fundos pertencentes a organizações auxiliares da igreja local.

Todos os fundos (da Associação, da igreja local e das organizações auxiliares da igreja local) são depositados em nome da igreja pelo tesoureiro numa conta bancária ou numa conta de uma instituição financeira, a menos que a Associação local autorize um outro sistema.

Todos os excedentes dos fundos da igreja podem ser depositados em contas-poupança, após autorização do Conselho de igreja. Quando haja grandes saldos para projetos de construção ou especiais, o Conselho de igreja poderá autorizar contas bancárias separadas. Estas contas, porém, serão operadas pelo tesoureiro e relatadas à igreja juntamente com todos os outros fundos da igreja.

Todas as contas bancárias da igreja são exclusivamente para fundos da igreja e nunca devem estar associadas a qualquer conta pessoal ou a quaisquer fundos pessoais.

115

Fundos da Associação – Os fundos da Associação, que incluem o dízimo, todos os fundos missionários regulares, bem como todos os fundos para projetos e Instituições especiais da Associação, são fundos em custódia. No final de cada mês, ou mais frequentemente, se pedido pela Associação, o tesoureiro deverá enviar para o Tesoureiro da Associação todo o montante de fundos da Associação recebidos durante esse período de tempo. A igreja local não poderá tomar por empréstimo, utilizar ou reter esses fundos da Associação seja para que propósito for.

Ofertas da Escola Sabatina – Qualquer oferta recolhida durante a Escola Sabatina deve ser registada com precisão pelo Secretário da Escola Sabatina, que a transmitirá ao Tesoureiro logo que possível. As ofertas da Divisão de Extensão devem ser acrescentadas à oferta recolhida regularmente durante a Escola Sabatina.



Nos territórios que adotaram o Plano da Oferta Combinada, estas ofertas devem ser distribuídas segundo a fórmula votada pela Divisão para esse Plano de Ofertas. Como parte da promoção de qualquer oferta recolhida durante a Escola Sabatina nesses territórios, os doadores devem ser informados de que parte das suas ofertas financiarão os projetos trimestrais da missão mundial patrocinados pela Conferência Geral.

Todas as ofertas da Escola Sabatina nos territórios que usam o Plano do Calendário de Ofertas e o Plano Pessoal de Ofertas são para o sustento dos campos missionários e devem ser transmitidas integralmente à Associação. Estes fundos incluem a oferta semanal regular da Escola Sabatina, a Oferta do Décimo Terceiro Sábado (também conhecida como Oferta Trimestral do Projeto Missionário), a Oferta de Investimento na Missão e a Oferta de Gratidão de Aniversariantes. Estes fundos missionários serão então distribuídos pela Associação segundo as políticas estabelecidas. Nenhum fundo para a missão pode ser retido pela igreja ou pela Associação.

116

Em territórios que tenham adotado o Plano Pessoal de Ofertas ou o Plano do Calendário de Ofertas, estes fundos missionários são transmitidos aos escritórios da Associação tal como está esboçado na secção anterior (“Fundos da Associação”). O orçamento corrente da igreja deve contar com despesas da Escola Sabatina, tal como acontece com os outros Ministérios ou Departamentos da igreja.

Fundos da Igreja Local – Nos fundos da igreja local estão incluídos o das despesas da igreja, os fundos de construção e reparação, bem como os fundos de pobres e necessitados. Estes fundos pertencem à igreja local e são desembolsados pelo tesoureiro unicamente depois de autorização do Conselho de igreja ou de uma Reunião Administrativa. Contudo, o tesoureiro deverá pagar do fundo de despesas todas as contas de despesas locais que tenham sido autorizadas pelo Conselho de igreja.

Fundos de Organizações Auxiliares – Os fundos de organizações auxiliares incluem fundos como o dos programas missionários



da igreja, vida familiar, Ministérios da Juventude Adventista, Serviços Comunitários Adventistas/Sociedade de Dorcas, despesas da Escola Sabatina e a parte dos fundos dos Ministérios da Saúde pertencentes à igreja, podendo incluir fundos da escola da igreja. Todo o dinheiro recebido por e para estas organizações deve ser entregue prontamente ao tesoureiro da igreja pelo secretário da respetiva organização, pelos diáconos ou por quem tenha recebido esses fundos. Estes fundos pertencem às organizações auxiliares da igreja. Só podem ser gastos por ordem da organização auxiliar a que pertencem.

O tesoureiro deverá passar recibos de todos os fundos recebidos. Ao receber qualquer quantia do tesoureiro da igreja, o secretário da organização auxiliar entregará um recibo apropriado ao tesoureiro.

Salvaguarda do Propósito dos Fundos – Todas as ofertas e todos os dons dados pelos indivíduos para um fundo ou para um propósito específicos, sob todos os três Planos de Ofertas, têm de ser usados para esse propósito. Nem o tesoureiro nem o Conselho de igreja têm autoridade para desviar quaisquer fundos do objetivo para que foram dados.

Os fundos de organizações auxiliares, muitas vezes dádivas feitas com vista a propósitos específicos, são recolhidos para aquela parte especial da obra da igreja para a qual essa organização auxiliar foi criada. Esses fundos são conservados em custódia pelo tesoureiro da igreja, e também não podem ser emprestados ou de qualquer modo desviados, pelo tesoureiro ou pelo Conselho, do objetivo para o qual foram recolhidos.

Quando uma organização auxiliar deixa de existir, a igreja, numa Reunião Administrativa regular, pode agir indicando o destino a dar a qualquer saldo dos fundos na conta dessa organização.

Dinheiro para Encomendas Pessoais de Literatura – O dinheiro para encomendas pessoais de literatura, livros, folhetos, revistas e assinaturas de publicações periódicas é confiado ao tesoureiro da igreja em zonas onde não exista nenhuma livraria Adventista. (Ver Nota nº 7, p. 240.)



Método Adequado de Entrega de Dinheiro pelos Membros – O tesoureiro deve insistir no sentido de todo o dinheiro entregue pelos membros, além da recolha regular de ofertas na igreja, ser colocado em envelopes de dízimo e ofertas, a menos que um método alternativo, aprovado pela Associação, como os pagamentos eletrónicos, tenha sido implementado. Os membros devem mencionar no envelope os vários itens e quantias conforme pretendido e assegurar-se de que o dinheiro incluído equivale ao total indicado. Devem também assinar, indicar o respetivo endereço pessoal e colocar os envelopes na bandeja das ofertas ou entregá-los ao tesoureiro, o qual deve conservar os envelopes para servirem de comprovativos até que todas as contas tenham sido auditadas pelo verificador da Associação.

Os membros que entregam o dízimo e as ofertas por meio de cheque ou vale postal, onde for legalmente possível, devem emitir esses cheques ou vales em nome da igreja, em vez de em nome de qualquer indivíduo.

118

Entrega de Recibos aos Membros – Devem ser emitidos com prontidão recibos correspondentes a todo o dinheiro recebido dos membros, por muito pequena que seja a quantia, e o tesoureiro deve manter uma contabilidade rigorosa de todos os recibos e dos pagamentos feitos. Todas as ofertas gerais não metidas em envelopes devem ser contadas pelo tesoureiro na presença de outro oficial da igreja, de preferência um diácono ou uma diaconisa, devendo um recibo ser entregue a esse oficial da igreja.

Método Adequado de Envio de Fundos para a Associação – Ao fazer-se o envio de valores para o Tesoureiro da Associação, todos os cheques, transferências bancárias ou vales postais devem ser pagáveis à organização, onde isso seja legalmente possível, e não ser passados em nome de qualquer indivíduo. O envio deve ser acompanhado de uma cópia dos registos do tesoureiro correspondentes ao período em causa. Os impressos para o envio são fornecidos pela Associação. (Ver p. 187.)



Preservação de Documentos Financeiros – Documentos financeiros, faturas ou recibos, devem ser obtidos para todos os fundos recebidos e despendidos, de acordo com o sistema autorizado pela Associação local.

Os Livros Devem Ser Verificados – O Tesoureiro da Associação, ou outra pessoa nomeada pelo Conselho da Associação, faz a verificação dos registos financeiros da igreja, normalmente uma vez por ano.

Os livros da tesouraria e outros registos financeiros relacionados com o trabalho do tesoureiro da igreja, o tesoureiro da escola da igreja e o tesoureiro de qualquer outra organização podem ser pedidos e inspecionados a qualquer momento pelo verificador da Associação ou pelo Pastor, pelo dirigente distrital, pelo primeiro ancião, ou por quaisquer outros autorizados pelo Conselho de igreja, mas não devem ser disponibilizados a pessoas não autorizadas. (Ver p. 195.)

Relatórios de todos os fundos recebidos e despendidos devem ser apresentados nas Reuniões Administrativas regulares da igreja. Uma cópia desses relatórios deve ser entregue aos oficiais dirigentes da igreja.

Quando é referido o número de pessoas que entregam o dízimo à igreja, o cônjuge e filhos menores que não têm trabalho remunerado, mas que são membros de igreja, devem ser contados nesse grupo, além daquele que, na família, obtém rendimentos do trabalho.

Relacionamento com os Membros É Confidencial – O Tesoureiro deve sempre lembrar-se de que as decisões pessoais de doação são estritamente confidenciais. O Tesoureiro e o Pastor nunca devem revelar os registos de doação dos indivíduos, exceto com o consentimento do doador, quando exigido pela lei, quando for necessário para auditar ou rever os registos financeiros da igreja ou quando for necessário para o funcionamento da Comissão de Nomeações. O desrespeito por esta regra pode provocar graves problemas.

O COORDENADOR DE INTERESSADOS

Deve ser eleito um coordenador de interessados, a fim de assegurar que os interessados que surjam através do trabalho missionário da



igreja sejam atendidos com prontidão. A pessoa nomeada é membro do Conselho de igreja e do Conselho dos Ministérios Pessoais e trabalha diretamente com o Pastor e com o presidente desse Conselho.

Entre os deveres deste cargo incluem-se:

1. Manter uma lista organizada de todos os interessados recebidos pela igreja.

2. Auxiliar o Pastor e o presidente do Conselho dos Ministérios Pessoais na escolha e no recrutamento de membros qualificados para o trabalho de acompanhamento desses interessados.

3. Apresentar ao Conselho de igreja um relatório mensal do número de interessados recebidos e acompanhados. Quando já está suficientemente desenvolvido o trabalho com um interessado, esse interessado deve ser partilhado com o Pastor.

DEPARTAMENTOS E OUTRAS ORGANIZAÇÕES

A estrutura da igreja, sob a orientação do Espírito Santo, é vital para o desenvolvimento espiritual dos membros e para o cumprimento da missão da Igreja. Ela é o esqueleto do corpo eclesial. E “todo o corpo, bem ajustado, e ligado pelo auxílio de todas as juntas, segundo a justa operação de cada parte, faz o aumento do corpo, para sua edificação em amor” (Efé. 4:16).

Os elementos mais importantes da estrutura e da organização são os oficiais (ver pp. 101-120), os Departamentos e outras organizações. Esta secção descreve os seus objetivos, a sua liderança e as suas funções.

O trabalho dos Departamentos e das organizações auxiliares está intimamente ligado ao trabalho do Pastor, porque todos estão igualmente envolvidos na atividade missionária do Evangelho. O Pastor serve como conselheiro destas organizações, e estas, por sua vez, ajudam nos programas missionários da igreja em geral. Em caso de emergência, ou quando as circunstâncias o exigirem, o Pastor pode convocar uma reunião de qualquer comissão ou organização.

Todas as igrejas devem recorrer aos serviços dos Departamentos e das organizações, a fim de cuidar dos seus membros e de realizar a missão dada por Cristo (ver Mat. 28:19; Apoc. 10:11; 14:6).



MINISTÉRIOS ADVENTISTAS DAS POSSIBILIDADES

A iniciativa dos Ministérios Adventistas das Possibilidades foi estabelecida para expandir o ministério compassivo e inclusivo de Jesus, e procura inspirar, equipar e mobilizar aqueles que apresentam necessidades especiais e aqueles que são surdos. Estas possibilidades são definidas como a surdez, a cegueira, as limitações de mobilidade física e o estágio de desenvolvimento mental/social. A iniciativa também inclui o ministério em favor dos órfãos e das crianças vulneráveis, dos viúvos e das viúvas e dos cuidadores informais. O objetivo é promover a compreensão mútua graças à exploração de possibilidades de ministério em favor dos que apresentam necessidades especiais e dos que são surdos.

Todos estão em busca de completude. Todos são dotados, necessários e apreciados. Todos foram criados à imagem de Deus, possuindo uma dignidade inerente, independentemente de qualquer limitação que possam ter. Esta iniciativa global abrange um ministério para aqueles com necessidades especiais e para os surdos, além de procurar oportunidades para se ministrar *com* eles. Embora possam existir algumas desvantagens, é colocada uma maior ênfase nas suas possibilidades. Esta missão educativa da Igreja oferece um foco estratégico sobre três valores principais: *percepção* das necessidades; *aceitação* dos indivíduos que são surdos ou que têm necessidades especiais; e o desenvolvimento de planos específicos de *ação* a implementar de modo a prover oportunidades para estes indivíduos encontrarem um propósito e uma realização na vida e no ministério.

A declaração seguinte de Ellen G. White sublinha a importância desta obra: “Vi que é pela providência de Deus que viúvas e órfãos, cegos, surdos, coxos e pessoas atribuladas por diversos modos foram postos em íntima relação cristã com a Sua Igreja; é para provar o Seu povo e desenvolver o seu verdadeiro caráter. Os anjos de Deus estão a observar para ver como tratamos essas pessoas necessitadas da nossa simpatia, do nosso amor e da nossa desinteressada generosidade. Esta é a maneira de Deus provar o nosso caráter.” – Ellen G. White, *Testemunhos para a Igreja*, Vol. 3, p. 511.



Os Surdos Formam uma Cultura Única – Os surdos são internacionalmente conhecidos como tendo o seu próprio conjunto de crenças sociais, comportamentos, arte, história, tradições literárias, valores e línguas, tal como acontece com outras Culturas. Embora seja frequentemente considerado que eles têm “necessidades especiais”, a Igreja reconhece a sua surdez como sendo mais uma característica cultural do que uma deficiência.

O Diretor dos Ministérios Adventistas das Possibilidades – É recomendado que o Conselho de igreja indigite um Diretor local dos Ministérios das Possibilidades. Embora seja preferível que o Diretor tenha uma experiência direta ou uma formação no âmbito dos Ministérios das Possibilidades, tal não é obrigatório. É melhor que a liderança para este ministério seja escolhida no interior dos grupos que ela representa. Embora trabalhem com outros líderes, é crítico que o planeamento seja feito pelos próprios grupos. Isto é feito para que eles possam servir Deus e a comunidade da forma expressa na declaração de missão da Igreja Adventista do Sétimo Dia. É imperativo que o Diretor seja compassivo e que sirva numa abordagem que promove a capacitação e a participação.

122

Conselho dos Ministérios Adventistas das Possibilidades – O Conselho de igreja deve estabelecer um Conselho dos Ministérios das Possibilidades para encorajar os membros com necessidades especiais e para aprender como comunicar eficazmente com eles. Ele deve criar programas de testemunho, recomendar formas de tornar as instalações da igreja mais acessíveis, ajudar a resolver problemas de transporte e recomendar formas de ajudar na descoberta de funções ou de ministérios que tragam consigo um senso de significado e de realização. O Conselho é presidido pelo(s) Diretor(es) dos Ministérios das Possibilidades. Se não estiver a servir como presidente, o Pastor deve ser membro *ex officio*.

Recursos – Para os recursos dos Ministérios das Possibilidades, ver Nota nº 9, na p. 241.



MINISTÉRIOS DA CRIANÇA

Os Ministérios da Criança desenvolvem a fé das crianças desde que nascem até à idade de 14 anos, levando-as a unirem-se à Igreja. Procuram prover múltiplos ministérios que conduzam as crianças a Jesus e façam delas discípulas na sua comunhão diária com Ele. Cooperam com a Escola Sabatina e com outros Departamentos para proporcionar educação religiosa às crianças e cumprem a sua missão mediante o desenvolvimento de uma variedade de ministérios voltados para as crianças e com ênfase na graça, abrangentes, orientados para o serviço, formadores de líderes, seguros e evangelísticos.

“Nunca será de mais acentuar a importância da educação ministrada à criança nos seus primeiros anos. As lições que a criança aprende durante os primeiros anos de vida têm mais a ver com a formação do seu caráter do que tudo o que ela aprenda em anos posteriores.” – Ellen G. White, *Orientação da Criança*, p. 193.

“É ainda verdade que as crianças são as pessoas mais suscetíveis de receber os ensinamentos do Evangelho; o seu coração acha-se aberto às influências divinas, e forte para reter as lições recebidas. Os pequeninos podem ser Cristãos, tendo uma experiência de acordo com a sua idade. Precisam de ser educados nas coisas espirituais e os pais devem proporcionar-lhes todas as vantagens, para que formem caracteres à semelhança do de Cristo.” – Ellen G. White, *O Desejado de Todas as Nações*, p. 465, ed. P. SerVir (2017).

“As crianças de oito, dez ou doze anos já têm idade suficiente para se lhes falar do tema da religião individual... Caso sejam devidamente instruídas, as crianças muito jovens podem ter ideias corretas quanto ao seu estado de pecadoras e ao caminho da salvação por meio de Cristo.” – Ellen G. White, *Testemunhos para a Igreja*, Vol. 1, p. 400 (traduzido do original inglês).

“Quando Jesus disse aos discípulos para não impedirem as crianças de virem a Ele, falava a todos os Seus seguidores em todos os tempos – aos oficiais da igreja, aos Ministros, aos auxiliares e a todos os Cristãos. Jesus está a atrair as crianças, e ordena-nos: ‘Deixai os meninos, e não os estorveis de vir a mim’; como se quisesse dizer: Eles virão, se não os impedirdes.” – Ellen G. White, *O Desejado de Todas as Nações*, p. 467, ed. P. SerVir (2017).



Coordenador e Conselho dos Ministérios da Criança – A igreja elege um coordenador dos Ministérios da Criança para desenvolver ministérios que alimentem a fé das crianças. Esse coordenador deve possuir capacidade de liderança, bem como experiência e paixão pelo trabalho com crianças.

O coordenador dos Ministérios da Criança trabalha com o Pastor e com o Conselho de igreja, a fim de criar um Conselho dos Ministérios da Criança que providencie ministérios para as crianças. Esse Conselho deve ser composto por pessoas com interesse e experiência no trabalho com crianças. Em geral, os membros do Conselho incluem os diretores das divisões da Escola Sabatina, o diretor da Escola Cristã de Férias, os diretores dos Juvenis Adventistas e dois ou três outros que sintam uma paixão pelo ministério em favor das crianças.

Se a igreja tiver um Departamento dos Ministérios da Criança, a Escola Cristã de Férias, as Escolas Sábatinas filiais das crianças, os Clubes da Bíblia da Vizinhança e a “Hora das Histórias” ficarão sob a direção dos Ministérios da Criança. (Ver pp. 123 e 124, 136 e 137.)

124

Todos os que se envolvem em trabalho com crianças devem preencher os padrões e os requisitos legais e da Igreja, como sejam a verificação de antecedentes ou a certificação. Os dirigentes da igreja local devem consultar a Associação, a qual averiguará e aconselhará o que há de disponível e/ou de exigido quanto a verificação de antecedentes e certificação. (Ver Nota nº 8, pp. 240 e 241.)

Recursos – Sobre recursos para os Ministérios da Criança, ver Nota nº 10, pp. 241 e 242.

COMUNICAÇÃO

O ministério da Comunicação requer o apoio de todos os leigos, funcionários e Instituições da Igreja. O Departamento de Comunicação promove o uso de um programa idóneo de relações públicas e de todas as técnicas de comunicação atuais, de tecnologias sustentáveis e de Meios de Comunicação na promulgação do Evangelho. A igreja deve eleger um secretário de Comunicação e, onde necessário, um Conselho de Comunicação.



“Precisamos de empregar todos os meios razoáveis de levar a luz ao povo. Que a Imprensa seja usada, e que se utilizem todos os meios de publicidade para chamar a atenção para a obra.” – Ellen G. White, *Testemunhos para a Igreja*, Vol. 6, p. 36 (traduzido do original inglês).

“Serão preparados meios para alcançar os corações. Alguns métodos usados nesta obra serão diferentes dos que foram usados na mesma no passado.” – Ellen G. White, *Evangelismo*, p. 105 (traduzido do original inglês).

Secretário de Comunicação – O secretário de Comunicação deve ter capacidade para se encontrar com pessoas e representar corretamente a Igreja, ter bom discernimento, boa organização, aptidões de escrita eficientes e disposição para cumprir obrigações.

O secretário recolhe e divulga notícias junto dos Meios de Comunicação locais, coopera com o Diretor de Comunicação da Associação e apresenta com regularidade relatórios nas Reuniões Administrativas. O Departamento de Comunicação da Associação proporciona a instrução adequada e auxilia os secretários de Comunicação.

O Pastor, que é o primeiro responsável pelo programa de comunicação da igreja, trabalhará em estreita colaboração com o secretário ou com o Conselho de Comunicação, na qualidade de conselheiro.

Qualquer Departamento, ou organização, poderá indigitar uma pessoa para fornecer ao secretário ou ao Conselho de Comunicação informação sobre acontecimentos dignos de serem noticiados.

Conselho de Comunicação – Numa igreja grande, o Conselho de Comunicação poderá tratar mais adequadamente das muitas facetas das relações públicas e do programa de comunicação. A igreja elege o Conselho, e o secretário de Comunicação atua como presidente. Podem ser atribuídas aos membros do Conselho responsabilidades específicas na comunicação, como seja o contacto com a Imprensa, com os produtores de Meios de Comunicação e com pessoal das novas tecnologias, e com os Meios de Comunicação internos da igreja. Se houver nas proximidades alguma instituição da Igreja, um membro



da sua equipa de relações públicas ou de comunicação deve ser convidado a ter assento no Conselho.

Comissão Central de Comunicação – Se várias igrejas da mesma zona organizarem uma Comissão Central de Comunicação, o secretário de Comunicação de cada uma das igrejas deverá ser membro dessa Comissão e trabalhará em harmonia com qualquer plano geral que melhor coordene, nas igrejas cooperantes, o tratamento de notícias e de outras atividades dos Meios de Comunicação. A constituição desta Comissão partirá da iniciativa do Diretor de Comunicação da Associação. As reuniões da Comissão Central serão convocadas e presididas por um presidente escolhido pelo grupo.

EDUCAÇÃO

As entidades da Igreja têm em atividade escolas, que vão desde o nível do Jardim de Infância até ao da Universidade, com o propósito de transmitir aos alunos os ideais, as crenças, as atitudes, os valores, os hábitos e os costumes da Igreja. O verdadeiro conhecimento de Deus, a comunhão e o companheirismo com Ele no estudo e no serviço e a semelhança com Ele no desenvolvimento do caráter são a fonte, os meios e o objetivo da Educação Adventista.

Secretário de Educação – A igreja elege um secretário de Educação para promover e criar apoios para a educação cristã. O secretário é membro do Conselho Diretor da Associação Lar e Escola e atua em cooperação com esta Associação.

Associação Lar e Escola – Uma igreja que tenha uma escola deverá criar uma Associação Lar e Escola, cujo propósito é proporcionar educação aos pais e unir o lar, a escola e a igreja em esforços para promoverem a educação cristã das crianças. Os pais dos alunos, os apoiantes da escola e os membros da igreja devem ser encorajados a ser membros ativos da Associação.

Os oficiais da Associação Lar e Escola serão um diretor, um vice-diretor, um secretário-tesoureiro, um bibliotecário e o secretário de



Educação. A fim de manter a continuidade, alguns dos oficiais deveriam ser eleitos para segundos mandatos. Todos devem ser membros da igreja.

O diretor da Associação deve ser um membro com sucesso na instrução de crianças, que tenha espírito aberto a novas ideias e que acredite na importância da educação cristã.

O secretário-tesoureiro conserva os registros da Associação e apresenta, no início e no final de cada ano escolar, relatórios ao Diretor do Departamento de Educação da Associação. Os fundos desta Associação são canalizados através do tesoureiro da igreja/escola, devem ser mantidos numa conta separada e verificados segundo a regulamentação denominacional.

O diretor da escola é membro *ex officio* do Conselho da Associação Lar e Escola.

Conselho de Escola de Igreja – O órgão administrativo de todas as escolas do primeiro ciclo e da fase preparatória do segundo ciclo mantidas por uma só igreja deve ser um Conselho de Escola de igreja eleito pela igreja ou uma Comissão escolar indigitada pelo Conselho de igreja. Assim, este corpo pode ser um Conselho escolar distinto, ou o Conselho de igreja, ou uma Comissão escolar do Conselho de igreja indigitada para este efeito. Os Procedimentos Operacionais da Divisão explicam as funções dos Conselhos escolares.

Os membros do Conselho escolar devem ser escolhidos pela sua consagração, pela sua crença e pela sua lealdade aos princípios da educação cristã, pelo seu bom senso e tato, pela sua experiência em questões escolares e pelo seu discernimento e aptidão financeiros. Devem acreditar e estar prontos a seguir os regulamentos educacionais e as recomendações da Denominação.

Se duas ou mais igrejas se unirem para manter uma escola coletiva, o órgão administrativo será formado por membros dessas várias igrejas.

Um ou mais membros do Conselho escolar devem ser escolhidos entre os membros do Conselho de igreja, de modo que o Conselho escolar possa manter uma relação próxima com o Conselho de igreja.



O Pastor deve ser membro do Conselho escolar. Se a escola for mantida por mais do que uma igreja, normalmente os Pastores das igrejas participantes são membros desse Conselho.

Nas escolas dos primeiro e segundo ciclos, o diretor, ou o professor principal, deve ser membro do Conselho escolar.

Alguns dos membros do Conselho podem ser pais de crianças que frequentam a escola, para que o Conselho escolar tire proveito dos pontos de vista e dos pareceres dos pais, resultantes da experiência e da observação diretas.

Os oficiais do Conselho escolar serão um presidente e um secretário. Se a escola for mantida por uma só igreja, esta igreja elege o presidente.

No caso de um Conselho escolar de uma escola mantida por mais do que uma igreja, devem ser incluídos outros oficiais, como um tesoureiro, um vice-presidente e um vice-secretário. Na primeira reunião depois da eleição, o Conselho escolar coletivo elege o seu presidente de entre os seus membros. Quando não for possível um acordo entre as igrejas, a indigitação será feita pelo Conselho de Educação da Associação ou pelo Conselho da Associação. O diretor da escola é normalmente indigitado como secretário desse Conselho.

Qualquer decisão do Conselho escolar de uma escola mantida por mais do que uma igreja, envolvendo as igrejas patrocinadoras em obrigações financeiras, deverá ser submetida aos respectivos Conselhos de igreja para aprovação.

Se for eleito um Conselho escolar separado, pode ser seguido um de dois planos para determinar o momento da eleição e a duração do cargo: 1. Todos os membros podem ser eleitos no final do ano civil ou do ano fiscal e atuar durante um ano; 2. Os membros do primeiro Conselho escolar podem ser escolhidos para mandatos de um, dois e três anos, respetivamente, com os membros substituintes a serem escolhidos em cada ano subsequente para mandatos de três anos. O propósito deste plano é ter no Conselho escolar um núcleo de membros experimentados, a fim de garantir a continuidade das políticas implementadas. Sempre que surja uma vaga a meio do mandato, o novo membro serve durante o restante do mandato original.



O Conselho escolar ou a Comissão escolar devem reunir-se em data e lugar fixados, pelo menos uma vez por mês durante o ano escolar.

O presidente do Conselho escolar convoca as reuniões, preside e certifica-se de que as decisões do Conselho são cumpridas, assinando todas as ordens financeiras emitidas pelo secretário. O presidente é membro *ex officio* da Comissão de inspeção da escola primária e da secundária, a qual vistoria e avalia a escola e o seu trabalho.

O secretário mantém um registo permanente das reuniões, emite ordens para o pagamento de contas e obrigações e encarrega-se da correspondência do Conselho.

Quando uma única igreja mantém uma escola, o trabalho do tesoureiro é habitualmente exercido pelo tesoureiro da igreja ou por um vice-tesoureiro da igreja, o qual recebe as mensalidades e outras quantias, faz pagamentos por ordem do secretário (assinada pelo presidente), mantém uma contabilidade cuidadosa de todas as transferências e, na reunião mensal, apresenta ao Conselho um relatório pormenorizado. Num Conselho de escola mantida por mais do que uma igreja, o tesoureiro é indigitado pelo Conselho conjunto.

129

MINISTÉRIOS DA FAMÍLIA

O objetivo dos Ministérios da Família é fortalecer o matrimónio e a família. A família foi estabelecida por criação divina, tendo o casamento como centro.

Como primeiro contexto em que são aprendidos valores e em que é desenvolvida a capacidade de relacionamentos íntimos com Deus e com os outros, o seu bem-estar é vital para a missão que a Igreja tem de fazer discípulos.

Os Ministérios da Família defendem o ensino bíblico sobre a família e enaltecem os ideais de Deus para a vida familiar. Ao mesmo tempo, ajudam a compreender o quebrantamento sofrido por indivíduos e famílias num mundo caído. Este Departamento contribui para a compreensão, a unidade e o amor no lar e na família de Deus. Promove a reconciliação entre gerações prometida na mensagem de Elias em Malaquias 4:5 e 6 e traz esperança e apoio àqueles que foram magoados por maus-tratos, por disfunção familiar e por relacionamentos



quebrados. Oportunidades de desenvolvimento relacional são proporcionadas mediante educação e enriquecimento da vida familiar. Orienta indivíduos, casais e famílias a recorrerem a aconselhamento profissional quando este for necessário.

A nível da igreja local, o ministério em favor das famílias foca-se na orientação pré-matrimonial dos casais, em programas de fortalecimento do casamento e na educação de pais. O ministério em favor das famílias também presta atenção às necessidades especiais de pais solteiros e de famílias de adoção, ou de segundas núpcias, e provê instrução para o evangelismo de família para família.

“A nossa obra para Cristo deve começar com a família, no lar. ... Não existe campo missionário mais importante do que esse. ... Muitos descuidaram vergonhosamente este campo do lar, e é tempo para que sejam apresentados recursos e remédios divinos para corrigir esse mal.” – Ellen G. White, *O Lar Cristão*, pp. 31 e 32, ed. P. Servir.

130

“Deus pretende que as famílias da Terra sejam um símbolo da família do Céu. Os lares cristãos, estabelecidos e dirigidos conforme o plano de Deus, contam-se entre os Seus meios mais eficazes para a formação do caráter cristão e para o avanço da Sua obra.” – Ellen G. White, *Testemunhos para a Igreja*, Vol. 6, p. 430 (traduzido do original inglês).

“A missão do lar estende-se para além do círculo dos seus membros... Muito mais poderosa do que qualquer sermão que se possa pregar é a influência de um verdadeiro lar no coração e na vida dos seres humanos.” – Ellen G. White, *A Ciência do Bom Viver*, p. 265, ed. P. Servir.

Diretor(es) dos Ministérios da Família – Uma pessoa, ou um casal (ver pp. 214-216, para a definição de Casamento dada pela Igreja), pode(m) ser eleito(s) para servir como diretor(es) dos Ministérios da Família. Deve(m) dar exemplo de relacionamentos familiares firmes e em desenvolvimento e manifestar um interesse sincero na promoção do bem-estar de todas as famílias. A fim de ser(em) eficiente(s), o(s) diretor(es) deve(m) possuir compreensão do plano redentor de Deus para lidar com a rutura que o pecado trouxe aos relacionamentos. O(s) diretor(es) deve(m) também manter confidencialidade



apropriada e saber quando e como encorajar pessoas em situações críticas a procurarem aconselhamento profissional.

Conselho dos Ministérios da Família – O Conselho de igreja poderá criar um Conselho dos Ministérios da Família, a ser presidido pelo(s) diretor(es) dos Ministérios da Família.

Recursos – Sobre recursos para os Ministérios da Família, ver Nota nº 11, p. 242.

MINISTÉRIOS DA SAÚDE

A Igreja acredita que a sua responsabilidade de tornar Cristo conhecido no mundo inclui a obrigação moral de preservar a dignidade humana mediante a promoção dos melhores níveis de saúde física, mental e espiritual.

Além de atender às necessidades dos que estão doentes, esta responsabilidade abrange a prevenção da doença mediante educação eficiente para a saúde e liderança na promoção da melhor saúde, livre de tabaco, álcool e outras drogas, bem como de alimentos imundos. Sempre que seja possível, os membros devem ser animados a seguir principalmente uma alimentação vegetariana.

131

Diretor dos Ministérios da Saúde – Para planejar e implementar um programa eficaz, a igreja elege um diretor dos Ministérios da Saúde e, se necessário, um diretor-associado. O diretor deve ser uma pessoa orientada para a saúde e interessada na promoção dos padrões da Igreja para um viver saudável, entre os membros e na comunidade, através de programas realizados pelos Ministérios da Saúde da igreja. O diretor deve ser capaz de selecionar programas e informação representativos dos ideais e da filosofia da Igreja, integrando-os num testemunho espiritual e físico eficaz.

Conselho dos Ministérios da Saúde – A igreja pode indigitar, onde for útil, um Conselho dos Ministérios da Saúde para prover liderança, tanto a membros como à comunidade, na área do viver saudável e para



colaborar em atividades ganhadoras de almas através de um programa viável de saúde e temperança e de ênfase espiritual. Este Conselho, em colaboração com o Conselho dos Ministérios Pessoais, deverá orientar na preparação de um calendário de atividades dos Ministérios da Saúde, que inclua programas como planos para deixar de fumar, aulas de culinária, cursos de saúde, programas de controlo do stresse, e outros eventos relacionados. Caso não atue como presidente deste Conselho, o Pastor deve ser membro *ex officio*.

Associação dos Ministérios da Saúde ou de Temperança – Nalgumas zonas, poderá ser criada uma Associação dos Ministérios da Saúde ou de Temperança como entidade separada e distinta das Organizações da Igreja. O diretor dos Ministérios da Saúde da Associação deverá estar envolvido no estabelecimento dessa entidade.

Recursos – Sobre recursos para os Ministérios da Saúde, ver Nota nº 12, p. 242.

132

MÚSICA

A Escolha de Coordenadores de Música – A igreja deve exercer o máximo cuidado na seleção de diretores de Música, escolhendo unicamente aqueles que são totalmente consagrados e que providenciam música apropriada para todos os serviços de culto e para outras reuniões. Música secular ou de natureza questionável não deve nunca ser introduzida nos nossos serviços religiosos.

Os diretores de Música devem colaborar estreitamente com o Pastor ou com os anciãos para que as escolhas musicais se harmonizem com o tema do sermão. O diretor de Música está sob a direção do Pastor ou dos anciãos e não atua de maneira independente. O diretor de Música deve aconselhar-se com eles quanto à música a ser apresentada e à seleção de cantores e músicos.

A Escolha de Músicos – A música sacra é uma parte importante do culto público. A igreja deve exercer o máximo cuidado na seleção de membros do coro e de outros músicos que representem de forma



correta os princípios da Igreja. Os músicos devem ser membros da igreja, da Escola Sabatina ou dos Ministérios da Juventude Adventista. Dado que ocupam um lugar notório nos serviços religiosos da igreja, devem ser exemplos de modéstia e de decoro na sua apresentação e no seu modo de vestir. O uso de uniforme de coro é opcional.

As igrejas podem ter mais do que um coro. Um coro de crianças é um meio de cuidado espiritual, de união à família da igreja e de trabalho missionário.

ASSUNTOS PÚBLICOS E LIBERDADE RELIGIOSA

O Departamento de Assuntos Públicos e Liberdade Religiosa promove e defende a liberdade religiosa, com particular ênfase na liberdade de consciência. A liberdade religiosa inclui o direito humano de ter ou adotar a religião de escolha pessoal, de mudar de crença religiosa de acordo com a consciência pessoal, de manifestar a religião individualmente ou em comunidade com outros crentes, através do culto, da observância, da prática, do testemunho e do ensino, desde que se respeitem os direitos equivalentes dos outros.

133

Diretor da Liberdade Religiosa – O diretor da Liberdade Religiosa nomeado coopera tanto com o Pastor como com o Departamento de Assuntos Públicos e Liberdade Religiosa da Associação ou da União. O diretor deve ter uma influência espiritual positiva, ser capaz de enfrentar o público em geral, estar interessado em assuntos públicos, ser proficiente como correspondente e sentir preocupação com a preservação da liberdade para o povo de Deus.

Delegações da Liberdade Religiosa – Cada igreja é considerada uma delegação informal de Liberdade Religiosa, e cada membro de igreja é considerado um membro dessa delegação informal. O Pastor ou um ancião é o presidente da mesma.

Recursos – Sobre recursos para os Assuntos Públicos e Liberdade Religiosa, ver Nota nº 13, p. 242.



MINISTÉRIOS DAS PUBLICAÇÕES

Os Ministérios das Publicações coordenam e promovem o evangelismo por meio de literatura, sob a supervisão do Conselho dos Ministérios das Publicações e da organização de publicações correspondente para o seu território. Prestam auxílio a outros Departamentos na promoção, venda e distribuição de revistas de assinatura e de outra literatura missionária. O Departamento trabalha com o Pastor e com outros Departamentos no planejamento de modos sistemáticos de envolver os membros nos Ministérios das Publicações.

“Há muitos lugares em que a voz do Pastor não pode ser ouvida, lugares que só podem ser alcançados pelas nossas publicações – livros, revistas e folhetos repletos das verdades bíblicas de que o povo necessita.” – Ellen G. White, *O Colportor Evangelista*, p. 4.

A missão dos Ministérios das Publicações é o evangelismo e alimentar espiritualmente os membros de Igreja. Ellen G. White animava os membros a “vender ou dar a nossa literatura”. – Ellen G. White, *O Colportor Evangelista*, p. 91.

134

Venda através de Colportores – “Deus convida obreiros de cada igreja entre nós para que entrem no Seu serviço como colportores evangelistas.” – Ellen G. White, *O Colportor Evangelista*, p. 20.

Distribuição Gratuita (Partilha) por Membros de Igreja – “Que cada crente espalhe abundantemente panfletos, folhetos e livros contendo a mensagem para este tempo.” – Ellen G. White, *O Colportor Evangelista*, p. 21 (traduzido do original inglês).

Coordenador dos Ministérios das Publicações – A igreja elege um coordenador dos Ministérios das Publicações para liderar em atividades de evangelismo pela literatura.

Conselho dos Ministérios das Publicações – O Conselho de igreja indigita o Conselho dos Ministérios das Publicações, o qual trabalha sob a direção do Conselho de igreja. O coordenador dos Ministérios das Publicações preside ao Conselho. O Pastor, o diretor dos Ministérios



Pessoais e o secretário dos Ministérios Pessoais participam como membros *ex officio*. Os membros deste Conselho devem ter interesse e experiência em colportagem (evangelismo pela literatura).

Recursos – Sobre recursos para os Ministérios das Publicações, ver Nota nº 14, pp. 242-243.

ESCOLA SABATINA E MINISTÉRIOS PESSOAIS

ESCOLA SABATINA

A Escola Sabatina, o principal programa de educação religiosa da Igreja, tem quatro objetivos: estudo das Escrituras, comunhão, trabalho missionário na comunidade e ênfase na missão mundial. O Departamento da Escola Sabatina e Ministérios Pessoais da Conferência Geral distribui o *Manual de Estudo da Escola Sabatina* para todos os níveis etários, providencia modelos para a programação da Escola Sabatina dentro do contexto das várias Culturas das Divisões mundiais, fornece recursos e sistemas de formação para dinamizadores da Escola Sabatina e promove as ofertas missionárias da Escola Sabatina para a missão mundial. Porque incorpora os elementos espirituais essenciais do estudo da Bíblia, da oração, da comunhão e da missão, a Escola Sabatina é uma parte essencial da estratégia da Igreja para fazer discípulos.

“A Escola Sabatina é um importante ramo do trabalho missionário, não só porque proporciona a jovens e idosos um conhecimento da Palavra de Deus, mas por despertar neles o amor pelas suas sagradas verdades e o desejo de as estudar por si mesmos; ensina-os, sobretudo, a regular a sua vida pelos seus santos ensinamentos.” – Ellen G. White, *Conselhos sobre a Escola Sabatina*, pp. 10 e 11 (traduzido do original inglês).

“A Escola Sabatina, se corretamente dirigida, é um dos grandes instrumentos de Deus para levar almas ao conhecimento da verdade.” – Ellen G. White, *Conselhos sobre a Escola Sabatina*, p. 115 (traduzido do original inglês).



Oficiais da Comissão da Escola Sabatina – A igreja elege os oficiais da Escola Sabatina e os membros do Conselho da Escola Sabatina. Entre os oficiais incluem-se o diretor e os vice-diretores (se os houver); o secretário e os vice-secretários (se os houver); um diretor de cada divisão, incluindo as divisões dos Adultos e de Extensão; o coordenador dos Ministérios da Criança e/ou o diretor da Escola Cristã de Férias; e o secretário do Fundo de Investimento.

Os oficiais, os dinamizadores e todos os membros da Escola Sabatina devem cooperar com os outros Departamentos em todo o trabalho evangelístico (missionário), bem como envolver-se no evangelismo da Escola Sabatina por meio das classes regulares da Escola Sabatina e de outras atividades como Dias de Decisão, Classe Bíblica do Pastor, Dias das Visitas, Escolas Cristãs de Férias, Escolas Sábatinas Filiais, incluindo Clubes da Bíblia na Vizinhança e Hora das Histórias.

O Conselho da Escola Sabatina é o órgão administrativo da Escola Sabatina. Compõe-se do diretor (que atua como presidente), dos vice-diretores (se os houver), do secretário (que atua como secretário), dos vice-secretários (se os houver), dos diretores das divisões, do secretário do Fundo de Investimento, do diretor dos Ministérios Pessoais, do coordenador dos Ministérios da Criança e/ou do diretor da Escola Cristã de Férias, de um ancião (nomeado pelo Conselho de igreja ou pelo Conselho de anciãos) e do Pastor.

Logo que possível, após a eleição dos oficiais, o diretor convoca uma reunião do Conselho para indigitar, consoante as necessidades das várias divisões, outros oficiais que não atuam como membros deste Conselho. Entre estes podem incluir-se vice-diretores de divisão, secretários de divisão, diretores de Música, pianistas e/ou organistas e rececionistas.

Além dos oficiais indigitados enumerados acima, o Conselho da Escola Sabatina analisa a necessidade de todas as divisões e de todos os grupos e indigita dinamizadores cujos nomes são apresentados ao Conselho de igreja para aprovação. A fim de conservar tanto a integridade do currículo da lição da Escola Sabatina como a qualidade do ensino, o Conselho da Escola Sabatina deve ter muito cuidado na escolha dos dinamizadores. Sobre tudo ao escolher dinamizadores para



as divisões das crianças, o Conselho deve consultar os dirigentes das divisões. Todos os dinamizadores devem ser membros da igreja em situação regular.

O Conselho, através do diretor, é responsável pelo bom funcionamento de toda a Escola Sabatina. O Conselho deve reunir-se regularmente, conforme as necessidades. O Conselho deve assegurar-se de que os auxiliares e materiais dos programas, incluindo o *Manual de Estudo da Escola Sabatina* preparado pela Conferência Geral, são fornecidos em quantidades suficientes.

Diretor e Outros Oficiais da Escola Sabatina – O diretor é o principal oficial da Escola Sabatina e deve começar a planejar o seu funcionamento normal e eficaz logo que é eleito. O diretor deve apoiar os planos e as recomendações do Departamento da Escola Sabatina da Associação e deve implementar as decisões do Conselho da Escola Sabatina no que respeita ao funcionamento da mesma. A igreja pode nomear um ou mais vice-diretores.

O secretário deve preencher o relatório trimestral no impresso próprio imediatamente a seguir ao último Sábado do trimestre e enviá-lo antes da data limite para os Diretores da Escola Sabatina e dos Ministérios Pessoais da Associação. Deve também conservar uma cópia no arquivo permanente do secretário, entregar cópias ao diretor e ao Pastor e apresentá-lo na Reunião Administrativa. Para além disto, quaisquer ofertas recolhidas durante a Escola Sabatina devem ser registadas com precisão pelo Secretário da Escola Sabatina, que as transmitirá ao Tesoureiro logo que possível.

O secretário do Fundo de Investimento promove em todas as divisões o plano de investimento para apoio das missões e, à medida que o programa progride, mantém informados todos os membros.

O diretor da Escola Cristã de Férias (ECF) dirige a organização, a promoção e o lançamento do evangelismo comunitário por meio da ECF anual. A igreja poderá entregar esta responsabilidade ao coordenador dos Ministérios da Criança.

O Conselho da Escola Sabatina pode indigitar um diretor de Música para a Escola Sabatina, em consulta com os diretores das divisões.



Como expressão de adoração, a música deve glorificar Deus. Os cantores e outros músicos devem ser tão cuidadosamente escolhidos como são os diretores de outras partes do serviço da Escola Sabatina e devem ser avaliados pelos mesmos padrões. (Ver pp. 132 e 133.) O Conselho da Escola Sabatina também pode nomear pianistas e organistas para as divisões.

Diretores das Divisões da Escola Sabatina – O Conselho de igreja nomeia um diretor para cada divisão. O Conselho da Escola Sabatina poderá nomear vice-diretores de divisão de acordo com as necessidades. O *Manual de Estudo da Escola Sabatina*, disponível nas livrarias de igreja ou no Departamento da Escola Sabatina da Associação, contém informação sobre todas as divisões, desde os principiantes até aos adultos e à Divisão de Extensão, que dá assistência a quem está impossibilitado de frequentar a Escola Sabatina.

138

Dinamizadores da Escola Sabatina – O Conselho da Escola Sabatina escolhe, e o Conselho de igreja aprova, os dinamizadores da Escola Sabatina. Estes devem ter aptidão para o ensino e estar dispostos a estudar meios de melhorar as suas capacidades de ensino. Devem ser diligentes na preparação, regulares e pontuais na presença e exemplos no estudo diário das Lições da Escola Sabatina.

O Conselho da Escola Sabatina deve fazer um esforço especial para escolher dinamizadores para as crianças e para os jovens que tenham interesse nesses níveis etários e habilidade para atender às suas necessidades. Todos os que se envolvem em trabalho com as divisões das crianças devem preencher os padrões e os requisitos legais e da Igreja, como sejam verificação de antecedentes ou certificação. Os dirigentes da igreja local devem consultar a Associação, a qual averiguará e aconselhará o que há de disponível e/ou de exigido quanto a verificação de antecedentes e certificação. (Ver Nota nº 8, pp. 240 e 241.) Todos os dinamizadores devem ser incentivados a participar nos cursos de formação de dinamizadores disponíveis através do Departamento da Escola Sabatina da Associação.

Todas as Escolas Sabatinas devem ter semanalmente uma reunião de dinamizadores.



Compreendendo que “apenas os que fortaleceram o espírito com as verdades da Escritura poderão resistir no último grande conflito” (Ellen G. White, *O Grande Conflito*, p. 512, ed. P. SerVir, 2020), os dirigentes da Escola Sabatina devem incentivar fortemente o estudo sistemático regular da Palavra. As Lições da Escola Sabatina estão projetadas para incentivar um festim diário com a Palavra, uma prática que tem sido muito eficaz na manutenção da unidade em toda a Igreja. Todos os membros devem ter acesso ao *Manual de Estudo da Escola Sabatina*, do nível etário apropriado, publicado pela Conferência Geral e/ou pela Divisão. De igual modo, todos os dirigentes e dinamizadores devem ter acesso aos auxiliares preparados para as várias divisões da Escola Sabatina pela Conferência Geral e/ou pela Divisão.

Os dinamizadores devem ter pelo menos 30 minutos para recapitular a lição.

Recursos – Sobre recursos para a Escola Sabatina e Ministérios Pessoais, ver Nota nº 15, p. 243.

139

MINISTÉRIOS PESSOAIS

Os Ministérios Pessoais provêem recursos e preparam os membros para que unam os seus esforços com os do Pastor e dos oficiais no serviço de ganhar almas. Também têm a responsabilidade principal nos programas de assistência aos necessitados.

Conselho dos Ministérios Pessoais – O Conselho dos Ministérios Pessoais orienta os esforços evangelísticos (missionários) da igreja e trabalha sob a direção do Conselho de igreja. O Conselho dos Ministérios Pessoais deve reunir-se pelo menos uma vez por mês e deve ser constituído pelo Pastor, por um ancião, pelo tesoureiro e pelos diretores dos outros Departamentos e serviços auxiliares em funcionamento nessa congregação. O Conselho dos Ministérios Pessoais pode nomear subcomissões para tarefas especializadas. Todas as subcomissões respondem perante o Conselho dos Ministérios Pessoais. O Conselho e o diretor dos Ministérios Pessoais são responsáveis pela organização de ministérios de Pequenos Grupos.



Oficiais dos Ministérios Pessoais – A igreja elege os oficiais dos Ministérios Pessoais, incluindo o diretor, os vice-diretores (quando necessários) e o secretário.

O diretor prepara e dirige os membros no trabalho evangelístico (missionário) e preside ao Conselho dos Ministérios Pessoais. O diretor apresenta um relatório sobre todas as atividades evangelísticas (missionárias) da congregação, tanto no Sábado do culto mensal de trabalho evangelístico (missionário) da igreja como nas Reuniões Administrativas. Podem ser nomeados vice-diretores para coordenar a Escola Bíblica por Correspondência, o evangelismo bíblico, a distribuição de literatura, a Campanha das Missões (ou apelos equivalentes), o ministério dos Pequenos Grupos, a formação de membros e outros programas de conquista de almas.

O secretário atua como representante da Livraria para todos os Departamentos da igreja e coopera com o diretor no desenvolvimento dos programas evangelísticos (missionários) da igreja.

140

Homens Adventistas – Homens Adventistas é um grupo subsidiário do Departamento dos Ministérios Pessoais. Inclui atividades de pregação por leigos, ministério nas prisões e serviços comunitários.

Coordenador da Escola Bíblica – O coordenador da Escola Bíblica organiza e coordena o ministério missionário da Escola Bíblica da igreja junto da comunidade. O coordenador deve colaborar muito de perto com o Pastor, com o coordenador de interessados e com o diretor dos Ministérios Pessoais.

Diretor(a) dos Serviços Adventistas à Comunidade ou Diretor(a) da Sociedade de Dorcas – A igreja elege o(a) diretor(a) dos Serviços Adventistas à Comunidade, os(as) vice-diretores(as) (se necessários/as) e o secretário-tesoureiro (nalgumas áreas, os Serviços Adventistas à Comunidade são conhecidos como Sociedade de Dorcas). (Ver Nota nº 16, pp. 243 e 244.) Esta organização recolhe e prepara vestuário, alimentos e outras provisões para os necessitados e trabalha em estreita colaboração com os Homens Adventistas, com os diáconos e as



diaconisas e com outros Departamentos da igreja no trabalho junto da comunidade. O ministério dos Serviços Adventistas à Comunidade, ou Sociedade de Dorcas, inclui, porém, mais do que conceder ajuda material. Foca-se na identificação das necessidades e em responder com serviços baseados nessas necessidades específicas. Exemplos são: seminários de formação, desenvolvimento comunitário, visitação, aconselhamento e outros serviços importantes para a comunidade.

O diretor dos Serviços Adventistas à Comunidade ou da Sociedade de Dorcas é membro do Conselho dos Ministérios Pessoais e do Conselho de igreja.

Se a igreja tiver em funcionamento um Centro de Serviços à Comunidade, o Conselho dos Ministérios Pessoais é o seu Conselho Diretor. Este Conselho nomeia o diretor do centro, que é membro do dito Conselho, assim como do Conselho de igreja.

Recursos – Sobre recursos para a Escola Sabatina e os Ministérios Pessoais, ver Nota nº 15, p. 243.

141

ESCRITOS DO ESPÍRITO DE PROFECIA

As Escrituras testificam de que um dos dons do Espírito Santo é a profecia. Este dom é uma marca identificadora da Igreja remanescente, e acreditamos que ele foi manifestado no ministério de Ellen G. White. Os seus escritos falam com autoridade profética e provêem conforto, orientação, instrução e correção à Igreja. Eles também tornam claro que a Bíblia é o padrão pelo qual todos os ensinamentos e todas as experiências devem ser testados. (Núm. 12:6; II Cró. 20:20; Amós 3:7; Joel 2:28 e 29; At. 2:14-21; II Tim. 3:16 e 17; Heb. 1:1-3; Apoc. 12:17; 19:10; 22:8 e 9.)

Coordenador dos Escritos do Espírito de Profecia – A igreja elege um coordenador dos Escritos do Espírito de Profecia com a responsabilidade de promover a importância e o uso correto dos escritos do Espírito de Profecia, em colaboração com o coordenador dos Ministérios das Publicações.



MINISTÉRIOS DA MORDOMIA

Os Ministérios da Mordomia animam os membros a responderem à graça de Deus, dedicando-Lhe tudo o que têm. A responsabilidade da mordomia envolve mais do que simplesmente dinheiro. Inclui, sem se limitar a isso, o cuidado e o uso adequados do corpo, da mente, do tempo, dos talentos, dos dons espirituais, dos relacionamentos, da influência, da linguagem, do ambiente e das posses materiais. O Departamento presta assistência aos membros na parceria que estes estabelecem com Deus para terminar a Sua missão mediante uma utilização apropriada de todas as Suas dádivas e de todos os Seus recursos.

Quando o Espírito de Deus toma posse da vida, “aqueles cujo coração transborda com o amor de Cristo seguirão o exemplo d’Aquele que, por nos amar, Se tornou pobre, para que pela Sua pobreza enriquecêsemos. Dinheiro, tempo, influência – todos os dons que receberam das mãos de Deus – só serão apreciados quando forem usados como meio de fazer avançar a obra evangélica”. – Ellen G. White, *Atos dos Apóstolos*, p. 49, ed. P. SerVir.

142

Diretor dos Ministérios da Mordomia – O diretor dos Ministérios da Mordomia deve praticar os princípios da mordomia cristã e deve ter noção do ministério espiritual e financeiro da Igreja. O diretor trabalhará em cooperação com o Diretor dos Ministérios da Mordomia da Associação, com o Pastor e com o Conselho de igreja. O diretor atua como elo de ligação entre o Departamento dos Ministérios da Mordomia da Associação e a congregação.

Recursos – Sobre recursos para os Ministérios da Mordomia, ver Nota nº 17, p. 244.

MINISTÉRIOS DA MULHER

Os Ministérios da Mulher apoiam, animam e desafiam as mulheres na sua experiência diária como discípulas de Jesus Cristo e como membros da Sua Igreja.

Os seus objetivos são: promover o crescimento e a renovação espirituais; reafirmar que as mulheres são de valor inestimável em virtude



da sua criação e redenção; apetrechá-las para o serviço; e contribuir com perspectivas das mulheres para as questões da igreja; ministrar em favor do amplo espectro das necessidades das mulheres, tendo em conta as perspectivas multiculturais e multiétnicas; cooperar com outros Departamentos de modo a facilitar o ministério em favor das mulheres e os ministérios das mulheres; fomentar a boa vontade entre as mulheres de modo a encorajar o apoio mútuo e a troca criativa de ideias; aconselhar e encorajar as mulheres e criar vias para o seu envolvimento na igreja; e encontrar modos e meios de desafiar cada mulher a usar os seus dons para o avanço da missão global.

Diretora e Conselho dos Ministérios da Mulher – A diretora dos Ministérios da Mulher eleita desenvolve ministérios específicos para apoiar mulheres e apetrechá-las para o serviço. Atua como presidente do Conselho dos Ministérios da Mulher e estimula ideias e planos que maximizem a contribuição das mulheres para a missão da Igreja.

A diretora auxilia o Conselho de igreja a integrar atividades e programas para mulheres no programa mais amplo da igreja. Mantém a igreja informada da contribuição dos Ministérios da Mulher na vida da igreja. O elo de ligação da diretora para a obtenção de formação e material de recursos é a Diretora dos Ministérios da Mulher da Associação.

A diretora dos Ministérios da Mulher deve ser uma mulher sensível, atenciosa, com preocupação pelos ministérios e interesses das mulheres, com perspectivas equilibradas, com capacidade para encorajar outras mulheres a cultivarem os seus dons espirituais e com aptidão para trabalhar bem com mulheres na igreja, com o Pastor e com o Conselho de igreja.

O Conselho dos Ministérios da Mulher promove o ministério às mulheres na igreja. Este Conselho deve ser formado por pessoas interessadas no amplo espectro das necessidades e dos serviços das mulheres e por pessoas com variados talentos e experiência.

Recursos – Sobre os recursos para os Ministérios da Mulher, ver Nota nº 18, p. 244.

MINISTÉRIOS DA JUVENTUDE ADVENTISTA

As várias organizações da juventude da igreja devem trabalhar em



estreita ligação com o Departamento dos Ministérios da Juventude da Associação. A igreja trabalha em favor dos e com os seus jovens através dos Ministérios da Juventude Adventista (MJA). Sob os MJA, os jovens devem trabalhar juntos, em cooperação com a comunidade alargada da igreja, para o desenvolvimento de um forte ministério de jovens, o qual inclui o desenvolvimento espiritual, mental e físico de cada indivíduo, a interação social cristã e um programa ativo de testemunho, que dê apoio aos planos da igreja para a conquista de almas. Na busca pela promoção do discipulado, o objetivo dos MJA deve ser trazer todos os jovens para uma relação redentora com Cristo, edificá-los sobre a Palavra de Cristo para que eles reflitam um caráter semelhante ao de Cristo, formá-los no modo de servir a igreja e a comunidade usando os seus dons espirituais e enviá-los para alcançarem a comunidade no poder do Espírito Santo.

Missão dos MJA – Levar os jovens a um relacionamento salvador com Jesus Cristo e ajudá-los a aceitarem o Seu chamado ao discipulado.

Lema dos MJA – O amor de Cristo nos constrange.

Alvo dos MJA – A mensagem do Advento a todo o mundo nesta geração.

Promessa dos MJA – Por amor ao Senhor Jesus, eu prometo ser parte ativa no Ministério da Juventude da Igreja, fazendo tudo quanto puder para ajudar outros e para terminar a obra do Evangelho em todo o mundo.

O programa dos Ministérios da Juventude da Igreja compreende duas amplas categorias, nomeadamente: Juvenis (Tições: dos 6 aos 9 anos; Exploradores: dos 10 aos 15 anos) e Jovens (Companheiros: dos 16 aos 21 anos; Embaixadores: dos 22 aos 30+ anos; e Estudantes dos *Campi* Públicos: dos 16 aos 30+ anos). O Ministério dos *Campi* Públicos é um Ministério de Jovens porque cuida tanto dos Companheiros como dos Embaixadores nos *Campi* públicos.

Deus disse a Moisés: “E estas palavras, que hoje te ordeno, estarão no teu coração; e as intimarás aos teus filhos, e delas falarás assentado em tua casa, e andando pelo caminho, e deitando-te e levantando-te. Também as atarás por sinal na tua mão e te serão por testeeiras entre os teus olhos. E as escreverás nos umbrais da tua casa, e nas tuas portas” (Deut. 6:6-9).



O apóstolo Paulo acrescentou: “Ninguém despreze a tua mocidade; mas sê o exemplo dos fiéis, na palavra, no trato, no amor, no espírito, na fé, na pureza” (I Tim. 4:12).

“Temos hoje um exército de jovens que podem fazer muito, se forem apropriadamente dirigidos e animados. ... Queremos que eles sejam abençoados por Deus. Queremos que eles desempenhem uma parte em planos bem organizados para auxílio a outros jovens.” – *General Conference Bulletin*, 29 e 30 de jan. de 1893, p. 24.

“Quando os jovens entregam o coração a Deus, não cessa a nossa responsabilidade por eles. Devem ser levados a interessar-se pela obra do Senhor, e a ver que Ele espera que façam alguma coisa para o avanço da Sua causa. Não basta mostrar quanto precisa de ser feito, e insistir com a mocidade para participar. É mister ensinar-lhes a maneira de trabalhar para o Mestre. Devem ser instruídos, disciplinados, adestrados nos melhores métodos de ganhar almas para Cristo. Ensinem-nos a tentar, de forma calma e despretensiosa, auxiliar os seus jovens companheiros. Preparem-se sistematicamente vários ramos de trabalho missionário, nos quais eles possam tomar parte, e deem-se-lhes instrução e auxílio. Assim aprenderão a trabalhar para Deus.” – Ellen G. White, *Obreiros Evangélicos*, p. 210 (traduzido do original inglês).

“Com tal exército de obreiros como o que poderia fornecer a nossa juventude devidamente preparada, quão depressa a mensagem de um Salvador crucificado, ressuscitado e prestes a vir poderia ser levada ao mundo todo!” – Ellen G. White, *Mensagens aos Jovens*, p. 196.

Embora deva haver Ministérios da Juventude Adventista (MJA) ativos em todas as igrejas, é importante que o programa da juventude não esteja isolado do resto da igreja. Além da participação que têm nos MJA, os jovens devem ser integrados numa liderança responsável e em todas as linhas do trabalho da igreja. Como jovens anciãos, diáconos e diaconisas, por exemplo, os jovens podem colaborar e aprender com oficiais experientes.

“Para que a obra possa avançar em todos os ramos, Deus pede vigor, zelo e coragem próprios da juventude. Ele escolheu a juventude para ajudar no progresso da Sua causa. Planear com clareza de espírito e executar com mãos valorosas exige energias novas e não debilitadas. Homens e mulheres jovens são convidados a consagrar a Deus a força



da sua juventude, a fim de que, pelo exercício das suas faculdades, mediante vivacidade de pensamento e vigor de ação, possam glorificá-l'O e levar a salvação aos seus semelhantes.” – Ellen G. White, *Obreiros Evangélicos*, p. 67 (traduzido do original inglês).

Conselho dos Ministérios da Juventude Adventista – O Conselho dos Ministérios da Juventude Adventista é, na igreja, a organização tutelar para o planeamento geral do programa dos Ministérios da Juventude. Dele fazem parte os seguintes oficiais eleitos pela igreja: diretor dos Seniores (Embaixadores); diretor/coordenador dos Ministérios em *Campi* Públicos; diretor dos Companheiros; diretor dos Desbravadores (Exploradores); Diretor dos Tições; diretor dos Ministérios Pessoais; diretor da divisão dos Jovens da Escola Sabatina; diretor dos Ministérios das Crianças; diretor dos Ministérios da Saúde; diretor da escola da igreja; conselheiro MJA; e o Pastor.

146

O diretor dos Seniores (Embaixadores), o diretor dos Companheiros, o diretor dos Desbravadores (Exploradores), o diretor dos Tições e o diretor dos Ministérios em *Campus* Públicos são membros do Conselho de igreja.

Se, na igreja, não houver um ministério distinto de Companheiros ou de Seniores (Embaixadores), ou até ao momento em que estes sejam estabelecidos, o Conselho dos MJA fará planos para que o ministério dos jovens seniores (Embaixadores) inclua os dois grupos etários.

Naquelas partes do mundo em que não há um ministério dos Desbravadores (Exploradores) ou um ministério dos Tições, ou até ao momento em que estes sejam estabelecidos, o Conselho dos MJA fará planos tendo em vista a realização de atividades apropriadas para os juvenis.

O diretor dos MJA pode presidir ao Conselho dos MJA. O Conselho deve reunir-se consoante as necessidades, a fim de desenvolver objetivos e planos a curto e a longo prazos com vista a um ministério bem-sucedido. (Ver Nota nº 19, p. 245.)

Conselho dos Ministérios dos Jovens Seniores (Embaixadores) – O Conselho dos Ministérios dos Jovens Seniores (Embaixadores) é responsável pelas atividades da juventude senior e atua em coordenação com o Conselho dos Ministérios da Juventude Adventista.



A igreja elege os seguintes oficiais dos Ministérios dos Jovens Seniores (Embaixadores): diretor, vice-diretor, secretário-tesoureiro e diretor de música. Este grupo forma o núcleo do Conselho dos Ministérios dos Jovens Seniores (Embaixadores), que nomeia outros oficiais para as respectivas atividades. As igrejas locais são incentivadas a terem um Conselho de Jovens e a estabelecerem uma Sociedade de Jovens. As Sociedades de Jovens servem como fóruns onde são discutidos planos evangelísticos e questões ligadas aos jovens. A Sociedade de Jovens abrangerá os Companheiros, os Embaixadores e os Estudantes nos *Campi* públicos. Nestas reuniões da Sociedade de Jovens, os jovens que já têm profissão devem funcionar como mentores dos que são mais novos do que eles. O Conselho dos Ministérios dos Jovens Seniores (Embaixadores) dirigirá a Sociedade de Jovens.

Ministérios em Campus Públicos – Fortalecendo os Ministérios da Juventude da igreja, os Ministérios em *Campi* Públicos (MCP), em colaboração com o Ministério Adventista a Estudantes Universitários (AMiCUS), proporcionam visão e planejamento estratégico para o ministério em favor dos, e apoio para os, estudantes Adventistas do Sétimo Dia (com 16-30+ anos) que frequentam instituições de Ensino Superior não operadas pela Igreja Adventista do Sétimo Dia.

147

Diretor/Coordenador dos Ministérios em Campi Públicos – A igreja deveria indigitar um Diretor/Coordenador dos Ministérios em *Campi* Públicos para desenvolver um ministério intencional, com o propósito de cuidar das necessidades especiais dos estudantes do Ensino Superior nas instituições vizinhas não operadas pela Igreja Adventista do Sétimo Dia, e torná-los discípulos capazes de cumprir o objetivo, a missão, o mote e o alvo dos Ministérios da Juventude Adventista, com o apoio do Conselho dos Ministérios da Juventude Adventista. Cada igreja local pode adotar um ou dois *Campi* para apoiar os estudantes e os professores Adventistas na realização das suas obrigações missionárias e na promoção da sua educação ou da sua vida profissional.

Ministério dos Companheiros – O Ministério dos Companheiros providencia um programa especializado para responder às necessidades



dos jovens dos 16 aos 21 anos. Oferece organização e estrutura aos jovens nesta faixa etária, e promove o seu envolvimento ativo na igreja, local e globalmente. O ministério tem o propósito de fortalecer o atual ministério de jovens seniores (Embaixadores) da Igreja. Desafia-os a experimentarem e partilharem um relacionamento pessoal com Cristo; ajuda-os a desenvolverem um estilo de vida consistente com o sistema de crenças Adventista do Sétimo Dia; proporciona formação em diversas áreas de interesse vocacional; e proporciona-lhes um ambiente seguro para o desenvolvimento saudável de amizades duradouras. As suas atividades devem ser realizadas segundo as práticas da Associação e em coordenação com o Conselho dos MJA da igreja local.

Conselho dos Companheiros – O Conselho dos Companheiros é responsável pelas atividades e trabalha em coordenação com o Conselho dos Ministérios da Juventude Adventista (MJA).

A igreja elege os seguintes oficiais dos Companheiros: o diretor, o vice-diretor, o secretário-tesoureiro, o vice-secretário-tesoureiro, o diretor de música. Este grupo forma o Conselho dos Companheiros, que indigita outros oficiais para as suas respetivas atividades.

Clube de Desbravadores (Exploradores) – O Clube de Desbravadores (Exploradores) proporciona uma saída centrada na igreja para o espírito de aventura e exploração, no contexto do desenvolvimento espiritual e do ganho de almas, para as idades dos 10 aos 15 anos. As atividades são cuidadosamente planeadas, de forma a incluírem (mas sem se limitarem a) crescimento espiritual, capacidades de liderança, oportunidades de testemunho, discipulado, vida ao ar livre, exploração da Natureza, artes, passatempos ou especialidades.

Conselho de Desbravadores (Exploradores) – O diretor do Clube de Desbravadores (Exploradores) e os vice-diretores são indigitados pela igreja. Se forem eleitos dois vice-diretores, deve haver um rapaz e uma rapariga. Um dos vice-diretores pode também atuar como secretário e como tesoureiro do Clube.

Outros elementos do Clube de Desbravadores (Exploradores) poderão ser os instrutores das classes progressivas e de Natureza e os



conselheiros, sendo cada um deles responsável por uma unidade de seis a oito Desbravadores (Exploradores).

Encontram-se disponíveis recursos materiais junto do Diretor dos Ministérios da Juventude da Associação.

Todos os que estejam envolvidos em trabalho com crianças devem preencher os padrões e os requisitos legais e da Igreja, como sejam verificação de antecedentes ou certificação. Os dirigentes da igreja local devem consultar a Associação, a qual averiguará e aconselhará o que há de disponível e/ou de exigido quanto a verificação de antecedentes e certificação. (Ver Nota nº 8, pp. 240 e 241.)

Clube de Tições – O Clube de Tições oferece aos pais com filhos entre os seis e os nove anos programas para o lar e para a igreja. O Clube destina-se a estimular a curiosidade das crianças e inclui atividades específicas para a sua idade, envolvendo tanto os pais como a criança em atividades recreativas, artes simples, apreço pela criação divina e outras atividades que são interessantes para essa idade. Tudo é realizado com um foco espiritual, preparando o caminho para a participação na igreja como Desbravador (Explorador).

149

Conselho de Tições – A igreja elege o diretor do Clube e os seus associados. Outros membros dirigentes são escolhidos pelo pessoal administrativo do Clube.

Encontram-se disponíveis recursos materiais junto do Diretor dos Ministérios da Juventude da Associação.

Todos os que estejam envolvidos em trabalho com crianças devem preencher os padrões e os requisitos legais e da Igreja, como sejam verificação de antecedentes e/ou certificação. Os dirigentes da igreja local devem consultar a Associação, a qual averiguará e aconselhará o que há de disponível e/ou de exigido quanto a verificação de antecedentes e certificação. (Ver Nota nº 8, pp. 240 e 241.)

Oficiais da Juventude Adventista – Os diretores dos cinco Ministérios da Juventude devem dar o exemplo das graças cristãs e ter preocupação com a conquista de almas, além de um entusiasmo



contagante. Os cinco diretores são membros do Conselho de igreja. Ao ajudarem os jovens a trabalharem juntos e a aceitarem responsabilidades, os diretores ficarão em segundo plano – orientando, aconselhando e encorajando os jovens; ajudando-os a ganharem experiência e a terem a alegria dos resultados obtidos. Os diretores devem estudar o perfil da igreja no que respeita aos jovens e procurar envolver todos os jovens elegíveis nos Ministérios da Juventude Adventista.

Os diretores devem manter-se em contacto com o Pastor, com os respetivos conselheiros e com o Diretor dos Ministérios da Juventude da Associação, aproveitando as oportunidades para formação em serviço e levando o seu respetivo ministério a um relacionamento de colaboração com a igreja e com a Associação.

Os vice-diretores (se necessários) prestarão ajuda aos diretores e, sempre que os diretores estejam ausentes, desempenharão os deveres de liderança. Os Conselhos respetivos podem confiar responsabilidades adicionais aos vice-diretores.

150

Os secretários-tesoureiros conservarão um registo das atividades dos seus respetivos Ministérios, apresentarão relatórios mensais nos formulários fornecidos pelo Diretor dos Ministérios da Juventude da Associação e animarão os jovens a relatarem, no período dos dez minutos dos Ministérios Pessoais, as respetivas atividades de testemunho.

Os vice-secretários-tesoureiros respetivos (se necessários) prestarão ajuda no trabalho do secretário-tesoureiro, conforme lhes seja distribuído.

Conselheiro da Juventude Adventista – O conselheiro dos Ministérios da Juventude Adventista (MJA) pode ser um ancião ou outra pessoa pertencente ao Conselho de igreja que compreenda os objetivos dos MJA, que simpatize com os jovens e com o seu envolvimento nos Ministérios da igreja e que atue como um conselheiro valioso junto dos jovens. O conselheiro atua como um orientador ou conselheiro dos oficiais dos MJA e junta-se a eles regularmente nas reuniões do Conselho dos MJA.

O diretor do Ministério deve travar conhecimento com o Diretor dos Ministérios da Juventude da Associação, mantendo-o



informado de alterações no grupo de oficiais e de outros assuntos dos MJA. O conselheiro, juntamente com os oficiais dos MJA, deve assistir a programas de formação de jovens promovidos pela Associação, a fim de se manter informado sobre desenvolvimentos nos Ministérios da Juventude.

Por razões de continuidade, o conselheiro deve, se possível, cumprir vários mandatos.

Todos os que estejam envolvidos em trabalho com crianças devem preencher os padrões e os requisitos legais e da Igreja, como sejam verificação de antecedentes ou certificação. Os dirigentes da igreja local devem consultar a Associação, a qual averiguará e aconselhará o que há de disponível e/ou de exigido quanto a verificação de antecedentes e certificação. (Ver Nota nº 8, pp. 240 e 241.)

Recursos – Sobre recursos para os Ministérios da Juventude, ver Nota nº 20, p. 245.

CERIMÓNIA DE TOMADA DE POSSE

Todos os oficiais da igreja local que foram eleitos poderão ser incluídos numa cerimónia de tomada de posse dirigida por um Pastor com credencial ou autorização válidas. Se não houver um Pastor disponível, um ancião da igreja poderá dirigir a cerimónia destinada a oficiais que não sejam anciãos, diáconos e diaconisas. Se a igreja realizar uma cerimónia de tomada de posse para os oficiais eleitos, deverá incluir os diretores de todos os Departamentos e de outras Organizações.







CAPÍTULO 10

Eleições

A eleição dos oficiais da igreja, que vão desempenhar os seus deveres em espírito de oração, com seriedade e competência, é uma tarefa importante. Este capítulo explica o procedimento de eleição, desde a indigitação da Comissão de Nomeações até ao preenchimento de vagas entre eleições anuais.

COMISSÃO DE NOMEAÇÕES E PROCESSO DE ELEIÇÃO

Os oficiais de igreja são eleitos anualmente ou de dois em dois anos (ver p. 101) por uma Comissão de Nomeações indigitada. Em circunstâncias excecionais, e em consulta com a Associação, a duração dos mandatos pode ser estendida por mais um ano. Esta Comissão apresenta o seu relatório à igreja, a qual vota então os nomes apresentados. Este procedimento permite à igreja fazer, antes da eleição, um estudo cuidadoso de cada nome e evita o elemento competitivo que pode surgir quando as nomeações são feitas diretamente pela assistência.

A Comissão de Nomeações deverá analisar as necessidades da igreja e averiguar a aptidão dos membros para servirem nos diferentes cargos. Esta é mais uma razão para que os oficiais não sejam nomeados pela assistência ou por sufrágio geral.

A igreja pode decidir, baseada nas suas necessidades, que será melhor servida pela existência de uma Comissão de Nomeações permanente. Assim, pode nomear tal Comissão, que funcionará durante todo o ano, para proceder a nomeações para vagas emergentes ou para preencher posições regulares identificadas no *Manual da Igreja*.

O número de membros na Comissão de Nomeações irá de cinco membros, numa igreja pequena, até um número maior, numa igreja grande. O número a ser determinado é deixado ao critério de cada igreja e deve ser analisado pelo Conselho de igreja. Este apresentará



então uma recomendação adequada à igreja, usando um tempo mínimo durante a hora de culto no Sábado.

Quorum – O *quorum* para a Comissão de Nomeações pode ser determinado pela igreja na mesma ocasião em que é eleita a Comissão. (Ver pp. 176, 180.)

Quando e Como É Indigitada a Comissão de Nomeações – A Comissão de Nomeações deverá ser indigitada no início do último trimestre do ano eclesiástico e deve apresentar o seu relatório pelo menos três semanas antes do último Sábado desse ano, exceto no caso de uma Comissão de Nomeações permanente, que funciona durante todo o ano.

O Pastor, ou o dirigente distrital, ou, na ausência destes, o ancião, deve levar o assunto à atenção da igreja. Esta indigitará então uma Comissão Preparatória com a responsabilidade de nomear a Comissão de Nomeações. Esta Comissão Preparatória poderá ser escolhida de uma de duas maneiras:

1. Por nomeação direta, verbal ou escrita, da assistência. Se a nomeação for verbal, nenhum membro poderá nomear mais do que uma pessoa. É reprovável o esforço, por parte de um indivíduo ou de um pequeno grupo, de ditar a sua vontade a todo o conjunto dos membros. Devem ser feitos todos os esforços para garantir uma representação equitativa na composição da Comissão Preparatória. Tudo o que seja de natureza política deve ser evitado. O Pastor, ou o dirigente distrital, atuará como presidente da Comissão Preparatória. Se não tiver sido indigitado ainda um Pastor, ou um dirigente distrital, para servir como dirigente da igreja, o presidente desta Comissão Preparatória será indigitado de entre os membros da Comissão Preparatória pelo Conselho de igreja. O tamanho da Comissão Preparatória deve ser de cinco a sete membros mais do que o número dos membros do Conselho de igreja.

2. Por autorização da congregação conferida ao Conselho de igreja, juntamente com mais cinco a sete pessoas escolhidas pela congregação (ver parágrafo anterior), para atuar como Comissão Preparatória.



Se este método for adotado, o presidente do Conselho de igreja atuará como presidente da Comissão Preparatória (ver p. 42).

No caso de uma Comissão de Nomeações permanente, o Conselho de igreja pode preencher qualquer vaga entre os seus membros ou a Comissão Preparatória pode escolher nomear uma nova lista de membros para a Comissão de Nomeações, para serem eleitos pela igreja numa Reunião Administrativa.

Como Funciona o Processo – Os passos do processo de nomeações são:

1. A igreja, por meio de um dos dois métodos atrás mencionados, indigita por voto uma Comissão Preparatória.

2. A Comissão Preparatória recomenda à igreja nomes para a Comissão de Nomeações, com a recomendação de alguém para secretário. Devem ser feitos todos os esforços para garantir uma representação justa na composição da Comissão de Nomeações, representando-se um amplo espectro de grupos étnicos e ambos os gêneros, e impedindo-se que haja mais do que dois membros da mesma família imediata.

3. A igreja indigita, por voto, a Comissão de Nomeações e o respectivo secretário.

4. O Pastor, ou o dirigente distrital, é membro *ex officio* e atua como presidente da Comissão de Nomeações. No caso de o Pastor, ou de o dirigente distrital, decidir não atuar como presidente, ou se não tiver sido indigitado para a igreja nenhum Pastor ou dirigente distrital, a Comissão Preparatória deverá recomendar, de entre a Comissão de Nomeações proposta, o nome para atuar como presidente desta.

5. A Comissão de Nomeações reúne-se para preparar a lista de oficiais que apresentará à igreja para aprovação.

6. A igreja, por voto, indigita os oficiais para o(s) ano(s) que se segue(m), os quais continuam em funções até à sua resignação, substituição ou até ao começo do período de um novo mandato.

Quem Deve Ser Membro da Comissão de Nomeações – Devem ser escolhidos unicamente membros em situação regular para fazer parte



da Comissão de Nomeações. Devem ser pessoas de bom senso e com boa capacidade de avaliação, que se preocupam com o bem-estar e a prosperidade da igreja.

O Trabalho da Comissão de Nomeações – O presidente desta Comissão deve convocar uma reunião logo que possível após a sua eleição. Em espírito de fervorosa oração, a Comissão deve começar a preparar uma lista de nomeados para todos os cargos. Os nomeados devem ser membros em situação regular na igreja que os está a indigitar. A devolução fiel do dízimo é um pré-requisito para se ocupar um cargo na igreja. O Pastor ou o presidente da Comissão de Nomeações deve cooperar com o Tesoureiro para desenvolver um processo mediante o qual sejam nomeados apenas membros elegíveis para cargos na igreja. Isto deve ser feito de um modo que mantenha ao máximo a confidencialidade. A lista de nomeados será apresentada à igreja num culto de Sábado ou numa Reunião Administrativa especialmente convocada. Ao fazer as suas escolhas, a Comissão poderá aconselhar-se com outras pessoas que estejam bem informadas. Esta Comissão não nomeia nem o Pastor nem o(s) Pastor(es) Assistente(s), os quais são indigitados pela Associação.

156

A lista de oficiais a ser analisada pela Comissão de Nomeações poderá variar com o número de membros da igreja. Uma igreja maior pode decidir que precisa de mais oficiais. Uma igreja mais pequena pode ter menos. A Comissão ocupa-se de todas as posições de liderança, exceto as dos dinamizadores da Escola Sabatina, os quais são recomendados pelo Conselho da Escola Sabatina e aprovados pelo Conselho de igreja. Sobre uma lista de possíveis oficiais, ver Nota nº 1, pp. 245-247.

A Comissão de Nomeações Deve Obter o Assentimento dos Prováveis Oficiais – Depois de nomear pessoas que são membros fiéis e leais da igreja local, exceto quando a Associação tenha aprovado alguma exceção (ver p. 104, “A Atividade dos Anciãos É Local”), os membros da Comissão para isso escolhidos devem informar essas pessoas da respetiva nomeação e obter delas o assentimento para assumirem esse trabalho.



Os Membros Podem Comparecer perante a Comissão de Nomeações – Os membros de igreja que desejem comparecer perante a Comissão, a fim de apresentar sugestões ou objeções, devem ter oportunidade de o fazer. Depois de esses membros terem falado à Comissão e saído da sala, a Comissão deve analisar os comentários que fizeram e, em seguida, apresentará o seu relatório à igreja.

As Discussões na Comissão de Nomeações São Confidenciais – Todas as inquirições e discussões da Comissão são confidenciais. É uma violação da ética cristã e do espírito da regra áurea qualquer membro da Comissão dar a conhecer, fora da Comissão, qualquer informação pessoal ou sensível que ali tenha sido discutida. Qualquer infração a este respeito é motivo suficiente para que o membro em causa seja excluído da participação futura no trabalho de uma Comissão de Nomeações. Caso surja a necessidade de proceder a inquirições fora da Comissão, é o presidente quem as deve realizar.

Apresentação do Relatório à Igreja – O relatório da Comissão de Nomeações é apresentado à igreja em plenário e não ao Conselho de igreja, o qual não tem jurisdição neste processo. O relatório deve ser apresentado num culto de Sábado ou numa Reunião Administrativa especialmente convocada.

Quando a Comissão de Nomeações estiver preparada para apresentar o relatório, o presidente deve dirigir à igreja algumas observações apropriadas. Poderá ser distribuída aos membros uma cópia do relatório ou lida em voz alta pelo secretário da Comissão. O presidente deverá anunciar que a igreja votará o relatório uma ou duas semanas mais tarde.

Todos os membros devem votar na eleição de oficiais. A eleição faz-se por voto maioritário dos presentes e votantes.

Objeções ao Relatório da Comissão de Nomeações – Os membros de igreja podem fazer objeções ao relatório da Comissão e devem apresentá-las pessoalmente à Comissão antes da segunda leitura do relatório, marcando com o presidente da Comissão ou com o Pastor



uma reunião para o efeito. Ou, por ocasião da segunda leitura do relatório, um membro pode pedir que o relatório na totalidade seja devolvido sem discussão à Comissão para consideração mais aprofundada. O procedimento habitual é o presidente aceitar esse pedido. Contudo, se o pedido pessoal passar a proposta, esta não fica sujeita a debate e é decidida por voto maioritário.

O presidente deve anunciar quando e onde a Comissão se vai reunir para ouvir objeções. É nessa altura que os membros que tenham objeções, ou qualquer outro membro que deseje fazê-lo, devem comparecer perante a Comissão. Se a eleição tiver sido adiada devido a objeções, seria uma questão grave aqueles que as levantaram não comparecerem perante a Comissão.

Depois de dar a devida consideração às objeções apresentadas, a Comissão deve exercer o seu juízo e decidir se alguma mudança deve ou não ser feita na recomendação da Comissão à Reunião Administrativa da igreja. Quando o relatório voltar a ser apresentado, a igreja prossegue com a sua votação sobre o relatório da Comissão.

158

Nunca devem ser levantadas objeções triviais ou infundadas contra qualquer nome, mas, se houver razões sérias para que qualquer nomeação seja alterada, essas razões devem ser declaradas à Comissão de Nomeações.

Preenchimento de Vagas entre Nomeações – Se, durante o período do mandato, um cargo da igreja ficar vago devido a morte, destituição, renúncia ou qualquer outra razão, e não existe uma Comissão de Nomeações permanente para realizar as nomeações necessárias, o Conselho de igreja pode nomear um sucessor para preencher a vaga durante o restante período do mandato e submete essa nomeação à igreja para votação.

DELEGADOS À ASSEMBLEIA ADMINISTRATIVA DA ASSOCIAÇÃO LOCAL

Numa Associação, a autoridade administrativa emana dos seus membros. As igrejas da Associação elegem Delegados à Assembleia Administrativa da Associação, os quais as representam nas reuniões da



Assembleia. A Assembleia Administrativa da Associação elege os responsáveis da Associação; concede credenciais e autorizações (a menos que os Estatutos da Associação atribuam ao seu Conselho Diretor essa responsabilidade); faz alterações aos Estatutos e Regulamentos, se necessárias; e trata de outras questões administrativas. Um dos seus atos mais importantes é a eleição do Conselho Diretor, o qual atua, entre Assembleias, em representação dos membros. Este Conselho é investido com o poder e a autoridade por delegação de todas as igrejas da Associação.

Escolha dos Delegados – É plano de Deus que os membros escolhidos como Delegados sejam dignos de confiança, experimentados e provados, “capazes de raciocinar da causa para o efeito”, porque são eles que “devem fazer planos que serão adotados para o progresso da obra”. – Ellen G. White, *Testemunhos para a Igreja*, Vol. 9, p. 262.

O número de Delegados de cada igreja a uma Assembleia Administrativa da Associação é determinado pelos Estatutos da Associação. Quando chega o momento de escolher Delegados, o Pastor, ou o primeiro ancião em cooperação com o Pastor, apresenta o assunto à igreja. Poderá ser indigitada uma Comissão para nomear os Delegados, ou poderá ser pedido ao Conselho de igreja que os nomeie. Não deve ser permitido que nada de natureza política se intrometa nesta tarefa. Devem ser nomeados como Delegados homens e mulheres de comprovada piedade e lealdade e que tenham a possibilidade de estar presentes na Assembleia. (Ver p. 114.)

Quando a Comissão, ou o Conselho de igreja, tiver concluído o seu trabalho, apresenta à igreja o seu relatório com os nomes que propõe. A igreja então vota essas nomeações. Nenhum oficial da igreja é Delegado *ex officio*. Depois da eleição, o secretário da igreja preenche os formulários das credenciais dos Delegados e devolve-os ao Secretário da Associação. Os Delegados tornam-se nos representantes da igreja, unindo-se aos Delegados de outras igrejas para tratar de todas as questões administrativas que sejam trazidas à Assembleia Administrativa da Associação.

Os Delegados à Assembleia Administrativa de uma União são escolhidos pela Associação, e não pelas igrejas. Os Delegados à Assembleia



Administrativa da Conferência Geral são escolhidos pelas Divisões e pelas Uniões.

Dever dos Delegados – Os Delegados a uma Assembleia Administrativa da Associação não são escolhidos para representar meramente a igreja ou a Associação. Devem ver a obra como um todo, lembrando-se da responsabilidade que têm no bem-estar da obra mundial da Igreja. Não é permissível que as delegações de uma igreja ou Associação se organizem para dirigir, ou tentem dirigir, o sentido dos respetivos votos. Também não é permissível que os Delegados de uma igreja grande ou da Associação pretendam preeminência na direção dos assuntos numa Assembleia Administrativa da Associação. Cada Delegado deve estar aberto a receber a direção do Espírito Santo e a votar de acordo com as suas convicções pessoais. Qualquer oficial, ou dirigente, de igreja ou da Associação, que procure controlar os votos de um grupo de Delegados deve ser considerado desqualificado para o exercício de qualquer cargo.

160

Responsabilidade dos Oficiais da Associação – A igreja local não tem qualquer autoridade fora do conjunto dos seus membros. Ela une-se a outras igrejas da Associação para delegar autoridade e responsabilidade nos oficiais da Associação e no seu Conselho Diretor para a realização do trabalho da Associação entre Assembleias. Os oficiais da Associação respondem perante a Associação no seu todo e não perante qualquer igreja local.

Conselho Diretor da Associação – Os membros do Conselho Diretor da Associação são eleitos para representar o trabalho em toda a Associação, não o de uma igreja, Distrito ou instituição. Cada membro deve promover todos os interesses da obra em todas as partes do campo e tomar decisões unicamente após uma análise cuidadosa e em espírito de oração. As decisões do Conselho não devem ser controladas nem influenciadas por quaisquer igreja, grupo ou indivíduo.





CAPÍTULO 11

Serviços Religiosos e Outras Reuniões

PRINCÍPIOS GERAIS

O apóstolo João declarou que “os verdadeiros adoradores adorarão o Pai em espírito e em verdade; porque o Pai procura a tais que assim o adorem” (João 4:23).

“Embora Deus não habite em templos feitos por mãos humanas, Ele honra, com a Sua presença, as assembleias do Seu povo. Ele prometeu que, quando se reunissem para O buscar, reconhecendo os seus pecados, e para orarem uns pelos outros, reunir-Se-ia com eles por meio do Seu Espírito. Mas os que se reúnem para O adorar devem afastar de si tudo aquilo que é mau. A menos que O adorem em espírito e em verdade e na beleza da Sua santidade, o seu encontro não terá nenhum valor.” – Ellen G. White, *Profetas e Reis*, p. 31, ed. P. SerVir.

161

Propósito dos Serviços Religiosos e das Reuniões – O propósito de todos os serviços religiosos e reuniões é adorar Deus pela Sua obra criadora e pelos benefícios da Sua salvação; é compreender a Sua Palavra, os Seus ensinamentos e os Seus propósitos; é comungar em fé e amor; é testemunhar sobre a nossa fé pessoal no sacrifício expiatório de Cristo na cruz; e é aprender como cumprir a missão evangélica de fazer discípulos em todo o mundo (Mat. 28:19 e 20).

Reverência pela Casa de Culto – “Para a alma crente e humilde, a casa de Deus na Terra é a porta do Céu. Os cânticos de louvor, a oração, as palavras proferidas pelos embaixadores do Senhor são os meios que Deus proveu para preparar um povo para a Igreja lá do Alto, para aquele sublime culto de adoração no qual coisa nenhuma que contamine poderá ser admitida.

“Da santidade que estava ligada ao santuário terrestre, os Cristãos podem aprender como devem encarar o lugar onde o Senhor deseja



encontrar-Se com o Seu povo... Deus mesmo deu instruções para o Seu culto, elevando-o acima de tudo quanto é de natureza temporal.

“A casa é o santuário da família; e o aposento particular ou o bosque o lugar mais recôndito para a adoração individual; mas a igreja é o santuário da congregação. Deve haver normas quanto ao tempo, ao lugar e à maneira de adorar. Nada do que é sagrado, nada do que está ligado à adoração a Deus deve ser tratado com negligência ou indiferença.” – Ellen G. White, *Testemunhos para a Igreja*, Vol. 5, p. 491 (traduzido do original inglês).

Ensino de Reverência às Crianças – “Pais, exaltem o padrão do Cristianismo na mente dos vossos filhos; ajudem-nos a entretecerem a pessoa de Jesus na sua experiência pessoal; ensinem-nos a terem o maior respeito pela casa de Deus; e a compreenderem que, quando ali entram, devem fazê-lo com o coração abrandado e dominado por pensamentos como estes: ‘Deus está aqui; esta é a Sua casa. Devo ter pensamentos puros e os mais santos motivos. Não devo albergar no coração orgulho, inveja, ciúme, suspeita, ódio ou engano, porque estou a entrar na presença do Deus santo. Este é o lugar onde Deus vem encontrar-Se com o Seu povo e o abençoa. O Altíssimo e Santo, que habita na eternidade, vê-me, sonda o meu coração e lê os mais secretos pensamentos e atos da minha vida’.” – Ellen G. White, *Testemunhos para a Igreja*, Vol. 5, p. 494 (traduzido do original inglês).

162

Decoro e Silêncio no Lugar de Culto – “Quando os adoradores entram no local de reunião devem fazê-lo com decoro, dirigindo-se silenciosamente para os seus lugares... Conversas vulgares, sussurros e risos não devem ser permitidos na casa de adoração, nem antes nem depois do serviço religioso. Uma piedade ardente e ativa deve caracterizar os adoradores.

“Se alguns têm de esperar alguns minutos para o começo da reunião, mantenham eles um verdadeiro espírito de devoção mediante meditação silenciosa, elevando o coração em oração a Deus, a fim de que o serviço religioso possa ser especialmente benéfico para o seu coração e leve à convicção e à conversão de outras almas. Devem



lembrar-se de que estão presentes ali mensageiros do Céu... Se, ao entrarem na casa de adoração, as pessoas tiverem verdadeira reverência para com o Senhor, lembrando-se de que estão na Sua presença, haverá uma suave eloquência no silêncio. Os sussurros, risos e conversas, que não seriam pecado num lugar normal, não devem ser permitidos na casa onde Deus é adorado. A mente deve estar preparada para ouvir a Palavra de Deus, a fim de que esta possa exercer a devida influência e impressionar adequadamente o coração.” – Ellen G. White, *Testemunhos para a Igreja*, Vol. 5, p. 492 (traduzido do original inglês).

Hospitalidade – “Não vos esqueçais da hospitalidade, porque por ela, alguns, não o sabendo, hospedaram anjos” (Heb. 13:2). Todas as igrejas devem cultivar o espírito da hospitalidade, um elemento essencial da vida e da experiência cristãs. Nada é mais destruidor para a vida espiritual de uma igreja do que um ambiente formal e frio que exclui a hospitalidade e o companheirismo cristão. Rececionistas especialmente escolhidos devem dar cordialmente as boas-vindas às visitas, que também podem receber as boas-vindas no momento do culto solene.

163

LUGAR DA MÚSICA NO CULTO

O Poder da Música – “A música pode ser uma grande força para o bem, mas não aproveitamos ao máximo esse aspeto da adoração. O canto é feito, em geral, por impulso ou para atender a casos especiais, e, outras vezes, é permitido que os cantores continuem a cometer erros, e a música perde o devido efeito na mente dos presentes. A música deve ter beleza, emoção e poder. Ergam-se as vozes em hinos de louvor e devoção. Peçam a ajuda, se possível, de música instrumental e deixem ascender a Deus a gloriosa harmonia, como oferta aceitável.” – Ellen G. White, *Testemunhos para a Igreja*, Vol. 4, p. 71 (traduzido do original inglês).

Cantar com Espírito e Entendimento – “Nos seus esforços para alcançarem as pessoas, os mensageiros de Deus não devem seguir os métodos do mundo. Nas reuniões que realizam, não devem depender de cantores do mundo nem de exhibições teatrais para despertar o



interesse. Como é que se pode esperar que aqueles que não têm interesse na Palavra de Deus, que nunca leram a Sua Palavra com o sincero desejo de compreender as suas verdades, cantem com espírito e entendimento? ... Como pode o coro celestial tomar parte numa música que é apenas uma formalidade? ...

“Nem sempre o canto deve ser interpretado apenas por alguns. Sempre que possível, permita-se que toda a congregação participe.” – Ellen G. White, *Testemunhos para a Igreja*, Vol. 9, pp. 143 e 144 (traduzido do original inglês).

O PÚLPITO NÃO É UM FÓRUM

A Igreja não confere a nenhum Pastor, ancião ou outra pessoa o direito de fazer do púlpito um fórum para defesa de pontos controversos de doutrina ou de procedimentos da igreja.

Pôr à Prova Nova Luz – Os membros que pensam ter nova luz contrária aos pontos de vista estabelecidos da Igreja devem procurar conselho junto de dirigentes responsáveis.

“Existem mil tentações disfarçadas preparadas para os que têm a luz da verdade; e a única segurança para qualquer de nós está em não recebermos nenhuma nova doutrina, nenhuma interpretação nova das Escrituras sem antes as submeter à consideração de irmãos de experiência. Apresentem-na a eles, com espírito humilde e disposto a aprender, fazendo fervorosa oração; e, se eles não virem luz nisso, atendam ao seu juízo, porque ‘na multidão de conselheiros há segurança’. Prov. 11:14.” – Ellen G. White, *Testemunhos para a Igreja*, Vol. 5, p. 293. (Ver também Atos 15:1-32.)

Este plano foi seguido na Igreja Primitiva. Quando surgiu em Antioquia uma diferença de opinião sobre uma questão importante, os crentes enviaram representantes a Jerusalém para submeterem o assunto aos apóstolos e anciãos. Os crentes em Antioquia aceitaram jubilosamente a decisão do Concílio de Jerusalém, preservando dessa forma a unidade e o amor fraternal.

O conselho para que se ponha à prova a nova luz não deve ser considerado como desencorajando qualquer pessoa de estudar diligentemente



as Escrituras, mas, sim, como uma proteção contra a infiltração de falsas teorias e de doutrinas errôneas na Igreja. Deus quer que os Seus filhos investiguem fielmente a Sua Palavra em busca de luz e verdade, mas não deseja que eles sejam desviados por falsos ensinamentos.

“Vimos somente o cintilar da glória divina e da infinidade do conhecimento e da sabedoria; temos estado a trabalhar, por assim dizer, à superfície da mina, enquanto ricos veios de ouro estão mais abaixo, para recompensar aquele que cavar à sua procura. O poço da mina precisa de ser cada vez mais aprofundado, e maravilhosos tesouros serão o resultado. Através de uma fé correta, o conhecimento divino tornar-se-á conhecimento humano.” – Ellen G. White, *Parábolas de Jesus*, pp. 68 e 69, ed. P. SerVir.

“Sempre será revelada nova luz sobre a Palavra de Deus àquele que está em ligação viva com o Sol da Justiça. Ninguém deve chegar à conclusão de que não há mais verdade a ser revelada. Aquele que busca a verdade com diligência e oração encontrará preciosos raios de luz que ainda não brilham da Palavra de Deus. Ainda estão dispersas muitas joias, que devem ser reunidas para se tornarem propriedade do povo remanescente de Deus.” – Ellen G. White, *Conselhos sobre a Escola Sabatina*, p. 34 (traduzido do original inglês).

Quando irradia nova luz das páginas sagradas para recompensar o sincero indagador da verdade, essa luz não anula a antiga. Ao contrário, funde-se com a antiga, levando-a a brilhar mais intensamente com fulgor acrescido. Por conseguinte, “a vereda do justo é como a luz da aurora, que vai brilhando mais e mais, até ser dia perfeito” (Prov. 4:18).

Embora os filhos de Deus devam estar prontos a aceitar luz progressiva, ninguém deve dar ouvidos a qualquer voz, ainda que piedosa e plausível, que afaste das doutrinas fundamentais da Bíblia.

“Não devemos aceitar as palavras daqueles que vêm com uma mensagem que contradiz os pontos especiais da nossa fé. Eles acumulam uma grande quantidade de textos das Escrituras, e amontoam-nos como prova à volta das teorias que apregoam. Isto tem-se repetido vez após vez no decorrer dos últimos cinquenta anos. Embora as Escrituras sejam a Palavra de Deus, que deve ser respeitada, a aplicação das mesmas, se tal aplicação desviar um só pilar que seja dos



fundamentos que Deus manteve nestes cinquenta anos, é um erro grave. Aquele que as aplica dessa maneira desconhece a demonstração maravilhosa do Espírito Santo, que concedeu poder e força às antigas mensagens que chegaram ao povo de Deus.” – Ellen G. White, *Counsels to Writers and Editors*, p. 32.

A IMPORTÂNCIA DE MANTER A UNIDADE

É importante mantermos “a unidade da fé” (Efé. 4:13), e, de igual modo importante, procurarmos “guardar a unidade do Espírito pelo vínculo da paz” (versículo 3). Esta unidade requer que exerçamos cuidado e que busquemos aconselhamento junto dos líderes da igreja.

“Deus está a guiar um povo para fora do mundo, colocando-o sobre a exaltada plataforma da verdade eterna, os mandamentos de Deus e a fé de Jesus. Ele disciplinará e habilitará o Seu povo. Eles não estarão em divergência, um crendo uma coisa e outro tendo fé e opiniões inteiramente opostas, movendo-se cada um deles independentemente do conjunto. Por meio da diversidade dos dons e governos que Ele colocou na Igreja, todos chegarão à unidade da fé. Se alguém forma o seu próprio conceito de verdade bíblica sem ter em conta a opinião dos seus irmãos, e justifica o seu procedimento alegando que tem o direito de ter opiniões pessoais independentes, e depois as impõe aos outros, como pode estar a cumprir a oração de Cristo? ...

“Embora tenhamos uma obra individual e individual responsabilidade perante Deus, não devemos seguir o nosso próprio critério independente, sem tomar em consideração as opiniões e os sentimentos dos nossos irmãos, pois esse proceder provocaria desordem na Igreja. Os Ministros devem respeitar a opinião dos seus irmãos; mas as suas relações mútuas, assim como as doutrinas que ensinam, deveriam ser submetidas à prova da Lei e do testemunho; então, se os corações forem ensináveis, não haverá divisões entre nós. Alguns são inclinados a ser desordenados, e estão a apartar-se dos grandes marcos da fé; mas Deus está a atuar nos Seus Ministros para que sejam um na doutrina e no espírito.” – Ellen G. White, *Testemunhos para Ministros*, pp. 29 e 30 (traduzido do original inglês).

Tendo em conta estas considerações, é evidente que o púlpito deve ser reservado para a pregação das verdades da Palavra divina e para a



apresentação de planos e estratégias denominacionais para o avanço da obra de Deus, e não para pontos de vista e opiniões pessoais. (Ver pp. 164-166.)

Oradores Autorizados – Apenas oradores merecedores de confiança deverão ser convidados para o púlpito pelo Pastor da igreja local, em harmonia com as linhas orientadoras dadas pela Associação. (Ver “Termos Usados no Manual da Igreja”, pp. 21 e 22.) Os anciãos locais ou o Conselho de igreja podem também convidar oradores, em consulta com o Pastor e em harmonia com as linhas orientadoras da Associação. Indivíduos que já não são membros, ou que estão sob disciplina, não devem ter acesso ao púlpito.

Por vezes, é aceitável que membros do Governo ou dirigentes cívicos se dirijam a uma congregação, mas todos os demais devem ser excluídos do púlpito, a menos que lhes seja concedida autorização pela Associação. Todos os Pastores, anciãos e presidentes de Associação devem impor esta regra. (Ver pp. 164-166.)

167

A ESCOLA SABATINA E O CULTO SOLENE

Escola Sabatina – A Escola Sabatina, um dos nossos serviços religiosos mais importantes, é a igreja a estudar. Todos os Sábados, os nossos membros e milhares de amigos interessados reúnem-se na Escola Sabatina para estudar sistematicamente a Palavra de Deus. Todos os membros da igreja devem ser encorajados a assistir à Escola Sabatina e a trazer visitas.

Cada Escola Sabatina deve esforçar-se por proporcionar programas apropriados para as diversas faixas etárias. Encontram-se disponíveis materiais e recursos na Associação, na União e na Divisão.

A Escola Sabatina deve promover atividades missionárias locais e mundiais, a oferta para as missões e dedicar tempo significativo para o estudo da Bíblia. (Ver Nota nº 1, p. 247.)

Anúncios e Promoções Departamentais – Deve ser dada a maior atenção à extensão e ao tipo de anúncios e promoções departamentais feitos durante os serviços religiosos no dia de Sábado. Se tratam de



assuntos não especificamente ligados ao culto de Sábado ou ao trabalho da igreja, o Pastor e os oficiais devem excluí-los, mantendo, mesmo neste ponto, um espírito adequado de culto e de observância do Sábado.

Há muitas igrejas que publicam boletins impressos indicando a ordem do culto e também os anúncios da semana. Onde isto se faz, há pouca ou nenhuma necessidade de anúncios feitos oralmente. Onde isto não é feito, muitas igrejas fazem os anúncios antes de começar o serviço do culto. (Ver Nota nº 2, pp. 247 e 248.)

Também deve ser dada a devida atenção para que os vários Departamentos promovam os seus programas, mas deve exercer-se muito cuidado para salvaguardar o tempo necessário ao estudo e à pregação da Palavra de Deus.

O Culto Solene – O culto solene no dia de Sábado é a mais importante reunião da igreja. Semanalmente, é nesse momento que os membros se reúnem para, unidos, adorar Deus, num espírito de louvor e gratidão, para ouvir a Palavra de Deus, para obter forças e graça, a fim de enfrentar as lutas da vida e para conhecer a vontade de Deus a seu respeito no serviço de conquista de almas. O serviço deve caracterizar-se por reverência, simplicidade e pontualidade.

168

São Requeridos Aptidão, Estudo e Planejamento – “Não será vosso dever usar de aptidão, estudo e planejamento na questão da direção de reuniões religiosas – na forma como elas devem ser conduzidas, de modo que façam o maior bem, e deixem a melhor das impressões em todos os que a elas assistem?” – *Review and Herald*, 14 de abril de 1885.

“O nosso Deus é um Pai terno e misericordioso. O Seu serviço não deveria ser olhado como triste e penoso ao coração. Deveria ser um prazer adorar o Senhor e tomar parte na Sua obra. ... Cristo, e Ele crucificado, devia ser o tema de contemplação, de conversação e da nossa mais alegre emoção. ... Ao expressarmos a nossa gratidão, estamos a aproximar-nos do culto das hostes celestiais. ‘Aquele que oferece louvor glorifica’ Deus. Sal. 50:23. Vamos, pois, com reverente alegria, perante o nosso Criador, ‘com ação de graças e voz de melodia’. Isaiás



51:3.” – Ellen G. White, *O Caminho para a Esperança*, pp. 107 e 108, ed. P. SerVir.

Formato do Culto Solene – O culto solene de Sábado de manhã tem duas partes principais: a resposta da congregação em louvor e adoração, expressa em cânticos, orações e ofertas, e a mensagem da Palavra de Deus. (Ver Nota nº 3, pp. 248 e 249.)

Não há um formato estabelecido ou uma ordem estabelecida para o culto público. Uma ordem mais breve para o serviço é mais adequada ao verdadeiro espírito de adoração. Devem ser evitados longos preliminares. As atividades introdutórias não devem tomar tempo destinado à pregação da Palavra de Deus. (Sobre formatos sugeridos para o culto, ver Nota nº 2, pp. 247 e 248.)

Culto Missionário da Igreja – O primeiro Sábado de cada mês é o Sábado Missionário da Igreja. Este serviço de culto centra-se no evangelismo leigo e pode apresentar planos e atividades de vários Departamentos. “Deus confiou às nossas mãos uma obra por de mais sagrada, e necessitamos de nos reunir para receber instrução, a fim de estarmos habilitados a realizar essa obra.” – *Testemunhos para a Igreja*, Vol. 6, p. 32 (traduzido do original inglês). (Ver Nota nº 4, pp. 249 e 250.)

169

Oração Pública – “Cristo transmitiu aos Seus discípulos a ideia de que as suas orações deviam ser breves, exprimindo exatamente o que desejavam, e nada mais... Um ou dois minutos é tempo suficiente para qualquer oração habitual.” – Ellen G. White, *Testemunhos para a Igreja*, Vol. 2, p. 581 (traduzido do original inglês).

“Os que oram e falam devem pronunciar bem as palavras e falar com clareza, em tons claros e distintos. Quando feita no devido modo, a oração é uma força para o bem. É um dos meios empregados pelo Senhor para comunicar ao povo os preciosos tesouros da verdade. ... Que o povo de Deus aprenda a falar e a orar de maneira a representar devidamente as grandes verdades que possui. Os testemunhos dados e as orações feitas devem ser claros e distintos. Dessa forma, Deus será glorificado.” – Ellen G. White, *Testemunhos para a Igreja*, Vol. 6, p. 382.



Fornecimento de Literatura no Sábado – O Sábado é, geralmente, a ocasião oportuna para o secretário do Ministério Pessoal colocar literatura nas mãos dos membros. Devem ser evitados métodos objetáveis que desviem a atenção dos verdadeiros culto e reverência.

O SERVIÇO DA COMUNHÃO

Habitualmente, o serviço da Comunhão celebra-se uma vez por trimestre. O serviço inclui o rito do lava-pés, seguido da Santa Ceia. Esta deve ser, para a congregação, para o Pastor e para os anciãos, uma das ocasiões mais sagradas e jubilosas. O serviço tem normalmente lugar durante a hora do culto, mas pode ser marcado para outras ocasiões.

Rito do Lava-Pés – “Depois, tendo lavado os pés aos discípulos, disse: ‘Eu vos dei o exemplo, para que como eu vos fiz, façais vós também.’ Nestas palavras, Cristo não estava, apenas, a ordenar a prática da hospitalidade. Significavam mais do que lavar os pés dos hóspedes para remover o pó das viagens. Cristo estava aqui a instituir um serviço religioso. Por este ato do nosso Senhor, esta cerimónia ... tornou-se num ritual sagrado. Devia ser observado pelos discípulos, para que eles conservassem sempre em mente as Suas lições de humildade e serviço.

“Este ritual é a preparação indicada por Cristo para o serviço sacramental. Enquanto alimentarmos o orgulho, a desinteligência e a luta por superioridade, o coração não pode entrar em companheirismo com Cristo. Não estamos preparados para receber a comunhão do Seu corpo e do Seu sangue. Por isso Jesus indicou que se observasse primeiro o memorial da Sua humilhação.” – Ellen G. White, *O Desejado de Todas as Nações*, p. 595, ed. P. SerVir (2017).

No ato de lavar os pés aos discípulos, Cristo realizou uma purificação mais profunda, a de lavar do coração a mancha do pecado. Os comungantes sentem-se indignos de aceitar os sagrados emblemas antes de passarem pela experiência da purificação que os torna totalmente limpos (João 13:10). Jesus desejava “lavar do seu coração a discórdia, o ciúme e o orgulho. ... O orgulho e o interesse egoísta criaram dissensão e ódio, mas tudo isto Jesus lavou ao lavar-lhes os pés. ... Olhando



para eles, Jesus podia dizer: ‘Vós estais limpos’.” – Ellen G. White, *O Desejado de Todas as Nações*, pp. 593 e 594, ed. P. SerVir (2017).

A experiência espiritual que está no âmago do lava-pés ergue-o acima de uma prática vulgar para o tornar num rito sagrado. Transmite uma mensagem de perdão, aceitação, segurança e solidariedade, primeiramente de Cristo para o crente, mas também entre os próprios crentes. Esta mensagem exprime-se numa atmosfera de humildade.

A Santa Ceia – Os anjos declaram que Jesus, o Redentor deste mundo, é santo. De igual modo, são santos os símbolos que representam o Seu corpo e o Seu sangue. Uma vez que o próprio Senhor Jesus escolheu os símbolos profundamente significativos do pão sem fermento e do fruto da vide não fermentado e usou os meios mais simples para lavar os pés dos discípulos, deve haver a maior relutância na introdução de símbolos e meios alternativos, exceto em condições de emergência, para que se não perca o significado original deste serviço. Do mesmo modo, no desenrolar do serviço e nas funções tradicionais desempenhadas pelo Pastor, pelos anciãos, pelos diáconos e pelas diaconisas, deve haver cuidado para que a substituição e a inovação não tornem vulgar o que é sagrado.

171

O serviço da Santa Ceia é hoje tão sagrado como era quando instituído por Jesus Cristo. Jesus continua a estar presente quando este rito sagrado é celebrado. “É nestas ocasiões, indicadas por Ele mesmo, que Jesus Se encontra com o Seu povo, e o revigora pela Sua presença.” – Ellen G. White, *O Desejado de Todas as Nações*, p. 604, ed. P. SerVir (2017).

Pão sem Fermento e Vinho Não Fermentado (Sumo de Uva) – “Cristo está ainda à mesa em que fora posta a ceia pascal. Diante d’Ele estão os pães asmos usados na Páscoa. O vinho pascal, não afetado pela fermentação, está sobre a mesa. Jesus usa estes símbolos para representar o Seu próprio sacrifício imaculado. Nada que estivesse corrompido pela fermentação, símbolo do pecado e da morte, podia representar o ‘Cordeiro imaculado e incontaminado’. I Pedro 1:19.” – Ellen G. White, *O Desejado de Todas as Nações*, p. 600, ed. P. SerVir (2017).



Nem o vinho nem o pão continham elementos de fermentação porque, na véspera do primeiro dia da Páscoa hebraica, todo o fermento, ou fermentação, tinha sido retirado das suas casas (Êxo. 12:15, 19; 13:7). Por conseguinte, unicamente o sumo de uva não fermentado e o pão não levedado são apropriados para uso no serviço da Comunhão, e deve ser exercido grande cuidado para providenciar estes elementos. Em zonas isoladas, onde não se encontra sumo de uva ou de passas de uva, ou sumo concentrado, a sede da Associação dará conselhos ou assistência.

Um Memorial da Crucificação – “Quando recebemos o pão e o vinho simbolizando o corpo partido de Cristo e o Seu sangue derramado, em imaginação unimo-nos à cena da Comunhão no cenáculo. Parece-nos que estamos a atravessar o jardim consagrado pela agonia d’Aquele que levou sobre Si os pecados do mundo. Testemunhamos a luta mediante a qual foi obtida a nossa reconciliação com Deus. Cristo crucificado apresenta-Se entre nós.” – Ellen G. White, *O Desejado de Todas as Nações*, p. 606, ed. P. SerVir (2017).

172

Uma Proclamação da Segunda Vinda – “O serviço da Comunhão aponta para a Segunda Vinda de Cristo. Foi instituído para conservar viva esta esperança na mente dos discípulos. Sempre que se reunissem para comemorar a Sua morte, voltavam a contar como Ele, ‘tomando o cálice, e dando graças, deu-lho, dizendo: Bebei dele todos; porque isto é o meu sangue, o sangue do Novo Testamento, que é derramado por muitos, para remissão dos pecados. E digo-vos que, desde agora, não beberei deste fruto da vide até àquele dia em que o beba de novo convosco no reino do meu Pai’. Nos seus problemas, encontravam conforto na esperança da volta do seu Senhor. Para eles era particularmente especial o pensamento: ‘Todas as vezes que comerdes este pão e beberdes este cálice anunciais a morte do Senhor, até que venha.’ I Coríntios 11:26.” – Ellen G. White, *O Desejado de Todas as Nações*, p. 659 (traduzido do original inglês).

Anúncio do Serviço da Comunhão – O serviço da Comunhão pode apropriadamente ser incluído como parte de qualquer serviço de culto



cristão. Contudo, a fim de lhe dar a devida ênfase e de o tornar acessível ao maior número de membros, ele é normalmente parte do serviço de culto no penúltimo Sábado de cada trimestre.

No Sábado anterior, deve ser feito um anúncio do serviço, chamando a atenção para a importância do próximo serviço de Comunhão, de modo que todos os membros preparem o coração e corrijam quaisquer diferenças não resolvidas que tenham uns com os outros. Quando, no Sábado seguinte, se aproximam da mesa do Senhor, podem então receber a bênção envolvida. Os ausentes no dia do anúncio devem ser convidados também a participar.

Celebração do Serviço da Comunhão – *Duração do Serviço* – O tempo não é o fator mais significativo no serviço da Comunhão. No entanto, o número de participantes pode ser aumentado e o impacto espiritual ser melhorado, (1) se se eliminarem todos os elementos estranhos ao serviço de culto nesse dia solene; (2) se se evitarem demoras antes e depois do lava-pés; e (3) se as diaconisas tiverem preparado antecipadamente os símbolos na mesa da Comunhão.

173

Preliminares – A parte introdutória do serviço deve ser breve, incluindo apenas anúncios curtos, um hino, uma oração, a oferta e um breve sermão antes da separação para o lava-pés e o regresso para a Santa Ceia.

O Lava-pés – Cada igreja deve ter um plano para atender às necessidades dos seus membros para o serviço do lava-pés. (Ver Nota nº 5, p. 250.)

O Pão e o Vinho – A seguir ao lava-pés, a congregação reúne-se de novo para participar do pão e do vinho. (Ver Nota nº 6, pp. 250-252.)

Celebração – A Comunhão deve ser sempre uma experiência solene, nunca tristonha. Corrigiram-se erros, perdoaram-se pecados e a fé foi reafirmada. É tempo de celebração. A música deve ser vibrante e jubilosa. O serviço deve terminar com júbilo, com um número musical, por exemplo, ou com um cântico entoado pela congregação, seguindo-se a despedida.

À medida que a congregação vai saindo, pode levantar-se uma oferta destinada aos pobres. Esta oferta é realizada como um acréscimo às ofertas regulares e sistemáticas.



Depois do serviço, os diáconos e as diaconisas limpam a mesa, recolhem os utensílios e, respeitosamente, eliminam o pão e o vinho *abençoados* que sobraram. Em caso nenhum devem estes símbolos ser destinados a consumo ou a uso vulgar.

Quem Pode Participar – A Igreja pratica a “Comunhão aberta”. Podem participar todos os que dedicaram a vida ao Salvador. As crianças podem aprender o significado do serviço ao observarem outros participantes. Depois de terem tido instrução formal nas classes batismais e de terem feito a sua entrega a Jesus no batismo, elas estão, desse modo, preparadas para participar no serviço.

“O exemplo de Cristo proíbe que se exclua alguém da Ceia do Senhor. É verdade que o pecado conhecido exclui o culpado. O Espírito Santo ensina isto claramente (I Coríntios 5:11). Mas, para além disso, ninguém deve julgar. Deus não entregou a ninguém a responsabilidade de decidir quem poderá apresentar-se nessas ocasiões. Pois quem pode ler o coração? Quem é capaz de distinguir o joio do trigo? ‘Examine-se, pois, o homem a si mesmo, e assim coma deste pão e beba desse cálice.’ Pois ‘qualquer que comer este pão, ou beber o cálice do Senhor indignamente, será culpado do corpo e do sangue do Senhor’. ‘Porque o que come e bebe indignamente, come e bebe para sua própria condenação, não discernindo o corpo do Senhor.’ I Coríntios 11:28, 27, 29... Podem entrar pessoas que não são, no íntimo, servos da verdade e da santidade, mas que desejem tomar parte no serviço. Não devem ser proibidas. Há ali testemunhas que estiveram presentes quando Jesus lavou os pés dos discípulos e de Judas. Olhos mais do que humanos contemplam a cena.” – Ellen G. White, *O Desejado de Todas as Nações*, p. 603, ed. P. SerVir (2017).

Todos os Membros Devem Participar – “Ninguém se deve excluir da Comunhão por estar presente, talvez, alguém que seja indigno. Todo o discípulo é chamado a participar publicamente e a dar assim testemunho de que aceita Jesus como seu Salvador pessoal. É nestas ocasiões, indicadas por Ele mesmo, que Jesus Se encontra com o Seu povo, e o revigora pela Sua presença. Corações e mãos indignos



podem mesmo dirigir a cerimônia, mas Jesus está ali para ministrar aos Seus filhos. Todos os que ali chegam com a sua fé baseada n'Ele serão grandemente abençoados. Todos os que negligenciam esses períodos de privilégio divino serão prejudicados. Deles poder-se-ia dizer: 'Nem todos estais limpos' (João 13:11)." – Ellen G. White, *O Desejado de Todas as Nações*, p. 604, ed. P. SerVir (2017).

Quem Pode Dirigir o Serviço da Comunhão – O serviço da Comunhão deve ser dirigido por um Pastor Ordenado/Comissionado ou por um ancião ordenado. Os diáconos e as diaconisas não podem dirigir o serviço.

Comunhão para Quem Não Pode Estar Presente – Se alguns membros estiverem doentes ou, por quaisquer outras razões, não puderem estar presentes no serviço da Comunhão, o Pastor, ou um ancião, se possível acompanhado e assistido por um diácono ou por uma diaconisa, poderá dirigir um serviço especial nos lares desses membros.

175

REUNIÃO DE ORAÇÃO

As Reuniões de Oração Devem Ser Interessantes – “As reuniões de oração devem ser as mais interessantes a ser realizadas, mas são muitas vezes fracamente dirigidas. Muitos assistem às pregações, mas negligenciam as reuniões de oração. Nisso também se exige reflexão. Precisamos de buscar sabedoria de Deus, e de fazer planos para dirigir essas reuniões de maneira a torná-las interessantes e atrativas. As pessoas têm fome do pão da vida. Se o encontrarem na reunião de oração, ali irão para recebê-lo.

“Palestras e orações longas e fastidiosas são inadequadas em qualquer parte, e especialmente na reunião social [de oração]. É permitido aos que são desinibidos e que estão sempre prontos a falar que impeçam o testemunho dos tímidos e retraídos. Geralmente, os mais superficiais têm mais a dizer. As suas orações são longas e mecânicas. Cansam os anjos e as pessoas que os ouvem. As nossas orações devem ser breves e específicas. As petições longas e cansativas devem ser reservadas para o aposento particular, caso alguém queira fazer



uma oração desse tipo. Deixem que o Espírito de Deus entre no vosso coração, e Ele eliminará toda a árida formalidade.” – Ellen G. White, *Testemunhos para a Igreja*, Vol. 4, pp. 70 e 71 (traduzido do original inglês).

Devem ser feitos esforços acima do habitual para assegurar o sucesso da reunião de oração. A reunião deve começar a horas, mesmo que só estejam presentes duas ou três pessoas. Deve haver um breve estudo das Escrituras, ou uma leitura do Espírito de Profecia, de uns 15 a 20 minutos, seguido de orações, testemunhos e bênção final.

O plano da reunião deve variar de semana para semana.

Se os membros não puderem reunir-se no lugar habitual para a reunião de oração, reuniões feitas nos lares poderão trazer grande benefício.

REUNIÕES ADMINISTRATIVAS

Na estrutura da Igreja Adventista do Sétimo Dia, a igreja local atua segundo funções definidas. No contexto dessas funções, a Reunião Administrativa é a assembleia geral da igreja local. (Ver pp. 31 e 32.) Os membros em situação regular devem ser encorajados a estar presentes e têm direito a voto. Um membro sob censura não tem o direito de participar nem por voz nem por voto.

A Reunião Administrativa deve ser realizada pelo menos uma vez por ano. O Pastor, ou o Conselho, depois de consulta e do apoio do Pastor, convoca a reunião. As Reuniões Administrativas devem ser anunciadas uma ou duas semanas antes, num serviço de culto regular de Sábado, referindo-se em pormenor a hora e o local. O Pastor, um ancião convidado pelo Pastor, ou, nalguns casos, o Presidente da Associação, ou alguém por ele designado, atua como presidente da Reunião Administrativa.

Cada igreja decide qual o *quorum* necessário para as futuras reuniões.

Onde for autorizado pelo Conselho Diretor da Associação (que deve dar orientações sobre princípios básicos e soluções técnicas) e aprovado pela igreja, os membros podem participar em Assembleias Administrativas através de uma reunião eletrônica ou de outro Meio



de Comunicação semelhante, mediante o qual todas as pessoas que participem possam comunicar entre si ao mesmo tempo, sendo que a participação por estes meios será considerada como uma presença em pessoa em tal reunião. Não são permitidos votos por procuração nem por carta.

Os assuntos mais importantes devem ser decididos numa Reunião Administrativa regular ou especialmente convocada para o efeito.

A Reunião Administrativa tem autoridade sobre o Conselho de igreja e pode delegar nestas responsabilidades além das já atribuídas pelo *Manual da Igreja*. (Ver pp. 180-182.)

A agenda da Reunião Administrativa deve incluir relatórios sobre o trabalho da igreja. A agenda deve incluir, pelo menos uma vez por ano, relatórios sobre as atividades da igreja. Com base nesses relatórios, e a fim de obter aprovação, deve ser apresentada uma proposta de Plano de Ação, incluindo um orçamento anual, para o ano seguinte. Sempre que possível, os relatórios e os planos para o ano seguinte devem ser apresentados por escrito. (Ver Nota nº 7, pp. 252 e 253.)

A fim de manter um espírito de cooperação entre a igreja e a Associação, a igreja deve aconselhar-se com os Oficiais da Associação a respeito de todos os assuntos de maior importância.

177

Os Oficiais da Associação e da União (Presidente, Secretário e Tesoureiro), ou alguém por eles designado, podem assistir sem direito a voto (a menos que este lhe seja concedido pela igreja) a qualquer Reunião Administrativa de qualquer igreja no respetivo território. Não é exigida nenhuma decisão para conceder o direito de voto a qualquer daqueles Oficiais, se o mesmo já for membro dessa congregação.

O CONSELHO DE IGREJA E AS SUAS REUNIÕES

Definição e Função – Todas as igrejas devem ter um Conselho operativo, cujos membros tenham sido eleitos numa Reunião Administrativa da igreja. O seu principal objetivo é ter um plano ativo de discipulado em ação, o qual inclui o cuidado espiritual da igreja e o trabalho de planear e de promover o evangelismo.

Para além deste plano geral, o Conselho de Igreja deve garantir a proteção, a salvaguarda e o cuidado de todos os frequentadores da



igreja, promover a fidelidade aos ensinamentos bíblicos e sustentar os padrões cristãos na igreja, recomendar alterações na membresia da igreja, supervisionar as finanças da igreja e fazer a manutenção das propriedades da igreja.

O mandato evangélico de Jesus diz-nos que fazer discípulos, o que inclui batizar e ensinar, é a principal função da igreja (Mat. 28:18-20). Essa é também, por conseguinte, a principal função do Conselho de igreja, o qual serve como principal Comissão da igreja. Quando o Conselho dedica os seus primeiros interesses e as suas mais elevadas energias a envolver todos os membros na proclamação das boas-novas e em fazer discípulos, é atenuada ou evitada a maior parte dos problemas, fazendo-se sentir uma forte e positiva influência na vida espiritual e no desenvolvimento dos membros.

Cuidado Espiritual – O amor de Cristo pela Igreja deve ser manifestado dentro da Igreja pelos Seus seguidores. O verdadeiro discipulado envolve não só o ensino da Bíblia (Mat. 28:20), mas também um compromisso fervoroso de amar incondicionalmente os nossos companheiros de fé. Isto era o âmago da mensagem de Cristo para os Seus discípulos, ao enfrentar a cruz (João 15:9-13). A ordem de Cristo para eles aplica-se a nós: que “nos amemos uns aos outros”. A poderosa perspectiva de Ellen G. White sobre esta cena histórica continua a ser vital para nós: “Este amor é a prova do seu discipulado.” – Ellen G. White, *O Desejado de Todas as Nações*, p. 623, ed. P. SerVir (2017).

Fazer Discípulos – A missão da Igreja é fazer discípulos de Jesus Cristo, que vivem como Suas amoráveis testemunhas e proclamam a todas as pessoas o Evangelho eterno das Mensagens dos Três Anjos em preparação para o Seu iminente regresso (Mat. 28:18-20; At. 1:8; Apoc. 14:6-12). O propósito da Igreja como corpo de Cristo é fazer discípulos, de forma intencional, para que eles continuem num relacionamento frutífero e ativo com Cristo e com a Sua Igreja.

O discipulado baseia-se num relacionamento duradouro, para toda a vida, com Jesus. O crente dedica-se a “estar em Cristo” (João 15:8), a receber formação para ter um discipulado frutífero através da



partilha de Jesus com outras pessoas, assim como a levar outros membros a serem, também, discípulos fiéis.

A Igreja, individual e coletivamente, partilha a responsabilidade de garantir que cada membro de Igreja permanece como parte do corpo de Cristo.

Membros – O Conselho é eleito pelos membros de igreja na altura da eleição regular dos oficiais. (Ver p. 100.) Além dos Pastores nomeados pela Associação, a igreja deve eleger um Conselho representativo que inclua os seguintes oficiais:

Anciãos

Primeiro Diácono

Primeira Diaconisa

Tesoureiro

Secretário

Coordenador de Interessados

Diretor dos Serviços Adventistas à Comunidade ou da Sociedade de Dorcas

Coordenador dos Homens Adventistas

Diretor dos Ministérios Adventistas das Possibilidades

Diretor dos Ministérios da Juventude Adventista

Diretor do Clube de Tições

Diretor do Clube de Companheiros

Diretor do Clube de Desbravadores (Exploradores)

Diretor/Coordenador dos Ministérios em *Campi* Públicos

Diretor dos Jovens Seniores (Embaixadores)

Coordenador da Escola Bíblica

Diretor dos Ministérios das Crianças

Coordenador da Música da Igreja

Presidente do Conselho de Comunicação ou Secretário de Comunicação

Secretário de Educação/Diretor da Escola ou Professor Principal

Diretor dos Ministérios da Família

Diretor dos Ministérios da Saúde

Diretor da Associação Lar e Escola



Diretor e Secretário dos Ministérios Pessoais
Coordenador dos Ministérios das Publicações
Diretor da Liberdade Religiosa
Diretor da Escola Sabatina
Diretor dos Ministérios da Mordomia
Diretor/a dos Ministérios da Mulher

Nalguns casos, dependendo do número de membros de igreja, o Conselho pode não incluir todos os cargos desta lista ou pode incluir outros membros adicionais. O Pastor nomeado pela Associação para servir na igreja é sempre membro do Conselho de igreja.

Oficiais – O presidente do Conselho de igreja é o Pastor indigitado pela Associação. Se o Pastor preferir não atuar nessa capacidade ou se não lhe for possível estar presente, poderá providenciar para que um ancião dirija como presidente.

O secretário de igreja atua como secretário do Conselho e é responsável pelo registo, pela apresentação e pela conservação das atas das reuniões.

Reuniões – Visto o trabalho do Conselho de igreja ser vital para a vida, a saúde e o crescimento da igreja, é recomendável que se reúna pelo menos uma vez por mês, e com mais frequência, se necessário. É bom fixar a hora da reunião mensal para a mesma semana e o mesmo dia de cada mês.

A reunião do Conselho é anunciada no serviço regular de culto de Sábado, e todos os membros do Conselho devem estar presentes.

Cada igreja deve determinar numa Reunião Administrativa qual o número de membros do Conselho que devem estar presentes para haver *quorum* nas futuras reuniões. Quando tal for permitido pela lei local, os membros do Conselho podem participar em reuniões mediante uma reunião eletrônica, ou usando outro meio de comunicação semelhante, através da qual todas as pessoas que tomarem parte na reunião possam comunicar entre si ao mesmo tempo, e a participação recorrendo a tais meios será considerada como se fosse uma presença pessoal nessa reunião.

Não são permitidos votos por procuração nem por carta.



O Trabalho do Conselho de Igreja – O Conselho é responsável por:

1. Garantir que existe na igreja um plano ativo e permanente de discipulado, que inclui o cuidado espiritual e os ministérios de evangelismo. Este é o ponto mais importante a que o Conselho deve dar atenção.

2. Formar e educar todos os membros numa relação pessoal e dinâmica com Jesus Cristo; que inclua a oração, o estudo da Bíblia, a frequência à Escola Sabatina, o testemunho, o crescimento espiritual intencional e o uso dos seus talentos e dons espirituais na igreja e na Comunidade.

3. Estudar a lista de membros e pôr em prática planos para recuperar membros que se separaram da igreja. Uma igreja saudável desenvolve um plano de educação que equipa cada membro para se envolver no processo de discipular usando os seus talentos e dons espirituais. Para além disto, a igreja deveria criar uma estratégia para reter e recuperar antigos membros e membros inativos através de (1) um processo redentor regular de revisão da lista de membros e (2) através de um ministério de recuperação de membros.

4. Evangelizar o território missionário da igreja. Uma vez por trimestre uma reunião inteira deve ser dedicada a fazer planos para evangelismo. O Conselho deve analisar as recomendações da Associação para programas e métodos evangelísticos e para a sua implementação localmente. O Pastor e o Conselho devem iniciar e desenvolver planos para reuniões evangelísticas públicas.

5. Coordenar programas missionários para todos os Departamentos da igreja, embora cada Departamento desenvolva os seus planos missionários dentro da sua própria esfera. Para evitar os conflitos relativos ao momento de os pôr em prática, a competição para garantir voluntários e para conseguir os melhores resultados, a coordenação é essencial. Antes de completar e anunciar planos para qualquer programa, cada Departamento deve submeter os seus planos ao Conselho para aprovação. Os Departamentos também fazem um relatório ao Conselho sobre o progresso dos seus programas evangelísticos. O Conselho pode sugerir a forma como os programas departamentais podem contribuir para a preparação, para a condução e para o acompanhamento posterior de uma campanha evangelística pública.



6. Encorajar o Departamento dos Ministérios Pessoais a alistar todos os membros e crianças nalguma forma de trabalho missionário pessoal. Devem ser realizadas classes de formação em várias linhas de trabalho missionário.

7. Encorajar o coordenador de interessados a assegurar-se de que cada interessado seja pessoal e prontamente acompanhado por pessoas leigas designadas para isso.

8. Encorajar cada Departamento a relatar, pelo menos trimestralmente, ao Conselho e aos membros, numa Reunião Administrativa, ou em reunião de Sábado, o que diz respeito ao cuidado espiritual e ao evangelismo.

9. Receber regularmente os relatórios. O Conselho de igreja deve analisar os pormenores dos assuntos administrativos da igreja e receber regularmente os relatórios do tesoureiro sobre as finanças da igreja. Periodicamente, os outros oficiais da igreja devem apresentar relatórios da sua atuação.

10. Promover a Educação Adventista.

182

Comissões do Conselho de Igreja – O Conselho de igreja não deve consentir que outros assuntos interfiram com o planeamento do evangelismo. Caso outros assuntos ocupem demasiado tempo, o Conselho deve nomear Comissões para atender a áreas específicas da administração da igreja, como questões de finanças ou de projetos de construção. Caberá a essas Comissões fazer recomendações ao Conselho. (Ver Nota nº 8, p. 253.)

COMISSÃO DE FINANÇAS

Todas as igrejas devem ter um planeamento financeiro consultativo e um processo de orçamentação voltados para a missão e com uma base ampla, tendo uma estrutura de Comissão que pode dar uma análise pormenorizada do planeamento financeiro e da orçamentação em curso. Nalguns casos, isso pode tomar a forma de uma Comissão de Finanças. Noutros casos, em igrejas mais pequenas, este processo pode ser tratado diretamente pelo Conselho de igreja. Se a igreja estabelece uma Comissão separada para este propósito, as responsabilidades



devem incluir analisar os pedidos de orçamento e a análise do orçamento geral anual, assim como uma análise da posição financeira da igreja, indicada nas declarações financeiras. A aprovação do orçamento e a análise da declaração financeira devem, depois, ser recomendadas ao Conselho de igreja e avançar para a Reunião Administrativa da igreja, para implementação.

REUNIÕES DO CONSELHO ESCOLAR

A escola da igreja é normalmente supervisionada por um Conselho escolar da igreja. A igreja elege um presidente, que dirige as reuniões, e um secretário, que conserva as atas das reuniões e dos votos. Este Conselho deve reunir-se com regularidade. O presidente pode convocar reuniões especiais. Algumas igrejas preferem ter o Conselho de igreja, ou uma subcomissão do Conselho de igreja, a atuar também como Conselho escolar. (Ver também pp. 127-129.)

REUNIÕES DA ASSOCIAÇÃO LAR E ESCOLA

A Associação Lar e Escola deve reunir-se mensalmente e coordenar as atividades do lar, da escola e da igreja. Deve ser prestada atenção à educação dos pais, bem como auxiliar a escola a obter os recursos de que necessita, como sejam pais a colaborar nas salas de aulas, livros, materiais didáticos e equipamento. Há materiais auxiliares para dirigentes do Lar e Escola disponíveis no Departamento de Educação da Associação. (Ver também pp. 126 e 127.)

183

REUNIÕES DA JUVENTUDE

Os dirigentes dos vários grupos de jovens da igreja devem marcar reuniões regulares que envolvam os jovens da igreja em atividades com sentido, que os liguem mais intimamente à igreja e os preparem para serviço útil. (Ver também pp. 143-151.)

Reuniões dos Ministérios dos Jovens Seniores (Companheiros e Jovens Adultos [Embaixadores]) – As reuniões dos Ministérios dos Jovens Seniores (Embaixadores) devem ter lugar com regularidade e devem concentrar-se no desenvolvimento das características



espirituais, mentais e físicas da juventude da igreja. As reuniões também proporcionam interação social cristã e programas de testemunho, os quais apoiam os planos da igreja para a conquista de almas. Sobre recursos, ver Nota nº 9, p. 253.

Reuniões dos Ministérios em Campi Públicos – Onde a igreja tenha indigitado um diretor/coordenador dos Ministérios em *Campi Públicos*, devem ser organizadas reuniões para atender às necessidades especiais dos estudantes das instituições de Ensino Superior públicas, em consulta com e com o apoio do Conselho dos Ministérios da Juventude Adventista.

Reuniões dos Ministérios dos Juvenis (Tições e Desbravadores [Exploradores]) – As reuniões dos Ministérios dos Juvenis são semelhantes, no propósito, às dos Ministérios dos Jovens Seniores (Embaixadores), envolvendo, no entanto, os jovens mais novos. As reuniões do Clube de Tições providenciam programas para as crianças da pré-escola e do primeiro ciclo do Ensino Básico, a fim de complementar e fortalecer o envolvimento parental no desenvolvimento dos filhos na infância, enquanto as reuniões do Clube de Desbravadores (Exploradores) proporcionam atividades especializadas no interior e ao ar livre, para o desenvolvimento integral das crianças dos 10 aos 15 anos. As reuniões e outras atividades devem ser realizadas em harmonia com as normas da Associação indicadas nos manuais do Clube e em coordenação com outras Organizações da igreja relacionadas com os jovens e com a família.





CAPÍTULO 12

Finanças

O plano bíblico para sustento da obra de Deus é por meio dos dízimos e das ofertas do Seu povo. O Senhor diz: “Trazei todos os dízimos à casa do tesouro, para que haja mantimento na minha casa” (Mal. 3:10). A Igreja, desde os seus primeiros dias, tem seguido este plano.

A Bíblia e o Espírito de Profecia apresentam uma bela imagem da dádiva como parte do culto divino: “Cada um contribua segundo tiver proposto no coração, não com tristeza ou por necessidade; porque Deus ama a quem dá com alegria. Deus pode fazer-vos abundar em toda graça, a fim de que, tendo sempre, em tudo, ampla suficiência, superabundeis em toda boa obra” (II Coríntios 9:7 e 8).

“O sistema dos dízimos e das ofertas destinava-se a impressionar a mente dos homens com uma grande verdade – a verdade de que Deus é a fonte de todas as bênçãos sobre as Suas criaturas, e de que Ele tem direito à gratidão do Homem pelas boas dádivas da Sua providência.” – Ellen G. White, *Patriarcas e Profetas*, p. 531, ed. P. SerVir (2021).

“Os dízimos e ofertas trazidos a Deus são um reconhecimento do direito que Deus tem sobre nós pela criação, bem como o reconhecimento desse Seu mesmo direito pela nossa redenção. Pelo facto de que tudo o que temos provém de Cristo, tais ofertas devem fluir de nós para Deus. Devem lembrar-nos sempre do direito que a nossa redenção Lhe confere, o maior de todos os direitos, e que inclui todos os demais.” – Ellen G. White, *Testemunhos para a Igreja*, Vol. 6, p. 479.

“O dízimo é sagrado, reservado por Deus para Si mesmo. Tem de ser trazido ao Seu tesouro, para ser empregue em manter os obreiros do Evangelho no seu trabalho.” – Ellen G. White, *Testemunhos para a Igreja*, Vol. 9, p. 249.

“Ele deu ao Seu povo um plano para o levantamento de fundos suficientes para tornar o trabalho autossustentável. O plano divino do sistema do dízimo é belo na sua simplicidade e equidade. Todos podem



lançar mão dele com fé e ânimo, pois é divino na sua origem. Nele se aliam a simplicidade e a utilidade. ... Todo o homem, mulher e jovem podem tornar-se tesoureiros do Senhor e agentes para atender àquilo que é exigido ao tesouro. Diz o apóstolo: ‘Cada um de vós ponha de parte o que puder ajuntar, conforme a sua prosperidade’ (I Cor. 16:2).” – Ellen G. White, *Testemunhos para a Igreja*, Vol. 3, pp. 388 e 389.

“Deus tem feito depender a proclamação do Evangelho do trabalho e dos donativos do Seu povo. As ofertas voluntárias e os dízimos constituem o meio de manutenção da obra do Senhor. Dos bens confiados aos homens, Deus reclama uma parte – o dízimo. No entanto, deixa a todos a liberdade de decidirem se desejam, ou não, dar mais do que isso.” – Ellen G. White, *Atos dos Apóstolos*, p. 51, ed. P. SerVir.

“Fora o dízimo, o Senhor requer de nós as primícias de todas as nossas rendas, e isso para que a Sua obra na Terra possa ser amplamente custeada. [...] Se todos devolvessem fielmente os seus dízimos e devotassem ao Senhor as primícias das suas entradas, não escasseariam os fundos para a Sua obra.” – Ellen G. White, *Testemunhos para a Igreja*, CPB, 2004, Vol. 6, p. 384.

“Esta questão de doar não é deixada ao impulso. Deus deu-nos instruções bem definidas no tocante a ele. Ele especificou que o dízimo e as ofertas são a medida da nossa obrigação. E Ele deseja que possamos dar regularmente e sistematicamente. [...] Depois do dízimo ser posto de parte, que os dons e as ofertas possam ser na proporção ‘conforme a sua prosperidade’.” – Ellen G. White, *Review and Herald*, 9 de maio de 1893.

“Deus deu orientação especial quanto ao emprego do dízimo. Ele não quer que a Sua obra seja entravada por falta de meios. ... A porção que Deus reservou para Si não deve ser desviada para qualquer outro desígnio que não aquele por Ele especificado. Ninguém se sinta na liberdade de reter o dízimo, para empregá-lo segundo o seu juízo. Não devem servir-se dele numa emergência, nem usá-lo segundo lhes pareça justo, mesmo no que possam considerar obra do Senhor.” – Ellen G. White, *Testemunhos para a Igreja*, Vol. 9, p. 247.

“Se amamos Jesus, gostaremos de viver para Ele, de Lhe apresentar a nossa oferta de gratidão, de trabalhar para Ele.” – Ellen G. White, *Parábolas de Jesus*, Sabugo: Publicadora SerVir, 2018, p. 23.



“O nosso Pai Celeste não instituiu o plano da doação sistemática com o intuito de enriquecer, mas para que o mesmo fosse uma grande bênção para o ser humano. Ele viu que o referido sistema era exatamente o que o Homem necessitava.” – Ellen G. White, *Testemunhos para a Igreja*, CPB, 2006, Vol. 3, p. 404.

MORDOMIA

Os Cristãos são mordomos de Deus, a quem foram confiadas as Suas bênçãos e, como Seus associados, são responsáveis por gerir-las em harmonia com as Suas diretrizes e os Seus princípios. O conselho divino é que, como Seus mordomos, “cada um se ache fiel” (I Coríntios 4:2) e viva de acordo com a Sua vontade ao O adorarmos com a entrega plena de toda a nossa vida (Romanos 12:1-3; Gênesis 12:2 e 3). A mordomia cobre cada aspeto da vida e da experiência cristãs, incluindo a mordomia dos nossos meios financeiros. Ela abarca toda a família da Igreja e implica o nosso reconhecimento da soberania de Deus, da propriedade divina de todas as coisas e da concessão da Sua graça sobre o nosso coração.

187

Embora este aspeto da mordomia cristã tenha a ver com as nossas posses materiais, ele define, no entanto, a nossa experiência cristã. O Senhor requer de nós determinadas coisas, a fim de que Ele possa fazer determinadas coisas por nós. Em todas as áreas da nossa vida, Deus convida-nos a obedecer à Sua Palavra e, depois, a confiar nas Suas promessas. A nossa mordomia conscienciosa das bênçãos de Deus ajuda-nos a aumentar a nossa fé. Deus preordenou que, quando atuamos em harmonia com Ele nestas coisas, grandes bênçãos espirituais fluem para nós.

“Deus deseja que todos os Seus mordomos sejam exatos no seguir os planos divinos. Eles não os devem alterar para praticar alguns atos de caridade ou dar algum donativo ou alguma oferta quando e como eles, os agentes humanos, acharem oportuno. É uma prática lamentável da parte dos homens procurarem melhorar o plano de Deus, inventando expedientes, calculando médias dos seus bons impulsos sobre isto e aquilo, contrapondo-as às reivindicações divinas. Deus requer de todos que ponham a sua influência do lado do Seu próprio plano.” – Ellen G. White, *Testemunhos para a Igreja*, Vol. 9, p. 248.



DÍZIMO

Em reconhecimento pelo dom da salvação (Romanos 6:23; Efésios 2:8-10) e de acordo com o plano bíblico (Levítico 27:30), todos são encorajados a devolver fielmente o dízimo – um décimo dos seus ganhos ou do seu rendimento pessoal – à tesouraria da Denominação.

O dízimo não deve ser utilizado de maneira nenhuma pela igreja local, mas deve ser retido em custódia e enviado ao Tesoureiro da Associação. Desta forma, o dízimo de todas as igrejas flui para a Tesouraria da Associação, e percentagens do mesmo são remetidas para o nível administrativo imediatamente acima, de acordo com os Procedimentos Operacionais da Conferência Geral e da Divisão. Isto permite que a Igreja seja um movimento de criação de discípulos na suas regiões, cumprindo ativamente a sua missão de partilhar o Evangelho Eterno com o mundo todo em preparação para o iminente regresso de Cristo.

Estas normas foram desenvolvidas para recolha e distribuição de fundos em todo o mundo a fim de financiar a missão e as iniciativas evangelísticas e também para a gestão dos assuntos administrativos da Igreja. Os aspetos financeiros e administrativos da obra são de enorme importância. Não podem ser separados da proclamação da mensagem da salvação. São realmente parte integral da mesma.

Benevolência Sistemática e Unidade – A Palavra de Deus convida todos os crentes a serem fiéis e sistemáticos na sua devolução do dízimo e na sua entrega das ofertas. O plano financeiro da Igreja tem um propósito mais amplo do que aquele que se vê nos seus relatórios financeiros e estatísticos. O sistema de partilha de fundos com os Campos mundiais, tal como delineado pelos Procedimentos Operacionais (*Working Policy*) da Conferência Geral, preenche o maravilhoso propósito de unir o trabalho espiritual da Igreja em todo o mundo.

Como Deve Ser Usado o Dízimo – O dízimo é considerado sagrado para a obra do ministério, para o ensino da Bíblia e para apoiar a Administração da Associação no cuidado das igrejas e nos esforços missionários do campo. O dízimo não deve ser despendido noutros



trabalhos, no pagamento de dívidas institucionais ou da igreja, nem em programas de construção, exceto no que seja aprovado pelos Procedimentos Operacionais (*Working Policy*) da Conferência Geral. Para mais informação sobre o uso do dízimo, ver Nota nº 1, p. 253.

“Foi-me dada uma mensagem muito clara e definida para o nosso povo. É-me ordenado dizer-lhes que estão a cometer um erro em aplicar os dízimos para vários fins, os quais, embora bons em si mesmos, não são aquilo em que o Senhor disse que o dízimo deve ser aplicado. Os que assim o empregam estão a afastar-se do plano de Deus. Ele julgá-los-á por essas coisas.” – Ellen G. White, *Testemunhos para a Igreja*, Vol. 9, p. 248 (traduzido do original inglês).

Como Deve Ser Tratado o Dízimo – O dízimo pertence ao Senhor e deve ser entregue como um ato de adoração na Tesouraria da Associação através da igreja onde a pessoa é membro. Em caso de circunstâncias anormais, os membros devem consultar os Oficiais da Associação.

189

Oficiais da Igreja e da Associação Devem Dar o Exemplo – Espera-se que os anciãos e outros oficiais, bem como o Pastor e os funcionários institucionais e da Associação, deem bons exemplos de liderança na entrega do dízimo. Ninguém deve continuar como oficial da igreja ou como funcionário da Associação, se não estiver em conformidade com este padrão de liderança.

OFERTAS

Além do dízimo, as Escrituras salientam a nossa obrigação de trazer ofertas ao Senhor. Somos encorajados a oferecer alegremente e sistematicamente como ato de adoração por todas as bênçãos de Deus, grandes e pequenas. Dar ofertas é um ato de amável sacrifício e uma resposta de gratidão, seguindo as sugestões do Espírito Santo. Malaquias 3:8-12 alerta-nos contra retermos as ofertas e o dízimo e encoraja-nos com a promessa da bênção de Deus que será derramada em abundância. Desde os primeiros dias da Igreja, os crentes têm oferecido liberalmente ofertas que abençoaram e fizeram prosperar a obra de Deus.



A Igreja tem três Planos de Ofertas: O Plano de Ofertas Combinado, o Calendário de Ofertas e o Plano de Ofertas de Dádivas Pessoais. Cada Conselho Diretor de Divisão está autorizado a determinar que plano ou planos serão usados no seu território.

Ofertas Regulares e Sistemáticas – As ofertas regulares e sistemáticas são dadas após qualquer rendimento auferido ou aumento de bens (Provérbios 3:9) como ato de adoração, em reconhecimento pelas bênçãos de Deus. Elas representam uma proporção, escolhida pelo adorador, de qualquer rendimento ou aumento de bens (Deuteronômio 26:17; I Coríntios 16:2). A nossa expressão de adoração através da mordomia financeira começa com o ato de dizimar e com o apoio à Igreja através de ofertas regulares e sistemáticas. Os adoradores deveriam ser encorajados a distribuir as suas ofertas regulares e sistemáticas de modo a cobrirem equitativamente todas as necessidades da missão da Igreja, localmente, regionalmente e internacionalmente (Atos 1:8).

190

Onde é praticado o Plano de Ofertas Combinadas, os adoradores são encorajados a dar as suas ofertas regulares e sistemáticas como ofertas não atribuídas, que serão equitativamente distribuídas pela igreja segundo uma fórmula pré-definida, cobrindo assim todas as necessidades missionárias da Igreja, localmente, regionalmente e internacionalmente (Atos 1:8). Todas as ofertas não atribuídas, recolhidas em qualquer tempo e de qualquer modo, incluindo durante a Escola Sabatina, serão distribuídas segundo esta mesma fórmula.

“As igrejas mais sistemáticas e liberais em sustentar a causa de Deus são espiritualmente as mais prósperas.” – Ellen G. White, *Testemunhos para a Igreja*, CPB, 2006, vol. 3, p. 405.

“Se o Plano da Doação Sistemática fosse adotado por todo o indivíduo, sendo plenamente levado avante, haveria constante suprimento no tesouro. A renda fluiria para ele qual constante corrente, sem cessar, provida pelas fontes transbordantes da beneficência.” – Ellen G. White, *Testemunhos para a Igreja*, CPB, 2006, Vol. 3, p. 389.

Outras Ofertas – Podem ser necessárias, de tempos em tempos, outras ofertas para o trabalho missionário mundial e para projetos



locais. No entanto, tais ofertas devem ser limitadas para não prejudicar o propósito e o benefício de se promover a doação regular e sistemática. Quando tais ofertas são recolhidas, elas devem ser usadas para o propósito específico para o qual foram doadas. Essas ofertas devem ser promovidas e doadas para além da devolução regular do dízimo e das ofertas sistemáticas recolhidas através da igreja local. (Para mais informação sobre as ofertas recolhidas durante a Escola Sabatina, ver p. 115.)

Ofertas Especiais para os Campos – O suporte financeiro da obra mundial da Igreja assenta no sistema de orçamento. São atribuídas aos vários Campos dotações com base nas necessidades orçamentadas. Este é um método justo e equitativo de distribuição dos fundos.

Quando são feitos donativos especiais, fora do plano do orçamento regular, para um Campo em particular, cria-se uma disparidade em detrimento de outros Campos. Se esses donativos forem dados com o propósito de dar início a um novo trabalho, esse trabalho assim começado poderá definhir quando o donativo especial se esgotar, ou esse trabalho terá de ser incluído no orçamento para obter apoio no futuro. Desta forma, outros Campos, talvez com maiores necessidades, mas sem oportunidade de as tornar conhecidas, ficariam privados da sua parte equitativa dos fundos gerais, os quais teriam de ser desviados para esse trabalho começado por meio de donativos especiais.

A História tem comprovado a sabedoria de levar os membros a darem generosa e lealmente as suas ofertas e os seus donativos através dos canais regulares, sabendo que todos os Campos partilham dos benefícios das suas dádivas.

Assistência aos Pobres e Necessitados – Recolhem-se ofertas para os pobres e necessitados, com vista a dar assistência a membros que precisam de ajuda. Deve manter-se um fundo de reserva para esses casos de emergência. Além disso, a igreja deve assumir uma atitude benevolente para com todos os necessitados, podendo o Conselho de igreja fazer dotações desse fundo para apoio do trabalho de saúde e assistência junto de famílias na comunidade.



Orçamento da Igreja para Despesas Locais – O método mais satisfatório de provisão para despesas locais é o plano de orçamento. Antes do princípio do novo ano orçamental, o Conselho de igreja deve preparar um orçamento das despesas com atividades de igreja no ano que se avizinha. O orçamento deve inscrever todas as receitas e despesas, incluindo as relacionadas com todos os Departamentos. Deve providenciar para gastos previstos, como pagamento de serviços, seguros, manutenção, serviço de limpeza, fundos para os pobres e necessitados e despesas da escola da igreja. (Para um modelo de orçamento, ver Nota nº 2, pp. 253 e 254.)

O orçamento deve ser apresentado à igreja para análise e aprovação, e para que se façam planos garantindo que haverá fundos para equilibrar o orçamento durante o ano seguinte. Os fundos para atender ao orçamento de despesas da igreja podem ser recolhidos através de ofertas ou de contribuições. Os membros devem ser estimulados a apoiar a sua igreja local na proporção da sua situação financeira pessoal.

192

Anunciar Dízimos e Ofertas – Devolver o dízimo e dar ofertas é uma parte essencial do serviço de culto. Deve ser usado um grande cuidado no anúncio da recolha dos dízimos e das ofertas durante a Escola Sabatina, o culto divino e, se possível, fazê-lo através do boletim da igreja ou outras formas de comunicação usadas pela igreja. O anúncio deve promover os princípios da mordomia bíblica, incluindo o princípio de se ofertar como ato de culto, a ligação clara existente entre a doação e a missão, o valor de se dar de modo regular e sistemático e as maravilhosas bênçãos que resultam da fidelidade. Estão disponíveis recursos junto do Escritório da Missão Adventista e do Departamento de Mordomia da Associação local.

ACONSELHAMENTO FINANCEIRO EM GERAL

Regulamentação da Solicitação de Fundos – A solicitação de fundos rege-se pelas seguintes normas:

1. Nenhuma Associação, igreja ou instituição fará planos de trabalho que requeiram solicitação de fundos fora do seu próprio



território, sem primeiramente obter aconselhamento ou arranjo especial. Qualquer solicitação dentro do próprio território deverá estar em harmonia com os regulamentos locais, da União, da Divisão e da Conferência Geral. Não é concedida autoridade a nenhum funcionário denominacional que represente interesses especiais numa parte do campo para solicitar auxílio em qualquer outra parte do campo ou em qualquer outra Associação, sem acerto com e sem autorização escrita dos Oficiais da Associação onde a recolha de fundos deverá ter lugar.

2. Os seguintes princípios protegem as igrejas de solicitação não autorizada, fraudulenta e não-denominacional:

a. Os Pastores e oficiais de igreja não concederão o privilégio do púlpito para recolha de fundos a pessoas que não tenham sido reconhecidas ou recomendadas pela Associação. (Ver p. 167.) Nenhuma autorização será concedida para solicitação de fundos, quer publicamente quer em privado, sem esse reconhecimento.

b. Todos os fundos provenientes de contribuições para qualquer causa, em resposta a apelos, serão movimentados através dos canais regulares da igreja.

c. Os Oficiais da Associação e da igreja tomarão as medidas que venham a ser necessárias para impedir solicitações públicas não autorizadas ou ilegais.

3. Nenhuma campanha, além da Campanha Anual das Missões (ou equivalente), utilizando folhetos de apelo e recipientes com etiquetas de apelo autorizadas, será realizada para solicitação de dinheiro destinado a trabalho missionário, quer nacional quer no estrangeiro. As Uniões e Associações devem evitar a violação desta norma.

Métodos Questionáveis para Recolha de Fundos – A igreja local deve tomar uma posição firme contra métodos questionáveis de recolha de dinheiro.

“Para obtenção de dinheiro para fins religiosos, a que meios recorrem muitas igrejas? Bazares, jantares, quermesses e até a rifas e coisas semelhantes. Frequentemente, o lugar consagrado para o culto divino é profanado por festanças em que se come e bebe, compra e vende e as pessoas se divertem. O respeito pela casa de Deus e a reverência pelo



Seu culto são minimizados na mente dos jovens. Enfraquecem-se as barreiras do domínio próprio. O egoísmo, o apetite, o amor à ostentação são estimulados e fortalecidos na medida em que são praticados.” – Ellen G. White, *Testemunhos para a Igreja*, Vol. 9, p. 91.

“À medida que a obra de Deus se amplia, aparecerão pedidos de auxílio cada vez mais frequentemente. ... Se os professos Cristãos levassem fielmente a Deus os seus dízimos e ofertas, o tesouro divino estaria cheio. Não haveria então necessidade de recorrer a festas, rifas ou reuniões de divertimento, a fim de angariar fundos para manter a proclamação do Evangelho.” – Ellen G. White, *Atos dos Apóstolos*, pp. 238 e 239, ed. P. SerVir.

Dízimos e Ofertas Não São um Fundo de Reserva Pessoal – Os dízimos e as ofertas doados pelos membros à Igreja não criam um fundo de reserva para futuro benefício dos doadores. Esses fundos deverão ser aplicados nos propósitos normais para que foram dados.

194

Financiamento de Planos de Construção – As igrejas que ponderem a compra ou a construção de uma igreja ou de outros edifícios, ou que incorram em dívidas de qualquer tipo, devem aconselhar-se com os Oficiais da Associação antes de assumirem obrigações financeiras desse tipo. Na compra ou na construção de imóveis para a igreja, em caso nenhum serão assumidos compromissos ou iniciados trabalhos de construção sem ter sido dada autorização pelos Conselhos da Associação e da União. Estes Conselhos só darão a sua aprovação depois de se terem assegurado eles próprios de que os arranjos financeiros estão em conformidade com as normas estabelecidas. Ao prestar aconselhamento financeiro, o Conselho da Associação deve considerar o tamanho da congregação, a sua capacidade financeira e a localização do edifício.

Movimentação e Prestação de Contas dos Fundos – A recolha e a movimentação de fundos para a obra do Senhor são uma responsabilidade sagrada. O canal apropriado para a circulação destes fundos é, em primeiro lugar, dos membros para a igreja local, onde o tesoureiro



recebe os fundos. (Ver pp. 114-118.) O tesoureiro desembolsa fundos destinados a objetivos da igreja local. O tesoureiro conserva em custódia e passa para o Tesoureiro da Associação os fundos destinados à Associação ou a objetivos gerais. O tesoureiro da igreja local atua sob a direção do Conselho de igreja. Os tesoureiros, a qualquer nível (igreja local, Associação, União ou Divisão/Conferência Geral) não agem independentemente. Desembolsam fundos unicamente por voto ou autoridade dos Conselhos responsáveis.

Auditoria – Todos os livros de registos contabilísticos, desde os da igreja local até aos da Conferência Geral, estão sujeitos a verificação de contas por parte de auditores nomeados para o efeito. Esta regra, que também se aplica a todas as Instituições ligadas à Denominação, prevê o máximo de segurança na movimentação de fundos. (Ver p. 119.)

Transparência e Prestação de Contas – A igreja deve preparar relatórios trimestrais para serem apresentados aos membros de igreja. Estes relatórios devem incluir informação sobre a apropriada gestão de fundos, a adequada alocação de recursos para propósitos ligados à missão e testemunhos que destaquem o impacto das contribuições na promoção da missão da igreja. Além disto, a igreja deve apresentar um relatório anual que mostre a proporção da devolução sistemática do dízimo e da doação das ofertas.







CAPÍTULO 13

Normas de Vida Cristã

SUBLIME CHAMADO DE DEUS EM CRISTO JESUS

A vida do Cristão não é uma ligeira modificação ou melhoria, mas é uma completa transformação da natureza. Isto quer dizer morte para o eu e para o pecado e ressurreição para uma nova vida, como uma nova pessoa em Cristo Jesus.

O coração do Cristão torna-se, pela fé, no lugar de habitação de Cristo. Isto resulta de “contemplar Cristo, observar Cristo, tendo o nosso querido Salvador como o nosso melhor e honrado Amigo, a fim de que não O entristeçamos e ofendamos por qualquer ação”. – Ellen G. White, *Testemunhos para Ministros*, p. 387. Dessa forma, os Cristãos têm “a companhia da presença divina”, e, ao nos apercebermos dessa presença, “são os nossos pensamentos levados cativos a Jesus Cristo” (Ellen G. White, *Testemunhos para Ministros*, p. 388) e os nossos hábitos acomodados ao padrão divino.

Devemos ter em mente que “como escudo contra a tentação e como inspiração para a pureza e para a verdade, nenhuma outra influência pode igualar o sentimento da presença de Deus”. – Ellen G. White, *Educação*, p. 217, ed. P. SerVir.

“Nenhum aspeto da nossa conduta escapa à Sua observação. Não podemos esconder os nossos caminhos dos olhos do Altíssimo. ... Cada ato, cada palavra, cada pensamento, é tão distintamente notado, como se apenas houvesse uma pessoa no mundo inteiro, e a atenção do Céu estivesse centralizada nela.” – Ellen G. White, *Patriarcas e Profetas*, p. 206, ed. P. SerVir (2021).

O amor de Deus estende-se a toda a gente, e aos Seus filhos em particular. O Seu ouvido está sempre atento às súplicas do Seu povo, aqueles que se desviaram do mundo e se entregaram a Ele. Deste sagrado relacionamento brotam um respeito e uma reverência que se manifestam todos os dias e em todo o lugar.



Como Cristãos, somos membros da família real, filhos do Rei celestial. Por conseguinte, não devemos dizer qualquer palavra nem realizar qualquer ato que traga desonra ao “bom nome que sobre vós foi invocado” (Tiago 2:7). Somos reformadores. Em todos os aspetos da vida, “estudem cuidadosamente o caráter divino-humano, e perguntem-se constantemente: ‘O que faria Jesus no meu lugar?’ Esta deve ser a medida do nosso dever”. – Ellen G. White, *A Ciência do Bom Viver*, p. 377, ed. P. SerVir.

Através da Igreja remanescente, Deus vai demonstrar ao Universo inteiro que o Evangelho é adequado para salvar homens e mulheres do poder do pecado. Como membros dessa Igreja, devemos realçar uma vez mais os grandes padrões bíblicos e renovar a fidelidade a esses princípios dados por Deus. É nosso dever aproximarmo-nos desses elevados padrões da vida cristã e afastarmo-nos do mundo. Com esse objetivo, devemos dar ouvidos à admoestação do Senhor: “Não ameis o mundo, nem o que no mundo há. Se alguém ama o mundo, o amor do Pai não está nele” (I João 2:15).

ESTUDO DA BÍBLIA E ORAÇÃO

A vida espiritual é mantida pelo alimento espiritual. Devemos conservar o hábito do estudo devocional da Bíblia e da oração, se nos quisermos aperfeiçoar em santidade. Numa época em que somos inundados com comunicações vindas da página impressa, da Rádio, da Televisão, da Internet e de outros modernos Meios de Comunicação Social, quando milhares de vozes se querem fazer ouvir, devemos fechar os olhos e os ouvidos a muito do que procura entrar na nossa mente e dedicar-nos ao Livro de Deus, o Livro dos livros, o Livro da vida – a Bíblia. Se deixarmos de ser o povo do Livro, estamos perdidos e a nossa missão terá falhado. É unicamente na medida em que falamos com Deus diariamente em oração e em que damos ouvidos à Sua voz, que podemos ter a esperança de viver a vida que “está escondida com Cristo, em Deus” (Col. 3:3) e de terminar a Sua obra.

A oração é uma conversa em dois sentidos, na qual ouvimos Deus e falamos com Ele. “A oração é abrir o coração a Deus como a um



amigo.” “Mediante a oração sincera somos colocados em união com a mente do Infinito”, e “Sem oração incessante e vigilância diligente estamos em perigo de nos tornarmos cada vez mais descuidados e de nos desviarmos do caminho certo”. – Ellen G. White, *O Caminho para a Esperança*, pp. 95, 100, 97, ed. P. SerVir (2009).

O lar é a pedra angular da Igreja. Um lar cristão é uma casa de oração. “Pais e mães, por mais prementes que sejam os vossos afazeres, não deixem de reunir a vossa família em torno do altar de Deus. ... Os que querem viver uma vida paciente, amorável e feliz, devem orar.” – Ellen G. White, *A Ciência do Bom Viver*, p. 298, ed. P. SerVir.

RELACIONAMENTO COM A COMUNIDADE

Ainda que “a nossa cidade está nos céus, de onde também esperamos o Salvador, o Senhor Jesus Cristo” (Fil. 3:20), estamos ainda no mundo, como parte integrante da sociedade humana, e devemos partilhar com os nossos concidadãos certas responsabilidades nos problemas comuns da vida. Onde quer que vivamos, como filhos de Deus, devemos ser reconhecidos como cidadãos admiráveis pela nossa integridade cristã e pela nossa atuação para o bem comum.

Embora a nossa mais elevada responsabilidade seja para com a Igreja e a comissão evangélica, devemos apoiar com o nosso serviço e os nossos meios, tanto quanto seja possível e em consonância com as nossas crenças, esforços em favor da ordem e de melhoramentos sociais. Ainda que nos devam conservar afastados dos conflitos políticos e sociais, devemos manter sempre, com tranquilidade e firmeza, uma posição decidida e clara a favor da justiça e do direito nas questões cívicas, bem como uma adesão plena às nossas convicções religiosas. Cabe-nos a responsabilidade sagrada de sermos cidadãos leais das nações às quais pertencemos, dando “a César o que é de César, e a Deus o que é de Deus” (Mat. 22:21).

GUARDA DO SÁBADO

O Sábado é um testemunho do amor de Deus pela Humanidade. É um memorial do poder de Deus na criação original e é também um sinal do Seu poder para recriar e santificar a nossa vida (Eze. 20:12),



e a sua observância é uma evidência da nossa lealdade para com Ele e da nossa comunhão com Ele.

O Sábado tem um lugar especial na nossa vida. O sétimo dia da semana, do pôr-do-sol de sexta-feira ao pôr-do-sol de Sábado (Lev. 23:32), é uma dádiva de Deus, um sinal da Sua graça no tempo. É um privilégio, um encontro especial com Aquele que nos ama e a Quem nós amamos, um tempo sagrado posto de lado pela eterna Lei de Deus, um dia de deleite para adoração a Deus e para partilha uns com os outros (Isa. 58:13). É com alegria e gratidão que damos as boas-vindas ao Sábado.

“O Sábado, façam dele o mais agradável, o mais abençoado dia de toda a semana.” – Ellen G. White, *A Fé pela qual Eu Vivo*, p. 35 [MM 2006].

“O Sábado... é tempo que pertence a Deus, não a nós; quando o transgredimos, roubamos Deus... Deus deu-nos seis dias para fazermos o nosso trabalho e reservou apenas um para Si. Este deve ser um dia de bênçãos para nós – dia em que ponhamos de parte todas as nossas atividades seculares, e centralizemos os nossos pensamentos em Deus e no Céu...”

“Não devemos dizer aos nossos filhos que não devem estar alegres no Sábado, que é errado andar ao ar livre. Não! Cristo conduzia os discípulos para fora, para a beira do lago, no dia de Sábado, e ensinava-os. Os Seus sermões de Sábado nem sempre eram pregados em recintos fechados.” – Ellen G. White, *Nos Lugares Celestiais*, p. 149 [MM 2011], ed. P. SerVir.

“O amor de Deus pôs um limite às exigências do trabalho. Ele coloca a Sua mão misericordiosa sobre o Sábado. No Seu dia, preserva a oportunidade de a Família ter comunhão com Ele, com a Natureza e uns com os outros.” – Ellen G. White, *Educação*, p. 214, ed. P. SerVir.

As horas do Sábado pertencem a Deus e só para Ele devem ser usadas. A nossa satisfação pessoal, as nossas palavras, os nossos negócios e pensamentos não devem ter lugar na observância do dia do Senhor (Isa. 58:13). Reunamo-nos no círculo da família ao pôr-do-Sol e, com oração e cânticos, dêmos as boas-vindas ao Sábado, e terminemos o dia com oração e expressões de gratidão pelo Seu maravilhoso amor.



O Sábado é um dia especial para adoração nos nossos lares e igrejas, um dia de alegria para nós e para os nossos filhos, um dia em que podemos aprender mais de Deus mediante a Bíblia e o grandioso compêndio da Natureza. É uma ocasião para visitarmos os doentes e trabalharmos pela salvação de almas. Devemos pôr de lado os afazeres habituais dos seis dias de trabalho e não desempenhar nenhuma tarefa desnecessária. Não devemos consentir que os Meios de Comunicação seculares ocupem o nosso tempo no santo dia de Deus.

“O Sábado não se destina a ser um período de inútil inatividade. A Lei proíbe o trabalho secular no dia de repouso do Senhor; aquilo que constitui o ganha-pão deve cessar; nenhum trabalho que vise prazer ou proveitos mundanos é lícito nesse dia; mas, como Deus cessou o Seu labor de criar e repousou no Sábado e o abençoou, assim deve o Homem deixar as ocupações da vida diária e dedicar essas horas sagradas a um repouso saudável, ao culto e a boas obras.” – Ellen G. White, *O Desejado de Todas as Nações*, p. 175, ed. P. SerVir (2017).

Um programa de atividades de harmonia com o espírito da verdadeira guarda do Sábado fará deste dia abençoado o mais feliz e o melhor de toda a semana, tanto para nós próprios como para os nossos filhos – um verdadeiro antegoço do nosso descanso celestial.

201

REVERÊNCIA NO LUGAR DE CULTO

Os Cristãos que valorizam a onipotência de Deus, a Sua santidade e o Seu amor manifestarão sempre um espírito de profunda reverência para com Deus, a Sua Palavra e o culto de adoração que Lhe é dirigido. “A humildade e a reverência devem caracterizar o comportamento de todos os que vão à presença de Deus.” – Ellen G. White, *Patriarcas e Profetas*, p. 244, ed. P. SerVir (2021). Reconhecemos que “a hora e o lugar de oração são sagrados, porque Deus Se encontra ali”. – Ellen G. White, *Obreiros Evangélicos*, p. 178. Iremos à casa de culto, não de maneira negligente, mas em espírito de meditação e oração, evitando toda a conversação desnecessária.

Como pais, devemos instruir reverentemente os nossos filhos sobre como se devem comportar na “casa de Deus” (I Tim. 3:15). Uma instrução fiel e a disciplina dos jovens no lar, na Escola Sabatina e na



igreja, a respeito da reverência para com Deus e para com o Seu culto, farão muito para conservar a sua lealdade nos anos posteriores.

Os Pastores que sentem a santidade do serviço de Deus promovem reverência, simplicidade, boa ordem e decoro na igreja, tanto pelo seu exemplo como pela instrução e pela conduta no púlpito.

SAÚDE E TEMPERANÇA

O nosso corpo é o templo do Espírito Santo (I Cor. 6:19). “Tanto o vigor mental como o vigor espiritual estão num elevado grau, dependentes da força e da atividade físicas; tudo o que promova a saúde física promove também o desenvolvimento de uma mente forte e de um caráter bem equilibrado.” – Ellen G. White, *Educação*, p. 165, ed. P. SerVir.

Por este motivo, vivemos inteligentemente de acordo com princípios de saúde de exercício físico, respiração, luz solar, ar puro, uso de água, sono e descanso. Por convicção, escolhemos comer de forma saudável, vestir roupas adequadas, praticar higiene, procurar recreação apropriada e livremente seguir os princípios de saúde, domínio próprio e regime alimentar saudável. Por isso, abtemo-nos de todas as formas de álcool, tabaco e substâncias adictivas. Esforçamo-nos por preservar o nosso equilíbrio físico e psicológico, evitando qualquer excesso.

A reforma da saúde e o ensino sobre saúde e temperança são partes inseparáveis da mensagem da Igreja. Veio até nós instrução através da Mensageira do Senhor de “que os que estão a guardar os Seus mandamentos devem ser levados a ter um relacionamento sagrado com Ele e, por meio de temperança no comer e no beber, devem conservar a mente e o corpo na condição mais favorável para o serviço”. – Ellen G. White, *Conselhos sobre Saúde*, p. 132 (traduzido do original inglês). E ainda que “é desígnio do Senhor que a influência restauradora da reforma da saúde seja parte do último grande esforço para proclamar a mensagem do Evangelho”. – Ellen G. White, *Medicina e Salvação*, p. 259.

Pertencemos a Deus, corpo, alma e espírito. Por conseguinte, é nosso dever religioso observar as leis da saúde, tanto para nosso



próprio bem-estar e nossa própria felicidade como para prestarmos um serviço mais eficiente a Deus e à Sociedade. O apetite deve ser mantido sob controlo. Deus proveu uma abundante variedade de alimentos suficiente para satisfazer todas as necessidades nutricionais. “Frutas, cereais e verduras, preparados de maneira simples... juntamente com leite ou nata, fazem o mais saudável regime.” – Ellen G. White, *Conselhos sobre o Regime Alimentar*, p. 92.

Quando pomos em prática os princípios do viver saudável, não sentimos necessidade de estimulantes. A lei da Natureza proíbe que usemos substâncias intoxicantes e narcóticos de qualquer espécie. Desde os primeiros dias deste movimento que a abstinência do uso de álcool e tabaco tem sido uma condição para se ser membro da Igreja. (Ver pp. 66, 68, 89, 131, 232 e 233.)

Deus concedeu-nos uma grande luz sobre os princípios da saúde, e a investigação científica moderna tem confirmado abundantemente esses princípios.

VESTUÁRIO

203

Como Cristãos Adventistas do Sétimo Dia fomos chamados a sair do mundo. A nossa religião deve ter uma influência modeladora em todas as nossas atividades. Os nossos hábitos devem ter origem em princípios e não em exemplos do mundo. Costumes e modas podem mudar, mas os princípios de conduta correta permanecem os mesmos. Nos primeiros tempos da nossa história, Ellen G. White escreveu que o propósito do vestuário cristão é “proteger o povo de Deus da corruptora influência do mundo, bem como promover a saúde física e moral”. – Ellen G. White, *Testemunhos para a Igreja*, Vol. 4, p. 634. Ela aconselha também que devemos evitar exibição espalhafatosa e excessiva ornamentação, tendências e modas extremas, particularmente as que transgridem as leis da modéstia, e que as nossas roupas devem ser, sempre que possível, “de boa qualidade, de cores próprias e adequadas ao uso”, e não “para ostentação”. O nosso vestuário deve caracterizar-se por modéstia, “beleza”, “graça”, e pela “conveniência da simplicidade natural”. – Ellen G. White, *Mensagens aos Jovens*, pp. 351 e 352.



O povo de Deus deve contar-se sempre entre os conservadores na questão do vestuário, e não permitirá que “lhes preocupe a mente o problema do vestuário”. – Ellen G. White, *Evangelismo*, p. 273.

“Vestir-se com simplicidade e abster-se de ostentação de joias e ornamentos de toda a espécie está em harmonia com a nossa fé.” – Ellen G. White, *Testemunhos para a Igreja*, Vol. 3, p. 366. É claramente ensinado nas Escrituras que o uso de joias é contrário à vontade de Deus. O apóstolo Paulo admoesta-nos a vestirmo-nos “em traje honesto, com pudor e modéstia, não com tranças, ou com ouro, ou pérolas, ou vestidos preciosos” (I Tim. 2:9). O uso de ornamentos de joalheria é um convite à atenção e não se coaduna com a abnegação cristã. Nalguns países e Culturas, o costume do uso da aliança de casamento é considerado imperativo, tendo-se tornado, na mente das pessoas, num critério de virtude, pelo que não é considerado um ornamento. Nessas circunstâncias, não condenamos essa prática.

Lembremo-nos de que não é o adorno exterior que exprime o verdadeiro caráter cristão, mas “o homem encoberto no coração, no incorruptível trajo de um espírito manso e quieto, que é precioso diante de Deus” (I Pedro 3:3 e 4). Devemos evitar o uso de cosméticos contrários ao bom gosto e aos princípios da modéstia cristã.

Devemos manter o asseio e o comportamento cristão ao procurarmos permanentemente agradar e representar corretamente Cristo, nosso Senhor. Os pais cristãos devem, pelo exemplo, pela instrução e pela autoridade, levar os filhos e as filhas a vestirem-se modestamente e a ganharem, assim, o respeito e a confiança daqueles que os conhecem. Consideremo-nos a nós mesmos bem vestidos unicamente quando respeitamos os requisitos da modéstia, usando vestuário de bom gosto e conservador.

SIMPLICIDADE

A simplicidade tem sido uma característica fundamental da Igreja desde o seu início. Devemos continuar a ser um povo chamado a viver uma vida simples. O aumento da pompa na religião está sempre em paralelo com um declínio no poder espiritual. Assim como “a vida de Jesus apresentava um marcado contraste” em relação à



exibição e à ostentação do Seu tempo (Ellen G. White, *Educação*, p. 66, ed. P. SerVir), também a simplicidade e o poder da nossa mensagem devem estar em assinalado contraste com o exibicionismo mundano dos nossos dias. O Senhor condena “o dispêndio desnecessário e extravagante de dinheiro para satisfazer o orgulho e o amor da ostentação”. – Ellen G. White, *Testemunhos para Ministros*, p. 179. Em harmonia com estes princípios, simplicidade e economia devem caracterizar as nossas cerimônias de fim de curso, os nossos casamentos e todos os outros serviços da Igreja.

MEIOS DE COMUNICAÇÃO MODERNOS

Tal como o nosso corpo, também o nosso ser interior precisa de alimento saudável para renovação e fortalecimento (II Cor. 4:6). A nossa mente é a medida da nossa pessoa. O alimento para a mente é da máxima importância para o desenvolvimento do caráter e para o cumprimento dos objetivos da vida. Por esse motivo, devemos avaliar cuidadosamente os nossos hábitos mentais. O que escolhemos ler, ouvir e ver, seja nos livros ou nas revistas, seja na Rádio ou na Televisão, na Internet ou noutros Meios de Comunicação modernos, molda e influencia o nosso caráter.

205

Os livros e outra literatura contam-se entre os meios mais valiosos de educação e cultura, mas têm de ser bem escolhidos e corretamente utilizados. Existe grande abundância de boa literatura, mas, de igual modo, existe uma torrente de literatura, frequentemente disfarçada de maneira atrativa, a qual prejudica a mente e a moral. As histórias de aventuras extravagantes e de devassidão moral, sejam reais ou de ficção, como quer que sejam apresentadas, são impróprias para os Cristãos de qualquer idade.

“Os que condescendem com o hábito de como que ‘devorar’ uma história excitante estão simplesmente invalidando a sua força mental e inabilitando o espírito para o pensamento e a investigação vigorosos.” – Ellen G. White, *Conselhos aos Professores, Pais e Estudantes*, p. 120. Juntamente com outros resultados perniciosos do hábito da leitura de ficção, é-nos dito que esta “incapacita a alma para a contemplação dos grandes problemas do dever e do destino” e “cria um



desgosto [uma aversão] pelos deveres práticos da vida”. – Ellen G. White, *Conselhos aos Professores, Pais e Estudantes*, p. 344.

A Rádio, a Televisão e a Internet mudaram todo o ambiente do nosso mundo moderno e puseram-nos em fácil contacto com a vida, com o pensar e com as atividades de todo o Globo. Podem ser grandes agentes educacionais, através dos quais podemos ampliar o nosso conhecimento dos acontecimentos mundiais e assistir a importantes debates e ao melhor da Música.

Infelizmente, porém, os modernos Meios de Comunicação conseguem também trazer para as suas audiências apresentações quase contínuas de teatralidade e outras representações com influências que não são nem sãs nem enobrecedoras. Se não formos criteriosos, estes Meios trarão programas sórdidos diretamente para os nossos lares.

A segurança para nós próprios e para os nossos filhos encontra-se na determinação de seguir, com a ajuda de Deus, a admoestação do apóstolo Paulo: “Quanto ao mais... tudo o que é verdadeiro... honesto... justo... puro... amável... de boa fama, se há alguma virtude, e se há algum louvor, nisso pensai” (Fil. 4:8).

206

RECREAÇÃO E ENTRETENIMENTO

A recreação é um refrescar intencional das forças físicas e mentais. Uma mente vigorosa e saudável não requer diversão mundana, mas encontrará uma renovação de forças na boa recreação.

“Muitos dos divertimentos populares do mundo hoje, mesmo entre aqueles que dizem ser Cristãos, tendem para os mesmos fins que os dos pagãos. Em boa verdade, poucos há, entre eles, que Satanás não torne responsáveis pela destruição de almas. Por meio da representação teatral, ele tem agido durante séculos para despertar a paixão e glorificar o vício. Satanás usa a ópera, com a sua fascinante exibição e música sedutora, o baile de máscaras, a dança, o jogo, para derrubar as barreiras do princípio e abrir a porta à satisfação sensual. Em cada reunião onde é alimentado o orgulho e satisfeito o apetite, onde a pessoa é levada a esquecer-se de Deus e a perder de vista os interesses eternos, Satanás está a atar as suas correntes em redor da alma.” – Ellen G. White, *Patriarcas e Profetas*, p. 462, ed. P. SerVir (2021). (Ver pp. 232 e 233.)



Devemos evitar tudo o que dramatize, apresente graficamente ou sugira os pecados e crimes da Humanidade – homicídio, adultério, roubo e males similares, os quais, em grande medida, são responsáveis pelo desmoronar da moralidade. Em vez disso, devemos ter prazer no grande mundo da Natureza criada por Deus e no romance dos agentes humanos e das obras divinas.

As danças sociais são uma outra forma de diversão com uma má influência. “O divertimento da dança... é uma escola de depravação, uma terrível maldição para a Sociedade.” – Ellen G. White, *Mensagens aos Jovens*, p. 399. (Ver II Cor. 6:15-18; I João 2:15-17; Tiago 4:4; II Tim. 2:19-22; Efé. 5:8-11; Col. 3:5-10.)

A recreação é essencial. Mas, em vez de nos unirmos às multidões que são “mais amigos dos deleites do que amigos de Deus” (II Tim. 3:4), devemos esforçar-nos por fazer as nossas amizades e divertimentos centrados em Cristo e na Igreja.

MÚSICA

“Fazia-se com que a música servisse um santo propósito, de forma a erguer os pensamentos para aquilo que é puro, nobre e edificante, e despertar na alma devoção e gratidão para com Deus.” – Ellen G. White, *Patriarcas e Profetas*, p. 611, ed. P. SerVir (2021). Jesus “mantinha comunhão com o Céu através de cânticos”. – Ellen G. White, *O Desejado de Todas as Nações*, p. 54, ed. P. SerVir (2017).

A Música é uma das Artes mais sublimes. A boa música não só nos dá prazer como eleva a nossa mente e cultiva as nossas melhores qualidades. Deus recorreu com frequência a cânticos espirituais para tocar o coração de pecadores e levá-los ao arrependimento. Em contrapartida, a música degradada destrói a moralidade e afasta-nos do relacionamento com Deus.

Devemos exercer grande cuidado na escolha da música nos nossos lares, nas reuniões sociais, nas escolas e nas igrejas. Qualquer melodia que tenha alguma coisa em comum com o *jazz*, o *rock* ou formas híbridas com eles relacionados, ou qualquer letra que exprima sentimentos fúteis ou triviais, deve ser rejeitada. (Ver pp. 132, 206.)



CONCLUSÃO

Rodeados dos perigos dos últimos dias, tendo a responsabilidade de levar rapidamente ao mundo a última oferta de salvação, e estando perante um juízo que vai culminar com o estabelecimento da justiça universal, consagremo-nos de corpo, alma e espírito a Deus, determinados a manter os elevados padrões de vida que devem caracterizar aqueles que aguardam o regresso do seu Senhor.





CAPÍTULO 14

Casamento, Divórcio e Novo Casamento

RELACIONAMENTOS SOCIAIS

Deus concede-nos o instinto social para nosso prazer e benefício. “Mediante o contacto mútuo a mente é polida e refinada; por meio do intercâmbio social formam-se relações e amizades que dão em resultado uma unidade de coração e uma atmosfera de amor que são agradáveis aos olhos do Céu.” – Ellen G. White, *Testemunhos para a Igreja*, Vol. 6, p. 172.

O companheirismo respeitoso entre rapazes e raparigas é benéfico para ambos. Esse companheirismo deve ser conduzido num plano elevado e observando as convenções sociais que foram prescritas para nossa proteção. É propósito de Satanás perverter todas as coisas boas, e a perversão do melhor conduz frequentemente àquilo que é o pior.

Hoje em dia, os ideais que tornam esses relacionamentos sociais seguros e felizes estão a desmoronar-se a um ritmo alarmante. Sob a influência da paixão não controlada por princípios morais e religiosos, o convívio entre os sexos degenerou, em grande medida, em liberdade e permissividade, perversões sexuais, incesto e abuso sexual de crianças.

Milhões têm abandonado os padrões bíblicos de conduta e estão a trocar as sagradas experiências do casamento e da paternidade pelos frutos amargos e pesarosos do pecado. Estes males estão não só a destruir a estrutura familiar da Sociedade, mas a desagregação da família, por sua vez, promove e ocasiona estes e outros males. As consequências em vidas distorcidas de crianças e jovens são desoladoras. Os efeitos sobre a Sociedade são simultaneamente desastrosos e cumulativos.

Estes males tornaram-se mais visíveis e ameaçadores para os ideais e propósitos do lar cristão. O adultério, a pornografia, as agressões de todo o tipo (incluindo agressões sexuais dos cônjuges, de crianças e



de idosos), o incesto e as práticas homossexuais e lésbicas contam-se entre as perversões do plano original de Deus e revelam a ruína da Humanidade. Quando a intenção de passagens claras das Escrituras (ver Êxo. 20:14; Lev. 18:22, 29; 20:13; I Cor. 6:9; I Tim. 1:10; Rom. 1:20-32) é negada e as suas advertências são rejeitadas a favor de opiniões humanas, prevalecem muita incerteza e confusão. Desde tempos e civilizações antigas que o plano de Satanás tem sido sempre levar as pessoas a esquecerem-se de que Deus é o seu Criador e de que, quando Ele criou a Humanidade à Sua própria imagem, “macho e fêmea os criou” (Gén. 1:27).

Embora a Palavra de Deus nos alerte para os resultados degradantes da obsessão do mundo pelo sexo e pela procura de prazeres sensuais, Cristo veio destruir as obras de Satanás e restabelecer o relacionamento dos seres humanos com o seu Criador. Ainda que caídos em Adão e cativos do pecado, quando estamos em Cristo, recebemos pleno perdão e o direito de escolher de novo o melhor caminho para a renovação completa. Mediante a Cruz e o poder do Espírito Santo, todos podemos ser libertos das garras das práticas pecaminosas ao sermos restaurados à imagem do nosso Criador.

210

Como pais e guias espirituais dos jovens, devemos desenvolver uma compreensão compassiva para com os seus problemas, procurar providenciar-lhes um ambiente social cristão, e aproximar-nos espiritualmente deles de modo a podermos transmitir-lhes os ideais, a inspiração e o poder do Cristianismo.

Sejam quais forem os erros dos nossos pais ou dos nossos companheiros, é nossa responsabilidade e nosso privilégio conhecer e apegar-nos aos mais elevados ideais da varonilidade e da feminilidade cristãs. É possível formarmos um caráter cristão que nos protegerá contra o mal e que fará de nós influências enobrecedoras na Sociedade, através do estudo reverente da Bíblia, de uma familiaridade profunda com as obras da Natureza, da proteção rigorosa das capacidades sagradas do corpo, de um propósito diligente, de constância na oração e do ministério sincero e abnegado em favor dos outros.

As reuniões sociais, tanto para jovens como para adultos, devem ser ocasiões de agradável companheirismo e de melhoria das capacidades



da mente e da alma, e não de diversão superficial e leviana. Boa música, conversação elevada, boas recitações, projeções fixas ou animadas apropriadas, jogos cuidadosamente selecionados pelo seu valor educativo e, acima de tudo, a elaboração e a realização de planos de trabalho missionário serão uma bênção e um estímulo na vida de todos. O Departamento dos Ministérios da Juventude da Conferência Geral publicou informação e sugestões práticas muito úteis para a organização de reuniões sociais e para orientação noutros relacionamentos sociais.

Os nossos lares são, de longe, os melhores lugares para reuniões sociais. Nos grandes centros, onde seja impossível realizar reuniões deste tipo em lares e onde não haja um centro social nosso, devemos procurar um lugar livre de influências destrutivas das normas cristãs, de preferência a um lugar vulgarmente utilizado para diversões comerciais e desportos, como são os salões sociais e os ringues de patinagem, que poderão sugerir uma atmosfera contrária aos padrões cristãos.

ACOMPANHAMENTO DE JOVENS POR ADULTOS

Este acompanhamento, o feliz e cordial convívio entre os mais velhos e os mais novos, é uma das influências mais sadias na vida das crianças e dos jovens. “Há o risco de pais e professores... deixarem de se pôr suficientemente em relações sociais com os filhos ou alunos.” – Ellen G. White, *Conselhos aos Professores, Pais e Estudantes*, p. 68. É dever dos nossos lares, das escolas e de outras Instituições cuidar da moral e da reputação dos que nos são confiados. Como pais, devemos apoiar firmemente os regulamentos das Instituições que servem os nossos jovens e as nossas crianças, e instituir salvaguardas semelhantes nos nossos lares. A fim de tornar isto possível, devemos aprender como ser companheiros bem-vindos junto dos nossos filhos. No entanto, cabe principalmente aos próprios jovens fazer desta convivência um relacionamento feliz e digno.

NAMORO

O namoro é reconhecido como um período de preparação, durante o qual um homem e uma mulher, que se sentem já mutuamente



atraídos, se familiarizam mais um com o outro como preparação para o casamento futuro.

“Os que pensam casar-se devem ponderar cada sentimento e observar todas as manifestações do caráter da pessoa com quem pensam unir o destino da sua vida. Que cada passo em direção à aliança matrimonial seja caracterizado pela modéstia, pela simplicidade, pela sinceridade e por um propósito sincero de agradar a Deus e de O honrar. O casamento afeta a vida futura tanto neste mundo como no vindouro. Um Cristão sincero não fará planos que Deus não possa aprovar.” – Ellen G. White, *A Ciência do Bom Viver*, p. 271, ed. P. SerVir.

Não seguir estes princípios no namoro cristão pode conduzir a uma tragédia. A união entre marido e mulher em ideais e propósitos é um requisito para um lar feliz e bem-sucedido. As diferenças entre as partes a respeito de religião podem ensombrar a felicidade do lar e levar a confusão, perplexidade e fracasso na educação dos filhos. A Bíblia aconselha: “Não vos prendais a um jugo desigual com os infiéis” (II Cor. 6:14).

212

“O vínculo da família é o mais íntimo, o mais terno e sagrado de todos na Terra. Destinava-se a ser uma bênção para a Humanidade. E assim o é sempre que se entre para o pacto matrimonial inteligentemente, no temor de Deus, e tomando em devida consideração as suas responsabilidades.” – Ellen G. White, *O Lar Adventista*, p. 18 (tradução do original inglês).

A adoração a Deus, a guarda do Sábado, a recreação, o companheirismo, o uso de recursos financeiros e a educação dos filhos são componentes de relacionamentos familiares felizes. Dado que as divergências nestas áreas podem levar a uma deterioração desses relacionamentos, ao desânimo e até à perda completa da experiência cristã, uma preparação adequada para o casamento deve incluir aconselhamento pastoral pré-matrimonial nestas áreas.

“Andarão dois juntos, se não estiverem de acordo?” Amós 3:3. A felicidade e prosperidade da relação matrimonial depende da unidade dos cônjuges. Mas entre o crente e o descrente há uma diferença radical de gostos, inclinações e propósitos. Estão a servir dois senhores, entre os quais não pode haver concórdia. Por mais puros e corretos



que sejam os princípios de um, a influência de um companheiro ou de uma companheira incrédulos terá a tendência para afastar de Deus.” – Ellen G. White, *Patriarcas e Profetas*, p. 163, ed. P. SerVir (2021).

O Espírito de Profecia aconselha consistentemente contra o casamento entre “o crente e o descrente” e também adverte contra o unir-se a companheiros cristãos que “não aceitaram a verdade para este tempo”. – Ellen G. White, *Testemunhos para a Igreja*, Vol. 5, p. 364. Os casamentos têm mais probabilidades de perdurar, e a vida familiar de preencher o plano divino, se marido e mulher estiverem unidos e ligados por valores espirituais e estilos de vida comuns. Por estas razões, a Igreja desaconselha fortemente o casamento entre um Adventista do Sétimo Dia e um membro de outra religião e insiste firmemente com os seus Pastores para que não realizem esses casamentos.

A Igreja reconhece que é prerrogativa de cada membro individual tomar a decisão final relativa à escolha de um cônjuge. Contudo, a Igreja espera que, caso o membro escolha um cônjuge que não é membro da Igreja, o casal compreenda e tenha em consideração que não deve esperar que o Pastor Adventista do Sétimo Dia, que assumiu o compromisso de defender os princípios atrás delineados, realize esse casamento.

Se algum membro se envolver num casamento assim, a igreja deve demonstrar amor e solicitude com o propósito de encorajar o casal no sentido de uma completa união em Cristo.

ACONSELHAMENTO/FORMAÇÃO PRÉ-MATRIMONIAL

Considerando que o casamento é a relação mais importante e desafiadora de todas, o/a aconselhamento/formação pré-matrimonial é concebido/a para ajudar os casais que planeiam casar a prepararem-se para este importante passo na sua vida. O principal propósito do/a aconselhamento/formação pré-matrimonial é preparar os casais para os desafios que enfrentarão na vida matrimonial. O/A aconselhamento/formação pré-matrimonial também deve fortalecer e aperfeiçoar a felicidade futura dos casais e reduzir o potencial rácio de divórcio. O/A aconselhamento/formação pré-matrimonial deve ser realizado/a por um conselheiro profissional ou por indivíduos especificamente



formados para o efeito, incluindo líderes espirituais especialmente formados tendo em vista esse fim. (Para informação mais detalhada sobre o/a Aconselhamento/Formação Pré-matrimonial, veja o *Manual do Ancião*.)

CASAMENTO

O casamento é uma instituição divina estabelecida pelo próprio Deus antes da Queda, quando tudo, incluindo o casamento, era “muito bom” (Gén. 1:31). “Portanto, deixará o varão o seu pai e a sua mãe, e apegar-se-á à sua mulher, e serão ambos uma carne” (Gén. 2:24). “Deus celebrou o primeiro casamento. Assim esta instituição tem como seu Originador o Criador do Universo. ‘Venerado seja... o matrimónio’ (Heb. 13:4); foi esta uma das primeiras dádivas de Deus ao Homem, e é uma das duas instituições que, depois da Queda, Adão levou consigo para fora das portas do Paraíso.” – Ellen G. White, *O Lar Cristão*, p. 22, ed. P. SerVir.

214

Era intenção de Deus que o casamento de Adão e Eva fosse o modelo para todos os casamentos futuros, e Cristo apoiou este conceito original: “Não tendes lido que aquele que os fez, no princípio, macho e fêmea os fez, e disse: Portanto, deixará o homem pai e mãe, e se unirá a sua mulher, e serão dois numa só carne? Assim, não são mais dois, mas uma só carne. Portanto, o que Deus ajuntou, não o separe o homem” (Mat. 19:4-6). O casamento, deste modo instituído por Deus, é uma relação monógama, heterossexual, entre um homem e uma mulher.

Como tal, o casamento é um compromisso público, legalmente válido e vitalício de um homem e de uma mulher um para com o outro e do casal para com Deus (Marcos 10:2-9; Rom. 7:2). Paulo indica que o compromisso que Cristo tem para com a Igreja é um modelo do relacionamento entre marido e mulher (Efé. 5:31 e 32). Deus queria que o casamento fosse tão permanente como o relacionamento de Cristo com a Igreja.

A intimidade sexual dentro do casamento é uma dádiva sagrada de Deus à família humana. É parte integrante do casamento, e reservada unicamente para o casamento (Gén. 2:24; Prov. 5:5-20). Esta



intimidade, planeada para ser partilhada exclusivamente entre marido e mulher, promove uma proximidade crescente, felicidade e segurança, e providencia a perpetuação da raça humana.

A unidade no casamento alcança-se mediante o respeito e o amor mútuos. Ninguém é superior (Efé. 5:21-28). “O casamento, uma união vitalícia, é símbolo da união entre Cristo e a Sua Igreja. O espírito que Cristo manifesta para com a Igreja é o que marido e mulher devem manifestar um para com o outro.” – Ellen G. White, *Testemunhos para a Igreja*, Vol. 7, p. 46. A Palavra de Deus condena a violência nos relacionamentos pessoais (Gén. 6:11, 13; Sal. 11:5; Isa. 58:4 e 5; Rom. 13:10; Gál. 5:19-21). O espírito de Cristo é amar e aceitar, procurar fortalecer e erguer os outros, em vez de os maltratar ou rebaixar (Rom. 12:10; 14:19; Efé. 4:26; 5:28 e 29; Col. 3:8-14; I Tes. 5:11). Entre os seguidores de Cristo, não há lugar para controlo tirânico e para abusos de poder (Mat. 20:25-28; Efé. 6:4). A violência no contexto do casamento e da família é abominável (ver *O Lar Cristão*, p. 328, ed. P. SerVir).

“Nem o marido nem a mulher devem tentar dominar. O Senhor estabeleceu o princípio que deve orientar neste assunto. O marido deve amar a mulher como Cristo amou a Igreja. E a mulher deve respeitar e amar o marido. Ambos devem cultivar o espírito de cortesia, resolvidos a nunca ofender ou prejudicar o outro.” – Ellen G. White, *Testemunhos para a Igreja*, Vol. 7, p. 47.

A entrada do pecado afetou adversamente o casamento. Quando Adão e Eva pecaram, perderam a unidade que tinham conhecido com Deus e um com o outro (Gén. 3:6-24). O seu relacionamento ficou marcado pelo sentimento de culpa, vergonha, acusação e dor. Onde quer que o pecado reine, os seus tristes efeitos sobre o casamento incluem alienação, infidelidade, negligência, maus-tratos, perversão sexual, domínio de um cônjuge pelo outro, violência, separação, deserção e divórcio.

Casamentos que envolvam mais do que um marido e uma mulher também são uma expressão dos efeitos do pecado sobre a instituição do casamento. Esses casamentos, embora praticados nos tempos do Velho Testamento, não estão em harmonia com o desígnio divino. O



plano de Deus para o casamento requer que o Seu povo vá além dos costumes da cultura popular que estejam em conflito com o ponto de vista bíblico.

O conceito cristão de casamento inclui o seguinte:

1. *Ideal Divino a Ser Restaurado em Cristo* – Ao redimir o mundo do pecado e das suas consequências, Deus procura restaurar o casamento ao seu ideal original. Isto deve acontecer na vida daqueles que nasceram de novo no Reino de Cristo, aqueles cujo coração está a ser santificado pelo Espírito Santo e que têm, como primeiro propósito na vida, a exaltação do Senhor Jesus Cristo. (Ver também I Pedro 3:7; *O Maior Discurso de Cristo*, p. 60, ed. P. SerVir.)

2. *Unidade e Igualdade a Serem Restauradas em Cristo* – O Evangelho realça o amor e a submissão do marido e da mulher um ao outro (I Cor. 7:3 e 4; Efé. 5:21). Para o marido, o modelo de liderança é o amor abnegado e o serviço que Cristo dedica à Igreja (Efé. 5:24 e 25). Tanto Pedro como Paulo falam da necessidade de respeito no relacionamento do casamento (I Pedro 3:7; Efé. 5:22 e 23).

216

3. *Graça Disponível para Todos* – Deus procura restaurar à perfeição e reconciliar Consigo mesmo todos os que falharam em atingir o padrão divino (II Cor. 5:19). Isto inclui os que passaram pela experiência da quebra de relacionamentos no casamento.

4. *O Papel da Igreja* – Moisés, no Velho Testamento, e Paulo, no Novo Testamento, lidaram com problemas causados por casamentos desfeitos (Deut. 24:1-5; I Cor. 7:11). Ambos, ainda que defendendo e confirmando o ideal, trabalharam construtivamente e numa atitude redentora com aqueles que não corresponderam ao padrão divino. De igual modo, a Igreja de hoje é chamada a defender e a confirmar o ideal de Deus para o casamento e, ao mesmo tempo, a ser uma comunidade perdoadora, reconciliadora e restauradora, manifestando compreensão e compaixão quando ocorre uma rutura.

DIVÓRCIO

O divórcio é contrário ao propósito original de Deus ao criar o casamento (Mat. 19:3-8; Marcos 10:2-9), mas a Bíblia não está em silêncio a este respeito. Uma vez que o divórcio surgiu como parte da experiência



humana caída, foi dada legislação bíblica para limitar os danos causados (Deut. 24:1-4). A Bíblia procura permanentemente elevar o casamento e desencorajar o divórcio, descrevendo as alegrias do amor e da fidelidade matrimoniais (Prov. 5:18-20; Cant. 2:16; 4:9-5:1), referindo o relacionamento, semelhante ao do casamento, de Deus com o Seu povo (Isa. 54:5; Jer. 3:1), salientando as possibilidades de perdão e renovação conjugal (Ose. 3:1-3) e indicando a aversão de Deus ao divórcio e a miséria que este provoca (Mal. 2:15 e 16). Jesus restaurou a perspectiva da criação para o casamento como um compromisso vitalício entre um homem e uma mulher e entre o casal e Deus (Mat. 19:4-6; Marcos 10:6-9). Muita instrução bíblica ratifica o casamento e procura corrigir problemas que tendem a enfraquecer ou a destruir os fundamentos do casamento (Efé. 5:21-33; Heb. 13:4; I Pedro 3:7).

O casamento fundamenta-se nos princípios do amor, da lealdade, da exclusividade, da confiança e do apoio defendidos por ambos os cônjuges em obediência a Deus (Gén. 2:24; Mat. 19:6; I Cor. 13; Efé. 5:21-29; I Tes. 4:1-7). Quando são violados esses princípios, as Escrituras reconhecem que circunstâncias trágicas podem destruir o casamento.

A graça divina é o único remédio para o mal provocado pelo divórcio. Quando o casamento falha, os ex-cônjuges devem ser animados a analisar a sua experiência e a procurar a vontade de Deus para a sua vida. Deus providencia consolo àqueles que foram magoados. Deus também aceita o arrependimento de indivíduos que cometem os mais destrutivos pecados, mesmo os que arrastam consigo consequências irreparáveis (II Sam. 11 e 12; Sal. 34:18; 86:5; Joel 2:12 e 13; João 8:2-11; I João 1:9).

A Escritura reconhece o adultério e a prostituição (Mat. 5:32) e o abandono por um cônjuge descrente (I Cor. 7:10-15) como fundamento para divórcio.

Não há nenhum ensino direto nas Escrituras a respeito de novo casamento depois do divórcio. Contudo, há um subentendimento claro nas palavras de Jesus em Mateus 19:9, que permitiria o novo casamento da pessoa que permanece fiel, mas cujo cônjuge foi infiel ao voto matrimonial.



POSIÇÃO DA IGREJA SOBRE DIVÓRCIO E NOVO CASAMENTO

Reconhecendo os ensinamentos bíblicos sobre o casamento, a Igreja está ciente de que, em muitos casos, os relacionamentos no casamento estão abaixo do ideal. O problema do divórcio e do novo casamento só pode ser visto na sua verdadeira luz quando encarado na perspectiva do Céu e contra o pano de fundo do Jardim do Éden.

No centro do plano sagrado de Deus para o nosso mundo estava a criação de seres feitos à Sua imagem, que se multiplicariam e encheriam a Terra e viveriam juntos em pureza, harmonia e felicidade. Deus criou Eva a partir do lado de Adão e deu-lha como sua mulher. Desta forma foi instituído o casamento – Deus, o Autor da instituição e o Oficiante no primeiro casamento. Depois de o Senhor ter revelado a Adão que Eva era verdadeiramente osso dos seus ossos e carne da sua carne, nunca poderia surgir qualquer dúvida na mente dele de que os dois eram uma só carne. E também não poderia surgir qualquer dúvida na mente de qualquer um dos membros desse sagrado par de que era intenção de Deus que o seu lar perdurasse para sempre.

218

A Igreja adere sem reservas a este ponto de vista sobre o casamento e o lar, acreditando que o abaixamento desta elevada perspectiva é, na mesma medida, um abaixamento do ideal celestial. A crença de que o casamento é uma instituição divina baseia-se nas Sagradas Escrituras. Em conformidade com esta posição, todos os pensamentos e argumentação no difícil campo do divórcio e do novo casamento devem ser constantemente harmonizados com o sagrado ideal revelado no Éden.

A Igreja acredita na Lei de Deus e também na misericórdia perdoadora de Deus. Acredita que a vitória e a salvação podem tão certamente ser obtidas tanto por aqueles que transgrediram na questão do divórcio e do novo casamento como por aqueles que falharam em qualquer outra das sagradas normas de Deus.

Nada do que aqui é apresentado tem a intenção de minimizar a misericórdia de Deus ou o Seu perdão. A Igreja, no temor do Senhor, apresenta aqui os princípios e as práticas que devem ser aplicados a esta questão do casamento, do divórcio e do novo casamento.



Embora o casamento tenha sido inicialmente realizado unicamente por Deus, reconhece-se que atualmente as pessoas vivem sob governos civis; por conseguinte, o casamento tem simultaneamente aspetos divinos e aspetos civis. Os aspetos divinos são regidos pelas leis de Deus, e os civis pelas leis do Estado.

Em harmonia com estes ensinamentos, as declarações que se seguem representam a posição da Igreja:

1. Quando Jesus disse “Não o separe o homem”, Ele estabeleceu uma norma de conduta para a Igreja, sob a dispensação da graça, a qual transcende todos os decretos civis que possam ir além da Sua interpretação da lei divina que rege a relação matrimonial. Nestas palavras, Ele apresenta uma regra, a que os Seus seguidores devem aderir, mesmo que o Estado ou os costumes prevalecentes consintam uma maior liberdade. “No Sermão da Montanha, Jesus declarou plenamente que não podia haver dissolução do laço matrimonial, a não ser por infidelidade ao voto conjugal.” – Ellen G. White, *O Maior Discurso de Cristo*, p. 59, ed. P. SerVir. (Ver também Mat. 5:32; 19:9.)

2. A infidelidade ao voto matrimonial tem sido geralmente considerada como significando adultério ou fornicação. No entanto, a palavra usada no Novo Testamento para fornicação inclui algumas outras irregularidades sexuais (I Cor. 6:9; I Tim. 1:9 e 10; Rom. 1:24-27). Por conseguinte, as perversões sexuais, como o incesto, o abuso sexual de crianças e as práticas homossexuais, também são reconhecidas como uso incorreto das funções sexuais e violação da intenção divina para o casamento. Como tal, constituem também causa para separação ou divórcio.

Embora as Escrituras permitam o divórcio pelas razões mencionadas, bem como pelo abandono por parte de um cônjuge descrente (I Cor. 7:10-15), devem ser feitos esforços sinceros, pela igreja e pelos envolvidos, no sentido de se conseguir uma reconciliação, incitando os cônjuges a manifestarem um para com o outro um espírito semelhante ao de Cristo, de perdão e de reabilitação. A igreja é instada a relacionar-se afetuosamente e numa atitude redentora com o casal, a fim de ajudar no processo de reconciliação.



3. No caso de não se efetuar a reconciliação, o cônjuge que permaneceu fiel ao cônjuge que violou o voto matrimonial tem o direito bíblico de obter o divórcio e também o de voltar a casar.

4. O cônjuge que tenha violado o voto matrimonial (ver as secções 1 e 2) será sujeito à disciplina da igreja local. (Ver pp. 88-92.) Se este cônjuge se mostrar genuinamente arrependido, poderá ser posto sob censura durante um determinado período de tempo, em vez de ser excluído como membro. O cônjuge que não dê provas de total e sincero arrependimento será excluído de membro. No caso de a transgressão ter sido causa de vergonha pública para a causa de Deus, a igreja, a fim de manter os seus elevados padrões e bom nome, poderá excluir o indivíduo de membro.

Qualquer uma destas formas de disciplina será aplicada pela igreja de maneira a procurar alcançar os dois objetivos da disciplina – corrigir e redimir. No Evangelho de Cristo, a vertente redentora da disciplina está sempre associada a uma transformação real do pecador numa nova criatura em Jesus Cristo.

220

5. O cônjuge que tenha violado o voto matrimonial e que se tenha divorciado não tem o direito moral de se voltar a casar enquanto o cônjuge que permaneceu fiel ao voto matrimonial continuar vivo, permanecer sem casar e se mantiver casto. A pessoa que o fizer será excluída de membro. A pessoa com quem esta casar, se for membro, também será excluída de membro.

6. Reconhece-se que, por vezes, as relações matrimoniais se deterioram ao ponto de ser melhor que marido e mulher se separem. “Todavia, aos casados, mando, não eu, mas o Senhor, que a mulher se não separe do marido. Se, porém, se apartar, que fique sem casar, ou que se reconcilie com o marido; e que o marido não deixe a mulher” (I Cor. 7:10 e 11). Em muitos casos, a custódia dos filhos, o ajustamento de direitos de propriedade ou até a proteção pessoal podem tornar necessária uma mudança do estatuto matrimonial. Nestes casos, pode ser permissível obter em certos países o que é conhecido como separação legal. No entanto, nalguns sistemas legais tal separação só pode ser obtida através do divórcio.

Uma separação, ou um divórcio, resultante de fatores como violência física ou em que não esteja envolvida “infidelidade ao voto



matrimonial” (ver secções 1 e 2) não dá a nenhum dos cônjuges o direito bíblico de casar de novo, a menos que, entretanto, o outro cônjuge tenha voltado a casar, tenha cometido adultério ou fornicação ou tenha morrido. Se um membro assim divorciado voltar a casar sem esses fundamentos bíblicos, será excluído de membro, e a pessoa com quem casar, se for membro, também será excluída. (Ver pp. 89-92.)

7. Um cônjuge que tenha violado o voto matrimonial e que se tenha divorciado, e tenha sido excluído de membro, e se tenha voltado a casar, ou qualquer indivíduo que se tenha divorciado por outras razões que não as referidas nas secções 1 e 2 e se tenha voltado a casar, e que tenha sido excluído de membro, será considerado desqualificado para a condição de membro, exceto nos termos indicados abaixo.

8. O contrato matrimonial não só é sagrado, mas é também mais complexo quando, por exemplo, envolve crianças. Daí que, num pedido de readmissão à condição de membro, as opções disponíveis ao arrependido possam ser seriamente limitadas. Antes de ser tomada uma ação final pela igreja, o pedido de readmissão deve ser apresentado pela igreja, através do Pastor ou do dirigente distrital, ao Conselho da Associação, para aconselhamento e recomendação de passos que o arrependido, ou os arrependidos, possa/m dar para obter a readmissão.

9. A readmissão à condição de membros dos que tenham sido excluídos por razões apresentadas nas secções anteriores deverá normalmente ser feita na base do rebatismo. (Ver pp. 70, 71, 94 e 95.)

10. Quando uma pessoa que foi excluída de membro é readmitida como membro, conforme delineado na secção 8, deve ser exercido todo o cuidado para salvaguardar a unidade e harmonia da igreja não atribuindo a essa pessoa responsabilidade como dirigente, especialmente num cargo que requeira o rito da ordenação, a não ser depois de aconselhamento cuidadoso junto da Administração da Associação.

11. Nenhum Pastor tem o direito de officiar na cerimónia de segundo casamento de qualquer pessoa que, segundo o estipulado nos parágrafos anteriores, não tenha o direito escriturístico de voltar a casar.

MINISTÉRIO DA IGREJA LOCAL JUNTO DAS FAMÍLIAS

A Igreja, como agência redentora de Cristo, deve ministrar junto



dos seus membros em todas as suas necessidades e cuidar de cada pessoa de modo que todos possam desenvolver-se numa experiência cristã madura. Isto é particularmente verdade quando os membros enfrentam decisões para a vida toda, como sejam as do casamento, e experiências perturbadoras, como a do divórcio. Quando o casamento de um casal está em perigo de se desfazer, todos os esforços devem ser feitos pelos cônjuges e por aqueles que, na igreja ou na família, ministram em seu favor, de modo a conseguir a reconciliação em harmonia com os princípios divinos para a reabilitação de relacionamentos afetados (Oseias 3:1-3; I Cor. 7:10 e 11; 13:4-7; Gál. 6:1).

Há recursos disponíveis através da igreja ou de outras Organizações, os quais podem ser úteis aos membros no desenvolvimento de um lar cristão sólido. Esses recursos incluem: (1) programas de orientação para casais no período de noivado, (2) programas de formação para casais e respectivas famílias e (3) programas de apoio a famílias desfeitas e pessoas divorciadas.

222

O apoio pastoral é vital na área da instrução e orientação, no caso de casamento, e de reabilitação e restauração, no caso de divórcio. A função pastoral neste último caso é tanto de disciplina como de assistência. Essa função inclui tomar conhecimento de informação relevante, parte da qual pode ser sensível, devendo ser tratada com grande discrição. Esta preocupação ética, porém, não deve ser motivo para se evitarem as decisões disciplinares estabelecidas nas secções 1-11.

Assim como Deus perdoa, também os membros devem perdoar e aceitar aqueles que falharam (Isa. 54:5-8; Mat. 6:14 e 15; Efé. 4:32). A Bíblia incita a ter paciência, compaixão e perdão na atenção cristã em relação àqueles que erraram (Mat. 18:10-20; Gál. 6:1 e 2). Enquanto as pessoas estiverem sob disciplina, quer por censura, quer por exclusão da condição de membros, a igreja, como instrumento da missão de Deus, fará todos os esforços para manter contacto com esses membros através de cuidadosa atenção e apoio espiritual.





CAPÍTULO 15

Crenças Fundamentais dos Adventistas do Sétimo Dia

Os Adventistas do Sétimo Dia aceitam a Bíblia como seu único credo e mantêm certas Crenças Fundamentais como sendo o ensino das Sagradas Escrituras. Estas crenças, tal como aqui apresentadas, constituem a compreensão que a Igreja tem e a sua expressão dos ensinamentos da Escritura. Pode esperar-se uma revisão destas Declarações numa Assembleia Administrativa da Conferência Geral, sempre que a Igreja seja levada pelo Espírito Santo a uma compreensão mais ampla da verdade bíblica ou encontre uma linguagem melhor para expressar os ensinamentos da Santa Palavra de Deus.

223

1. *As Sagradas Escrituras*

As Sagradas Escrituras, o Velho e o Novo Testamentos, são a Palavra de Deus escrita, dada por inspiração divina. Os autores inspirados falaram e escreveram movidos pelo Espírito Santo. Nesta Palavra, Deus transmitiu à Humanidade o conhecimento necessário para a salvação. As Sagradas Escrituras são a suprema, autorizada e infalível revelação da Sua vontade. Constituem o padrão do caráter, a prova da experiência, o autorizado revelador de doutrinas e o registo fidedigno dos atos de Deus na História. (Sal. 119:105; Prov. 30:5 e 6; Isa. 8:20; João 17:17; I Tes. 2:13; II Tim. 3:16 e 17; Heb. 4:12; II Pedro 1:20 e 21.)

2. *A Trindade*

Há um só Deus: Pai, Filho e Espírito Santo, uma unidade de três Pessoas coeternas. Deus é imortal, onnipotente, onnisciente, acima de todos e omnipresente. Ele é infinito e está além da compreensão humana, mas é conhecido por meio da Sua autorrevelação. Deus, que é amor, é para sempre digno de culto, adoração e serviço por parte de



toda a Criação. (Gén. 1:26; Deut. 6:4; Isa. 6:8; Mat. 28:19; João 3:16; II Cor. 1:21 e 22; 13:14; Efé. 4:4-6; I Pedro 1:2.)

3. O Pai

Deus, o Pai eterno, é o Criador, o Originador, o Mantenedor e o Soberano de toda a Criação. Ele é justo e santo, compassivo e clemente, tardio em irar-Se e grande em constante amor e fidelidade. As qualidades e os poderes manifestados no Filho e no Espírito Santo são também os do Pai. (Gén. 1:1; Deut. 4:35; Sal. 110:1, 4; João 3:16; 14:9; I Cor. 15:28; I Tim. 1:17; I João 4:8; Apoc. 4:11.)

4. O Filho

Deus, o Filho eterno, incarnou em Jesus Cristo. Por meio d'Ele foram criadas todas as coisas; é revelado o caráter de Deus; é efetuada a salvação da Humanidade e julgado o mundo. Sendo para sempre verdadeiro Deus, Ele tornou-Se também verdadeiramente homem, Jesus, o Cristo. Foi concebido do Espírito Santo e nasceu da virgem Maria. Viveu e experimentou a tentação como um ser humano, mas exemplificou perfeitamente a justiça e o amor de Deus. Pelos Seus milagres manifestou o poder de Deus e foi confirmado como o Messias prometido por Deus. Sofreu e morreu voluntariamente na cruz pelos nossos pecados e em nosso lugar; foi ressuscitado de entre os mortos; e ascendeu ao Céu para ministrar no santuário celestial em nosso favor. Virá outra vez, em glória, para o livramento final do Seu povo e para a restauração de todas as coisas. (Isa. 53:4-6; Dan. 9:25-27; Lucas 1:35; João 1:1-3, 14; 5:22; 10:30; 14:1-3, 9, 13; Rom. 6:23; I Cor. 15:3 e 4; II Cor. 3:18; 5:17-19; Fil. 2:5-11; Col. 1:15-19; Heb. 2:9-18; 8:1 e 2.)

5. O Espírito Santo

Deus, o Espírito eterno, participou ativamente com o Pai e o Filho na Criação, encarnação e redenção. Ele é tanto uma Pessoa como o são o Pai e o Filho. Ele inspirou os escritores da Bíblia. Encheu de poder a vida de Cristo. Atrai e convence os seres humanos; e os que se mostram receptivos são renovados e transformados por Ele à imagem de Deus. Enviado pelo Pai e pelo Filho para estar sempre com os Seus



filhos, Ele concede dons espirituais à Igreja, dá-lhe poder para testemunhar de Cristo e, em harmonia com as Escrituras, guia-a em toda a verdade. (Gén. 1:1 e 2; II Sam. 23:2; Sal. 51:11; Isa. 61:1; Lucas 1:35; 4:18; João 14:16-18, 26; 15:26; 16:7-13; Atos 1:8; 5:3; 10:38; Rom. 5:5; I Cor. 12:7-11; II Cor. 3:18; II Pedro 1:21.)

6. A Criação

Deus revelou nas Escrituras o relato autêntico e histórico da Sua atividade criadora. Ele criou o Universo, e numa criação recente em seis dias fez o Senhor “os céus e a terra, o mar e tudo o que neles há”, e descansou no sétimo dia. Assim, estabeleceu o Sábado como perpétuo memorial da obra criadora que tinha realizado e completado durante seis dias literais, que, juntamente com o Sábado, constituíram a mesma unidade de tempo que hoje chamamos semana. O primeiro homem e a primeira mulher foram feitos à imagem de Deus como obra-prima da Criação, foi-lhes dado domínio sobre o mundo e atribuiu-se-lhes a responsabilidade de cuidar dele. Quando o mundo foi concluído era “muito bom”, e proclamava a glória de Deus. (Gén. 1 e 2; 5; 11; Êxo. 20:8-11; Sal. 19:1-6; 33:6, 9; 104; Isa. 45:12, 18; Atos 17:24; Col. 1:16; Heb. 1:2; 11:3; Apoc. 10:6; 14:7.)

225

7. A Natureza da Humanidade

O homem e a mulher foram feitos à imagem de Deus com individualidade, com o poder e a liberdade de pensar e agir. Embora criados como seres livres, cada um é uma unidade indivisível de corpo, mente e espírito, dependentes de Deus quanto à vida, respiração e tudo o mais. Quando os nossos primeiros pais desobedeceram a Deus, negaram a sua dependência d’Ele e caíram da sua elevada posição. A imagem de Deus neles foi desfigurada, e tornaram-se sujeitos à morte. Os seus descendentes partilham dessa natureza caída e das suas consequências. Nascem com fraquezas e tendências para o mal. Mas Deus, em Cristo, reconciliou Consigo o mundo e, por meio do Seu Espírito, restaura nos mortais penitentes a imagem do seu Criador. Criados para a glória de Deus, são chamados a amá-l’O e a amarem-se uns aos outros, e a cuidar do seu ambiente. (Gén. 1:26-28; 2:7, 15; 3;



Sal. 8:4-8; 51:5, 10; 58:3; Jer. 17:9; Atos 17:24-28; Rom. 5:12-17; II Cor. 5:19 e 20; Efé. 2:3; I Tes. 5:23; I João 3:4; 4:7 e 8, 11, 20.)

8. *O Grande Conflito*

Toda a Humanidade está agora envolvida num grande conflito entre Cristo e Satanás, quanto ao caráter de Deus, à Sua Lei e à Sua soberania sobre o Universo. Este conflito originou-se no Céu quando um ser criado, dotado de liberdade de escolha, por exaltação própria, se tornou Satanás, o adversário de Deus, e conduziu à rebelião uma parte dos anjos. Ele introduziu o espírito de rebelião neste mundo, ao induzir Adão e Eva em pecado. Este pecado humano resultou na distorção da imagem de Deus na Humanidade, no transtorno do mundo criado e na sua consequente devastação por ocasião do dilúvio mundial, como é apresentado no relato histórico de Gênesis 1-11. Observado por toda a Criação, este mundo tornou-se no palco do conflito universal, a partir do qual será finalmente vindicado o Deus de amor. Para ajudar o Seu povo neste conflito, Cristo envia o Espírito Santo e os anjos leais, para o guiar, proteger e amparar no caminho da salvação. (Gén. 3; 6-8; Job 1:6-12; Isa. 14:12-14; Eze. 28:12-18; Rom. 1:19-32; 3:4; 5:12-21; 8:19-22; I Cor. 4:9; Heb. 1:14; I Pedro 5:8; II Pedro 3:6; Apoc. 12:4-9.)

226

9. *A Vida, a Morte e a Ressurreição de Cristo*

Na vida de Cristo, de perfeita obediência à vontade de Deus, e no Seu sofrimento, nas Suas morte e ressurreição, Deus proveu o único meio de expiação para o pecado humano, de modo que os que aceitem essa expiação pela fé possam ter vida eterna, e toda a Criação compreenda melhor o infinito e santo amor do Criador. Esta expiação perfeita vindica a justiça da Lei de Deus e a benignidade do Seu caráter; pois ela condena o nosso pecado e providencia o meio para sermos perdoados. A morte de Cristo é substituinte e expiatória, reconciliadora e transformadora. A ressurreição de Cristo proclama a vitória de Deus sobre as forças do mal, e assegura a vitória final sobre o pecado e a morte aos que aceitam a expiação. Ela proclama a soberania de Jesus Cristo, diante d'O qual se dobrará todo o joelho, no Céu e na Terra.



(Gén. 3:15; Sal. 22:1; Isa. 53; João 3:16; 14:30; Rom. 1:4; 3:25; 4:25; 8:3 e 4; I Cor. 15:3 e 4, 20-22; II Cor. 5:14 e 15, 19-21; Fil. 2:6-11; Col. 2:15; I Pedro 2:21 e 22; I João 2:2; 4:10.)

10. *A Experiência da Salvação*

Em infinito amor e misericórdia, Deus fez com que Cristo, que não conheceu pecado, Se tornasse pecado por nós, para que n'Ele fôssemos feitos justiça de Deus. Guiados pelo Espírito Santo, sentimos a nossa necessidade, reconhecemos a nossa pecaminosidade, arrependemo-nos das nossas transgressões e exercemos fé em Jesus como Senhor e Salvador, como Substituto e Exemplo. Esta fé salvadora advém do divino poder da Palavra e é o dom da graça de Deus. Por meio de Cristo somos justificados, adotados como filhos e filhas de Deus, e libertados do domínio do pecado. Por meio do Espírito, nascemos de novo e somos santificados; o Espírito renova a nossa mente, escreve a amorosa Lei de Deus no nosso coração, e recebemos o poder para viver uma vida santa. Permanecendo n'Ele, tornamo-nos participantes da natureza divina e temos a certeza da salvação agora e no Juízo. (Gén. 3:15; Isa. 45:22; 53; Jer. 31:31-34; Eze. 33:11; 36:25-27; Hab. 2:4; Marcos 9:23 e 24; João 3:3-8, 16; 16:8; Rom. 3:21-26; 5:6-10; 8:1-4, 14-17; 10:17; 12:2; II Cor. 5:17-21; Gál. 1:4; 3:13 e 14, 26; 4:4-7; Efé. 2:4-10; Col. 1:13 e 14; Tito 3:3-7; Heb. 8:7-12; I Pedro 1:23; 2:21 e 22; II Pedro 1:3 e 4; Apoc. 13:8.)

227

11. *O Crescimento em Cristo*

Jesus, mediante a Sua morte na cruz, triunfou sobre as forças do mal. Aquele que subjugou os espíritos demoníacos durante o Seu ministério na Terra, quebrou-lhes o poder e assegurou a sua destruição final. A vitória de Jesus dá-nos a vitória sobre as forças do mal que ainda procuram controlar-nos, ao caminharmos com Ele em paz, alegria e na certeza do Seu amor. Agora o Espírito Santo vive em nós e capacita-nos. Dedicados permanentemente a Jesus como nosso Salvador e Senhor, somos libertados do fardo das nossas ações do passado. Deixamos de viver em trevas, temendo as forças do mal, na ignorância e na falta de sentido da nossa maneira de viver anterior. Nesta nova



liberdade em Jesus, somos chamados a crescer à semelhança do Seu caráter, comungando com Ele diariamente em oração, alimentando-nos da Sua Palavra, meditando sobre ela e sobre a Sua providência, cantando-Lhe louvores, congregando-nos para adoração e participando na missão da Igreja. Também somos chamados a seguir o exemplo de Jesus, ministrando compassivamente às necessidades físicas, mentais, sociais, emocionais e espirituais da Humanidade. Ao nos entregarmos em amoroso serviço pelos que estão à nossa volta e em testemunho da Sua salvação, a Sua presença constante connosco mediante o Espírito Santo transforma cada momento e cada tarefa numa experiência espiritual. (I Cró. 29:11; Sal. 1:1 e 2; 23:4; 77:11 e 12; Mat. 20:25-28; 25:31-46; Lucas 10:17-20; João 20:21; Rom. 8:38 e 39; II Cor. 3:17 e 18; Gál. 5:22-25; Efé. 5:19 e 20; 6:12-18; Fil. 3:7-14; Col. 1:13 e 14; 2:6, 14 e 15; I Tes. 5:16-18, 23; Heb. 10:25; Tiago 1:27; II Pedro 2:9; 3:18; I João 4:4.)

12. A Igreja

228

A Igreja é a comunidade de crentes que confessam Jesus Cristo como Senhor e Salvador. Em continuidade com o povo de Deus nos tempos do Velho Testamento, somos chamados para fora do mundo; e unimo-nos para adoração, para companheirismo, para instrução na Palavra, para a celebração da Ceia do Senhor, para o serviço a toda a Humanidade e para a proclamação mundial do Evangelho. A Igreja recebe a sua autoridade de Cristo, O Qual é a Palavra incarnada revelada nas Escrituras. A Igreja é a família de Deus; adotados por Ele como filhos, os seus membros vivem com base no Novo Concerto. A Igreja é o corpo de Cristo, uma comunidade de fé, da qual o próprio Cristo é a Cabeça. A Igreja é a noiva pela qual Cristo morreu para que pudesse santificá-la e purificá-la. Na Sua volta triunfal, Ele a apresentará a Si mesmo Igreja gloriosa, os fiéis de todos os séculos, a aquisição do Seu sangue, sem mácula, nem ruga, mas santa e irrepreensível. (Gén. 12:1-3; Êxo. 19:3-7; Mat. 16:13-20; 18:18; 28:19 e 20; Atos 2:38-42; 7:38; I Cor. 1:2; Efé. 1:22 e 23; 2:19-22; 3:8-11; 5:23-27; Col. 1:17 e 18; I Pedro 2:9.)



13. *O Remanescente e a sua Missão*

A Igreja universal compõe-se de todos os que verdadeiramente creem em Cristo; mas, nos últimos dias, um tempo de apostasia generalizada, um remanescente tem sido chamado a guardar os mandamentos de Deus e a fé de Jesus. Este remanescente anuncia a chegada da hora do Juízo, proclama a salvação por meio de Cristo e anuncia a aproximação do Seu Segundo Advento. Esta proclamação é simbolizada pelos três anjos de Apocalipse 14; coincide com a obra do Julgamento no Céu e resulta numa obra de arrependimento e reforma na Terra. Todos os crentes são convidados a ter uma parte pessoal neste testemunho mundial. (Dan. 7:9-14; Isa. 1:9; 11:11; Jer. 23:3; Miq. 2:12; II Cor. 5:10; I Pedro 1:16-19; 4:17; II Pedro 3:10-14; Judas 3, 14; Apoc. 12:17; 14:6-12; 18:1-4.)

14. *Unidade no Corpo de Cristo*

A Igreja é um corpo com muitos membros, chamados de toda a nação, tribo, língua e povo. Em Cristo somos uma nova Criação; distinções de raça, Cultura, educação e nacionalidade, e diferenças entre grandes e pequenos, ricos e pobres, homens e mulheres, não devem ser motivo de divisão entre nós. Somos todos iguais em Cristo, O Qual, por um só Espírito nos uniu numa comunhão com Ele e uns com os outros; devemos servir e ser servidos sem parcialidade ou reserva. Mediante a revelação de Jesus Cristo nas Escrituras partilhamos a mesma fé e esperança e estendemos o nosso testemunho a todos. Esta unidade encontra a sua fonte na unidade do Deus triúno, que nos adotou como Seus filhos. (Sal. 133:1; Mat. 28:19 e 20; João 17:20-23; Atos 17:26 e 27; Rom. 12:4 e 5; I Cor. 12:12-14; II Cor. 5:16 e 17; Gál. 3:27-29; Efé. 2:13-16; 4:3-6, 11-16; Col. 3:10-15.)

15. *O Batismo*

Pelo batismo confessamos a nossa fé na morte e na ressurreição de Jesus Cristo, e damos testemunho da nossa morte para o pecado e do nosso propósito de andarmos em novidade de vida. Assim reconhecemos Cristo como Senhor e Salvador, tornamo-nos Seu povo e somos recebidos como membros pela Sua Igreja. O batismo é um símbolo da



nossa união com Cristo, do perdão dos nossos pecados e de que recebemos o Espírito Santo. É por imersão na água e depende de uma afirmação de fé em Jesus e de evidência de arrependimento do pecado. Segue-se à instrução nas Sagradas Escrituras e à aceitação dos seus ensinamentos. (Mat. 28:19 e 20; Atos 2:38; 16:30-33; 22:16; Rom. 6:1-6; Gál. 3:27; Col. 2:12 e 13.)

16. A Santa Ceia

A Santa Ceia é uma participação nos emblemas do corpo e do sangue de Jesus como expressão de fé n'Ele, nosso Senhor e Salvador. Nesta experiência de comunhão, Cristo está presente para Se encontrar com o Seu povo e para o fortalecer. Ao participarmos, proclamamos jubilosamente a morte do Senhor até que Ele venha de novo. A preparação para a Ceia inclui exame de consciência, arrependimento e confissão. O Mestre instituiu o serviço do lava-pés para representar renovada purificação, para expressar a disposição em servir-nos uns aos outros em humildade semelhante à de Cristo e para unir os nossos corações em amor. O serviço da Comunhão está aberto a todos os crentes cristãos. (Mat. 26:17-30; João 6:48-63; 13:1-17; I Cor. 10:16 e 17; 11:23-30; Apoc. 3:20.)

17. Dons e Ministérios Espirituais

Deus concede a todos os membros da Sua Igreja, em todas as épocas, dons espirituais que cada membro deve empregar em amoroso ministério para o bem comum da Igreja e da Humanidade. Sendo concedidos por intermédio do Espírito Santo, O Qual distribui a cada membro como Lhe apraz, os dons proveem todas as aptidões e todos os ministérios de que a Igreja necessita para cumprir as suas funções divinamente ordenadas. De acordo com as Escrituras, esses dons abrangem ministérios como fé, cura, profecia, proclamação, ensino, administração, reconciliação, compaixão, serviço e caridade abnegados para ajuda e encorajamento das pessoas. Alguns membros são chamados por Deus e dotados pelo Espírito para funções reconhecidas pela Igreja em ministérios pastorais, evangelísticos e de ensino especialmente necessários para habilitar os membros para o serviço, para edificar a Igreja



com vista à maturidade espiritual e para promover a unidade da fé e o conhecimento de Deus. Quando os membros utilizam esses dons espirituais como fiéis dispenseiros da multiforme graça de Deus, a Igreja é protegida contra a influência demolidora de falsas doutrinas, tem um crescimento que provém de Deus e é edificada na fé e no amor. (Atos 6:1-7; Rom. 12:4-8; I Cor. 12:7-11, 27 e 28; Efé. 4:8, 11-16; I Tim. 3:1-13; I Pedro 4:10 e 11.)

18. O Dom de Profecia

As Escrituras afirmam que um dos dons do Espírito Santo é a profecia. Este dom é uma característica identificadora da Igreja remanescente e acreditamos que foi manifestado no ministério de Ellen G. White. Os seus escritos falam com autoridade profética e proporcionam conforto, orientação, instrução e correção à Igreja. Eles também tornam claro que a Bíblia é a norma pela qual devem ser provado todo o ensino e toda a experiência. (Núm. 12:6; II Cró. 20:20; Amós 3:7; Joel 2:28 e 29; Atos 2:14-21; II Tim. 3:16 e 17; Heb. 1:1-3; Apoc. 12:17; 19:10; 22:8 e 9.)

231

19. A Lei de Deus

Os grandes princípios da Lei de Deus estão corporificados nos Dez Mandamentos e exemplificados na vida de Cristo. Expressam o amor, a vontade e os propósitos de Deus acerca da conduta e das relações humanas, e vinculam todas as pessoas, em todas as épocas. Estes preceitos constituem a base do Concerto de Deus com o Seu povo e a norma no Julgamento efetuado por Deus. Por meio da ação do Espírito Santo, eles revelam o pecado e despertam o senso da necessidade de um Salvador. A salvação é inteiramente pela graça, e não pelas obras, e o seu fruto é obediência aos Mandamentos. Esta obediência desenvolve o caráter cristão e resulta numa sensação de bem-estar. É evidência do nosso amor ao Senhor e da nossa solicitude pelos nossos semelhantes. A obediência da fé demonstra o poder de Cristo para transformar vidas, e fortalece, portanto, o testemunho cristão. (Êxo. 20:1-17; Deut. 28:1-14; Sal. 19:7-14; 40:7 e 8; Mat. 5:17-20; 22:36-40; João 14:15; 15:7-10; Rom. 8:3 e 4; Efé. 2:8-10; Heb. 8:8-10; I João 2:3; 5:3; Apoc. 12:17; 14:12.)



20. O Sábado

O bondoso Criador, após os seis dias da Criação, descansou no sétimo dia e instituiu o Sábado para todas as pessoas, como memorial da Criação. O quarto mandamento da imutável Lei de Deus requer a observância desse Sábado do sétimo dia como dia de descanso, adoração e ministério, em harmonia com o ensino e a prática de Jesus, o Senhor do Sábado. O Sábado é um dia de deleitosa comunhão com Deus e uns com os outros. É um símbolo da nossa redenção em Cristo, um sinal da nossa santificação, uma prova da nossa lealdade e um antegozo do nosso futuro eterno no Reino de Deus. O Sábado é o sinal perpétuo do eterno Concerto de Deus com o Seu povo. A jubilosa observância deste tempo sagrado, de uma tarde a outra tarde, do pôr-do-sol ao pôr-do-sol, é uma celebração dos atos criadores e redentores de Deus. (Gén. 2:1-3; Êxo. 20:8-11; 31:13-17; Lev. 23:32; Deut. 5:12-15; Isa. 56:5 e 6; 58:13 e 14; Eze. 20:12, 20; Mat. 12:1-12; Marcos 1:32; Lucas 4:16; Heb. 4:1-11.)

232

21. A Mordomia

Somos dispenseiros de Deus, a quem foram confiados por Ele tempo e oportunidades, capacidades e posses, e bênçãos da Terra e dos seus recursos. Somos responsáveis perante Ele pelo seu uso adequado. Reconhecemos o direito de propriedade de Deus por meio de fiel serviço a Ele e aos nossos semelhantes, e pela devolução dos dízimos e pela dádiva de ofertas para a proclamação do Seu Evangelho e para a manutenção e o crescimento da Sua Igreja. A mordomia é um privilégio que Deus nos concede para desenvolvimento no amor e para vitória sobre o egoísmo e a cobiça. O mordomo regozija-se nas bênçãos que advêm aos outros como resultado da sua fidelidade. (Gén. 1:26-28; 2:15; I Cró. 29:14; Ageu 1:3-11; Mal. 3:8-12; Mat 23:23; Rom. 15:26 e 27; I Cor. 9:9-14; II Cor. 8:1-15; 9:7.)

22. A Conduta Cristã

Somos chamados a ser um povo piedoso que pensa, sente e age em harmonia com os princípios bíblicos em todos os aspetos da vida pessoal e social. Para que o Espírito recrie em nós o caráter do nosso



Senhor, só nos envolvemos nas coisas que produzirão na nossa vida pureza, saúde e alegria semelhantes às de Cristo. Isto significa que as nossas diversões e os nossos entretenimentos devem corresponder aos mais altos padrões de gosto e de beleza cristãos. Embora reconheçamos diferenças culturais, o nosso vestuário deve ser simples, modesto e asseado, adequado para aqueles cuja verdadeira beleza não consiste no adorno exterior, mas no ornamento imperecível de um espírito manso e tranquilo. Significa também que, sendo o nosso corpo o templo do Espírito Santo, devemos cuidar dele inteligentemente. Juntamente com adequado exercício e repouso, devemos adotar a alimentação mais saudável possível e abster-nos dos alimentos imundos identificados nas Escrituras. Visto que as bebidas alcoólicas, o tabaco, o uso irresponsável de medicamentos e os narcóticos são prejudiciais ao nosso corpo, também devemos abster-nos dessas coisas. Em vez disso, devemos empenhar-nos em tudo o que submeta os nossos pensamentos e o nosso corpo à disciplina de Cristo, O Qual deseja a nossa integridade, a nossa alegria e o nosso bem-estar. (Gén. 7:2; Êxo. 20:15; Lev. 11:1-47; Sal. 106:3; Rom. 12:1 e 2; I Cor. 6:19 e 20; 10:31; II Cor. 6:14-7:1; 10:5; Efé. 5:1-21; Fil. 2:4; 4:8; I Tim. 2:9 e 10; Tito 2:11 e 12; I Pedro 3:1-4; I João 2:6; III João 2.)

23. O Casamento e a Família

O casamento foi divinamente estabelecido no Éden e confirmado por Jesus como união vitalícia entre um homem e uma mulher, em amoroso companheirismo. Para o Cristão, o compromisso matrimonial é com Deus bem como com o cônjuge, e só deve ser assumido entre um homem e uma mulher que partilham da mesma fé. Amor, honra, respeito e responsabilidade mútuos constituem a estrutura dessa relação, a qual deve refletir o amor, a santidade, a intimidade e a constância da relação entre Cristo e a Sua Igreja. No tocante ao divórcio, Jesus ensinou que a pessoa que se divorcia do cônjuge, a não ser por causa de relações sexuais ilícitas, e se casa com outra, comete adultério. Embora algumas relações de família fiquem aquém do ideal, um homem e uma mulher que se dedicam um ao outro, em Cristo, através do casamento, podem alcançar amorosa unidade por meio da



orientação do Espírito e do cuidado da Igreja. Deus abençoa a família e pretende que os seus membros se ajudem uns aos outros a alcançar completa maturidade. Aumentar a intimidade familiar é uma das marcas distintivas da mensagem final do Evangelho. Os pais devem educar os filhos a amar o Senhor e a obedecer-Lhe. Pelo seu exemplo e pelas suas palavras, devem ensinar-lhes que Cristo é um Guia amoroso, terno e solícito, que deseja que eles se tornem membros do Seu corpo, a família de Deus, que inclui tanto pessoas casadas como solteiras. (Gén. 2:18-25; Êxo. 20:12; Deut. 6:5-9; Prov. 22:6; Mal. 4:5 e 6; Mat. 5:31 e 32; 19:3-9, 12; Marcos 10:11 e 12; João 2:1-11; I Cor. 7:7, 10 e 11; II Cor. 6:14; Efé. 5:21-33; 6:1-4.)

24. *O Ministério de Cristo no Santuário Celestial*

Há um santuário no Céu, o verdadeiro tabernáculo que o Senhor erigiu, não o Homem. Nele, Cristo ministra em nosso favor, tornando acessíveis aos crentes os benefícios do Seu sacrifício expiatório oferecido uma vez por todas na cruz. Ele foi empossado como nosso grande Sumo-Sacerdote e começou o Seu ministério intercessor, que era tipificado pela obra do sumo-sacerdote no lugar santo do santuário terrestre, por ocasião da Sua ascensão. Em 1844, no fim do período profético dos 2300 dias, Ele iniciou a segunda e última etapa do Seu ministério expiatório, que era tipificado pela obra do sumo-sacerdote no lugar santíssimo do santuário terrestre. É uma obra de juízo investigativo, a qual faz parte da eliminação final de todo o pecado, prefigurada pela purificação do antigo santuário hebraico, no Dia da Expição. Nesse serviço típico, o santuário era purificado com o sangue do sacrifício de animais, mas as coisas celestiais são purificadas com o perfeito sacrifício do sangue de Jesus. O juízo investigativo revela às inteligências celestiais quem, de entre os mortos, adormeceu em Cristo, e é, portanto, n'Ele considerado digno de ter parte na primeira ressurreição. Também torna manifesto quem, de entre os vivos, permanece em Cristo, guardando os mandamentos de Deus e a fé de Jesus, estando, portanto, n'Ele, preparado para a transladação ao Seu Reino eterno. Este Julgamento vindica a justiça de Deus em salvar os que creem em Jesus. Declara que os que permanecem leais a Deus receberão o



Reino. A conclusão do ministério de Cristo assinalará o fim do tempo da graça para os seres humanos, antes do Segundo Advento. (Lev. 16; Núm. 14:34; Eze. 4:6; Dan. 7:9-27; 8:13 e 14; 9:24-27; Heb. 1:3; 2:16 e 17; 4:14-16; 8:1-5; 9:11-28; 10:19-22; Apoc. 8:3-5; 11:19; 14:6 e 7, 12; 20:12; 22:11 e 12.)

25. *A Segunda Vinda de Cristo*

A Segunda Vinda de Cristo é a bendita esperança da Igreja, o grandioso clímax do Evangelho. A vinda do Salvador será literal, pessoal, visível e mundial. Quando Ele voltar, os justos mortos serão ressuscitados e, juntamente com os justos que estiverem vivos, serão glorificados e levados para o Céu, mas os ímpios irão morrer. O cumprimento quase completo da maioria das profecias, juntamente com a condição atual do mundo, indica que a vinda de Cristo está iminente. O momento exato desse acontecimento não foi revelado, e somos, portanto, exortados a estar preparados em todo o tempo. (Mat. 24; Marcos 13; Lucas 21; João 14:1-3; Atos 1:9-11; I Cor. 15:51-54; I Tes. 4:13-18; 5:1-6; II Tes. 1:7-10; 2:8; II Tim. 3:1-5; Tito 2:13; Heb. 9:28; Apoc. 1:7; 14:14-20; 19:11-21.)

235

26. *Morte e Ressurreição*

O salário do pecado é a morte. Mas Deus, O Único que é imortal, concederá vida eterna aos Seus remidos. Até àquele dia, a morte é um estado inconsciente para todas as pessoas. Quando Cristo, que é a nossa vida, aparecer, os justos ressuscitados e os justos vivos serão glorificados e levados ao encontro do seu Senhor. A segunda ressurreição, a ressurreição dos ímpios, ocorrerá mil anos mais tarde. (Job 19:25-27; Sal. 146:3 e 4; Ecl. 9:5 e 6, 10; Dan. 12:2, 13; Isa. 25:8; João 5:28 e 29; 11:11-14; Rom. 6:23; I Cor. 15:51-54; Col. 3:4; I Tes. 4:13-17; I Tim. 6:15 e 16; Apoc. 20:1-10.)

27. *O Milénio e o Fim do Pecado*

O milénio é o reinado de mil anos de Cristo com os Seus santos no Céu, entre a primeira e a segunda ressurreições. Durante esse tempo, serão julgados os ímpios mortos; a Terra estará completamente



desolada, sem habitantes humanos vivos, mas ocupada por Satanás e pelos seus anjos. No fim desse período, Cristo com os Seus santos e a Cidade Santa descerão do Céu à Terra. Os ímpios mortos serão então ressuscitados e, com Satanás e os seus anjos, cercarão a cidade; mas fogo de Deus os consumirá e purificará a Terra. O Universo ficará, assim, eternamente livre do pecado e dos pecadores. (Jer. 4:23-26; Eze. 28:18 e 19; Mal. 4:1; I Cor. 6:2 e 3; Apoc. 20; 21:1-5.)

28. *A Nova Terra*

Na Nova Terra, em que habita a justiça, Deus proverá um lar eterno para os remidos e um ambiente perfeito para vida, amor, alegria e aprendizagem eternos na Sua presença. Pois aqui o próprio Deus habitará com o Seu povo, e o sofrimento e a morte terão passado. O Grande Conflito estará terminado e não voltará a existir pecado. Todas as coisas, animadas e inanimadas, declararão que Deus é amor; e Ele reinará para todo o sempre. Ámen. (Isa. 35; 65:17-25; Mat. 5:5; II Pedro 3:13; Apoc. 11:15; 21:1-7; 22:1-5.)





Notas

Estas notas contêm material explicativo a respeito da forma como uma igreja deve proceder numa determinada questão. Uma igreja pode adotar maneiras alternativas de tratar desses assuntos. Esses métodos alternativos devem estar de harmonia com os princípios da organização e do funcionamento da Igreja geralmente aceites.

Notas do CAPÍTULO 7

1. Revisão Redentora da Lista de Membros (ver pp. 78 e 79) – Esta é uma breve descrição do processo sugerido de revisão redentora da lista de membros na igreja local:

a. Uma comissão especial de revisão pode dar uma grande ajuda; trata-se de uma comissão permanentemente em funções que trabalha com o Conselho da Igreja Local para monitorizar todos os nomes inscritos no registo de membros, classificando-os em cinco categorias (A classificação pode ser feita diretamente no Sistema de Gestão da Igreja Adventista [ACMS] caso a sua igreja faça parte do sistema): Membros que frequentam regularmente a igreja (a frequência *online* pode ser considerada como tal), membros que não frequentam regularmente a igreja, membros que frequentam outra igreja Adventista do Sétimo Dia, membros cuja localização é desconhecida ou membros que devem ser recuperados (tentem reconectarem-se com eles através de um plano de visitação, de convites para reuniões sociais, de eventos especiais, do Projeto Reencontro ou Reunião, etc.). A lista com estas categorias deve ser regularmente atualizada e os progressos realizados devem ser reportados ao Conselho de Igreja.

b. O Conselho de Igreja deveria examinar com frequência as listas com as classificações, implementando estratégias para envolver cada membro no esforço de discipular os membros que se encontram em cada categoria. O Conselho avaliará os relatórios apresentados pela comissão especial de revisão; indigitará uma pessoa que seja responsável para liderar o trabalho com cada lista auxiliar; acompanhará



o progresso de cada categoria verificando o aumento ou a diminuição de membros em cada categoria; proverá uma lista separada para o Pastor/Ancião com os nomes dos membros que deixaram a igreja, a fim de serem objeto de trabalho missionário por ministérios de recuperação de membros.

c. O papel do Secretário de igreja é crucial na preparação das listas de classificação e na implementação das revisões da lista de membros. O Secretário da igreja supervisiona a execução do processo de revisão. O Secretário de igreja proverá uma Lista de Membros atualizada (a partir do ACMS ou de outro sistema eletrónico); participará na elaboração das listas de classificação como membro da comissão especial de revisão; atualizará o registo eletrónico de cada membro depois de a comissão especial de revisão submeter o seu relatório ao Conselho de Igreja; atualizará a classificação da lista de membros durante o período intermédio entre as reuniões da comissão especial de revisão.

Um relatório do trabalho feito com a classificação dos membros deve ser incluído na agenda do Conselho de Igreja, pelo menos uma vez em cada três meses, para que o Conselho possa monitorizar o progresso do trabalho feito com os membros inscritos nas listas de classificação.

Notas do CAPÍTULO 9

1. ***Cerimónia de Casamento*** (ver pp. 104 e 105) – Nalguns países ou Estados, o Pastor tem de estar legalmente nomeado e registado, a fim de realizar a cerimónia de casamento. Em muitos países, o Pastor pode realizar a cerimónia na igreja, mas o contrato matrimonial é legalmente assinado pelo Conservador do Registo Civil, que habitualmente se senta na secretaria da igreja e ouve a fórmula aprovada da declaração matrimonial. Noutros países ainda, o Pastor não pode de maneira nenhuma realizar a cerimónia, pois esta é reconhecida como uma responsabilidade do Estado e é considerada como um contrato civil. Nesses casos, os membros normalmente retiram-se para uma casa ou para um lugar de culto, onde o Pastor realiza uma cerimónia especial para pedir a bênção do Senhor sobre o casal. (Ver pp. 214-216.)



2. Formação e Apetrechamento de Anciãos (ver p. 106) – Embora caiba ao Pastor a principal responsabilidade da formação de anciãos, a Associação Ministerial da Associação local, em cooperação com os Departamentos, é encorajada a agendar reuniões periódicas para a sua formação. A fim de apoiar um relacionamento de equipa Pastor-ancião, os Pastores devem também assistir a essas reuniões de formação. Os diretores de grupos, que atuam em lugar de anciãos, também devem ser convidados.

3. Formação e Apetrechamento de Diáconos e Diaconisas (ver pp. 107-109) – Embora caiba ao Pastor a principal responsabilidade da formação de diáconos e diaconisas, a Associação Ministerial da Associação é encorajada a fazer reuniões periódicas para a formação de diáconos e diaconisas.

4. Cuidado e Manutenção da Propriedade da Igreja (ver p. 110) – Os diáconos e as diaconisas devem assegurar que o edifício da igreja seja mantido limpo e em boas condições e que os terrenos adjacentes sejam mantidos limpos e atrativos. Isto inclui também assegurar que é feito o trabalho de limpeza. Em igrejas grandes, onde seja necessário empregar um encarregado de limpezas, os diáconos devem recomendar ao Conselho de igreja uma pessoa adequada, o qual vota empregar esse auxiliar, ou que poderá autorizar os diáconos a arranjam um encarregado de limpezas. Deve ser obtida autorização do Conselho para todas as grandes despesas de reparação. Todas as contas respeitantes a reparações, bem como as de despesas correntes, como água, eletricidade e gás, devem ser apresentadas ao tesoureiro, que fará os pagamentos.

5. O Secretário Mantém os Registos (ver p. 113) – As atas do Conselho devem ser registadas no livro de registos da igreja, ou noutro sistema apropriado de registo adotado pela igreja, indicando a hora e a data da reunião, o número dos que assistiram e um relatório de todos os votos tomados. O secretário deve fazer também uma lista de todas as Comissões nomeadas na reunião, fornecendo ao presidente do Conselho uma lista dos membros de cada Comissão, juntamente



com os termos de referência e uma síntese do trabalho que lhes tenha sido pedido realizar. O livro de registros da igreja pode ser adquirido na Livraria Adventista ou, nalguns países, na Casa Publicadora.

O livro de registros da igreja contém um lugar para registro dos membros, incluindo colunas para indicar como e quando os membros foram recebidos ou excluídos. Este registro deve ser mantido cronologicamente, devendo também ser registrados, na seção onde são conservadas as atas de votos sobre membros, os dados justificativos de cada entrada. O registro de membros deve ser mantido com exatidão e atualidade, a fim de apresentar a situação oficial dos membros.

6. *Correspondência com Membros* (ver p. 114) – O secretário deve corresponder-se frequentemente com membros ausentes e deve transmitir-lhes notícias dos progressos da igreja, animando-os, por sua vez, a relatarem as suas atividades cristãs em cada trimestre.

7. *Dinheiro para Encomendas Pessoais de Literatura* (ver p. 117) – Onde não exista uma Livraria Adventista, os membros podem colocar dinheiro para encomendas pessoais de literatura, livros, folhetos, revistas e assinaturas de revistas num envelope, com um formulário de encomenda corretamente preenchido, e entregá-lo ao secretário dos Ministérios Pessoais. O tesoureiro, depois, envia tanto a encomenda como o pagamento de toda essa literatura para a Livraria Adventista ou para a Casa Publicadora, de acordo com o sistema adotado pela Associação. No final de cada trimestre, o secretário dos Ministérios Pessoais apresentará à igreja, na sua Reunião Administrativa trimestral, um relatório sobre a situação das contas com a Livraria Adventista e/ou com a Casa Publicadora, entregando ao tesoureiro uma cópia desse relatório. (Ver p. 140.)

8. *A Salvaguarda de Crianças* – A igreja deve ser um lugar seguro para levarmos as nossas crianças. Todos os que estão envolvidos com crianças, que são menores, devem preencher todas as normas e todos os requisitos legais e da Igreja. A fim de salvaguardar as nossas crianças, as igrejas são instadas a adotar regras que garantam a necessária



segurança e proteção das crianças. Entre essas regras estarão incluídas as seguintes:

a. *Norma dos Dois Adultos* – Manter dois adultos sempre presentes nas salas de aulas ou de atividades das crianças.

b. *Porta Aberta* – Desaconselhar contactos privados ou só de um adulto e uma criança, favorecendo a norma da porta aberta em todas as situações. Onde não seja possível seguir a norma da porta aberta, deve ser colocado um segundo adulto à porta.

c. *Inspecção Rigorosa de Voluntários* – Todos os voluntários devem obrigatoriamente preencher um formulário de informação, as suas referências devem ser verificadas e, se requerido legalmente, devem apresentar uma certidão de registo criminal.

d. *Norma dos Seis Meses* – Deve ser imposto um período de espera de seis meses para membros recentemente batizados ou transferidos que indiquem disponibilidade para trabalhar com crianças.

e. *Formação* – Deve ser dada formação regular a monitores e voluntários, a fim de os ajudar a compreender e a proteger as crianças e a saber como fortalecer-lhes a fé.

241

Os dirigentes da igreja local devem consultar a Associação a fim de se certificarem dos procedimentos e requisitos da Associação, incluindo requisitos legais locais, para indivíduos que trabalhem com crianças.

Há recursos adicionais disponíveis no *Adventist Risk Management* (Gabinete Adventista de Gestão de Risco), em www.adventistrisk.org.

9. Recursos dos Ministérios Adventistas das Possibilidades (ver p. 121) – Para mais informação sobre as sete categorias deste ministério ou para aceder a recursos, visite www.possibilityministries.org.

10. Recursos dos Ministérios da Criança (em inglês) (ver p. 124) – *The Children's Ministries Handbook: A Step-by-Step Guide for Children's Leaders Around the World* (2005); *The Children's Ministries Coordinator: A Step-by-Step Guide for Organizing Children's Ministries in the Local Church* (2005); e *Pastor's and Elder's Handbook for Children's Ministries* (2005). Silver Spring, Md.: *Children's Ministries, General Conference of Seventh-day Adventists*. Para mais informações, contactar



o(a) Diretor(a) dos Ministérios da Criança da Associação local (em Portugal: <http://www.familia.adventistas.org.pt>; e-mail: crianca@adventistas.org.pt) e children.adventist.org.

11. Recursos dos Ministérios da Família (em inglês) (ver p. 131) – *Caring for Families Today: A Guide for Family Ministries* (2009). Silver Spring, Md.: *Family Ministries, General Conference of Seventh-day Adventists*. Para mais informações, contactar o Diretor dos Ministérios da Família da Associação local (em Portugal: www.familia.adventistas.org.pt; e-mail: familia@adventistas.org.pt) e family.adventist.org.

12. Recursos dos Ministérios da Saúde (em inglês) (ver p. 132) – *CELEBRATIONS* (um esboço de 12 programas de apresentações essenciais dos Ministérios da Saúde; inclui textos e *PowerPoints*), *CHARTERS* (uma série de conferências com *PowerPoints* para apresentação a ouvintes leigos), *Foundations for Health Ministry* (84 conferências sobre saúde básica para dirigentes dos Ministérios da Saúde), *Breathe Free* (currículo para deixar de fumar), *Youth Alive* (um programa para desenvolver resiliência na nossa juventude), *Vegetarian Cuisine Instructor's Course* (um manual prático abrangente), *Birthing Companions* (para dar apoio a jovens mulheres durante a sua gravidez), *Regeneration* (um programa de 12 passos para recuperação de vícios ou dependências) e *My Vegetarian Food Pyramid* (pósteres grandes ou pequenos). (Em Portugal: Existe o programa em 12 Passos Caminho para uma Vida Plena. www.adventistas.org.pt; e-mail: saude@adventistas.org.pt.)

13. Recursos dos Assuntos Públicos e da Liberdade Religiosa (ver p. 133) – Para mais informação, contactar o Diretor dos Assuntos Públicos e Liberdade Religiosa da Associação local (em Portugal: www.aidlr.org.pt) ou visitar www.adventistliberty.org e www.irla.org e também www.parl.org e www.aidlr.org.

14. Recursos dos Ministérios das Publicações (em inglês) (ver p. 135) – *Literature Ministry Training Manual* (volumes 1-3 com apresentações em *PowerPoint*); *The Publishing Ministry and the Church*



(brochura); *Student Literature Evangelism Manual*; *Miracles of Grace* (um livro de 365 testemunhos de Colportores ao redor do mundo); *The Literature Evangelist* (uma revista trimestral dos Ministérios das Publicações da Conferência Geral). Para mais informação, contactar o Diretor de Publicações da Associação ou da União (em Portugal, e-mail: publicacoes@adventistas.org.pt). Pode também ir a www.adventistpublishing.org.

15. Recursos da Escola Sabatina e dos Ministérios Pessoais (ver p. 141) – Manuais para o estudo das Lições da Escola Sabatina para várias idades (Adultos, Rol do Berço, Jardim de Infância, Primários, Juvenis e Adolescentes), Auxiliares para as diferentes idades, Comentários de Ellen G. White e Boletim Missionário. Para o material dos Ministérios Pessoais, cursos, lições, folhetos, visite o sítio (em Portugal) da *Novo Tempo Portugal*: www.novotempo.pt. *In Step with Jesus* (um Manual de Estudo da Escola Sabatina de quatro trimestres para novos membros); *Sabbath School Handbook*; *Personal Ministries Handbook*; *Keys for Sabbath School and Personal Ministries Leaders* (uma série de folhetos); *Reaching and Winning* (uma série de opúsculos tendo em vista a promoção dos Ministérios Pessoais junto de pessoas de várias fés ou de outros grupos-alvo); *Keys to Adventist Community Services* (um folheto/manual); *The Sharing* (newsletter do Departamento); e *Community Services and Urban Ministry Certification Program* (www.sabbathschoolpersonalministries.org/acs_jicd).

243

Para mais informação, contactar o Diretor da Escola Sabatina e dos Ministérios Pessoais da Associação local (em Portugal: www.evangelismo.adventistas.org.pt; e-mail: evangelismo@adventistas.org.pt). Podem encontrar-se outros recursos em www.sabbathschool-personalministries.org, em GraceLink.net, JuniorPowerPoints.org, RealTimeFaith.net, CornerstoneConnections.net, InVerseBible.org, InStepWithJesus.org, ou pode ser descarregada a *App* da Escola Sabatina para um dispositivo móvel.

16. Serviços Adventistas à Comunidade (ver pp. 140 e 141)
– Alguns territórios continuam a ter uma Sociedade de Dorcas ativa e



os Homens Adventistas, ou outros nomes alternativos (em Portugal, temos a ASA e a ADRA Portugal) para o ministério social, oriundos da igreja local, que foram aprovados oficialmente pelas unidades administrativas regionais da Igreja. Nesses casos, a igreja deve eleger um coordenador dos Serviços Adventistas à Comunidade (não um diretor), para coordenar todos os serviços realizados pelos Departamentos da igreja local, serviços, e diáconos e diaconisas, que têm os seus directores individuais.

Os directores de Dorcas, dos Homens Adventistas, de outras organizações aprovadas dos ministérios sociais da igreja local e os coordenadores dos Serviços Adventistas à Comunidade ao nível local participam como membros do Conselho dos Ministérios Pessoais sob a tutela do Departamento dos Ministérios Pessoais, como indicado neste *Manual da Igreja*.

Quando a obra dos serviços à comunidade é organizada pela primeira vez num território, é recomendado seguir o modelo dos Serviços Adventistas à Comunidade, que envolve todos os membros de igreja numa ampla variedade de serviços à comunidade baseados nas necessidades sentidas. Para mais informação, vá a www.sabbathschoolpersonalministries.org e clique no separador *Adventist Community Services*.

244

17. Recursos dos Ministérios da Mordomia (ver p. 142) – *Steps to Discipleship* (2009). Silver Spring, Md.: *Stewardship Ministries, General Conference of Seventh-day Adventists*. Para mais informação, contactar o Departamento dos Ministérios da Mordomia da Associação local (em Portugal, e-mail: mordomia@adventistas.org.pt), da União ou da Divisão ou visitar stewardship.adventist.org.

18. Recursos dos Ministérios da Mulher (ver p. 143) – Certificação de liderança, níveis 1-4; materiais para Dia de Oração, Dia de Ênfase das Mulheres e Dia de Ênfase na Prevenção de Maus-Tratos; *Pastor's and Elder's Handbook for Women's Ministries* (em inglês). Para mais informação, contactar o(a) Diretor(a) dos Ministérios da Mulher da Associação local (em Portugal: www.familia.adventistas.org.pt; e-mail: mulher@adventistas.org.pt) e visitar women.adventist.org.



19. **Plano Organizacional da Juventude Adventista** (ver p. 146) – Informação pormenorizada a respeito do Plano Organizacional da Juventude Adventista está disponível junto do Diretor dos Ministérios da Juventude da Associação. Cada igreja deve estudar o seu próprio perfil de juventude e família, os seus recursos, pessoal ativo, instalações e relações com a escola, procurando desenvolver o melhor ministério da juventude em consonância com estes fatores.

Nalguns lugares pode ser escolhida uma outra designação, como “clube”, “sociedade”, “comunidade” ou “ação”, mas o nome “Juventude Adventista” deve ser sempre usado para que se identifique claramente a organização.

20. **Recursos dos Ministérios da Juventude** (ver p. 151) – Os oficiais da igreja local devem, primeiro, contactar a sua Associação, União e Divisão para a obtenção de recursos. Além disso, o *website* dos Ministérios da Juventude da Conferência Geral também oferece apoio a todos os níveis dos Ministérios da Juventude. Veja-se www.youth.adventist.org. Em Portugal, consulte-se também www.juventudeadventista.org.pt.

245

Notas do CAPÍTULO 10

1. **Lista Exemplificativa de Dirigentes da Igreja** (ver p. 156) – A Comissão de Nomeações seleciona membros para servirem como oficiais numa variedade de cargos. Uma igreja pequena poderá ter uma pequena lista de oficiais. Uma igreja grande poderá ter uma longa lista de oficiais. Eis uma lista que poderá ser tida em consideração:

Ancião(s)

Diacono(s)

Diaconisa(s)

Secretário

Tesoureiro e assistente(s)

Coordenador de Interessados

Conselho de igreja



Conselho da escola da igreja
Diretor dos Serviços Adventistas à Comunidade ou da Sociedade de Dorcas
Secretário-tesoureiro dos Serviços Adventistas à Comunidade ou da Sociedade de Dorcas
Diretor dos Ministérios Adventistas das Possibilidades
Ministérios da Juventude Adventista
Diretor dos Ministérios da Juventude Adventista
Diretor da Música dos Ministérios da Juventude Adventista
Pianista ou Organista dos Ministérios da Juventude Adventista
Secretário/Tesoureiro e assistente dos Ministérios da Juventude Adventista
Diretor do Clube de Tições
Diretor do Clube de Companheiros
Diretor e vice-diretor do Clube de Desbravadores (Exploradores)
Diretor dos Ministérios em Campus Públicos
Diretor dos Jovens Seniores (Embaixadores)
Coordenador da Escola Bíblica
Coordenador dos Ministérios da Criança
Dirigente do coro ou dirigente dos cânticos ou coordenador da Música
Organista ou pianista da igreja
Secretário de Comunicação ou Conselho de Comunicação
Secretário de Educação/diretor da escola da igreja/professor principal
Diretor/es dos Ministérios da Família
Diretor dos Ministérios da Saúde
Diretor dos Ministérios Pessoais
Secretário dos Ministérios Pessoais
Diretor dos Ministérios da Oração
Coordenador dos Ministérios das Publicações
Diretor da Liberdade Religiosa
Diretor/es da Escola Sabatina e vice-diretor/es
Secretário da Escola Sabatina e vice-secretário/s



Diretores das divisões da Escola Sabatina, incluindo as dos Adultos e de Extensão

Secretário do Fundo de Investimento da Escola Sabatina

Diretor dos Escritos do Espírito de Profecia

Diretor dos Ministérios da Mordomia

Diretor da Escola Cristã de Férias

Diretor/a dos Ministérios da Mulher

Pessoal adicional considerado necessário

Oficiais da Associação Lar e Escola (diretor e secretário-tesoureiro): Se a escola for mantida por uma só igreja, a Comissão de Nomeações da igreja faz recomendações ao Conselho escolar, que, por sua vez, fará as indigações. Se a escola for mantida por mais do que uma igreja, o Conselho escolar será o responsável por todo o processo. (Ver pp. 127-129.)

Notas do CAPÍTULO 11

1. **Escola Sabatina** (ver p. 167) – A duração habitual da Escola Sabatina é uma hora e dez minutos. Isto, porém, não impede uma Associação de adotar um período de tempo mais longo ou mais curto, embora seja importante ter tempo suficiente para promover com regularidade as atividades missionárias e as responsabilidades da Igreja mundial, bem como a oferta para as missões, além de, pelo menos, trinta minutos para o estudo da Bíblia.

247

2. **Formatos do Serviço de Culto** (ver p. 169) – Os formatos do serviço de culto variam de país para país e de Cultura para Cultura. A seguir apresentam-se sugestões de dois formatos:

Ordem mais Extensa do Culto

Prelúdio musical

Anúncios

Entrada dos participantes no serviço

Doxologia

Invocação (oração)



Leitura bíblica
Hino de louvor
Oração
Hino ou música especial
Oferta
Hino de consagração
Sermão
Hino
Bênção

A congregação fica de pé ou sentada durante uns momentos de oração silenciosa
Poslúdio musical

Ordem mais Breve do Culto

Anúncios
Hino
Oração
Oferta
Hino ou música especial
Sermão
Hino
Bênção

A congregação fica de pé ou sentada para oração silenciosa

248

3. Formas do Serviço de Culto (ver p. 169) – Quando os participantes entram e se ajoelham, a congregação deve, de cabeça curvada, implorar a presença e a bênção de Deus. A quietude em espírito de adoração prepara o caminho para os passos que se seguem.

As duas principais divisões do serviço de culto são:

a. Resposta congregacional em louvor e adoração, expressa em cântico, oração e ofertas.

b. A mensagem da Palavra de Deus.

Aquele que conduz os adoradores à presença de Deus mediante a oração pastoral deve fazê-lo com um sentimento de reverência, tendo a noção da importância que a mesma tem. Habitualmente, a pessoa



que ora ajoelha-se de frente para a congregação, e a congregação, na medida do possível, ajoelha-se por sua vez de frente para o indivíduo que está a orar. A oração deve ser breve, mas deve incluir adoração, agradecimento e menção das necessidades pessoais dos adoradores, bem como do Campo mundial.

A oferta é uma parte essencial da hora de culto. Embora sejamos aconselhados a adorar “o Senhor na beleza da santidade”, somos também exortados a trazer “oferendas” e a entrar “nos seus átrios” (Sal. 96:9, 8). Por isso, a entrega das nossas ofertas a Deus tem, muito naturalmente, o seu lugar como parte do serviço de culto.

É apropriado ter música especial e um hino devocional.

A seguir vem o que devia ser uma das partes mais importantes da hora do culto – o alimento espiritual da congregação de Deus. Resultados abençoados e para glória de Deus surgem sempre que a congregação é verdadeiramente alimentada e sente que “Deus visitou o seu povo” (Lucas 7:16). Aquele que traz a mensagem deve sentir plenamente a santidade do seu trabalho e deve estar perfeitamente preparado.

O ancião colabora com o Pastor da igreja no planeamento da ordem do serviço. Se a igreja não tiver um Pastor regular, o ancião é o responsável pelo serviço e deve ou dirigi-lo ou arranjar alguém que o faça. De tempos a tempos, pode ser realizada uma reunião de testemunhos e louvor, ou pode ser dado tempo para que certos membros relatem as experiências que tenham tido no trabalho missionário.

249

4. Horas das Reuniões (ver p. 169) – A fim de fortalecer e desenvolver o espírito missionário entre os nossos membros, poderão ser realizadas reuniões auxiliares dos Ministérios Pessoais numa ou mais das seguintes maneiras:

a. A reunião semanal de dez minutos sobre os Ministérios Pessoais, realizada cada Sábado, normalmente depois do final da Escola Sabatina e antes do serviço de pregação.

b. Uma reunião a meio da semana, combinada com a reunião de oração semanal. Nessa ocasião, a primeira parte da reunião deve ser dedicada a uma mensagem devocional, seguida de um período de orações, lembrando que a adoração é fundamental no desenvolvimento



espiritual e na preparação para o serviço. O tempo restante pode ser dedicado à formação para serviço evangelístico leigo. É apresentada instrução sobre a conquista de almas, e é concedida aos membros oportunidade de apresentarem e analisarem problemas com que se tenham confrontado no evangelismo leigo.

As reuniões dos Ministérios Pessoais devem ocorrer em ocasiões adequadas às condições locais. O Conselho dos Ministérios Pessoais deve fazer planos cuidadosos para tornar as reuniões dos Ministérios Pessoais da igreja ocasiões de reavivamento espiritual e de formação prática, e deve providenciar para que essas reuniões sejam realizadas com a mesma regularidade e continuidade que as demais reuniões da igreja.

5. Lava-Pés (ver p. 173) – Devem ser preparadas áreas separadas para o lava-pés de homens e mulheres. Onde escadas ou distância sejam um problema, devem ser feitos arranjos especiais para os que tenham deficiência. Nos lugares onde seja socialmente aceitável e onde o vestuário seja de molde a que não haja situações de imodéstia, podem ser feitos preparativos separados para que marido e mulher, ou pais e filhos batizados, possam partilhar em conjunto a cerimónia do lava-pés. A fim de encorajar pessoas tímidas ou sensíveis, que possam considerar uma experiência embaraçosa a escolha de alguém para o lava-pés, alguns dirigentes da igreja devem ser apontados para ajudar essas pessoas a encontrarem pares para a cerimónia.

Todos devem lavar muito bem as mãos antes de regressarem para participarem na Santa Ceia. Os que estiverem a dirigir a cerimónia devem fazer isto publicamente por razões higiénicas.

6. Pão e Vinho (ver p. 173) – Durante o reagrupar da congregação, pode ser cantado um hino enquanto os Pastores ou os anciãos oficiais tomam os seus lugares perto do pão e do vinho (sumo de uva não fermentado) e os diáconos e as diaconisas ocupam também os seus lugares.

A toalha que cobre o pão deve então ser removida.

Pode ler-se uma passagem adequada das Escrituras, como I Coríntios 11:23 e 24; Mateus 26:26; Marcos 14:22; ou Lucas 22:19; ou deve ser apresentado um breve sermão neste momento da cerimónia, em vez de antes.



Isto pode ser particularmente eficaz, se o sermão realçar o significado do pão e do vinho, de modo que a mensagem esteja ainda fresca na mente dos participantes quando os emblemas estiverem a ser distribuídos.

Os oficiantes normalmente ajoelham-se enquanto está a ser pedida a bênção sobre o pão. A congregação pode ajoelhar-se ou permanecer sentada.

É habitual a maior parte do pão a ser servido estar já partida, com uma pequena porção deixada em cada bandeja para os anciãos e/ou os Pastores partirem. (Todos os que mexem no pão devem lavar muito bem as mãos antes de regressarem à cerimónia da Comunhão.) Os Pastores e os anciãos entregam as bandejas que contêm o pão aos diáconos, os quais servem então a congregação, embora, em pequenas congregações, seja possível o Pastor ou os anciãos servirem todos os participantes.

Enquanto isto se passa, pode haver uma escolha de música especial, testemunhos, um resumo do sermão, leituras selecionadas, cânticos pela congregação ou música meditativa.

Os participantes devem conservar a sua porção do pão até que os Pastores ou os anciãos oficiantes tenham sido servidos. Depois de todos estarem sentados, o dirigente convida todos a participarem do pão em conjunto. Enquanto o pão está a ser comido, devem ser feitas orações silenciosas.

Seguidamente, o Pastor lê uma passagem apropriada, como I Coríntios 11:25 e 26; Mateus 26:27-29; Marcos 14:23-25; ou Lucas 22:20. Os dirigentes ajoelham-se enquanto se faz a oração sobre o vinho. Uma vez mais, os diáconos servem a congregação. Neste momento, podem ser continuadas atividades como as sugeridas durante a distribuição do pão. Depois de os Pastores ou os anciãos oficiantes terem sido servidos, todos os adoradores participam juntos do vinho.

Um método opcional é o pão ser abençoado e partido; a seguir, o pão e o vinho são colocados na mesma bandeja e distribuídos à congregação. O adorador retira ambos da bandeja ao mesmo tempo. O pão é comido, seguido de oração silenciosa. Depois de feita a oração sobre o vinho, este é bebido, seguindo-se uma oração silenciosa. Quando os bancos, ou as cadeiras, estão apetrechados com suportes



para os cálices, a recolha destes é desnecessária até que esteja terminada a cerimónia.

7. Reuniões Administrativas (ver pp. 176 e 177) – Os relatórios podem incidir sobre as seguintes atividades:

a. Um relatório do secretário apresentando o número atual de membros da igreja e o número de membros recebidos e transferidos para outras igrejas. Deve ser feita referência também, indicando o número, mas não necessariamente os nomes, dos que foram desligados da comunidade de crentes durante o ano, bem como o daqueles que faleceram. Os membros podem ter interesse em ouvir uma breve declaração sobre as decisões do Conselho de igreja nas suas reuniões.

b. Um relatório do diretor dos Ministérios Pessoais com uma descrição das atividades missionárias, incluindo atividades de Serviços à Comunidade, juntamente com planos para o trabalho futuro. A isto deve seguir-se um relatório da parte do secretário dos Ministérios Pessoais.

252

c. Um relatório do tesoureiro a mostrar o montante de dízimo recebido e enviado para a Associação, uma informação das ofertas para as missões recebidas e enviadas, e uma informação apresentando os fundos da igreja local recebidos e despendidos.

d. Um relatório dos diáconos e das diaconisas respeitante às visitas feitas a membros, às respetivas atividades em favor dos pobres e a outro trabalho de apoio.

e. Um relatório do secretário da Juventude delineando as atividades em trabalho missionário e noutras áreas, realizadas pela juventude da igreja.

f. Um relatório do secretário da Escola Sabatina indicando o número de membros e outros assuntos respeitantes à Escola Sabatina.

g. Um relatório do tesoureiro sobre o estado financeiro da escola da igreja, com pormenores referentes às suas necessidades em equipamento e a outros assuntos.

h. Um relatório do diretor ou do professor da escola da igreja a referir assuntos como matrículas, progresso educacional da escola, batismos entre os alunos e os resultados da participação das crianças em empreendimentos denominacionais.



i. Um relatório do diretor da Associação Lar e Escola cobrindo as atividades e as necessidades dessa organização.

j. Um relatório do secretário de Comunicação referindo a Imprensa, a Rádio, a Televisão e outras atividades de comunicação que envolvam a igreja e a comunidade.

8. Outras Comissões do Conselho de Igreja (ver p. 182) – Os diretores de outras Comissões nomeadas pelo Conselho devem apresentar relatórios periodicamente. Por exemplo, numa igreja grande, o Conselho pode indigitar uma Comissão de planeamento evangelístico constituída pelos diretores dos Departamentos missionários da igreja, tendo um ancião como presidente. Esta Comissão apresentará relatórios ao Conselho e assumirá também a tarefa de coordenação de Departamentos em programas missionários.

9. Recursos da Juventude Adventista (ver p. 184) – Estão disponíveis, nos Departamentos dos Ministérios da Juventude da Divisão, da União e da Associação, materiais para ajudar a liderança dos Ministérios da Juventude Adventista. Incluído nesses materiais está o *Youth Ministry Accent*, um jornal trimestral publicado pelo Departamento dos Ministérios da Juventude da Conferência Geral. Podem ser obtidos junto do Departamento dos Ministérios da Juventude da Associação e da Livraria Adventista folhetos sobre uma vasta gama de tópicos para auxiliar os Ministérios da Juventude.

253

Notas do CAPÍTULO 12

1. Recursos dos Ministérios da Mordomia (ver p. 189) – *Steps to Discipleship* (2009). Silver Spring, Md.: Ministérios da Mordomia, Conferência Geral dos Adventistas do Sétimo Dia. Para mais informação, contactar o Departamento dos Ministérios da Mordomia da Associação local (em Portugal, e-mail: mordomia@adventistas.org.pt), da União ou da Divisão ou visitar stewardship.adventist.org.

2. Exemplo de Orçamento Anual* (ver p. 192).
Proposta de Orçamento Operacional da Igreja



Receitas Previstas

Coletas para despesas da Escola Sabatina	\$1500.00
Fundo de igreja para Pobres	375.00
Ofertas sistemáticas para o Orçamento da igreja	27 055.00
Fundo de Beneficência	300.00
Total de Receitas	\$ 29 230.00

Despesas Previstas

Reparações e pintura do edifício da igreja	\$ 2250.00
Combustível para aquecimento	2350.00
Encarregado de limpezas e produtos	1475.00
Seguro do edifício e recheio	750.00
Fundo de igreja para Pobres	1450.00
Materiais da Escola Sabatina	1250.00
Despesas de emergência	2000.00
Eletricidade	3220.00
Água	360.00
Gás	550.00
Papelaria e outros artigos	500.00
Lavandaria	75.00
Subsídio para a Escola da igreja	8000.00
Despesas de beneficência	1000.00
Evangelismo e implantação de igrejas	4000.00
Total de despesas previstas	\$ 29 230.00
Saldo	00 000.00

* Podem acrescentar-se colunas (como o Orçamento do ano anterior e o Movimento real do ano passado) para efeitos de comparação, mas estas não foram incluídas neste exemplo devido às limitações de espaço.

Nota da Redação: Estes valores refletem os valores apresentados no *Manual da Igreja*, no seu original, em inglês, e são meramente exemplificativos.



